

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Filosofia, Artes e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Dissertação

**Os limites da economia
política integrada:
estabilização ou desintegração
na perspectiva da teoria crítica
de Herbert Marcuse.**

Daniel Antonio Castro Brumano

Ouro Preto
2020



UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

**Os limites da economia política integrada: estabilização ou
desintegração na perspectiva da teoria crítica de Herbert Marcuse.**

Daniel Antônio Castro Brumano

Dissertação apresentada no instituto de filosofia artes e cultura da Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação da Professora Dr.^a Imaculada Maria Guimarães Kangussu, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Imaculada Maria Guimarães Kangussu

OURO PRETO
2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B893l Brumano, Daniel Antonio Castro .
Os limites da economia política integrada [manuscrito]: estabilização
ou desintegração na perspectiva da teoria crítica de Herbert Marcuse. /
Daniel Antonio Castro Brumano. - 2020.
184 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Imaculada Maria Guimarães Kangussu.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro
Preto. Mestrado em Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

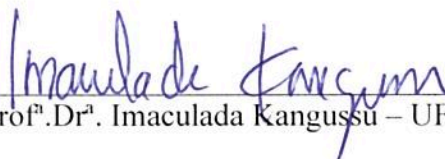
1. Marcuse, Herbert, 1898-1979. 2. Política. 3. Economia. 4.
Sociedade. I. Kangussu, Imaculada Maria Guimarães. II. Universidade
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 111.852(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Paulo Vitor Oliveira - SIAPE: 1.231.526

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Filosofia, Artes e Cultura
Mestrado em Estética e Filosofia da arte**

Dissertação intitulada **“Os limites da economia política integrada: estabilização ou desintegração na perspectiva da teoria crítica de Herbert Marcuse ”**, de autoria do mestrando **Daniel Antônio Castro Brumano**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:


Prof.^a.Dr.^a. Imaculada Kangussu – UFOP – Orientadora


Prof. Dr. Silvio Ricardo Gomes Carneiro – UFABC


Prof. Dr. Bruno Almeida Guimarães - UFOP

Ouro Preto, 28 de fevereiro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a concretização desse trabalho ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradeço a todos os professores que me auxiliaram nessa pesquisa, em especial aos professores Bruno Guimarães, Eduardo Soares e Silvio Carneiro, que participaram nas bancas de qualificação e defesa. Agradeço à Claudineia Guimarães, sempre atenciosa para nos auxiliar e a todos os trabalhadores do Instituto de Filosofia Artes e Cultura. Agradeço especialmente à minha orientadora Imaculada Kangussu (Leca), que me auxiliou ao longo de todo o projeto. Agradeço aos meus familiares e amigos que também compartilharam dessa caminhada.

RESUMO

Os limites da economia política integrada: estabilização ou desintegração na perspectiva da teoria crítica de Herbert Marcuse.

Essa pesquisa tem como propósito analisar algumas das hipóteses levantadas pela teoria crítica do filósofo alemão Herbert Marcuse no que se refere à sua análise da economia política integrada, tomando como ponto central as tendências contemporâneas dessa integração dentro do campo político e econômico. As estruturas totalitárias da sociedade contemporânea atuam no controle total das massas humanas excluindo as práticas que possibilitam uma autodeterminação do ser social do homem, através de uma administração total. Essa total administração da sociedade extingue o pensamento autônomo e reforça a uniformidade e a unanimidade em uma sociedade de massa. É sobre este viés que se encaminhará esta pesquisa, que buscará, a partir da crítica da sociedade administrada, compreender como essas práticas totalitárias inviabilizam a realização de uma autodeterminação do ser social do homem no campo político e econômico. Buscando analisar as formas de organização política e econômica modernas e contemporâneas – enfatizando as formas integradas contemporâneas de organização político-econômicas predominantes: a democracia de massas e o modelo de produção capitalista.

Palavras-Chave: Herbert Marcuse; Sociedade Unidimensional; Política; Economia.

ABSTRACT

The limits of integrated political economy: stabilization or disintegration from the perspective of Herbert Marcuse's critical theory.

This research aims to analyze some of the hypotheses raised by critical theory of the German philosopher Herbert Marcuse regarding his analysis of the integrated political economy, taking as a central point the contemporary tendencies of this integration within the political and economic field. The totalitarian structures of contemporary society act in the total control of the human masses, excluding the practices that make possible a self-determination of the social being of man, through a total administration. This total administration of society extinguishes autonomous thinking and reinforces uniformity and unanimity in a mass society. And it is on this bias that this research will be directed, which will seek, from the critique of the managed society, to understand how these totalitarian practices make impossible the realization of a self-determination of the social being of man in the political and economic field. Seeking to analyze the modern and contemporary political and economic organization forms – emphasizing contemporary integrated forms of prevailing political-economic organization: mass democracy and the capitalist model of production.

Keywords: Herbert Marcuse; One-dimensional Society; Politics; Economy.

Lista de ilustrações

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Evolução de detentores da dívida pública mobiliária federal interna (% da DPMFi). | 114 |
| Figura 2 – Declínio da carga tributária paga por indivíduos e empresas ricas. | 115 |
| Figura 3 – Mudanças na receita tributária 2007-2015 (% PIB)..... | 116 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução | 09 |
| | |
| Capítulo 1 – Os precedentes da integração: as mudanças na estrutura de poder do Estado e as mudanças estratégicas no cenário da luta de classes | 11 |
| 1.1 A crítica marcuseana ao marxismo ortodoxo e revisionista: uma análise crítica das estratégias ortodoxa e revisionista diante da mudança estrutural no cenário da luta de classes | 18 |
| 1.2 Contra revolução e restauração: rumo ao totalitarismo fascista | 25 |
| 1.3 Nação, nacionalismo, nacionalidade: o desenvolvimento do nacionalismo como elemento de integração do indivíduo à sociedade | 31 |
| 1.4 A análise marcuseana do movimento nacional-socialista: o nacionalismo como fenômeno de massa..... | 34 |
| 1.5 Imperialismo, a fase superior do capitalismo: as interpretações de Lênin, Bukharin e Marcuse | 40 |
| | |
| Capítulo 2 – A integração do campo político: a democracia liberal parlamentar capitalista | 48 |
| 2.1 O modelo democrático: as origens da democracia | 48 |
| 2.2 Das duas concepções de democracia: normativa e realista | 51 |
| 2.2.1 As concepções políticas realistas da democracia | 52 |
| 2.2.2 A estrutura político-partidária: organização e estrutura dos partidos políticos..... | 55 |
| 2.2.3 Concepções normativas sobre a democracia | 60 |
| 2.2.4 O normativismo deliberativo de Jürgen Habermas e sua crítica à instrumentalização da política | 63 |
| 2.3 A unidimensionalização da política: a democracia de massas no capitalismo..... | 67 |
| | |
| Capítulo 3 – A integração no campo econômico: quais os limites da economia capitalista integrada? | 84 |
| 3.1 O modelo de produção capitalista: a assimilação da classe trabalhadora no processo de produção do capital. | 84 |
| 3.1.2 A nova sensibilidade: rumo à outra forma de produção não repressiva. | 96 |

| | |
|---|-----|
| 3.2 A devastação neoliberal: a destruição da seguridade social e o retorno ao estado de guerra de todos contra todos. | 111 |
| 3.3 A construção do indivíduo neoliberal: uma psicopatologia da sujeição do indivíduo incapaz de sua autodeterminação. | 125 |
| 3.4 Neoliberalismo e Fascismo: uma história de amor. | 135 |
| 3.5 A revolta dos não-integrados: a união entre a mais avançada consciência da humanidade e sua força mais explorada será a condição subjetiva que conduzirá à sociedade livre? | 148 |
| Conclusão | 170 |
| Referências Bibliográficas | 173 |
| Obras de Marcuse | 173 |
| Outros autores | 175 |

Introdução

A teoria crítica de Marcuse oscila entre duas hipóteses contraditórias no que se refere ao desdobramento político-econômico do capitalismo tardio: 1º – a de que essa sociedade seja capaz de estabilizar seu modelo integrado e conter uma transformação qualitativa; 2º – a de que existem forças e tendências que podem romper essa contenção e realizar a transformação qualitativa da ordem político-econômica que regula a vida social. Essa pesquisa irá analisar estas duas tendências levantadas por Marcuse, considerando como foco central o contexto político e social das duas últimas décadas do século XX e das duas primeiras décadas do século XXI. Uma das teses a ser apresentada nessa pesquisa é a de que nas últimas quatro décadas tem predominado a primeira hipótese levantada por Marcuse. A sociedade industrial contemporânea tem realizado com extrema eficiência a contenção da transformação social qualitativa, mantendo inalteradas as estruturas do *Establishment*. No entanto, a fim de investigar essa tendência à unidimensionalidade¹ no campo político e econômico levantada por Marcuse, abordaremos alguns fatores históricos no campo social, político e teórico que precederam o surgimento dessa integração no campo político e econômico. A redução ao econômico e às relações de produção subjacentes são características da estrutura dessa sociedade integrada, logo, são de fundamental importância para a discussão a seguir. Por isso, as relações de produção serão analisadas cautelosamente na terceira parte desta pesquisa. Para tanto, será de ordem extremamente importante analisar os fatos ocorridos no século XIX que antecederam e conduziram à forma político-econômica contemporânea – o que será feito na primeira parte desta pesquisa.

Em um modelo político democrático – numa democracia de massas – no qual o Estado deixa de ser controlado por uma classe social específica e torna-se um campo político de disputa, o âmbito público não pode ser controlado simplesmente pelo poder financeiro do capital. Há a necessidade de se desenvolver um conjunto de mecanismos

¹ Essa tendência à unidimensionalidade é característica do universo totalitário das sociedades industriais desenvolvidas. Segundo Marcuse, a unidimensionalização opera um controle sobre o pensamento e o comportamento dos indivíduos administrados, “Surge, assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo.” (MARCUSE, 1967, p. 32). A unidimensionalização também é operada em outros campos, como na linguagem, na arte e nas pulsões humanas, contudo, a pesquisa se concentrará no campo político e econômico.

que servirão de controle social para que a estrutura vigente permaneça inalterada. A existência de forças contrárias torna o aperfeiçoamento de formas de controle constante. O controle alcança, dessa forma, o campo político-econômico, o campo da cultura, a dimensão discursiva, a estrutura do pensamento e das pulsões. Desse modo, a esfera política torna-se marcada pela unificação dos opostos, a oposição é absorvida pela tendência totalitária da estrutura integrada que controla a sociedade.

Do ponto de vista teórico, há duas concepções predominantes sobre o regime político democrático. A primeira que o considera como uma forma ideal de governo em que o povo governa. Defende, assim, procedimentos democráticos para a tomada de decisão coletiva, os processos de formação da opinião, da vontade e da deliberação pública entre os cidadãos. A segunda concepção considera o regime democrático sobre outro ponto de vista e encara a democracia na sua perspectiva real – empírica – analisando o regime político democrático através do sistema político-administrativo do Estado, como competição das elites pelo poder e pela predominância do autointeresse no jogo político. A análise dessas duas tendências – que será feita na segunda parte desta pesquisa – será de fundamental importância tendo em vista a predominância do modelo democrático – atualmente entre os 193 países reconhecidos pela ONU a grande maioria se denominam repúblicas democráticas ou Estados constitucionais de direito.

Essa pesquisa se debruçará nesse conflito entre a teoria e a prática buscando compreender – a partir do pensamento marcuseano – o que impede que esse ideal se efetive na realidade concreta. Quais são os fatores que impedem a realização da transformação qualitativa rumo a um estado verdadeiramente socialista seja alcançado? As instituições democráticas realmente existentes têm algo em comum com os ideais de soberania popular e de autonomia política? Em que sentido se pode afirmar que tais instituições são legítimas? As concepções normativas de Democracia se encontram ligadas de algum modo com as práticas empíricas? Essas serão algumas das questões analisadas. Por fim, vamos investigar (ao longo de toda pesquisa) quais são e como são utilizados os fatores econômicos, sociais, políticos, religiosos e ideológicos que atuam para impor a submissão dos indivíduos na sociedade contemporânea – sujeitar seus desejos, seus afetos, suas pulsões, suas faculdades racionais, seu pensamento, etc. – para compreender quais fatores levam os indivíduos administrados a adotar um comportamento e pensamento conservador, reformista e até reacionário em prol da defesa do existente.

Capítulo 1 – Os precedentes da integração: as mudanças na estrutura de poder do Estado e as mudanças estratégicas no cenário da luta de classes.

O ser humano é infinitamente maior do que o cidadão e a vida humana é infinitamente maior do que a vida política.

Karl Marx

A partir de meados do século XIX, com a emergência de uma nova classe social antagonica – o proletariado – a sociedade se polariza de forma inaudita, os movimentos operários emergentes começam a se organizar cada vez mais em torno dos ideários anarquistas, socialistas e comunistas, que surgiam em face das violentas conturbações sociais ocasionadas pela disputa entre as novas classes sociais emergentes, burguesia e proletariado, e a antiga ordem social dominante, a nobreza. A burguesia – que até então não havia conquistado sua hegemonia – se aliava ao proletariado contra a antiga ordem. Contudo, ao findar de cada revolução popular, a burguesia garantia o seu domínio ao subjugar as massas populares que consolidaram a revolução contra a ordem existente. Esse período foi marcado por uma sucessão de revoluções e contrarrevoluções. Buscaremos analisar brevemente esse período que causou uma transformação na estrutura do poder político e pariu por toda a Europa a forma de organização política e social embrionada desde o século anterior, o liberalismo burguês. Para isso vamos utilizar a análise de Karl Marx, Friedrich Engels e Eric Hobsbawm sobre esses eventos².

Em sua Crítica ao programa de Gotha³, Karl Marx referia-se às recentes repúblicas democráticas que surgiram (Suíça e EUA) como a fase final do Estado burguês – e o regime político no qual se realizaria a batalha final da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Nesse comentário sobre o programa de Gotha, Marx reconhece que em um Estado autoritário, como era o caso do Império Alemão, não há

² É grande a complexidade dos eventos desse período, o que implicaria um minucioso estudo que não é o objetivo proposto aqui, visaremos, apenas, dar uma visão geral a partir da análise dos pensadores citados.

³ Publicado por Engels em 1891, o texto é um comentário de Marx ao programa do Partido Operário Socialista da Alemanha, aprovado em 1875 no Congresso de Gotha, no qual se unificaram os dois partidos socialistas alemães, que até então tinham estado separados: os eisenachianos (dirigidos por A. Bebel e W. Liebknecht, influenciados ideologicamente por Marx e Engels) e os lassallianos: seguidores do socialista pequeno-burguês alemão F. Lassalle.

possibilidade de se conseguir aquilo que só faz sentido em uma república democrática, “sufrágio universal, legislação direta, direito popular, milícia do povo, etc.”⁴, e que a conquista desses direitos não ocorrerá por vias legais nessas formas de Estado despóticos⁵.

Contudo, Marx admitia que uma abertura democrática do poder político pudesse levar à emancipação social das classes sociais “inimigas” da burguesia, a saber: “o proletariado, os agricultores e os pequeno-burgueses”⁶. A possibilidade de que a emancipação social das classes subjugadas pela burguesia possa ocorrer por vias legais – dentro do ordenamento constitucional do Estado democrático – é vista por Marx como uma contradição dessa constituição, que poderia levar à dissolução dos fundamentos da sociedade burguesa. A república democrática burguesa ao abrir o poder político às classes sociais subjugadas estaria colocando em xeque o seu domínio. Nas palavras de Marx: “Ela comprime seu domínio político dentro de condições democráticas que, de um momento para o outro, podem propiciar a vitória às classes inimigas e colocar em xeque até mesmo os fundamentos da sociedade burguesa”⁷. Ou seja, a emancipação política do proletariado e das outras classes excluídas do poder político: trabalhadores rurais, pequeno-burgueses, etc., poderia conduzir, conseqüentemente, à sua emancipação social⁸. Contudo, é necessário que a luta do proletariado não seja uma disputa meramente política, pois o entendimento político do proletariado – ao considerar que a derrubada violenta de uma determinada forma de Estado cessaria todas as contradições sociais – levaria a desperdiçar “suas forças em rebeliões insensatas, inúteis e sufocadas em sangue”⁹ e uma revolução de cunho meramente político organiza “um círculo dominante na sociedade, à custa da sociedade”¹⁰. Para Marx, toda

⁴ MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. Ed. Ridendo Castigari Mores, 2000, p. 42.

⁵ Estados autoritários (despóticos) tendem a reprimir com força total, com assassinatos e prisão, qualquer movimento operário. Segundo Marx, não é possível “exigir coisas que só têm sentido numa República democrática a um Estado que não passa de um despotismo militar de arcabouço burocrático e blindagem policial, guarnecido por formas parlamentares, de mistura com ingredientes feudais e já influenciado pela burguesia” MARX, 2000, p. 43.

⁶ MARX, Karl. *A luta de classes na França*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012, p. 58.

⁷ MARX, 2012, p. 58.

⁸ Marx faz uma distinção incisiva entre revolução social e revolta política, essa última “consiste na *tendência* das classes sem influência política de eliminar seu *isolamento* em relação ao *sistema estatal* e ao *governo*” essa revolução política possui um caráter “mesquinho”, um interesse de classe, enquanto que a revolução social comporta um caráter universal, porque, “encontra-se na perspectiva do todo” é “um protesto do ser humano contra a vida desumanizada, por partir da *perspectiva de cada indivíduo real*”. MARX, Karl. *Lutas de classe na Alemanha*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010a, p. 50.

⁹ MARX, 2010a, p. 48.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 51.

revolução é um ato político, consistindo na destruição e dissolução do antigo regime, sem o qual nenhuma revolução é possível. No entanto, findada a revolução, o socialismo desfar-se-ia de seu invólucro político ao manifestar seu próprio fim e assumir sua “alma” social.

Entretanto, Marx não chegou a ver os efeitos completos da abertura democrática na política que ainda era restrita a um número muito pequeno de pessoas. No ano de seu falecimento (1883) apenas 18% da população acima de 20 anos possuía o direito ao voto na Inglaterra¹¹. Além do que, Marx era bastante realista para acreditar que as classes dirigentes aceitariam um governo trabalhista que ameaçasse sua dominação – “especialmente depois da sanguinária supressão da Comuna de Paris”¹². Vários dos líderes que haviam fornecido uma perspectiva política alternativa – contra a visão dos conservadores e dos liberais – estavam presos ou exilados, e a liberdade de expressão era amplamente restrita, “especialmente se exercida para criticar o rei”¹³. Essa restrição foi fortemente sentida por Marx, que foi forçado a emigrar várias vezes (Marx foi expulso da Prússia, da França e da Bélgica).

Engels escrevera em 1895 que todas as revoluções foram revoluções das minorias, no qual uma minoria dominante era substituída por outra minoria no poder do Estado, enquanto a grande massa permanecia dominada por essas minorias que se revezam no poder. Portanto, “a forma comum a todas essas revoluções é a de que eram revoluções de minorias”¹⁴. E quando a maioria participou ou aceitou pacificamente essas revoluções das minorias em favor dessas minorias, era porque essa minoria ganhou “a aparência de ser representante de todo o povo”¹⁵. Segundo Engels, em todos os períodos revolucionários as minorias vanguardistas ganharam com facilidade as grandes massas da população. Por isso, segundo a visão de Engels e de Marx, o partido operário revolucionário deve dirigir sua desconfiança não ao partido reacionário derrotado, mas àqueles que foram seus aliados, que pretendem “explorar sozinhos a vitória conquistada conjuntamente”¹⁶.

¹¹ DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 34.

¹² HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 3. ed. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 170.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 35.

¹⁴ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Introdução: A luta de classes na França*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012, p. 14.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁶ MARX, 2010a, p. 68.

Para Engels, as formas de luta como da revolução social de 1848¹⁷ e da Comuna de Paris de 1871 se tornaram antiquadas em todos os aspectos – vários fatores impedem que uma revolução armada naqueles modelos seja realizada novamente. Segundo Engels, as revoltas feitas por barricadas sempre tiveram um efeito muito mais moral do que material. Para o pensador revolucionário alemão, vários fatores tornaram uma insurreição do proletariado nos modelos de barricadas impraticável – “uma vitória real da revolta contra o exército numa batalha de rua [...] é coisa rara”¹⁸, devido a diversos fatores como:

[1°] “a superioridade do armamento e do treinamento, da liderança centralizada, do uso planejado das forças armadas e da disciplina.”; [2°] “As barricadas haviam perdido o seu encanto; atrás delas, o soldado não via mais “o povo”, mas rebeldes, agitadores, saqueadores, desagregadores, a escória da sociedade”; [3°] “Com o auxílio das ferrovias, essas guarnições (de soldados) podem ser mais que duplicadas em 24 horas e, em 48 horas, transformar-se em gigantescos exércitos”; [4°] “Difícilmente se conseguirá de novo uma revolta com a qual todos os estratos populares simpatizem”; [5°] “Se viessem mais soldados experientes para o lado dos revoltosos, seria tanto mais difícil armá-los.” [6°] “os novos bairros das grandes cidades, construídos a partir de 1848, são dispostos em estradas longas, retas e amplas, feitas de encomenda para maximizar o efeito da nova artilharia pesada e das novas espingardas.”¹⁹.

Por todos esses fatores, a tomada do poder por meio de um ataque violento será relegado a um segundo plano: modificaram-se as condições da guerra, por conseguinte, as estratégias da luta de classes. Segundo Engels, finda o tempo em que revoluções são “realizadas por pequenas minorias conscientes à testa de massas sem consciência” que são usadas como “carne de canhão”²⁰. Nessa perspectiva a tomada do poder por vias legais, através do uso do direito do voto, tornar-se-ia uma alternativa mais viável. Para isso será preciso um trabalho longo e constante de conscientização das massas. Para que os socialistas conquistem a vitória é necessário conseguir o apoio das massas populares. Para obter esse apoio a tarefa do partido seria: “O lento trabalho de propaganda e de atividade parlamentar”²¹. Segundo Engels, o crescimento do socialismo através dos

¹⁷ Série de revoltas que culminaram na instauração da segunda república francesa, que, segundo Engels, concentraram o poder do Estado nas mãos da grande burguesia.

¹⁸ ENGELS; MARX, 2012, p. 20.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 20-22.

²⁰ Idem, ibidem, p. 22.

²¹ Idem, ibidem, p. 23.

partidos socialdemocratas “é tão espontâneo, tão constante, tão incessante e, ao mesmo tempo, tão silencioso quanto um processo natural” e,

Se continuar assim, até o final do século conquistaremos a maior parte dos estratos médios da sociedade, tanto pequeno-burgueses como pequenos agricultores, e chegaremos à estatura de força decisiva no país, à qual todas as demais forças precisarão se curvar, querendo ou não.²²

A tarefa dos socialistas seria, portanto, manter esse crescimento constante até superar o sistema de governo dominante, sem se desgastar em lutas vanguardistas.

Os movimentos socialista e proletário não existiam até 1830, quando na Inglaterra começam a ganhar força com o socialismo cooperativista de Robert Owen, que atrai uma ampla camada de militantes das classes operárias. Contudo, “seu fracasso em desenvolver uma estratégia política e uma liderança eficazes e as ofensivas sistemáticas dos empregadores e do governo destruíram o movimento em 1834-6”²³. Em contrapartida, a França já contava com “a poderosa tradição do jacobinismo e do babovismo de esquerda, altamente desenvolvida politicamente e que em grande parte se tornaria comunista depois de 1830”²⁴. O líder mais proeminente desse radicalismo revolucionário era August Blanqui. Ainda que, em termos teóricos, de “análise e teoria social”, o blanquismo pouco tivesse a acrescentar ao socialismo, sua “observação de que o proletariado seria seu arquiteto e a classe média (não mais a superior), seu principal inimigo”²⁵ foi fundamental para mudança da estratégia e organização política, adaptando o modelo da irmandade secreta para as condições proletárias e a para causa dos trabalhadores. Ou seja, o movimento socialista posterior contraiu dos blanquistas “a convicção de que seu objetivo tinha que ser a tomada do poder político, seguida da ‘ditadura do proletariado’, o termo é de cunhagem blanquista”²⁶. Apesar disso, a ausência de um movimento de massa que o acompanhasse, frequentemente levava esses movimentos ao fracasso. As classes médias – pequenos comerciantes, artesãos, pequenos proprietários de terras – encontravam-se divididas: “Por sua origem modesta, simpatizavam com os pobres contra os ricos; como pequenos proprietários,

²² Idem, *ibidem*, p. 24.

²³ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 140.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 141.

²⁶ Idem.

simpatizavam com os ricos contra os pobres”²⁷. Assim, logo após a revolução, notadamente os eventos revolucionários de 1848, as classes médias irão romper com o radicalismo de esquerda, sendo que, apesar de sua invariável participação nos movimentos populares, constituíam sempre um componente hesitante dentro das frentes populares.

Contudo, essa ruptura das classes médias com os movimentos radicais de esquerda não vai ocorrer da mesma forma nas regiões majoritariamente agrárias da Europa, onde o campesinato – que continuava “afundado na ignorância e na passividade política”²⁸ – constituía a maior parte da população pobre. Nos países majoritariamente agrários os radicais se dividiram entre os democratas e os de extrema esquerda. Ambos os grupos – radicais e democratas – reconheceram a necessidade de aproximar os camponeses, que constituíam a maior parte da população pobre e trabalhadora, para a causa revolucionária. Naquele momento – até o final da década de 1840 – toda a esquerda encontrava-se unida em torno de um objetivo comum: derrubar a ordem social dominante. Sendo assim, consideravam “os reis, as aristocracias e as classes que monopolizam os privilégios em virtude de suas posses de terras como usurpadores”²⁹. No entanto, uma parte daqueles que apoiavam aqueles grupos privilegiados – pequenos proprietários de terras, pequena nobreza, etc. – se opunham em fazer concessões que atendessem a demandas do campesinato. Mesmo divididos por diferenças das condições locais, da nacionalidade e de classes, os movimentos revolucionários que ocorreram entre 1830-48 continuaram tendo em comum o fato de serem “organizações minoritárias de conspiradores da classe média e intelectuais, frequentemente exilados ou limitados ao mundo relativamente pequeno dos letrados”³⁰.

Segundo Eric Hobsbawm, a “massa” ignorante era demasiadamente numerosa e muito perigosa, e mais cedo ou mais tarde nos países industrializados “os sistemas políticos teriam que abrir espaço para essas forças”³¹, e a ideologia do mundo burguês, o liberalismo, não tinha como se defender teoricamente contra essa contingência. E segundo o historiador, “as revoluções de 1848 tinham mostrado como as massas podiam

²⁷ Idem, ibidem, p. 142.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem, ibidem, p. 146.

³⁰ Idem, ibidem, p. 144.

³¹ HOBSBAWM, 1982, p. 114.

irromper no círculo fechado dos dirigentes da sociedade”³². O desenvolvimento da sociedade industrial aumentava o número dessa “massa” nas cidades, e a combinação da igualdade constitucional com dois pressupostos essenciais para sociedade liberal: a mobilidade social e a ampliação do sistema educacional; tornava a pressão para abertura política cada vez maior. E como a “exclusão das massas da política parecia uma tarefa utópica”, essas “deveriam então ser ‘dirigidas’”³³. Segundo Hobsbawm, até o final da década de 1860 “somente a Rússia Czarista e a Turquia Imperial mantinham-se como simples autocracias na Europa”, e o sufrágio universal não era exclusividade de “regimes surgidos de revoluções”³⁴.

Essa abertura do Estado, na forma de uma república democrática representativa, ampliará a participação política das classes que antes não possuíam representação dentro do poder político. Entretanto, essa ampliação da participação política irá originar novas formas de controle social. A disputa político-partidária será predominante na esfera pública, e as estratégias dos vários partidos serão modificadas ao longo dos anos – conforme a ampliação da participação política, a mudança do perfil do eleitorado e a culminância de uma democracia de massas.

Essa mudança na estratégia dos vários partidos no interior das sociedades liberais-democráticas tornarão os programas dos diversos partidos cada vez mais indiferenciáveis. A partir do século XX o modelo de propaganda adotado pelos partidos para “vender” seus candidatos será, em grande parte, baseado nas mesmas estratégias publicitárias adotadas pelo mercado para vender suas mercadorias (esse tema será abordado mais adiante, no segundo capítulo desta pesquisa). Nas sociedades democráticas contemporâneas o controle privado sobre a esfera pública será tão forte como na época em que a participação política era exclusiva ou totalmente controlada pela burguesia, onde o Estado não passava de um “comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”³⁵. Política e negócios tornar-se-ão intimamente articulados. E o que transformará a burguesia em uma grande força dentro do sistema político será, exatamente, sua “habilidade para mobilizar o apoio dos não-burgueses que possuíam número, portanto, votos”³⁶. As grandes corporações privadas irão influenciar

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 117.

³⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 13.

³⁶ HOBBSAWM, 1982, p. 118.

de forma cada vez mais decisiva nas eleições, e os partidos e candidatos que não recebem fundos privados para financiamento de campanhas terão grande dificuldade para se elegerem³⁷.

1.1 A crítica marcuseana ao marxismo ortodoxo e revisionista: uma análise crítica das estratégias ortodoxa e revisionista diante da mudança estrutural no cenário da luta de classes.

Com o desenvolvimento de uma nova fase do capitalismo tardio a partir do século XX – notadamente seu desenvolvimento pós-guerra – ocorreram transformações na estrutura de classes que geraram mudanças estruturais nas relações básicas de classe. Segundo Marcuse, essa mudança fundamental da estrutura de classes gerou um apaziguamento entre as duas classes conflitantes. Desse modo, o proletariado deixa de se constituir como agente da transformação qualitativa, não mais se constitui como a força social que “pode efetuar a transição a um estágio mais alto de civilização”, portanto, “o proletariado não pode mais agir como classe revolucionária”³⁸. As ideias desenvolvidas por Marcuse e sua importância na interpretação do marxismo o colocou no centro dos movimentos radicais do final da década de 1960 e início da década de 1970. O filósofo da teoria da unidimensionalidade será considerado pelos insurgentes daquele período como o profeta do marxismo, fato que irá gerar uma reação do Politburo do Partido Comunista Soviético ao ponto de o jornal Pravda (jornal oficial do Estado soviético) o chamar de “falso profeta”.

Para Marcuse, a própria estrutura histórico-dialética da teoria marxista “implica em que seus conceitos mudem conforme mudem os relacionamentos de classe básicos”³⁹, ou seja, aqueles conceitos se referem a uma estrutura específica de um determinado período histórico – conforme essa estrutura se altera os conceitos a que se dirigem também devem se alterar. Contudo, o desaparecimento do proletariado como classe revolucionária e a derrota da revolução proletária não invalidam a teoria: a

³⁷ Segundo reportagem publicada pelo jornal Estado de São Paulo por José Roberto de Toledo, Lucas de Abreu Maia e Rodrigo Burgarelli, no Brasil apenas as 10 empresas que mais doaram para campanhas em 2014 elegeram 360 parlamentares para o congresso nacional, o que corresponde a 70% do total de 513 deputados. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-10-empresas-que-mais-doaram-em-2014ajuda-m-a-eleger-70-da-camara,1589802>> Acesso em: 26/05/2018.

³⁸ MARCUSE, Herbert. *Marxismo soviético: uma análise crítica*. Rio de Janeiro: SAGA, 1969b, p. 27.

³⁹ Idem.

plasticidade do método marxista o torna capaz de entrever as alterações na forma do tecido político, social e econômico, de forma a remodelar a teoria a partir das formas concretas dessa estrutura. No entanto, se o capitalismo desenvolvido se torna capaz de alcançar a “colaboração de classes” e de realizar a “divisão nacional e/ou internacional do proletariado”⁴⁰ restando a luta de classes, as teorias marxistas tradicionais não mais se aplicam, e o marxismo tem de redefinir sua concepção e estratégia para essa nova conjuntura social. Segundo a teoria marxista, a transição a um novo estágio do processo histórico se dá na negação do estágio precedente, ou seja, “o novo estágio é determinado pela estrutura social prevalente no estágio precedente”⁴¹. Dessa forma, as condições para passagem do capitalismo ao socialismo pressupõem na concepção marxista tradicional: 1º– Alto grau de produtividade técnica e industrial não usada para finalidade social, mas para apropriação privada lucrativa; 2º– Crescimento da produtividade para além do controle privado, o que é observado pela fusão do poder econômico com político, pelo declínio da livre competição e na tendência ao controle público; 3º– Crescimento da organização política dos trabalhadores e consciência de classe. Essas mudanças quantitativas culminariam na “revolução proletária” que implodiria a estrutura dominante e a substituiria por outra qualitativamente diferente.

O desenvolvimento qualitativo decorrente do processo histórico culminante com o desenvolvimento das forças produtivas tornaria possível a distribuição do produto social de acordo com as necessidades individuais, independente da produtividade individual de cada um, no qual cada um contribui “segundo sua capacidade” e recebe “segundo suas necessidades”⁴². Contudo, na primeira etapa do processo de desenvolvimento do socialismo, no qual as forças produtivas ainda não estão plenamente desenvolvidas, os trabalhadores ainda estão submetidos a uma “subordinação escravizadora” da divisão social do trabalho. Porém, essa repressão da primeira fase não vem de fora: seria autoimposta pelos produtores da riqueza social – essa fase representaria a “mudança da dominação para a autodeterminação”⁴³. Essa primeira fase seria tanto mais breve quanto maior for o desenvolvimento das forças produtivas ocorrido no estágio pré-socialista. No entanto, o progresso alcançado no modelo pré-socialista – capitalismo tardio, ainda dividido em classes – ao abarcar as

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁴¹ Idem.

⁴² MARX, 2000, p. 26.

⁴³ MARCUSE, 1969b, p. 30.

classes trabalhadoras, concomitantemente com a apropriação privada da riqueza social, são capazes de retardar e obnubilar a necessidade da libertação.

Já em 1858 Engels reconheceu o aburguesamento⁴⁴ do proletariado na Inglaterra, e essa cooptação da classe trabalhadora pela sociedade capitalista aumenta conforme cresce a capacidade produtiva do sistema capitalista. Na república liberal-democrática representativa o domínio se torna cada vez mais impessoal – nela, segundo Engels, “a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro”, e na “aliança entre o governo e a Bolsa” podemos ver a concretização desse domínio, e quanto maior forem as dívidas do Estado e quanto mais “as sociedades por ações concentrem em suas mãos [...] a própria produção”⁴⁵ tanto maior se torna o domínio desse poder financeiro. Ainda, é por meio do sufrágio universal que a classe proprietária domina diretamente, uma vez que a classe oprimida não está suficientemente desenvolvida para “promover ela mesma sua emancipação”, e a maior parte de seus membros considere “a ordem social existente como a única possível” e forme politicamente “a cauda da classe capitalista, sua ala da extrema esquerda”⁴⁶. Somente na medida em que amadurece para sua autoemancipação, a classe operária “constitui-se como um partido independente e elege seus próprios representantes e não os dos capitalistas”⁴⁷. Assim, apenas as constantes crises do capital podem manter acesa a luta de classes e fazer com que o proletariado conserve a consciência de classe e a consciência de seu papel de ‘negação absoluta’ do sistema capitalista. No entanto, em períodos de abundância “o proletariado tende a se submeter ao controle de ‘ideias capitalistas’”⁴⁸, e os interesses econômicos imediatos tem maior peso que seu interesse histórico de abolição do sistema capitalista.

De acordo com Marcuse, essa submissão da classe trabalhadora aos interesses capitalistas só poderia ser revertida caso o proletariado se convertesse em força política, o que tornaria possível que sua ação política pudesse neutralizar o poder do capital. A concepção teórica do marxismo acerca do “potencial revolucionário do proletariado” não correspondia à sua época – o que segundo Marx e Engels, ocorria devido a imaturidade histórica do proletariado – como não correspondem na atualidade. Contudo,

⁴⁴ Verbürgerlichung no original, conforme citado por Marcuse. Idem, *ibidem*, p. 31.

⁴⁵ ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 195.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 195.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ MARCUSE, 1969b, p. 32.

a imaturidade histórica do proletariado seria superada pela radicalização da classe trabalhadora que ocorreria devido ao agravamento das contradições do capitalismo, que desumaniza e empobrece os trabalhadores. E mesmo que Marx e Engels estivessem convictos que as classes dominantes não seriam derrubadas sem violência, eles consideravam que “a violência não pertencia nem às condições subjetivas da revolução, nem às objetivas”⁴⁹. Por isso, anteviram a possibilidade de realizar a transição por “vias legais e democráticas”⁵⁰, tendo em vista o crescimento numérico e político da classe trabalhadora e as características notadamente revolucionárias dos partidos trabalhistas da época.

No entanto, sua base de classe era um aspecto sobre o qual a teoria marxista era inflexível. Se a revolução não procedesse do proletariado organizado não consistiria em autêntica revolução, sendo que “Marx e Engels não reconheceram nenhum outro agente da revolução”, como também nenhum “agente substituto”⁵¹. Por seu caráter de negação absoluta e por ser a maior força produtiva da sociedade, o proletariado seria o próprio agente da revolução, e se este não age como classe a revolução socialista não será possível.

Com o desenvolvimento do capitalismo, culminando em sua financeirização no estágio atual, este desenvolve algumas contra tendências que apaziguam suas contradições internas. E a principal contra tendência, segundo Marcuse, é o constante aumento do nível de vida da classe trabalhadora. Essas contra tendências contradizem a noção da crise final do capitalismo, que culminaria em seu iminente colapso e na implementação do socialismo. Essa nova fase do capitalismo, que emerge na passagem para o século XX, assume novas características:

a transformação da livre competição em competição regulamentada, dominada por cartéis nacionais e internacionais, trustes e monopólios; a fusão entre o Governo e o mundo dos negócios; e uma política econômica expansionista com relação a áreas capitalistas mais fracas ou a áreas não-capitalistas.⁵²

Diante dos desdobramentos dessa nova fase do sistema capitalista, a teoria marxista sofrerá diversas interpretações, destacando-se duas delas. A reformista (1º),

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 33.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 34.

⁵² Idem, ibidem, p. 36.

representada por Karl Kautsky e a tradição social-democrata, que defenderá que o proletariado poderia continuar a melhorar sua posição política e econômica e, por fim, estabelecer o Socialismo por meios legais e democráticos. E a ortodoxa (2º), representada – principalmente – por Lênin, defendendo a ideia de que após pequenos períodos de estabilização o capitalismo iria “explodir em conflitos armados entre as potências imperialistas” que iriam “provocar e exasperar crises econômicas”⁵³. Ambas as interpretações – a reformista e a ortodoxa – serão criticadas por Marcuse.

De acordo com Marcuse, a estratégia de Lênin se baseava em dois princípios: 1º– incorporar o campesinato na luta revolucionária; 2º– reavaliar a conjuntura do desenvolvimento capitalista e revolucionário na era do imperialismo. É exatamente a predominância da consciência reformista e conformista entre a classe trabalhadora que irá deslocar o foco do marxismo para “países atrasados, predominantemente agrícolas” – como era o caso da Rússia czarista – nos quais o fraco desenvolvimento do capitalismo oferecia melhor chance de sucesso para a revolução, tendo em vista que o “potencial revolucionário do operariado industrial, em todo mundo adiantado, parece declinar”⁵⁴. O marxismo soviético irá se desenvolver a partir dessa análise que Lênin faz da mudança na estrutura da classe operária no final do século XIX e início do século XX. Para Marcuse, Lênin estava estacionado a uma leitura tradicional do proletariado revolucionário, amparado em uma noção equivocada de uma “aristocracia do trabalho”, que afirmava que apenas uma pequena parte do proletariado – que usufruía dos “altos salários advindos de lucros dos monopólios”⁵⁵ – estava corrompida por ideias conformistas e reformistas que se pautavam no interesse de preservação do sistema estabelecido, e era essa facção reformista o verdadeiro alvo do combate de Lênin. No entanto, o caráter predominantemente reformista da oposição – presente na atitude colaboracionista do proletariado, na estratégia política do partido social-democrata e na direção da burocracia sindicalista – mesmo anteriormente a primeira guerra mundial, já refletira a nova condição econômica integrada da maior parte da classe trabalhadora dos países industrializados.

A partir dessas formulações o leninismo abria espaço para uma organização centralizada que era justificada pela “imaturidade” do proletariado, retirando este do

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁵⁵ Idem.

centro – de seu papel enquanto sujeito da revolução – e deslocando o protagonismo para a vanguarda revolucionária. Com essa estratégia da vanguarda revolucionária, Lênin reconhecia na prática “aquilo que negava em sua teoria, isto é: que havia ocorrido uma mudança fundamental nas condições objetivas e subjetivas para revolução”⁵⁶. O Partido centralizado monopoliza o fator subjetivo da estratégia revolucionária e passa a exercer a função de vanguarda proletária, uma organização profissional que deve dirigir o proletariado, tendo em vista que a imaturidade do proletariado o torna incapaz de diferenciar seus interesses “imediatos” de seus interesses “reais”.

Por encontrar-se desvinculada da verdade demonstrada pela prática, a teoria ortodoxa do marxismo transforma-se em mera propaganda, sendo útil apenas como “instrumento ideológico para manipulação das massas”⁵⁷. Já na década de cinquenta, Marcuse reconheceu a dificuldade do Estado soviético em se manter diante de “um mundo capitalista muito mais poderoso”⁵⁸. E na década de sessenta ele já previra o iminente colapso da União Soviética: “hoje, diante da gigantesca força expansiva e agressiva do sistema capitalista tardio, o totalitarismo do leste se encontra materialmente na defensiva, e se defende, aliás, de forma desesperada”⁵⁹. E esse desgaste do bloco soviético se deve, em grande parte, ao fato de que a revolução socialista não se realizou nos países mais industrializados e desenvolvidos, mas “nas terras mais atrasadas da Europa, e que desde então esse socialismo-totalitarismo se encontra em luta ininterrupta contra a crescente força do capitalismo do oeste”⁶⁰. Até mesmo Lênin reconheceu que certos Estados ocidentais poderiam retardar o processo revolucionário ao fazer algumas “concessões insignificantes” ao proletariado e “criar algo parecido com uma *paz de classes*”⁶¹. A concepção soviética sobre o capitalismo permaneceu, fundamentalmente, a mesma durante todo período stalinista, e mesmo que a doutrina stalinista dos “dois campos” chegasse “quase a reconhecer a unificação do campo capitalista”⁶², nunca alterou sua concepção básica de que contradições internas e externas desembocariam uma crise geral do capitalismo.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 39.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 45.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 50.

⁵⁹ MARCUSE, Herbert. *El final de la utopía*. Barcelona: Planeta De Agostini, 1986, p. 113. (Tradução livre).

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 111. (Tradução livre).

⁶¹ LÊNIN apud MARCUSE, 1969b, p. 51. (grifo do autor).

⁶² MARCUSE, 1969b, p. 59.

As diferenças entre o período inicial da Revolução Bolchevique e do período do Stalinismo são óbvias, e apareceram sob a forma do terror stalinista com o “crescimento constante do totalitarismo e da centralização autoritária”⁶³, no qual a ditadura *do* proletariado se converte em ditadura *sobre* o proletariado e o campesinato. A natureza paradoxal do Estado soviético consiste no fato de que “o mais metódico dos sistemas de dominação se destina a preparar o terreno para a liberdade”⁶⁴. Marcuse não aceita a concepção de que o marxismo soviético é mera ideologia, que serve como instrumento do regime, nem a concepção de que é uma sociedade socialista conforme a concepção marxista.

O principal ponto de contradição a se considerar em relação à estrutura de organização da sociedade soviética é a direção do processo de produção. A produção é nacionalizada sob o controle de uma administração totalitária centralizada do Estado. No entanto, a “nacionalização e abolição da propriedade privada” sobre os meios de produção não constituem sozinhos uma mudança substancial, conquanto seja exercido um “controle e uma centralização sobre a população”⁶⁵. Desse modo, a nacionalização se apresenta como um simples aperfeiçoamento das formas de dominação. Portanto, “nacionalização” é algo muito diferente de “socialização”, e se a revolução socialista “não transfere para o trabalhador o controle sobre os meios [de produção]”⁶⁶, então ela não será essencialmente diferente da sociedade capitalista, pois esse controle “capitalista” do Estado sobre a produção reproduz os antagonismos que a sociedade socialista deveria superar. A manutenção do aparato estatal repressivo é justificada pelo Marxismo Soviético devido à existência de uma “ameaça capitalista”, ou seja, enquanto a economia política capitalista estiver integrada contra o bloco comunista. Somente após a eliminação da ameaça de agressão capitalista o Estado se “atrofiará”.

O segundo ponto contraditório que devemos analisar sobre a estrutura soviética é substituição do controle popular e operário pelo monopólio de uma burocracia política, econômica e militar que determina as necessidades sociais da massa governada da população. Essa burocracia estatal forma uma “classe” separada do resto da população, conquanto entendermos “por classe o grupo que exerce funções governamentais e empresariais como uma função separada na divisão social do trabalho”, sendo que a

⁶³ Idem, ibidem, p. 73.

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 90.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 80.

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 94.

“exclusividade de suas funções a torna independente do povo que ela governa e administra”⁶⁷. Essa nova elite dirigente constituída pela burocracia governamental goza de privilégios que são abertamente publicizados pela imprensa oficial, sendo que essa burocracia tem interesse vital na manutenção e no fortalecimento de sua posição privilegiada. A burocracia perpetua seu domínio por meio do controle que exerce sobre a propriedade, o aparato coercitivo e administrativo, etc. Enquanto classe dirigente, a burocracia é dividida em vários grupos (econômica, política, empresarial, militar, partidária, etc.) que disputam entre si o controle social. Nesse cenário, o “terror competitivo [...] assola a burocracia toda”⁶⁸, o temor de sofrer uma punição, seja ela administrativa, técnica ou política, por uma falha e por ventura perder a posição de poder é constante. O papel e a força do terror tornava o sistema soviético semelhante “a qualquer sistema social competitivo”⁶⁹. O marxismo soviético procurava justificar essa contradição afirmando que o processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais e intelectuais eliminariam as diferenças entre trabalho físico e mental, o que tornaria as funções intercambiáveis entre os indivíduos e a burocracia se tornaria aberta e perderia seu caráter político. No entanto, toda sociedade não homogênea é constituída de grupos com interesses diversos, sendo que mesmo que se houvesse um “interesse comum”, este sempre será oposto aos “interesses de alguns grupos (os privilegiados) dessa sociedade”, pois a necessidade social “não é idêntica às necessidades individuais”⁷⁰.

1.2 Contrarrevolução e restauração: rumo ao totalitarismo fascista.

Podemos dizer que Lênin estava certo em sua análise inicial: as crises do sistema capitalista se agravaram após períodos de conflito entre as grandes potências imperialistas, eclodindo na primeira e segunda guerras mundiais. Contudo, talvez Lênin não tenha vislumbrado a capacidade do sistema de se reorganizar – recorrendo inclusive ao totalitarismo fascista como seu último recurso. O trabalho de Marcuse – desde seus ensaios da década de 1930 – dá uma fundamental importância à análise dos movimentos

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 106.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 110.

contrarrevolucionários e sua capacidade de conter a transformação social. Nesse sentido, o totalitarismo fascista e outros regimes autoritários de direita – seja os regimes totalitários da Europa da primeira metade do século XX ou os regimes autoritários da América Latina e outras áreas subdesenvolvidas nas décadas seguintes – aparecem como último recurso da ordem capitalista, seja como reação em períodos de crise do capital, seja como guerra preventiva contra qualquer ameaça de desintegração, principalmente o grande “fantasma” da ameaça comunista.

Todo o período que procede à Revolução Francesa é marcado pelo desenvolvimento da teoria da contrarrevolução. Em seu princípio essa teoria, que possui um caráter e objetivo puramente reacionário, procurava combater os efeitos da revolução e reinstaurar os privilégios perdidos da aristocracia e do clero, ou seja, era “a favor dos grupos feudais e clericais contra a burguesia como portadora da revolução”⁷¹. No entanto, no decorrer de sua história ela é apropriada pelas camadas dominantes da burguesia: a classe burguesa se torna o sujeito-agente da contrarrevolução. A burguesia recorrerá às estratégias da contrarrevolução sempre que a ordem social por ela estabelecida estiver ameaçada – em crises internas do capital ou pelo desenvolvimento de forças sociais antagônicas – assim, o domínio burguês é garantido contra o antigo regime feudal da aristocracia até alcançar “a dominação absoluta [...] contra o ataque de todas as forças progressistas”⁷². Nessa escalada para conquista e manutenção do poder, a burguesia negará todos os valores antes professados por ela na época revolucionária. A teoria burguesa irá empreender todos os esforços no sentido de justificar todas as contradições e antagonismos de classe. Desse modo, a construção burguesa do Estado acompanhará o movimento da contrarrevolução.

A autoridade do Estado e da organização social existente ganhará uma constituição divina e natural. A construção da ordem social perde seu viés como expressão racional e deliberativa da vontade dos seres humanos, que era o fundamento da constituição política do período revolucionário⁷³. Na teoria da restauração a autoridade é fundada no irracionalismo e no tradicionalismo, que rejeitarão toda busca de alteração da ordem de dominação, ou seja, a “dominação se transforma em um

⁷¹ MARCUSE, Herbert. Estudo sobre a autoridade e a família. In: MARCUSE, Herbert. *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 116.

⁷² Idem.

⁷³ A teoria da restauração irá combater todas as teorias progressistas, os teóricos contratualistas, principalmente Rousseau, serão seu primeiro alvo; mais tarde será a vez de Hegel.

carisma entregue por Deus à pessoa eventualmente dominante”⁷⁴. O domínio será justificado a partir de uma superioridade de classe, “em toda sociedade constituída por classes distintas, necessariamente algumas classes se encontram em situação superior”⁷⁵, e as classes “inferiores” devem “necessariamente”, ser governadas. O homem subjugado por essa estrutura “só quer ser dominado e conduzido”, de modo que, para ele “a total dependência, afinal de contas, ainda é o melhor”⁷⁶. Na justificação antropológica da restauração o ser humano aparece como um ser naturalmente voltado para a maldade, cujas tendências selvagens que “se resume em destruir”⁷⁷ devem ser controladas por um soberano.

Segundo Max Horkheimer, em determinados períodos – devido a uma decadência econômica de determinado modo de produção e ao relaxamento das formas culturais de vida correspondentes a esse modo – o desespero da maior parte da população pode se transformar em revolta e grupos progressistas podem galgar a alteração do modelo existente. Contudo, esses momentos são “raros e breves” e “a ordem deteriorada é rápida e precariamente restaurada e aparentemente renovada”⁷⁸. A ação da restauração permanece por longos períodos, nos quais seu aparelho cultural é fortificado e age “tanto como disposição psíquica do homem, quanto também como conexão de instituições entrelaçadas”⁷⁹. Uma revolução que destrua completamente a forma social estabelecida é um fato histórico que não é frequente, já que a estrutura da vida material exterior ao indivíduo, dada pelo campo econômico e social, causa também uma alteração da estrutura psíquica, assim, uma mudança na estrutura exterior não altera de imediato a estrutura interna do indivíduo. O sistema de comportamento de determinada época e classe é condicionado conforme esses fatores externos de maneira que os indivíduos “se ajustam à sua situação mediante manobras psíquicas conscientes e inconscientes”, ou seja, “os homens de uma determinada camada social se conformam com suas condições materiais e com os limites de sua real satisfação”⁸⁰. Esse desejo de conservação da estrutura ocorre porque a destruição da estrutura antiga e a mudança para uma nova exigiriam do indivíduo “crescente atuação racional [...] força e

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 118.

⁷⁵ BURKE apud MARCUSE, ibidem, p. 118.

⁷⁶ MARCUSE, ibidem, p. 119.

⁷⁷ DE MAISTRE apud MARCUSE, ibidem, p. 119.

⁷⁸ HORKHEIMER, Max. Autoridade e Família. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica: uma documentação (Tomos I)*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 185.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 190.

coragem”, ou seja, um enorme “esforço psíquico”⁸¹. Por isso, para Horkheimer só se pode esperar uma mudança estrutural na história universal se os homens mudarem antes, ou seja, se ela for “precedida de algumas lutas no campo intelectual”⁸².

Na busca pela dominação das massas, a teoria da restauração – primeiramente – buscará fundamentar essa dominação através da doutrina da justificação social da autoridade. Desse modo, “o respeito pelo que existe” torna-se “a base física da ordem de dominação social”, e o “Estado e a sociedade” são elevados “acima de todo poder humano”⁸³. A teoria da contrarrevolução já contém o embrião dos princípios que serão a base do totalitarismo fascista: o preconceito, a superstição e a crença. Esses valores ditados pela restauração tornar-se-ão as “virtudes supremas do homem”⁸⁴, a base sobre a qual a moralidade e o governo se assentarão. Para De Maistre, citado por Marcuse, os cidadãos devem ser “crentes cuja fidelidade é exaltada até a fé, e a obediência até o entusiasmo e o fanatismo”⁸⁵. De tal modo, se realiza a dominação das massas submetendo a razão individual ao preconceito universal. A segunda forma pela qual se dá essa dominação das massas é o estabelecimento do patriotismo, um dos dogmas nacionais cardeais. Por meio do preconceito e do patriotismo como base da estrutura social, a restauração realiza a apologia à autoridade e à submissão. Segundo De Maistre, os homens que governam devem ser “separados da massa do povo”, considerando seu nascimento e riqueza, pois “se o poder não está fora de seu alcance, se a multidão pode acreditar-se igual ao pequeno número que governa, não existe mais governo”⁸⁶.

A teoria da contrarrevolução cria o tradicionalismo moderno como defesa da ordem social ameaçada, sua força conservadora e preservadora coloca a autoridade como o cerne do processo civilizatório. A autoridade torna-se o primeiro meio de conhecimento e instrução, que são recebidos “por fé e sem exame”⁸⁷. A autoridade torna-se a formadora da razão no homem. O “povo” é submetido, incondicionalmente, ao poder da autoridade que o dirige. Além de sua fundamentação simbólica na sanção divina e natural, o sistema de dominação social tem sua base de sustentação material nas relações de propriedade. Assim, “a autoridade é igualmente uma autoridade da

⁸¹ Idem.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 189.

⁸³ MARCUSE, 1972, p. 120.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ DE MAISTRE apud MARCUSE, *ibidem*, p. 121.

⁸⁶ DE MAISTRE apud MARCUSE, *ibidem*, p. 122.

⁸⁷ BONALD apud MARCUSE, *ibidem*, p. 123.

propriedade”⁸⁸. Dessa forma, a família desempenha um papel fundamental para preservação do sistema social da autoridade. A hereditariedade da transmissão do poder social e da riqueza garantem a manutenção da ordem dominante. Tendo em vista que o tradicionalismo autoritário compreende que “é na família que são transmitidos, originalmente, aqueles ‘dogmas e preconceitos’ que ele proclamou como base da sociedade”⁸⁹, a família representa a imagem de toda dominação social. Daí deriva a importância para o tradicionalismo conservador de preservar, no seio familiar, a transmissão de seus dogmas e preconceitos, salvaguardando a família da influência de agentes externos que possam corromper os dogmas e preconceitos tradicionais.

Na Alemanha, diferentemente da França, a burguesia não tinha um desenvolvimento econômico significativo, e a monarquia feudal só irá se confrontar com a revolução em meados do século XIX. Evitar uma nova Revolução Francesa ou – o que seria calamitoso para os objetivos da restauração – “uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa”⁹⁰, torna-se o objetivo supremo das potências imperialistas a partir de 1815, que haviam gasto mais de 25 anos para derrotar os desdobramentos produzidos pela Revolução de 1789. Contudo, segundo Hobsbawm, nunca na história da Europa, ou em qualquer outra parte do mundo, o ímpeto revolucionário se espalhou de forma tão endêmica e tão geral quanto no período entre 1815 e 1848. Porém, o saldo final dessa série de acontecimentos revolucionários não será positivo para as classes populares, esse período irá marcar a derrota definitiva da aristocracia e a “classe governante nos próximos 50 anos seria a ‘grande burguesia’ de banqueiros, grandes industriais”⁹¹ e alguns altos funcionários que promovessem a política liberal-burguesa. O controle político administrativo das instituições liberais burguesas era garantido contra a democratização do sistema político por meio das restrições de voto por critérios de qualificação educacional ou censitários para os eleitores. Do ponto de vista da Restauração todos os movimentos revoltosos daquele período (jacobinismo, sansculotismo, robespierrismo, babovismo, blanquismo, etc.) eram igualmente subversivos, embora “alguns mais perigosos do que outros, porque tinham maiores possibilidades de inflamar as massas ignorantes e empobrecidas”⁹².

⁸⁸ MARCUSE, 1972, p. 124.

⁸⁹ Idem, ibidem, p. 125.

⁹⁰ HOBSBAWM, 1977, p. 127.

⁹¹ Idem, ibidem, p. 129.

⁹² Idem, ibidem, p. 131.

Todavia, os movimentos revolucionários eram restritos a certos grupos vanguardistas⁹³, “pequenas elites de emancipados e progressistas atuando entre – e para o eventual benefício de – uma vasta e inerte massa do povo ignorante e iludido”, que consideravam que a massa receberia com alegria a libertação, mas que “não se podia esperar que tomasse parte em sua preparação”⁹⁴.

A filosofia do direito de Friedrich Julius Stahl, publicada inicialmente durante a revolução de Julho de 1830, consolida a teoria de Estado da restauração, sendo em seus fundamentos a primeira teoria de Estado puramente autoritária da Alemanha. O objetivo da organização política, segundo essa teoria, é a conservação e fortalecimento de uma autoridade “elevada acima dos homens”, logo, as teorias que “tomavam a vontade humana como ponto de partida”⁹⁵ eram todas revolucionárias, portanto, deviam ser combatidas. Marcuse designa com o nome de “personalização irracional e estabilização tradicionalista da ordem de dominação (feudal-aristocrática) vigente”⁹⁶ o conjunto das teorias do Estado autoritário surgidas nesse período. De acordo com a teoria da personalização irracional da autoridade de Stahl, o aparelho de Estado – dominado pela personalidade autoritária e isolado de qualquer fundamentação – é individualizado e transfigurado em coisa em si suprema. O Estado se torna o “*poder único, supremo e soberano* sobre a terra”⁹⁷ e a individualização do aparelho de Estado – que o isola de qualquer fundamentação em relação ao indivíduo dotado da autoridade – abre espaço para “mutabilidade do portador da autoridade” – essa mutabilidade em conjunção com “a manutenção das relações de produção”⁹⁸ deixa aberto um compromisso com a burguesia em ascensão. A estratégia da restauração alemã, diversamente da contrarrevolução francesa, visava a despersonalização da figura do indivíduo dotado de autoridade. O “líder” não representa a si mesmo, mas encarna a autoridade suprema do Estado. O “Estado” está acima de todos os indivíduos, e é a ele que os súditos devem obediência. A autoridade do Estado obtém um caráter totalmente irracional, pois é uma forma de autoridade que “só pode exigir obediência, mas não pode mais fundamentá-

⁹³ Esses grupos revolucionários vanguardistas surgidos no início do século XIX adotavam a mesma forma de organização: a secreta irmandade insurrecional. Os *carbonari* foram uma das mais conhecidas e atuou na Itália, França, Portugal, Espanha, Brasil e Uruguai nos séculos XIX e XX, participando nas revoluções de 1820, 1830-1831 e 1848.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 133.

⁹⁵ MARCUSE, 1972, p. 127.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 128.

⁹⁷ STAHL apud MARCUSE, *ibidem*, p. 128. (grifo do autor)

⁹⁸ MARCUSE, 1972, p. 128.

la”⁹⁹. A obediência à ordem dada, independente de seu conteúdo, torna-se a definição da justiça.

1.3 Nação, nacionalismo e nacionalidade: o desenvolvimento do nacionalismo como elemento de integração do indivíduo à sociedade.

Os movimentos nacionalistas que começam a se formar após as revoluções de 1830 – muitos destes inspirados ou formados por Giuseppe Mazzini – marcaram a desintegração do movimento revolucionário europeu em frações de caráter nacional. Contudo, o nacionalismo no sentido moderno e ideologicamente ligado a movimentos de direita só apareceu no final do século XIX, avançando drasticamente entre 1880 e 1914. O nacionalismo de direita que emerge no final do século XIX tinha como essência “a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita política”¹⁰⁰, ainda que na maior parte do século XIX os movimentos nacionalistas fossem identificados com movimentos liberais e radicais, muitos deles ligados, tradicionalmente, com a revolução francesa. Em meados do século XIX o que chamamos nacionalismo era conhecido, segundo Hobsbawm, como “princípio de nacionalidade”. Entre os anos de 1848 e 1870 a política internacional europeia se pautava em torno da criação de nações-estado, e diversos povos “Alemães, italianos, húngaros, poloneses, romenos e o resto afirmaram seu direito de serem estados independentes e unidos”¹⁰¹. Mesmo que, historicamente, seja um fato a existência de “grupos distintos de homens diferenciando-se a si mesmos de outros grupos por uma variedade de critérios” e que havia uma identidade coletiva que marcava grupos humanos distintos como uma “nação” (“definida por sua história, cultura comum, composição étnica e [...] a *língua*”¹⁰²), a ideia de “nacionalidade” aparece no século XIX como um fenômeno totalmente novo e é aceito como algo dado, natural¹⁰³. Ou seja, a base ideológica que fundamenta o

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 128.

¹⁰⁰ HOBBSAWM, Eric. *A dos impérios (1875-1914)*. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 207-208.

¹⁰¹ HOBBSAWM, 1982, p. 97-98.

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. 99.

¹⁰³ A divergência entre o movimento de formação do Estado-Nação e a ideologia do nacionalismo é evidenciada em muitos casos, como no da Itália que, segundo Hobsbawm (1982), logo após sua unificação, era estimado que somente 2,5% de seus habitantes falavam a língua italiana. Segundo Hobsbawm (1990), a “nação” entendida como um modo natural ou divino de classificar as pessoas é um mito e não é possível compreender está noção fora da relação com o Estado territorial moderno (Estado-Nação). Os nacionalismos, segundo o autor, é que formam o Estado e a nação, não o contrário.

nacionalismo vai muito além de um fundamento histórico e cultural que liga um determinado povo por sua tradição e ancestralidade comuns.

O desenvolvimento do sentimento nacional será fundamental para impor obediência na massa popular – a base de todos os nacionalismos era a mesma: “a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com ‘sua’ nação e podiam ser mobilizadas [...] presteza que podia ser explorada politicamente”¹⁰⁴. Toda revolta se transforma em um crime contra toda Nação, crime de lesa-pátria. As revoltas contra a ordem estabelecida não representam mais um ato contra o Monarca que encarna em si a autoridade. Com o desenvolvimento do Estado-Nação as revoltas e a desobediência ao “líder” da Nação tornam-se crimes contra a pátria. O crescimento do nacionalismo a partir de 1830 frustrou as perspectivas internacionalistas e unificadoras dos movimentos revolucionários que se desenvolveram durante o período da Restauração. O crescimento da participação política no interior dos recém-formados Estados-Nação – participação que culminaria no desenvolvimento da política de massa – implicaria que os diversos partidos que “competiam pelo apoio de um mesmo grupo de seguidores” fossem “obrigados a realizar escolhas mutuamente excludentes”¹⁰⁵. Os partidos ligados ao movimento operário, que apelavam ao eleitorado por meio da identificação de classe, logo perceberam a relevância da “questão nacional”, posto que os partidos conservadores e nacionalistas disputavam o mesmo eleitorado apelando ao argumento de nacionalidade. Esse fato explica a relevância que “quase todo teórico marxista, desde Kautsky até Rosa Luxemburgo [...] chegando a Lenin e ao jovem Stalin”¹⁰⁶ deu à questão da identificação nacional. E na medida em que a identificação nacional se tornava uma força política no interior do Estado, todas as outras diferenciações políticas, como a questão econômica (de classe), eram sobrepujadas.

Sobre as mudanças que ocorreram no nacionalismo político durante o século XIX podemos destacar como as principais características¹⁰⁷: 1º– o crescimento do nacionalismo de direita, que culminaria, em sua expressão mais extrema, no surgimento do Nazifascismo; 2º– o pressuposto de que a formação de Estados independentes não se aplicava apenas àqueles que mostrassem viabilidade econômica, política e cultural, mas

¹⁰⁴ HOBBSAWM, 2015, p. 207.

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p. 208.

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p. 208-209.

¹⁰⁷ Para mais detalhes ver: HOBBSAWM, Eric. *A dos impérios (1875-1914)*; HOBBSAWM, Eric. *A era do capital* e HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*.

para todo grupo que reivindicasse o título de nação; 3º– a autodeterminação de uma nação só pode ser satisfeita com a total independência do Estado; 4º– a tendência para definir nação em termos étnicos e principalmente em termos de linguagem; 5º– a identificação das nações com um território exclusivo, fato que criou problemas de migração em massa em diversas partes do mundo. Essas principais características, além de diversas outras, proporcionavam aos governos um controle constante na vida de seus cidadãos – de forma muitas vezes sutil, os agentes do Estado estão presentes em todos os espaços da vida cotidiana, “desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro”¹⁰⁸. Destarte, em muitos Estados o ensino de outra língua diferente da língua oficial fora legalmente proibido. Assim, na medida em que “as massas eram trazidas para a política através das eleições” a autoridade não podia se pautar mais na submissão espontânea à maneira tradicional, e de maneira a garantir a obediência precisavam “de um modo de ligar os súditos do Estado contra a subversão e a dissidência”¹⁰⁹. A “nação” oferecia um elemento de coesão social que ligava todos os cidadãos, independente de outros fatores que diferenciavam a população de um Estado: como a religião, a etnia, a classe social, etc. Entretanto, o nacionalismo de Estado gerava um enorme problema: tornava estranhos os indivíduos que não se identificavam com a nacionalidade oficial do Estado.

O movimento nacionalista em sua primeira fase foi puramente cultural, literário e folclórico, sem implicações políticas particulares e/ou nacionais – nessa fase, (folclórica e romântica) incidia essencialmente sobre extrato social intermediário entre as massas e a burguesia ou a aristocracia ainda existente, “especialmente os literatos: professores, camadas inferiores do clero, alguns pequenos comerciantes e artesãos urbanos”¹¹⁰. Em sua segunda fase, o movimento nacionalista, já abarcaria um grupo de militantes entre os movimentos vanguardistas, que são os entusiastas da “ideia nacional”. Contudo, nessas duas primeiras fases o movimento nacionalista ainda carecia do apoio da massa da população, composta, fundamentalmente, pelo campesinato e pelos trabalhadores urbanos em geral. De fato, as massas são a última camada do extrato social a serem afetadas pelo movimento nacionalista. Apenas em sua terceira fase o

¹⁰⁸ HOBBSAWM, 2015, p. 215.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ HOBBSAWM, 1982, p. 105.

nacionalismo se torna um movimento de massa. Essa terceira fase vamos abordar na próxima secção.

1.4 A crítica marcuseana do movimento nacional-socialista: o nacionalismo como fenômeno de massa.

Com a adição de elementos sociais que atraíssem as massas populares – ainda que esses elementos sociais existissem apenas como artifício de retórica no discurso dos líderes nacionalistas – o nacionalismo “tornou-se genuinamente popular”¹¹¹. Em carta endereçada a Horkheimer e datada de 15 de outubro de 1941, Marcuse afirmara que o nacional-socialismo alemão é a realização do indivíduo burguês. Segundo o pensador alemão, o movimento nacional-socialista não alterou as estruturas básicas de classe e de relação de produção, a organização econômica do nacional-socialismo alemão era construída “em torno dos grandes conglomerados industriais que, em grande parte com auxílio do governo, aumentaram seu domínio”¹¹², o processo produtivo permanece dominado por pequenos grupos que controlam os instrumentos de trabalho. A partir de 1933 as elites econômicas mantêm-se estreitamente ligadas com a elite do partido nacional-socialista. No entanto, essas “não perderam suas funções sociais e econômicas”¹¹³. Tampouco, o movimento nacional-socialista representa uma restauração das antigas formas de dominação e estratificação social. Apesar de o regime ter restaurado o poder de antigas forças que tinham perdido seu domínio após a instauração da República de Weimar, “o exercito voltou a ser um Estado dentro do Estado, a autoridade do empresário [...] ficou livre de várias limitações e a classe operária foi contida sob o controle totalitário”¹¹⁴.

As características mais evidentes e geralmente destacadas do movimento nacional-socialista, segundo Marcuse, são: “1. o caráter totalitário do Estado e 2. o caráter autoritário da sociedade.”¹¹⁵. Essas características conduzem à ideia de um domínio absoluto do Estado sobre a vida social, sobre a esfera privada e à supressão do

¹¹¹ HOBSBAWM, 2015, p. 234.

¹¹² MARCUSE, Herbert. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999, p. 107.

¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 107.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 108.

¹¹⁵ Idem.

indivíduo e de todos os seus direitos. Contudo, como iremos destacar a seguir, outras características essenciais do movimento nacional-socialista demonstram que sua oposição à esfera de valor burguesa é apenas aparente. Primeiro, sua tendência em “abolir qualquer separação entre Estado e sociedade”¹¹⁶, ou seja, uma fusão entre Estado e sociedade, no qual o governo passa a ser exercido diretamente pelos grupos sociais dominantes, que controlam diretamente o poder político do Estado. Segundo, a forte manipulação que exerce sobre as massas que liberam “os instintos mais brutais e egoístas do indivíduo”¹¹⁷. Ao assumir o poder o nacional-socialismo liquidou as características fundamentais do Estado moderno: “equilibrar as atividades sociais competitivas”; “O domínio da lei”; “o monopólio do poder coercitivo e a soberania nacional”¹¹⁸, ou seja, essas características que apontam a separação entre Estado e sociedade serão abolidas pelo regime nazifascista. No Estado moderno o domínio da lei se constituía como validade universal para ordenação dos conflitos, tanto como regulação para conflitos dos interesses privados, como para regular a ação do Estado sobre a sociedade. A lei deixa de ter validade universal e passa a ter validade particular, sendo diferente para cada estrato social, uma para membros do partido, outra para o exército, outra para cidadãos comuns ou de acordo com critérios étnicos e raciais. A lei segue somente critérios de interesses sociais e políticos do grupo dominante. O Estado dominado por um único grupo social perde sua autonomia e torna-se um mero “órgão executivo dos interesses econômicos imperialistas”¹¹⁹.

Segundo Alfred Rosenberg – considerado o principal ideólogo do nacional-socialismo, citado por Marcuse¹²⁰ – o Terceiro Reich não promove um Estado totalitário, mas a totalidade do movimento nacional-socialista. Mesmo Hitler era contrário a um Estado totalitário – “a percepção básica é que o Estado representa não um fim, mas um meio [...] é o pressuposto para formação de uma cultura humana superior, mas não sua causa”¹²¹. Para compreender o movimento nacional-socialista é necessário compreender outro elemento basilar de sua ideologia: sua concepção racial. O nacional-socialismo é um “movimento que repousa sobre o fundamento da raça”

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 109.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 111.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ HITLER apud MARCUSE, *ibidem*, p. 111.

[sic!] ¹²². A nacionalidade é definida a partir do elemento racial, “a nacionalidade, ou, melhor, a raça, não está na língua que se fala, mas no sangue” ¹²³. O Estado na ideologia nacional-socialista é concebido como um meio para conservação e progresso de uma “raça superior escolhida por Deus” ¹²⁴, sendo que “a finalidade principal de um Estado nacionalista é a conservação dos primitivos elementos raciais” ¹²⁵. A finalidade do Estado é tornar possível a expansão das capacidades físicas e espirituais existentes na “raça superior”, garantir que as “leis eternas da natureza” não sejam corrompidas, acelerar o processo “natural” de domínio da “raça superior” e a eliminação das “raças inferiores”. Essa concepção organicista se transforma em um mito, que “como mito esconde a depravação organicista e o deslocamento forçado do processo social e histórico” ¹²⁶. Esse mito naturalista se inicia pela evocação do natural como algo “eterno” e como “vontade divina” – nesse ponto a natureza transformar-se-á no grande antagonista da história. Segundo a mística do nacional-socialismo, o “Povo” que compõe sua mítica “Nação” está “sujeito ao sangue, surge do solo, provém a nação com força indestrutível e permanente, está unido por características de ‘raça’, cuja preservação é condição para ‘saúde’ do povo” ¹²⁷.

No entanto, a raiz dessa ideologia racial não está nos teóricos nazistas, segundo Domenico Losurdo ¹²⁸, Rosenberg, Goebbels e outros teóricos do nacional-socialismo alemão se embasaram nos acadêmicos dos Estados Unidos, como Theodore Lothrop Stoddard ¹²⁹ e Madison Grant. Stoddard no prefácio de seu livro *A revolta contra civilização: a ameaça do sub-homem* escreve:

¹²² HITLER, Adolf. *Minha luta*. Versão Digital, 1925, p. 361. Disponível em: <<https://teiahistorica.com/2017/09/03/mein-kampf-ou-minha-luta-o-livro-escrito-por-adolf-hitler-pdf/>> Acesso em: 27/04/19. Foi utilizada uma versão independente digitalizada da obra devido à dificuldade em se encontrar a obra no mercado editorial tradicional. Não consta nessa tradução data de publicação, por isso, foi usada aqui a data da publicação original como alternativa para referência.

¹²³ Idem, *ibidem*, p. 358.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, p. 367.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 363.

¹²⁶ MARCUSE, Herbert. *The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State*. In: MARCUSE, Herbert. *Negations: Essays in Critical Theory*. Translations from the German by Jeremy J. Shapiro. London: Myflybooks, 2009, p. 16. (Tradução livre).

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 15. (Tradução livre).

¹²⁸ LOSURDO, Domenico. *Guerra e Revolução. O mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2015.

¹²⁹ Theodore Lothrop Stoddard (1883–1950) foi um supremacista branco, historiador, jornalista, advogado e cientista político. Stoddard escreveu diversos livros defendendo teorias eugenistas e o racismo científico. Entre suas obras mais conhecidas estão: *The Rising Tide of Color Against White World-Supremacy*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1920 e *The Revolt Against Civilization: The Menace of the Under-man*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1922.

A revolta revolucionária que hoje aflige o mundo inteiro vai muito além do que se geralmente supõe. Sua causa raiz não é a propaganda bolchevique russa, nem a última guerra, nem a revolução francesa, mas, o processo de empobrecimento racial, que destruiu grandes civilizações no passado e que ameaça destruir a nossa. Esta sombria influência maligna da sociedade civilizada tem sido corretamente diagnosticada apenas nos anos atuais. A importante descoberta biológica da última geração revelou o verdadeiro funcionamento daquelas, até agora, misteriosas leis da vida das quais, em última análise, todas as atividades humanas dependem.¹³⁰

Rosenberg considerava o conflito entre a “república preta e branca da França” e a “Alemanha Nórdica” inevitável – segundo ele, o grau de miscigenação em que a França se encontrava representava o maior perigo para Europa, pois, segundo sua ideologia racista: “Em termos de necessidade biológica natural, a França abandonou a predominância racial na Europa”¹³¹. Seguindo algumas das ideias de Stoddard, Rosenberg defendia que “estes movimentos de caos racial só podem ser completamente entendidos em conexão com o movimento bolchevique”¹³². Rosenberg descreve o movimento bolchevique como uma mistura das ideias de Babeuf, Blanc, Bakunin, Tolstói, Lênin e Marx. O comunismo russo – representado pelo movimento bolchevique – era, segundo a ideologia nacional-socialista alemã e a ideologia racista dos eugenistas norte americanos, a maior ameaça à civilização, a maior revolta dos “sub-humanos”¹³³ contra a supremacia dominante da raça nórdica branca. O internacionalismo e a capacidade de atrair as massas – segundo os ideólogos nazistas e os supremacistas brancos dos Estados Unidos – tornava o movimento bolchevique a principal ameaça a ser combatida, considerado a principal ameaça à seleção biológica “natural” e ao progresso civilizatório. Stoddard considerava o bolchevismo russo não como um problema local russo, mas algo que “deve ser enfrentado, combatido e dominado em todos os cantos da terra”¹³⁴, pois representava uma rebelião do movimento proletário e do sindicalismo internacional “organizada contra a civilização”¹³⁵. O bolchevismo é

¹³⁰ STODDARD, Theodore Lothrop. *The Revolt Against Civilization: The Menace of the Under-man*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1922, p. 14. (Tradução livre).

¹³¹ ROSENGERG, Alfred. *The Myth of the 20th Century: An Evaluation of the Spiritual-Intellectual Confrontations of Our Age*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2016, p. 433. (Tradução livre).

¹³² Idem, ibidem, p. 435. (Tradução livre).

¹³³ Em inglês *Under-Man*, o termo foi criado por Stoddard e adotado depois pelos ideólogos nazistas, que traduziram o termo de Stoddard para o termo alemão *Untermenschen*.

¹³⁴ STODDARD, 1922, p. 176. (Tradução livre).

¹³⁵ Idem, ibidem, p. 177. (Tradução livre).

apresentado como “mero desenvolvimento das ideias já formuladas pelo sindicalismo”¹³⁶. Para Stoddard,

Os sindicalistas abandonaram a consideração marxista pelas massas em geral, negando a necessidade ou vontade por observar seus desejos e consideraram somente uma minoria do proletariado com consciência de classe - em linguagem simples sua própria massa.¹³⁷

Em cima dessa crítica feita por Stoddard podemos considerar que os erros no posicionamento dos movimentos sindicais e das teorias vanguardistas do socialismo, que se distanciavam dos interesses imediatos das massas e relutavam em incorporar as massas em suas fileiras, abriram espaço para que os movimentos de extrema-direita como o nacional-socialismo conseguissem conquistar essas massas.

A Alemanha contava com um enorme aparato de produção industrial no início do século XX. Após os desfechos da primeira guerra mundial, com o encolhimento do mercado interno, a perda do mercado externo e a legislação vigente na República de Weimar, esse aparato produtivo fica estagnado. Assim, segundo Marcuse, “a volta a uma política imperialista direta se ofereceu como a solução”¹³⁸ para atender as necessidades do capitalismo alemão. E uma ordem social baseada na expansão só poderia ser mantida “através da transformação do Estado democrático em um sistema político autoritário”¹³⁹. Por conseguinte, o imperialismo é outro elemento característico essencial para compreensão do movimento nacional-socialista (tema ao qual iremos analisar na próxima seção).

A interpretação do fascismo como um estado de exceção do capitalismo é corroborada segundo o próprio Hitler, conforme citado por Marcuse, que entendia que “a posição de poder é também a condição para o progresso da situação econômica”¹⁴⁰. Em discurso proferido no Clube da Indústria em Dusseldorf, em janeiro de 1932, Hitler baseava-se no “princípio da eficiência” para fundamentar sua posição de que frente a uma competição implacável dos mercados exportadores só uma política imperialista seria capaz de colocar a Alemanha como concorrente no mercado internacional, sendo o bolchevismo uma grande ameaça que “isola o continente asiático da comunidade

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 186. (Tradução livre).

¹³⁷ Idem. (Tradução livre).

¹³⁸ MARCUSE, Herbert. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: MARCUSE, 1999, p. 111.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p. 112.

¹⁴⁰ HITLER apud MARCUSE, *ibidem*, p. 113.

econômica humana”¹⁴¹ e impede que o emprego das indústrias desenvolvidas seja alcançado. Assim, a expansão econômica só pode ser implementada por meio da expansão e dominação política. Sob o controle do nacional-socialismo o Estado assumirá o papel de agente executivo da economia, tomando para si um risco que o capital privado não podia assumir: “a tarefa de criar um novo espaço para iniciativa do empresário”¹⁴², e essa tarefa só poderia ser assegurada eliminando a separação entre política e economia, Estado e sociedade. Essa coordenação do Estado sobre a economia a partir do princípio de eficiência favoreceu “os grandes monopólios e conglomerados”, excluindo do processo produtivo as indústrias que não mantivessem uma “capacidade industrial em uma escala imperialista”, além de escravizar “a classe operária pulverizada”¹⁴³. O partido nacional-socialista e seu líder ofereciam para os “grupos imperialistas dominantes a quem ele serviu desde o início” tudo o que precisavam para expandir seu domínio – seu aparato terrorista e ideológico “supervisiona a educação e o treinamento dos jovens, monopoliza o poder da polícia secreta da polícia normal, corrige o processo da lei sempre que conveniente”¹⁴⁴, e o terror que emprega mantém, eficazmente, as massas em silêncio.

Os velhos princípios do liberalismo que apregoavam: 1– que a busca pelo interesse particular é o motor do desenvolvimento; 2– que a sociedade é constituída pela atomização social individualista dos indivíduos e pelo estímulo à competição. São impulsionados através de diversas medidas – como a remuneração salarial “de acordo com a eficiência do indivíduo”¹⁴⁵ – adotadas como base para o gerenciamento da vida social e da organização do trabalho sob o regime nacional-socialista. No entanto, diferentemente dos países democráticos que buscam atenuar a extrema concentração de poder econômico, por exemplo, por meio de medidas contra cartelização e antidumping, o Estado nacional-socialista buscava “abolir ou corrigir os mecanismos que poderiam impedir tal concentração”¹⁴⁶. O nacional-socialismo efetiva o individualismo competitivo centrado no autointeresse – que está na base da ideologia liberal. As massas atomizadas e ardilosamente manipuladas são mobilizadas como força de trabalho pelo princípio de eficiência, permanecendo cada indivíduo seguindo seu autointeresse. A

¹⁴¹ HITLER apud MARCUSE, *ibidem*, p. 113.

¹⁴² MARCUSE, Herbert. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: MARCUSE, 1999, p. 114.

¹⁴³ *Idem*, *ibidem*, p. 115.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 123.

¹⁴⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 121.

unificação das massas ocorre pelo rebaixamento do autointeresse ao impulso de autoconservação. Esse esforço por preservar seu próprio ser (autoconservação) é maior do que o autointeresse e o auto-orgulho do indivíduo. E como afirmara Adorno e Horkheimer, essa “unidade da coletividade manipulada consiste na negação de cada indivíduo”¹⁴⁷, e os indivíduos atomizados na coletividade se transformam em “meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força”¹⁴⁸. É por meio da redução dos indivíduos a esse impulso de autopreservação que eles são, segundo Marcuse, “facilmente impelidos para as massas”¹⁴⁹, e essa coordenação dos indivíduos em uma multidão intensificou a “atomização e o isolamento entre eles”¹⁵⁰.

1.5 Imperialismo, a fase superior do capitalismo: as interpretações de Lênin, Bukharin, Arendt e Marcuse.

Lênin compreendia o imperialismo como um estágio superior do capitalismo internacional. Cinco características fundamentais definiam o imperialismo segundo Lênin¹⁵¹: 1º– a concentração da produção e do capital num grau de monopólio; 2º– a fusão entre capital bancário e capital industrial, gerando o capital financeiro dominado por oligarquias financeiras internacionais; 3º– a exportação de capitais ganha uma importância decisiva, que se difere da importação de mercadorias do estágio precedente; 4º– a formação de associações e tratados internacionais de capitais monopolistas; 5º– a partilha territorial do mundo entre as maiores potências capitalistas. Dessa forma, o imperialismo adentra em cena quando o capitalismo se desenvolve na dominação dos monopólios e do capital financeiro internacionais, ou seja, “o que é característico do imperialismo *não* é precisamente o capital industrial, *mas* o capital financeiro”¹⁵². Essa é a definição econômica que Lênin dá sobre o imperialismo. No entanto, no aspecto político ele define o imperialismo como uma tendência para a violência e para reação, ou seja, é pelo caráter belicista que o imperialismo é definido no campo político. Para

¹⁴⁷ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 24.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 41.

¹⁴⁹ MARCUSE, Herbert. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: MARCUSE, 1999, p. 123.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 122.

¹⁵¹ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹⁵² LENIN, 2012, p. 127.

Lênin, a política colonial de anexação não se reduz a territórios agrários¹⁵³, abarcando também regiões industrializadas, ainda que essas anexações não sejam feitas diretamente para si, mas “para enfraquecer o adversário e minar sua hegemonia”¹⁵⁴. Ou seja, as rivalidades entre as grandes potências e suas aspirações hegemônicas necessitam de uma política expansionista. As duas características histórico-concretas fundamentais do imperialismo contemporâneo são precisamente: 1º– a concorrência entre várias potências imperialistas; 2º– o predomínio do capital financeiro sobre o capital comercial/industrial.

Ainda segundo Lênin, não é possível desvincular a política imperialista da economia imperialista – sobre esse aspecto Lênin desferiu severas críticas a Karl Kautsky, cuja teoria ele denomina de reformismo burguês. Segundo Lênin, a conclusão de Kautsky era de que os monopólios na economia seriam compatíveis com uma política não violenta e não anexionista sendo, portanto a partilha territorial do mundo – que é a base das rivalidades entre as potências capitalistas – compatível com uma política não imperialista. Assim, mesmo que Kautsky defenda no campo político uma luta contra o imperialismo e contra as anexações, ele faz uma defesa velada e perigosa da conciliação com imperialismo, pois uma luta que deixe intacta as bases econômicas, dos trustes e dos bancos, “não passa de reformismo e pacifismo burgueses”¹⁵⁵.

Lênin critica a hipótese do ultraimperialismo apresentada por Kautsky. Segundo essa teoria do ultraimperialismo, os imperialismos do mundo todo se uniriam e as guerras entre as potências do capitalismo cessariam. Seria uma fase de exploração global do mundo pelo controle do capitalismo financeiro internacional unido. No entanto, essa hipótese é um fator que devemos analisar cuidadosamente no que diz respeito à política econômica internacional no decorrer do século XX e em seus desdobramentos no século XXI. A hipótese do superimperialismo, que Lênin e Bukharin viam como uma possibilidade remota e improvável, mostra-se como uma hipótese predominante, principalmente, a partir da década de 1980, com a ocorrência de eventos como a queda do bloco socialista e a expansão da política neoliberal. Organizações internacionais, como o banco mundial, o fundo monetário internacional e diversos fundos de investimento privados do setor bancário e do mercado financeiro

¹⁵³ Sobre esse ponto Lênin confronta a tese de Karl Kautsky de que o imperialismo se reduziria a uma tendência de anexação de regiões agrárias.

¹⁵⁴ LENIN, 2012, p. 127.

¹⁵⁵ LENIN, 2012, p. 129.

controlam a política econômica global de forma cada vez maior (essa hipótese do ultraimperialismo – a união do capital financeiro internacional numa integração dos capitais nacionais num domínio global – será mais bem ponderada na terceira parte desta pesquisa).

De forma similar a Lênin, Nikolai Ivanovich Bukharin via essa hipótese do ultraimperialismo como uma possibilidade econômica abstrata, sem uma base concreta para sua realização – segundo Bukharin: “estamos longe de uma organização capitalista universal”¹⁵⁶. E a concorrência acirrada entre os trustes capitalistas nacionais é, para o economista russo, um dos fatores que apontam para a impossibilidade da formação de um cartel capitalista global. Com a associação do capital com o Estado, este se transforma em uma força econômica acessória dos trustes capitalistas nacionais, assim,

O mais poderoso dos Estados guarda em suas mãos os tratados comerciais mais vantajosos e estabelece taxas alfandegárias elevadas, em detrimento de seus concorrentes. Ajuda seu capital financeiro a ter o monopólio dos mercados, das áreas fornecedoras de matérias-primas, sobretudo das esferas de investimento de capital.¹⁵⁷

Ainda segundo Bukharin, mesmo que existam estruturas econômicas mais ou menos idênticas, “se houver entre os trustes capitalistas nacionais uma sensível diferença no tocante às forças militares, o mais forte terá mais interesse em continuar a luta do que em participar de um acordo ou de uma fusão”¹⁵⁸. Ou seja, a “tendência mais forte à nacionalização do capital e ao fechamento das fronteiras”¹⁵⁹ seria uma constante mais definitiva do que a fusão universal dos capitais financeiros nacionais para criação de um capital financeiro internacional. Lênin e Bukharin defendiam a tese de que uma série de guerras sucessivas seria a única alternativa para solucionar os conflitos de interesses entre as potências imperialistas. No entanto, segundo Marcuse, Lênin se esqueceu da possibilidade “óbvia de que o conflito entre a URSS e os países imperialistas pudesse ‘neutralizar’ ou ‘suspender’ os conflitos dentro do campo imperialista”¹⁶⁰. E as teorias do “ultraimperialismo e do ‘Capitalismo organizado’ são sempre enfaticamente

¹⁵⁶ BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. *A economia mundial e o imperialismo*. (Os economistas): tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 131.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 132.

¹⁶⁰ MARCUSE, 1969b, p. 52.

rejeitadas”¹⁶¹ durante mais de quarenta anos nos congressos do Comintern e do PCUS – essa rejeição da hipótese do ultraimperialismo mostrou-se um grave erro na análise de conjuntura dos marxistas ortodoxos e da liderança do partido comunista soviético.

A análise de Marcuse está ancorada em fatores objetivos que não existiam no período analisado por Lênin, sendo um dos principais fatores o desenvolvimento de armas de destruição em massa. A iminência de uma guerra nuclear mundial torna o conflito direto entre as grandes potências uma possibilidade remota. Nessa iminência da destruição total, a política no pós-guerra e pós-Auschwitz se vê comprometida, posto que a capacidade técnica que possibilita a destruição total pode produzir uma nova catástrofe, ou até mesmo a destruição total da humanidade. A tecnologia – que proporcionou a unidade do mundo, principalmente através das técnicas de comunicação – também pode ser responsável pela destruição global. As experiências totalitárias do século XX demonstraram, em seu nível mais elevado, como o desenvolvimento técnico e o uso da tecnologia – empregados para fins políticos de controle social – puderam alcançar um grau de destrutividade nunca antes visto na história. O atual potencial de destrutividade alcançado pelo desenvolvimento técnico é tão grande que exclui o seu uso racional.

Na concepção de Marcuse, a leitura que os marxistas faziam do conceito de imperialismo estava pautada na teoria clássica de imperialismo, notadamente, na concepção de Lênin. No entanto, Marcuse afirma que é necessário desenvolver uma nova concepção acerca do imperialismo, tendo em vista que o imperialismo alcançou um grau totalitário de desenvolvimento. Em suas palavras, a forma mais avançada do imperialismo é “de uma amplitude e de um poder que jamais se viu até agora na história. Talvez a autêntica teoria clássica do imperialismo seja a que temos que elaborar agora”¹⁶². Para o pensador berlinense, a suposição reverberada por muitos teóricos marxistas de uma iminente crise no desenvolvimento imperialista que permitiria uma evolução revolucionária da classe trabalhadora mostra-se equivocada, pois, o grau de integração produzido pelo desenvolvimento imperialista do capitalismo está ancorado não somente em uma base ideológica, mas em uma base material muito forte.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 62.

¹⁶² MARCUSE, Herbert. *El final de la utopía*. Barcelona: Planeta De Agostini, 1986, p. 165. (Tradução livre).

Marcuse defendia a tese de que a integração entre as superpotências imperialistas – inclusive entre o bloco soviético e o bloco ocidental – para defesa de preservação dos interesses mútuos era uma hipótese muito mais provável do que um conflito entre essas potências imperialistas. Segundo Marcuse, uma reorganização da política econômica dos EUA já havia aberto o mercado da União Soviética e da China para “as finanças e corporações dos EUA”¹⁶³, e a fraca reação do bloco soviético aos bombardeios genocidas dos EUA ao Vietnam confirmam, para o filósofo, a tese de que os interesses de autopreservação haviam integrado, já na década de 1970, as superpotências imperialistas. Na visão de Marcuse, os dois superpoderes da época (União Soviética e Estados Unidos) tinham “muitos interesses em comum”, como o interesse em “suprimir todas as tendências realmente radicais e revolucionárias”¹⁶⁴. Além da preservação dos interesses comuns, as duas superpotências sabiam “perfeitamente bem que a guerra poderia muito bem ser o fim de ambos os países”¹⁶⁵ e, ainda que guerras locais continuem na órbita dessas superpotências, uma guerra nuclear entre as duas superpotências é uma opção muito remota.

De fato, as hipóteses levantadas por Marcuse mostraram-se corretas no que tange ao desenvolvimento imperialista do capitalismo. A China, como previra Marcuse, tornou-se a maior potência comunista do planeta. No entanto, se no início da década de 1970 (palestra proferida na University of California, Berkeley, em três de fevereiro de 1971) Marcuse nutria a esperança de que ocorresse na China “o desenvolvimento de uma nova forma de socialismo que não siga o modelo autoritário e burocrático”¹⁶⁶ e de que os poderes anticapitalistas se tornassem oposição efetiva ao capitalismo imperialista, já no final da mesma década (entrevista a Gianguido Piani em abril de 1978) suas esperanças em relação ao desenvolvimento do socialismo chinês já eram bastante diferentes,

¹⁶³ MARCUSE, Herbert. The Historical Fate of Bourgeois Democracy. In: MARCUSE, Herbert. *Towards a critical theory of society*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Two. Edited by Douglas Kellner. Routledge, London and New York, 2001b, p.167. (tradução livre).

¹⁶⁴ MARCUSE, Herbert. Herbert Marcuse Lead by Bill Ritter. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014, p.425. (tradução livre).

¹⁶⁵ Idem. (tradução livre).

¹⁶⁶ MARCUSE, Herbert. The Movement in a New Era of Repression: An Assessment. In: MARCUSE, Herbert; KELLNER, Douglas. *The New Left and the 1960s*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Three. Routledge, London and New York, 2005, p. 143. (tradução livre).

[...] China, parece para mim que nós vemos lá o mesmo que temos visto muitas vezes, a saber, a priorização da modernização repressiva sobre a socialização libertadora: Uma tendência tecnocrático-autoritária às custas do socialismo.¹⁶⁷

O modelo chinês reproduz as mesmas condições de exploração próprias do capitalismo – nesse sentido, se a China se apresenta atualmente como uma ameaça à hegemonia norte-americana não é por manter seu mercado fechado, mas por jogar o mesmo jogo.

A recente guerra econômica entre EUA e China mostra que os norte-americanos temem o crescente desenvolvimento da indústria chinesa e a expansão de sua influência ao redor do mundo. No entanto, apesar da disputa econômica entre as duas maiores potências globais da atualidade (EUA e China), estas estão ligadas por interesses comuns (China e EUA formam a maior parceria comercial do mundo). Conforme afirmava Marcuse, a “criação de um mercado mundial capitalista, governado pelos interesses internacionais comuns do capital – as empresas multinacionais, seu poder” transcendem “as fronteiras nacionais e as diferenças ideológicas”, contudo, o crescimento da indústria nos países emergentes (China, Índia, etc.) cria “um novo conflito entre as multinacionais, por um lado, e o interesse nacional, por outro”¹⁶⁸. Essa nova forma de imperialismo – fundamentado no domínio internacional do capital – gera uma transformação nas bases fundadoras do capitalismo, a saber, 1º– econômica: o desaparecimento da livre competição e livre empreendimento, sendo que o comércio global passa a ser dominado por poucas empresas multinacionais; 2º– política: ocorre o enfraquecimento da soberania nacional e os países ficam sujeitos aos interesses do capital internacional integrado.

De fato, o imperialismo norte-americano, como afirmava Marcuse, ainda tem um “enorme mercado para conquistar”, e os movimentos de libertação latino-americanos, na África e na Ásia, “são derrotados pela força bruta” e os acordos comerciais entre URSS e a China prometiam “não apenas ajudar as finanças e a indústria dos EUA, mas

¹⁶⁷ MARCUSE, Herbert. An Interview with Herbert Marcuse by Gianguido Piani, April 1978. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014, p. 366. (tradução livre).

¹⁶⁸ MARCUSE, Herbert. Humanism and Humanity. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014, p. 113. (tradução livre).

também prometem proteger os flancos europeus e asiáticos do imperialismo”¹⁶⁹. E ainda que os movimentos de libertação nacionais sejam bem sucedidos, esse fato não constitui barreira ao imperialismo, pois, de acordo com Marcuse:

A independência nacional dos antigos países coloniais não é, por si só, barreira ao imperialismo e o neocolonialismo ainda é colonialismo; nem a independência nacional é incompatível com a dependência de capital estrangeiro (o caso da maioria dos países da América Latina, países árabes, Birmânia, Tailândia etc.) - pode até ser mais lucrativa do que o ‘colonialismo direto’.¹⁷⁰

De fato, essa nova forma de imperialismo de caráter preventivo que surge a partir das décadas de 1950 e 1960 diverge muito daquela concepção clássica do imperialismo (representada, principalmente, por Lênin). A concepção tradicional compreendia o imperialismo, essencialmente, como a disputa do capital por novos investimentos, a busca pela exportação do capital para além das fronteiras nacionais. Segundo Marcuse, a concepção tradicional é muito limitada para explicar a nova forma de imperialismo preventivo. Para o filósofo berlinense, a guerra do Vietnã representa o paradigma desse novo imperialismo, pois o interesse dos Estados Unidos não era somente expandir seus investimentos com aquela guerra, mas, buscavam “não deixar cair sobre o controle comunista uma das zonas estratégicas e economicamente mais importantes do mundo”, por isso, trata-se de “uma luta decisiva contra todas as tentativas de libertação nacional em todas as partes do mundo”¹⁷¹. Tendo em vista que uma vitória no Vietnã poderia ativar outras lutas de libertação ao redor do mundo. Ou seja, essa guerra preventiva que distingue a nova forma de imperialismo tem como finalidade transformar enormes áreas do terceiro mundo em dependências, e o que caracteriza esse novo padrão é o “uso eficaz de conquistas econômicas e técnicas, por um lado, e o caráter político-estratégico da intervenção, por outro”¹⁷². As tradicionais rivalidades econômicas entre as potências imperialistas desaparecem, e as disputas locais por influência ideológica e política ganham centralidade¹⁷³.

¹⁶⁹ MARCUSE, Herbert. The Historical Fate of Bourgeois Democracy. In: MARCUSE, 2001b, p. 183. (tradução livre).

¹⁷⁰ Idem, ibidem, p. 166. (tradução livre).

¹⁷¹ MARCUSE, 1986, p. 59. (tradução livre).

¹⁷² MARCUSE, 1969a, p. 80. (tradução livre).

¹⁷³ Podemos citar o exemplo de Cuba. A pequena ilha é alvo de sanções econômicas e políticas, além de várias tentativas de golpes contra o governo cubano, orquestradas pela política imperialista dos EUA. No

Ainda que se intensifiquem as contradições, tanto no âmbito interno quanto no âmbito internacional do imperialismo norte-americano, é muito provável que o aumento das contradições venha acompanhado por uma repressão cada vez mais intensa, por isso “o potencial do fascismo continuará crescendo”, e para que seja possível que “o período neofascista do imperialismo possa ser evitado” será necessário que a oposição radical resolva problemas extremamente difíceis, que dizem respeito aos limites da ação política e da contraviolência – a oposição radical “precisará de toda sua energia para esclarecer e educar pelo exemplo a classe trabalhadora para que esta não caia no fascismo”¹⁷⁴. Pois, essa nova forma de fascismo não age somente através do terror, mas, também através da produção e administração das necessidades e satisfações.

entanto, o interesse dos EUA na pequena ilha é muito mais ideológico e político (impedir a propagação do modelo socialista de organização social e política) do que econômico.

¹⁷⁴ MARCUSE, Herbert. USA: Questions of Organization and the Revolutionary Subject: A Conversation with Hans Magnus Enzensberger. In: MARCUSE, Herbert; KELLNER, Douglas. *The New Left and the 1960s*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Three. Routledge, London and New York, 2005, p. 141. (tradução livre).

Capítulo 2 – A integração do campo político: a democracia liberal parlamentar capitalista.

Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo.

Karl Marx

Para tratar da integração do campo político temos que abordar o sistema ou regime de governo em que essa integração é possibilitada, a saber, o sistema democrático contemporâneo. Na teoria de Marcuse, podemos encontrar duas abordagens diferentes. Por um lado ele analisa a estrutura dada do existente, o *Establishment*, a partir da forma em que este se apresenta na concretude do real. Por outro lado ele apresenta uma abordagem propositiva – que mantém aberta a possibilidade da transformação qualitativa – que visa alterar a estrutura do real e levar a uma forma de sociedade menos repressiva, livre. No entanto, segundo o autor berlinense, as forças que podem desencadear essa transformação estão ainda obstruídas, não são claras, e a estrutura total da dominação permanece no jogo político. Vamos analisar a contradição presente na dicotomia democracia real e democracia ideal, e para isso partiremos da intuição de Marcuse, complementando suas análises com o estudo de alguns autores que trabalham com as hipóteses por ele levantadas.

A seguir, os objetos de investigação que iremos abordar serão: as alterações na estrutura do Estado – que irão culminar na forma do Estado democrático contemporâneo – na forma de participação, nas estruturas de governo, nas mudanças da estrutura da luta de classe, nas estruturas de classe, na organização do modelo representativo de governo e as alterações nas estratégias de propaganda e conquista do apoio das massas no modelo político-partidário.

2.1 O modelo democrático: as origens da democracia.

Segundo Robert Dahl¹⁷⁵, um impulso para participação democrática se desenvolve a partir de um pressuposto de igualdade que ele chama de “lógica da

¹⁷⁵ DAHL, 2001, p. 20.

igualdade”, no qual os indivíduos do grupo tomam a consciência de si e do grupo de forma não hierarquizada. Esse pressuposto teria sido basilar para formas de organização não hierarquizadas (formas primitivas de democracia) entre grupos humanos primitivos¹⁷⁶. Contudo, com a formação das cidades e o desenvolvimento das grandes civilizações, os pressupostos para uma organização participativa nas estruturas de governo desapareceram¹⁷⁷, dando origem a formas de governo autocráticas, altamente hierarquizadas, que predominarão durante milênios.

Excetuando algumas formas de organização política que existiram na Grécia e em Roma entre o século V a.C e o século I a.C e em pequenas cidades na península itálica entre os séculos XII e XIV, as formas de governo autocráticas predominaram até a segunda metade do século XX. Entretanto, em todas essas formas anteriores, o modelo de participação política era muito diferente do modelo representativo contemporâneo. Na experiência democrática grega paradigmática, aquela vigente na cidade de Atenas, a participação política ocorria de forma direta, os cidadãos representavam-se a si mesmos diretamente nas assembleias públicas, ainda que fosse a cidadania amplamente limitada, excluindo mulheres, estrangeiros e escravos (a igualdade do modelo ateniense era limitada a de uma “igualdade entre iguais”). No modelo político da república romana, a participação foi gradualmente sendo ampliada para um maior número de estratos sociais. A República em Roma caminhava na ampliação da participação de todos os cidadãos, e as instituições públicas se solidificavam. Nesse contexto, com as instituições políticas solidificadas e com um grau de participação política relativamente considerável, com participação de diferentes classes sociais, a República Romana teve seu auge.

Na Europa, no século XVIII, já havia surgido práticas políticas que seriam importantes elementos do sistema de governo que será a base das democracias contemporâneas – os mecanismos representativos. Na Inglaterra – após os diversos eventos que ficaram conhecidos como a Revolução Inglesa – é instaurada uma monarquia constitucional, e as diferentes classes sociais passam a participar do governo

¹⁷⁶ Historicamente situados em períodos anteriores à formação das grandes civilizações e de certo modo ainda presentes entre grupos ditos “não-civilizados”, que não foram integrados nos modelos políticos hegemônicos. Importante estudo sobre a organização, não hierarquizada e antiautoritária, desses grupos é encontrado em *A Sociedade Contra o Estado*, de Pierre Clastres.

¹⁷⁷ Esses pressupostos são, segundo Dahal, “a identidade do grupo, a pouca interferência exterior, um pressuposto de igualdade”. DAHL, 2001, p. 20.

por meio de um parlamento eleito¹⁷⁸. Contudo, a ideia que se tinha de democracia era muito diversa do modelo representativo que predomina nos dias atuais. Montesquieu, ao discorrer sobre o modelo inglês, concebia o modelo representativo de forma bem diferente de uma democracia, que era compreendida por ele como o modelo que “o povo tinha o direito de tomar decisões ativas”¹⁷⁹. Para Montesquieu, o modelo representativo é o mais adequado, tendo em vista a incapacidade do povo de deliberar sobre questões de governo¹⁸⁰. Começam a surgir em diversos países da Europa, como Holanda, Suíça e Inglaterra “legislativos ou parlamentos representativos eleitos em diversos níveis: local, nacional e talvez até provinciano, regional”¹⁸¹. Esses modelos representativos, principalmente o inglês, vão inspirar a nova nação independente que irá surgir na América – os legisladores da constituição dos Estados Unidos buscarão “criar na América do Norte uma república que teria as virtudes do sistema inglês, sem os vícios da monarquia”¹⁸². Contudo, o regime democrático ainda era compreendido como diverso do modelo representativo. James Madison, um dos principais formuladores da constituição dos Estados Unidos, considerava a democracia como “uma sociedade consistindo num número pequeno de cidadãos, que se reúnem e administram o governo pessoalmente”, em oposição a uma república “que é um governo em que há um sistema de representação”¹⁸³.

O Estado em sua forma moderna – enquanto Estado-Nação – surge a partir das revoluções do século XVII e XVIII (apesar de haver divergências históricas sobre essa origem). Conhecidas como revoluções burguesas (a Restauração Inglesa de 1690, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789) foram mudanças na estrutura econômica, na sociedade e na política. Esse Estado, instaurado após vários eventos revolucionários, se apresenta como República Representativa. Contudo, o conceito de cidadania ainda era limitado dentro dessa nova concepção de Estado.

¹⁷⁸ “o rei e o Parlamento eram limitados um pela autoridade do outro: no Parlamento, o poder da aristocracia hereditária na Casa dos Lordes era contrabalançado pelo poder do povo na Casa dos Comuns. As leis promulgadas pelo rei e pelo Parlamento eram interpretadas por juizes que, de modo geral (embora não sempre), independiam tanto do rei quanto do Parlamento.” DAHL, 2001, p. 31.

¹⁷⁹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 171.

¹⁸⁰ Nas palavras de Montesquieu: “A grande vantagem dos representantes é que eles são capazes de discutir os assuntos. O povo não é nem um pouco capaz disto, o que constitui um dos grandes inconvenientes da democracia. [...] Ele só deve participar do governo para escolher seus representantes”. (MONTESQUIEU, 1996, p. 171).

¹⁸¹ DAHL, 2001, p. 32.

¹⁸² Idem, ibidem, p. 31.

¹⁸³ Idem, ibidem, p. 26.

Julgava-se inconcebível que um não-proprietário pudesse ocupar um cargo num dos três poderes. Cidadãos eram os homens livres e independentes, sendo que eram dependentes e não-livres os que não possuíam propriedade privada. Estavam excluídos do poder político os trabalhadores e as mulheres, isto é, a maioria da sociedade. No entanto, lutas populares intensas, desde o século XVIII, forçaram o Estado a se tornar uma República Democrática Representativa, ampliando a cidadania política.

2.2 Das duas concepções de democracia: normativa e realista.

Poderíamos conjecturar que, na perspectiva histórica, os regimes democráticos tenderiam a um modelo de participação popular cada vez mais abrangente. Mas por que os regimes democráticos ainda não conseguiram alcançar essa soberania popular? Entre os teóricos da democracia há um confronto entre as concepções normativas – aquelas que consideram o regime político democrático como uma forma ideal de governo em que o povo governa – que defendem procedimentos democráticos para a tomada de decisão coletiva, para os processos de formação da opinião, da vontade e da deliberação pública entre os cidadãos, etc. Entre esses teóricos destacam-se Robert Dahl, Crawford Brough Macpherson e Jürgen Habermas.

Sobre outro ponto de vista há os teóricos que encaram a democracia pelo realismo político, na sua perspectiva real e empírica. Nesse viés, destacam-se Max Weber, Joseph Schumpeter, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, autores que apresentaram análises das democracias contemporâneas, nas quais “a participação democrática e o ideal da soberania popular deram lugar aos mecanismos institucionais formais e a processos de concorrência pelo poder”¹⁸⁴. Na visão desses autores realistas, a democracia é definida a partir da competição das elites pelo poder, pela organização do sistema político-administrativo do Estado e pelo primado do autointeresse na descrição do jogo político. Vamos nos ater a uma breve análise dessas duas perspectivas, a partir da teoria de alguns dos representantes dessas duas correntes. Tendo em vista que o pensamento de Herbert Marcuse oscila entre essas duas abordagens.

¹⁸⁴ MELO, Rúrion. Teorias Contemporâneas da Democracia: Entre realismo político e concepções normativas. IN: MELO, Rúrion; et al. *Manual de filosofia política: para os cursos de teoria do Estado, ciência política, filosofia e ciências sociais*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 312.

Segundo Marcuse, as possibilidades consideradas “utópicas” são assim chamadas por seu caráter de negação absoluta do existente, ou seja, todas as alternativas que se mostram como possibilidade de transformação radical do existente são anuladas como pura “utopia”, assim relegadas à posição de mera “fantasia”, de uma construção imaginária irrealizável. A importância das “utopias” encontra-se exatamente no fato de permanecerem como negação histórico-social do existente. No entanto, afirma Marcuse, “a tomada de consciência dessas possibilidades e a tomada de consciência das forças que as impedem e as negam exige uma posição muito realística e muito pragmática”¹⁸⁵, nesse sentido torna-se necessária uma análise crítica, concreta e objetiva, que busque desvelar a estrutura e o funcionamento do existente. Essa visão realista e crítica da estrutura sócio-política vigente é necessária para manter **“uma posição livre de toda ilusão, mas também livre de todo derrotismo”**¹⁸⁶. Uma abordagem conceitual – analítica e crítica – em face dessas duas concepções sobre o entendimento dos modelos democráticos possíveis e existentes deve ser realizada de maneira cautelosa e crítica, tendo em vista o caráter irrealista e fantástico (de muitas das teorias idealistas) e o caráter fatalista e conformista (de muitas das teorias realistas). O autor alemão afirma: não há “ninguém tão favorável a uma democracia como eu”, no entanto, “Minha única objeção é que a democracia não existe em nenhuma das sociedades existentes, certamente, muito menos nas que se chamam democráticas”¹⁸⁷. Ou seja, o filósofo alemão opõe o conceito abstrato (normativo) de democracia frente às suas formas histórico-concretas, nos termos do autor: “O que existe é uma certa forma muito limitada de democracia, ilusória, encharcada de desigualdade, e as verdadeiras condições da democracia ainda estão por se produzir”¹⁸⁸.

2.2.1 As concepções políticas realistas da democracia.

Para tratar da abordagem realista vamos nos ater à teoria do economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter. Para Schumpeter, o papel do povo no modelo democrático é simplesmente o de formar um governo e não há nenhuma garantia de que esse governo irá representar a vontade dos eleitores que o escolheram. O

¹⁸⁵ MARCUSE, 1986, p. 17-18. (Tradução livre).

¹⁸⁶ Idem, ibidem, p. 18. (grifo nosso, Tradução livre).

¹⁸⁷ Idem, ibidem, p. 43. (Tradução livre).

¹⁸⁸ Idem.

indivíduo eleito assume a liderança e controla o poder de tomar decisões, mesmo sem o consentimento dos que o elegeram. Ou seja, a participação popular está restrita a escolha de seu líder, que disputa o poder de tomar as decisões políticas “mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”¹⁸⁹. Segundo Schumpeter, a vontade do povo pode – como “em muitos casos históricos foram” – bem ser representada “por governos que não podem ser considerados democráticos”¹⁹⁰. No modelo democrático “os corpos coletivos atuam quase exclusivamente pela aceitação da liderança”¹⁹¹, e as vontades coletivas nunca se afirmam diretamente. Não obstante, essas vontades são frequentemente utilizadas “por algum líder que as transforma em fatores políticos”¹⁹², ou seja, por interesses meramente eleitoreiros. A concorrência no sistema democrático é restrita a uma luta pela liderança, ou seja, a disputa pelo voto e apoio do povo, no qual indivíduos e grupos de interesse disputam entre si o poder político. Essa disputa se resume numa concorrência livre pelo voto. E de acordo com Schumpeter, essa concorrência é extremamente semelhante à que ocorre no campo da economia, pois frequentemente ocorre de forma desleal, fraudulenta e muito limitada. Para o pensador austríaco, o modelo político democrático não garante a liberdade individual: a liberdade política fica restrita a uma concorrência pela liderança política diante do eleitorado. Assim, a liberdade política é compreendida como a liberdade que o indivíduo possui de se apresentar como candidato. Outro fator importante a se considerar é que no modelo democrático o eleitor pode escolher seu líder, mas não possui poder algum para tirá-lo do poder. Portanto, além de não ter poder para controlar as ações tomadas por seu líder, o povo não pode retirá-lo do poder, exceto pela recusa em reelegê-lo. Um último fator que devemos aqui considerar – de acordo com a teoria do nosso cientista político austríaco – é que mesmo que o governo eleito represente, na melhor das perspectivas possíveis, a vontade dos eleitores que o colocaram no poder, ele nunca representa a vontade de todo o povo, mas da maioria que o apoia, ou seja, sempre ficarão excluídos diversos grupos minoritários.

¹⁸⁹ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 327.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 328.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 328.

¹⁹² Idem, *ibidem*, p. 329.

Segundo Marilena Chauí¹⁹³, no modelo democrático realista schumpeteriano o critério da democracia passa a ser dado pela relação do Estado com a economia oligopólica. O Estado se converte em sócio das oligarquias econômicas e intervém na economia conforme o interesse econômico da grande burguesia que controla o poder econômico. A política é mera “questão de elites dirigentes” e os votantes apenas escolhem os homens que decidirão “quais são os problemas políticos e como resolvê-los”, e a função do sistema eleitoral é meramente “criar o rodízio dos ocupantes do poder”¹⁹⁴. Esse modelo político baseia-se no mercado econômico, fundado no pressuposto da soberania do consumidor. Logo, essa “natureza” instável e “consumidora” dos sujeitos políticos é considerada pelos grupos que disputam a liderança, associados em partidos, que vão utilizar o aparato governamental para “estabilizar as demandas da vontade política”¹⁹⁵ reforçando acordos, dirimindo conflitos e moderando as aspirações desses sujeitos políticos. Nesse modelo, em que domina a lógica mercadológica, o cidadão aparece como consumidor e o Estado como distribuidor – democracia e mecanismo de mercado se confundem, e os partidos concorrem pelos votos dos eleitores conforme “o modelo da concorrência empresarial”¹⁹⁶. Esse modelo elitista de democracia gera apatia dos cidadãos, pois estes não participam do processo decisório. Essa apatia em conjunto com as desigualdades sociais e econômicas colocam nas mãos da elite econômica todo o poder político.

No entanto, segundo Marcuse, a teoria das elites – conforme apresentada por Schumpeter, Pareto, etc. – falha ao interpretar a dominação social como um “sistema aberto”, no qual “podem penetrar elementos de todos os grupos sociais”, tendo em vista que, a “circulação das elites representa apenas um fenômeno periférico do mecanismo social”¹⁹⁷. Essa circulação das elites dirigentes é apenas um fenômeno superficial, já que “o sistema de dominação há muito tempo já tinha sido fechado em termos de classe a partir de seu fundamento econômico”, ou seja, as elites que detém o poder econômico podem até aceitar uma “ligeira circulação das elites”¹⁹⁸, pois essa circulação das elites políticas não ameaça o seu domínio. Para Marcuse, a grande inovação de Pareto foi seu

¹⁹³ CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.

¹⁹⁴ CHAUI, 1980, p. 86.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 87.

¹⁹⁷ MARCUSE, Herbert. Estudo sobre a autoridade e a família. In: MARCUSE, 1972, p. 155.

¹⁹⁸ Idem.

pioneirismo em abordar o problema psicológico do domínio de classe. Para garantir a estabilidade e continuidade da dominação não basta somente o uso da força, assim uma classe governante pouco numerosa “se mantém no poder em parte pela força, em parte com o consentimento da classe governada, muito mais numerosa”¹⁹⁹. Esse consentimento está baseado na capacidade da classe governante em gerenciar os “resíduos e derivações” (pulsões, apetites, gostos, disposições e interesses simples das pessoas), isto é, a capacidade de gerir os afetos humanos e produzir sentimentos que apoiam psicologicamente e reproduzem de forma contínua a estrutura de dominação. Essas “derivações e resíduos” variam muito lentamente ao longo do tempo e isso assegura uma continuidade histórica no processo social de dominação. O fenômeno da autoridade é um exemplo da constância dessas derivações, pois “o resíduo da autoridade atravessa os séculos sem perder sua força”²⁰⁰, sendo observado ao longo de toda história da civilização.

2.2.2 A estrutura político-partidária: organização e estrutura dos partidos políticos.

De acordo com Maurice Duverger²⁰¹, em 1850 nenhum país do mundo (exceto os EUA) havia partidos políticos como estrutura de organização política no sentido moderno em que são compreendidos, mesmo que houvessem associações que levassem o nome de partidos em tempos anteriores. Já por volta de 1950 a organização político-partidária era a forma dominante na grande maioria dos países do mundo. Em geral o desenvolvimento da estrutura de organização político-partidária está relacionada com a extensão do sufrágio e com o processo de ampliação da democratização na estrutura de poder do Estado, no qual o direito de exercer cargos dentro da estrutura política é ampliado. Essa abertura à participação leva diversos grupos, antes organizados em forma de sindicatos e associações a se organizarem em forma de partidos, ou seja, a formação de partidos está, inicialmente, relacionada com a disputa por representação desses grupos em nível parlamentar.

¹⁹⁹ PARETO apud MARCUSE, *ibidem*, p. 156.

²⁰⁰ PARETO apud MARCUSE, *ibidem*, p. 158.

²⁰¹ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. Trad. de Julieta Campos, Enrique Gonzalez Pedrero. México: FCE, 1957.

Segundo Duverger, a decadência das religiões e crenças religiosas tradicionais coincide com o impulso de formação das “religiões políticas”: partidos se organizam com “seu clero, seus fiéis, sua fé, sua ortodoxia, sua intolerância”²⁰². Mesmo que este não seja um fenômeno geral, já que coexistem partidos de composição muito diferente. Os velhos partidos à base de comitês possuem uma estrutura débil e descentralizada, conservando características dos antigos partidos técnicos, e seus membros não são “nem muito numerosos, nem muito apaixonados”, já os partidos à base de células e milícias são “centralizados e organizados, enquadram massas fanáticas, nas quais uma fé religiosa se sobrepõe a uma disciplina quase militar”²⁰³. Já os partidos à base de seções estariam em uma posição intermediária, possuem um grande número de membros, entre os quais ocorre uma solidariedade média, de natureza não fanática. Entre esses partidos haveria uma diferença de idade, sendo que os primeiros são os mais antigos, os segundos os mais novos e os últimos teriam uma idade intermediária.

Em sua divisão clássica, Duverger divide a organização partidária em partidos de quadros e partidos de massa. A diferença entre os dois tipos não se refere ao número de membros, mas à sua estrutura. As formas de participação se dividem em diferentes níveis dentro dos partidos, e são diferentes entre os diferentes partidos, agregando militantes, membros, simpatizantes e propagandistas. Para os partidos de massa o recrutamento de seus membros representa uma questão fundamental, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista de seu financiamento. Tendo em vista os gastos com a campanha eleitoral, os partidos de massa tendem a “substituir o financiamento capitalista das eleições por um financiamento democrático”, logo, “em lugar de se dirigir a alguns grandes doadores privados, industriais, banqueiros, grandes comerciantes”²⁰⁴, dividem as despesas entre um grande número de membros que contribuem com um valor pequeno. Esse método permite aos partidos de massa se manterem independentes dos interesses privados de grandes financiadores. O recrutamento da classe trabalhadora e sua educação política – a fim de criar uma “elite capaz de tomar em suas mãos o governo e a administração do país”²⁰⁵ – seria a essência dos partidos de massa. Os partidos de massa buscam educar e utilizar, diretamente, a atividade política das massas. A abertura do sufrágio levou ao desenvolvimento de

²⁰² Idem, *ibidem*, p. 91. (Tradução livre).

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 92. (Tradução livre).

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 93. (Tradução livre).

²⁰⁵ Idem. (Tradução livre).

partidos de massa em toda parte. No final do século XIX e início do século XX os recém-criados partidos socialistas e sociais-democratas, por sua identificação de classe, cresceram exponencialmente e angariavam grande apoio das massas operárias, e até a ascensão do fascismo, “as tentativas de criação de partidos de massa conservadores fracassaram”²⁰⁶. No entanto, muitos partidos de massa tendem a se transformar em “partidos de elite” – a concepção partidária de Lênin, segundo a qual “o partido não deve englobar toda classe trabalhadora: mas só sua vanguarda, avançada, a parte ‘mais consciente’”²⁰⁷ é, segundo Duverger, própria da concepção elitista. No entanto, essa concepção partidária elitista estaria mais bem representada nas doutrinas fascistas – “não igualitárias e nietzschianas, aristocráticas por essência” – que vêm no partido “uma ‘ordem’, composta pelos melhores, os mais fiéis, os mais valorosos, os mais aptos”²⁰⁸. Na concepção de Duverger, essa maior seletividade no recrutamento por parte dos partidos irá decretar o fim da “era das massas” e a entrada “na era das elites”.

Já os partidos de quadros se utilizam de uma estratégia bem diferente, buscam reunir em seus quadros pessoas “notáveis”. Notáveis influentes (1), técnicos (2) e financeiros (3), que tem a função de: 1– agregar prestígio e votos ao candidato (entre estes podemos enquadrar na atualidade: líderes religiosos, artistas, jornalistas, juristas, apresentadores de TV, youtubers e todas as pessoas que tem influência na opinião pública); 2– são aqueles que conhecem a arte de conduzir os eleitores e de organizar uma campanha (aqui podemos enquadrar os marqueteiros, especialista em relações públicas, especialistas em big data e redes sociais, etc.); 3– aqueles que se encarregam de levantar os fundos monetários necessários para financiamento da campanha entre os diversos possíveis financiadores privados²⁰⁹ (doleiros, tesoureiros, etc.). A adesão aos partidos de quadros tem um sentido muito diferente da que ocorre nos partidos de massa, pois é um ato “totalmente pessoal, baseado nas atitudes e situação particular de uma pessoa, determinado, estritamente por qualidades individuais”, ou seja, “é um ato reservado a poucos, baseado em uma seleção estrita e fechada”²¹⁰. A maioria dos partidos moderados e conservadores se encontram nessa categoria, no entanto, a

²⁰⁶ Idem, ibidem, p. 97. (Tradução livre).

²⁰⁷ Idem, ibidem, p. 100. (Tradução livre).

²⁰⁸ Idem. (Tradução livre).

²⁰⁹ Com a mudança, ocorrida na legislação eleitoral de diversos países, que proíbem ou limitam o financiamento privado por parte de empresas e corporações privadas, muitos partidos de quadros buscam selecionar candidatos que possam financiar sua própria campanha.

²¹⁰ Idem, ibidem, p. 94. (Tradução livre).

organização por quadros não se restringe aos últimos citados, sendo observado entre os partidos radicais de esquerda também, como o caso do partido radical-socialista francês, como exemplifica Duverger²¹¹. Porém, com frequência os partidos de quadro se abrem para participação de membros em geral, como fazem os partidos de massa, portanto, “há poucos partidos de quadro em estado puro”²¹². Assim, não podemos nos restringir à forma aparente do partido, que é descrita em seu estatuto ou nas declarações de seus dirigentes. No que se refere ao número de seus apoiadores, um partido de quadros pode alcançar milhões de simpatizantes²¹³, o que, no entanto, não alteraria sua estrutura de organização em quadros. Nos partidos de quadros os membros exercem pouca influência nas decisões, tendo em vista que a liderança está centralizada de forma personalista nos dirigentes, que gozam de ampla autonomia na direção do partido. A estratégia dos partidos de quadros se modificou no decorrer dos séculos XIX e XX, quando o direito ao voto deixa de ser limitado e censitário, estes flexibilizaram “sua estrutura, simulando abrir-se às massas”²¹⁴.

Segundo Gaetano Mosca, a divisão social entre governantes e governados pode ser observada em todas as sociedades, desde as mais antigas civilizações até a mais contemporânea e desenvolvida. A classe dos governantes é sempre a menos numerosa, que “executa todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que lhe estão associadas”, já a classe dos governados é a mais numerosa, que “é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento, e fornece-lhe [...] os meios materiais de subsistência”²¹⁵. Ainda que essas massas governadas possam exercer alguma influência sobre a classe governante por meio de formas de pressão que demonstrem seu descontentamento, o indivíduo que detém a maior autoridade sobre o corpo social não poderia “governar sem o apoio de uma classe dirigente que faz executar e respeita as suas ordens”²¹⁶, ou seja, o indivíduo que está no controle do Estado pode até impor algumas de suas ordens, mas jamais

²¹¹ DUVERGER, 1957.

²¹² Idem. (Tradução livre).

²¹³ Simpatizantes são aqueles que mostram certo grau de solidariedade e apoio ao partido, no entanto, não integram os quadros do partido como membros (estes, diferente dos simpatizantes, participam em certo grau das tomadas de decisão do partido, como no direito de votar em suas convenções e na escolha dos candidatos). Simpatizantes são encontrados tanto nos partidos de quadro quanto nos partidos de massa.

²¹⁴ Idem, ibidem, p. 96. (Tradução livre).

²¹⁵ MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. Translation by Hannah D. Kahn. New York and London: McGraw-Hill Book Company, Inc, 1989, p. 50. (Tradução livre).

²¹⁶ Idem, ibidem, p. 51. (Tradução livre).

contradizer como um todo ou destruir totalmente essa classe dirigente. E mesmo que o descontentamento das massas obtivesse êxito em derrubar toda a classe dirigente, surgiria no centro dessa própria massa rebelada “uma outra minoria organizada, que desempenhasse a função desta classe”²¹⁷.

Para Mosca, a ideia de soberania popular desenvolvida por Rousseau ainda aparece de forma dominante na mente de muitas pessoas, que têm dificuldade de admitir como um fato concreto e constante que as minorias comandem as maiorias. Apesar de que as modernas escolas do pensamento político tenham demonstrado claramente que “princípios democráticos, monárquicos e aristocráticos funcionem lado a lado em todos os organismos políticos”²¹⁸. Essas minorias de dirigentes que dominam as massas se distinguiriam por um conjunto de qualidades que os tornam superiores, segundo Mosca, seja no sentido “material e intelectual ou também moral, ou são herdeiros dos que tinham estas qualidades”²¹⁹. O predomínio de uma minoria organizada – que obedece a um único impulso – é inevitável sobre uma maioria desorganizada. A habilidade militar era o valor mais essencial para que um indivíduo alçasse à classe dirigente nas antigas sociedades, onde a guerra era uma constante. Já nas sociedades mais desenvolvidas, nas quais a guerra aparece como uma exceção, o valor predominante da classe dirigente será a riqueza. E uma vez que o poder político produz riqueza, “os poderosos são ordinariamente os ricos”, em contrapartida “basta ser rico para se tornar poderoso”²²⁰. Ainda segundo o cientista político italiano, mesmo que em algumas sociedades a riqueza não seja um fator decisivo para se chegar ao poder, a riqueza torna mais acessível o alcance a outros meios que facilitam o acesso ao poder, “tais como a notoriedade, a grande cultura, os conhecimentos especiais, os graus elevados nas hierarquias eclesiásticas, administrativas e militares”²²¹, que são muito mais facilmente obtidos pelos ricos do que pelos pobres. E quando a escolha dos dirigentes se dá por meio de processo eleitoral a situação não sofre alteração substancial em seu processo, já que “em eleições, como em todas as outras manifestações da vida social, aqueles que possuem a inclinação e especialmente os recursos materiais, morais e intelectuais

²¹⁷ Idem. (Tradução livre).

²¹⁸ Idem, ibidem, p. 52. (Tradução livre).

²¹⁹ Idem, ibidem, p. 53. (Tradução livre).

²²⁰ Idem, ibidem, p. 57. (Tradução livre).

²²¹ Idem, ibidem, p. 58. (Tradução livre).

forçarão sua vontade e tomarão a liderança sobre os outros e os comandarão”²²². Para que seu voto tenha alguma eficácia os eleitores são forçados a escolher entre dois ou três candidatos se apresentam com alguma chance de vitória e “os únicos que têm chance de sucesso são aqueles candidatos apoiados por grupos, por comitês e por minorias organizadas”²²³.

2.2.3 Concepções normativas sobre a democracia.

No que tange às concepções normativas de democracia abordaremos, inicialmente, a abordagem de Crawford Brough Macpherson. De acordo com Macpherson, a questão central na discussão acerca de uma democracia participativa não se trata de como ela iria funcionar – já que esta questão seria resolvida na prática, a partir do momento em que esse modelo fosse implementado – mas a questão a cerca de como alcançá-la. E para que se possa alcançar um modelo participativo ideal de democracia, Macpherson vê dois pré-requisitos fundamentais: 1º– a mudança da consciência do povo, ou seja, o povo deve desenvolver a capacidade de se ver e agir “como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua capacidade”²²⁴, ao invés de agir, simplesmente, como consumidores; 2º– deve haver uma grande redução das desigualdades sociais e econômicas, já que o modelo partidário – não-participativo – é mais facilmente aceito por indivíduos de todas as classes quando as desigualdades econômicas e sociais são mais acentuadas.

Não obstante, segundo Macpherson, para que esses requisitos apontados sejam obtidos é necessária uma maior participação política, o que levaria a um círculo vicioso. Segundo o mesmo autor, Marx apostava no primeiro requisito, o progressivo desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, enquanto Stuart Mill apostava no segundo requisito, acreditando que o desenvolvimento das franquias e das cooperativas de trabalhadores reduziriam as desigualdades econômicas e sociais. No entanto, nem a previsão de Marx nem a de Mill se concretizaram, pois, o enorme poder integrador do capitalismo faz com que a maioria das pessoas apoie ou não faça “muito

²²² Idem, ibidem, p. 154. (Tradução livre).

²²³ Idem. (Tradução livre).

²²⁴ MACPHERSON, Crawford. *Democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 102.

para mudar, um sistema que produza prosperidade”²²⁵, o que produz, por conseguinte, apatia política. Assim, Macpherson aponta para três aberturas que podem mostrar mudanças na perspectiva da participação política nos níveis da desigualdade social ou na consciência do consumidor, e que podem romper esse círculo vicioso. São essas aberturas que trataremos a seguir.

O primeiro fator considerado por Macpherson supõe que cada vez um número maior de pessoas tem desenvolvido a capacidade de calcular a relação entre custos e benefícios. Macpherson sugere que os consumidores estão desenvolvendo a consciência de que o crescimento econômico tem causado danosos efeitos em longo prazo, como os custos da poluição do ar, da água e da terra, que em geral dizem respeito a custos que se referem à qualidade de vida. E esse fato tende a enfraquecer a aceitação comum que relaciona o crescimento econômico, mensurado a partir do aumento da produtividade (produto interno bruto do país), ao aumento do bem estar social. Consequentemente, esses custos – “sobretudo o esgotamento extravagante dos recursos naturais e da probabilidade de dano irreversível ao meio ambiente”²²⁶ – têm ganhado um papel mais relevante na consideração dos consumidores. O desenvolvimento dessa consciência levaria as pessoas a superarem o seu interesse como consumidores e adquirir uma consciência dos interesses públicos, que estão além do interesse privado imediato dos consumidores. O que o autor pressupõe é uma espécie de alargamento de uma consciência planetária sobre os interesses imediatos dos consumidores.

O segundo fator considerado pelo cientista político canadense é a consciência, cada vez mais crescente, do preço pago pela apatia política. Esse fator tem levado a um aumento gradativo do número de associações, movimentos comunitários e coletivos para exercer pressão contra as operações dos “complexos políticos-comerciais”²²⁷. Esses grupos de pressão visam conscientizar contra a expansão da propriedade, a destruição do meio ambiente, a falta de representatividade política, etc. E mesmo que não alcancem efeitos significativos contra os grandes complexos político-industriais, esses grupos ampliam a participação política das pessoas, atraindo aqueles que nunca haviam participado de um movimento político. Essa conscientização tem levado, também, à ampliação da pressão por maior participação dos trabalhadores no processo produtivo.

²²⁵ Idem, *ibidem*, p. 105.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem, *ibidem*, p. 106.

Essa exigência por um maior controle do processo produtivo não tem sido restrita somente a “condições de trabalho e planejamento do modo de trabalho em nível de oficina”, mas se estendem “à participação em decisões políticas em nível de gerência empresarial”²²⁸. E como a participação do trabalhador no processo produtivo tem um efeito imediato sobre a vida do trabalhador, esta não fica sujeita à descrença geral sobre a qual incide o processo político formal do Estado. Considerando sobre esse aspecto, essa experiência de participação gerada no processo de trabalho pode “transferir-se do local de trabalho para áreas políticas mais amplas”²²⁹ à medida que o trabalhador vai se habituando ao processo de tomada de decisões, o que colocaria em questão o modelo tradicional da atividade industrial. Assim, os indivíduos tornam-se mais aptos a “perceber a importância das decisões a distâncias maiores de seus interesses mais imediatos”²³⁰.

O terceiro fator na consideração do autor canadense é o crescente questionamento a cerca da capacidade do capitalismo satisfazer as expectativas dos consumidores diante do alto grau de desigualdade existente. Para continuar operando o capitalismo tem que reproduzir as desigualdades e a consciência consumista. Contudo, à medida que aumenta sua capacidade para produzir bens, aumenta também a exigência de que esses bens produzidos alcancem um número maior de pessoas. Ou seja, a capacidade de ampliar o padrão de consumo – no nível existente nos países desenvolvidos – para os países subdesenvolvidos e reduzir as desigualdades em termos globais é o que definirá o futuro do sistema capitalista. Considerando que seria insustentável para o planeta expandir o padrão de consumo de países desenvolvidos em termos globais – sendo que o capitalismo precisa manter as desigualdades existentes entre as áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas para existir – sua falha nessa tarefa de reduzir as desigualdades levaria a uma mudança da consciência dos indivíduos no que diz respeito aos custos e lucros desse modelo. Alguns sintomas já demonstram o fracasso do sistema segundo Macpherson: “altos índices de inflação e desemprego [...] desvalorização dos salários juntamente com a insegurança dos empregos”, em consequência dessas contradições, “é de se esperar que aumente a participação da classe

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. 107.

²³⁰ Idem.

trabalhadora na ação política e industrial e que a consciência de classe recrudescça”²³¹. Dessa maneira, esses fatores combinados levariam a “um declínio da consciência de consumidor, a uma diminuição da desigualdade de classes, e ao aumento na participação política”²³².

2.2.4 O normativismo deliberativo de Jürgen Habermas e sua crítica à instrumentalização da política.

Segundo Jürgen Habermas, o “derrotismo normativo”²³³, no qual várias correntes da sociologia política decaíram, não decorre de nenhuma base concreta, mas são decorrência do uso de estratégias conceituais equivocadas. Para o filósofo alemão, as concepções empíricas se limitam a descrever o movimento no qual “o fluxo dos processos de decisão democráticos”²³⁴ – que são dirigidos pelo poder comunicativo – são atravessados por um poder administrativo autônomo quando este poder se liga a um poder social de interesses organizados. Ao demonstrarem que um poder “ilegítimo” arrebenta o fluxo de poder regulamentado pelo Estado de direito, os conhecimentos trazidos pelas ciências sociais corrompem as teorias normativas.

Habermas critica a teoria pluralista – consagrada por Schumpeter e seus epígonos – por sua concepção instrumentalista da política, que considera o poder político e administrativo como mera manifestação do poder social. Na concepção pluralista o poder social, imposto por interesses organizados, se converte cada vez mais em poder político. Dessa maneira, a disputa política entra em um processo circular “que liga o poder social dos clientes aos partidos que conseguem o poder político”²³⁵, ou seja, grupos de interesses organizados estabelecem uma relação clientelista com os partidos, oferecendo seu poder e influência aos partidos, que em retribuição implementam as medidas preconizadas por esses grupos. Segundo a avaliação normativa de Habermas acerca desse modelo, só o equilíbrio de forças sociais poderia manter o fluxo do poder político, possibilitando uma simetria dos interesses sociais. Desse modo, o modelo pluralista opera por uma simples adaptação da concepção que Habermas chama de

²³¹ Idem, *ibidem*, p. 108.

²³² Idem.

²³³ HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 58.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem, *ibidem*, p. 59.

“modelo normativo do liberalismo”, na qual “o lugar dos cidadãos e seus interesses individuais é ocupado por organizações e interesses organizados”²³⁶. A concepção pluralista pressupõe que todos os membros envolvidos em coletivos organizados possuem a mesma força para influenciar a política dessas associações e dos partidos. Essa forma de concorrência “democrática” entre as diversas associações de interesses levariam a um equilíbrio social do poder.

No entanto, o princípio do pluralismo é falsificado na medida em que os grupos de interesses não conseguem exercer grande influência sobre organizações e partidos que controlam o poder político. Desse modo, “a luta pelo poder se desenrola essencialmente entre elites”²³⁷. Além do que, no que se refere às expectativas normativas, a teoria pluralista teria que explicar como essa disputa entre elites pode atender a interesses daqueles que não fazem parte da elite. As implicações ocasionadas por esses fatores é que os resquícios normativos dessa teoria se deslocam “do lado *input* para o do *output* do sistema administrativo”, sendo assim, como a política fica restrita a uma disputa entre as elites dirigentes, “a única garantia de que as funções do Estado visam ao bem comum reside na *racionalidade* das elites”²³⁸. Portanto, dentro dessa concepção, o Estado fica restrito a determinados interesses organizados de grupos elitistas, sendo que grupos de interesses com menor grau de influência e os interesses não organizados das massas ficam sub-representados no sistema político.

A crítica de Habermas leva em consideração o modelo pluralista só como uma prática dentro do processo político, não como uma norma ordenadora que esgota o Estado Democrático de Direito. Para o filósofo alemão, desde o final da década de 1960, acumulam-se evidências de que o sistema administrativo “só pode operar num espaço muito estreito”, parecendo que este “age mais no nível reativo de uma política que tenta contornar crises do que de uma política que planeja”²³⁹. Dessa maneira, os “déficits de legitimação” por parte de partidos que são incapazes de mobilizar a lealdade das massas, por um lado, e os “déficits de regulação” limitados de um Estado que é incapaz de atuar contra os interesses de grandes organizações, por outro lado, geram uma melancolia e “azedamento” da política.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem, *ibidem*, p. 60.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem, *ibidem*, p. 61.

Segundo Habermas, enquanto a teoria dos sistemas – representada por autores como Niklas Luhmann – centra-se nos problemas de regulação, a teoria econômica da democracia, representada por autores como Anthony Downs, dedica-se ao problema da legitimação. A teoria econômica da democracia procurava demonstrar empiricamente algumas intuições do modelo liberal, que afirmavam que os eleitores traduzem, por meio do voto, seu autointeresse de acordo com suas pretensões, e que os políticos “trocam esses votos pela oferta de determinadas políticas”²⁴⁰ que atendam às pretensões dos seus eleitores-clientes. Essas trocas entre eleitores-clientes e as elites políticas resultariam em decisões racionais que consideram os interesses particulares agregados. Contudo, essa premissa dos interesses egocêntricos dos eleitores demonstrou ser falsa, pois, a taxa de participação dos eleitores demonstrou ser variável conforme “a expectativa de poderem contribuir com o seu voto para decidir uma disputa apertada”, portanto, “evidências empíricas falavam contra todos os modelos que partem de uma base de decisão egocêntrica”²⁴¹. Isso demonstra, de acordo com Habermas, a fragilidade dessa concepção, já que os eleitores se pautam em referências éticas que vão além de seus interesses particulares.

Já a teoria dos sistemas coloca de lado os sujeitos da ação, seja como indivíduos representando seus interesses particulares ou como coletivos, dando lugar a uma rede de sistemas parciais autônomos autorregulados e com modos de operação próprios. Essa teoria retira a centralidade do Estado como principal complexo de organização do poder político. Os cidadãos e clientes incorporados ao sistema político formam um fluxo oposto à circulação oficial de poder – Estado – uma vez que dirigem o processo legislativo por meio de sua relação clientelista com as organizações partidárias. Assim sendo, a teoria dos sistemas analisa o processo político somente como “auto-regulação do poder administrativo, e divide a política e o direito entre vários sistemas funcionais, fechados recursivamente sobre si mesmos”²⁴². Ao excluir toda normatividade de seus conceitos, as teorias funcionalistas e instrumentais tornam-se insensíveis aos “freios normativos contidos no fluxo do poder regulado pelo Estado de direito”²⁴³, de tal modo, ambos os princípios operacionalizam o conceito de poder, de forma que a importância empírica do poder constituído no Estado fica renegada.

²⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 62.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem, *ibidem*, p. 64.

²⁴³ Idem.

Em seu seminário apresentado na Universidade de Valência em 1991, intitulado *Três Modelos Normativos de Democracia*²⁴⁴, Habermas apresenta uma instância de organização da vida social separada da instância de regulação centralizada representada pelo poder administrativo do Estado e da instância descentralizada, regulada pelo interesse próprio individual, representada pelo mercado. Essa instância da organização da vida social que o filósofo alemão denomina de *solidariedade* é orientada para o bem comum, portanto, contraposta ao cálculo egocêntrico predominante nas instâncias do mercado e do Estado. Essa independência, em face da administração pública e dos interesses privados do mercado, torna essa instância da solidariedade uma base autônoma da sociedade civil capaz de proteger a comunicação política. Essa importância estratégica da participação da sociedade civil no espaço político é central na concepção política do modelo republicano²⁴⁵. Habermas define a tradição do republicanismo como aquela que entende a política como “uma forma de reflexão de um complexo de vida ético”²⁴⁶, na qual os membros participantes se reconhecem reciprocamente como portadores de direitos livres e iguais, o espaço público assume, nessa concepção republicana, um função estratégica: garantir a autonomia da prática de entendimento entre os cidadãos. O modelo normativo liberal é definido por Habermas como o antagonista do modelo republicano. No modelo liberal o Estado – como aparato de administração pública – cumpre a função de mediação para garantia dos interesses sociais privados. Desse modo, os direitos do cidadão na concepção liberal são “direitos negativos”, pois são direitos subjetivos estabelecidos em prol de interesses privados, em contraposição aos “direitos positivos” que formam o modelo republicano, nos quais se destacam os direitos de participação e expressão da opinião na ordem social pública.

O processo político no modelo liberal torna-se uma luta por posições que garantam o controle do poder administrativo, no qual as organizações privadas disputam posições de poder na esfera pública. A política – poder público e administração pública – transforma-se em mero instrumento para operacionalização dos interesses privados.

²⁴⁴ HABERMAS, Jürgen. *Três modelos normativos de democracia*. São Paulo: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, N°36, 1995. Texto da apresentação de Habermas no seminário “Teoria da democracia”, na Universidade de Valência, 15/10/1991. Traduções de Gabriel Cohn e Álvaro de Vita.

²⁴⁵ A concepção republicana a que Habermas se refere é um modelo normativo representado teoricamente pelos pensadores que ficaram conhecidos, sobretudo nos EUA, como “comunitaristas” e não deve ser confundido com o Partido Republicano dos Estados Unidos, que se aproxima mais do modelo que Habermas chama de liberal.

²⁴⁶ HABERMAS, Jürgen. *Três modelos normativos de democracia*. São Paulo: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, N°36, 1995, p. 40.

Assim, o poder público é loteado por interesses privados e assuntos privados são debatidos como algo de interesse público, desse modo, os grupos de interesse privado adotam uma “ação estratégica” que privilegia “a coordenação mais do que a cooperação”, e o meio utilizado por esses grupos para obter suas demandas particulares “é a barganha, não o argumento”²⁴⁷. Do lado oposto, a concepção republicana “não obedece às estruturas dos processos de mercado”, uma vez que são regidas por uma “*comunicação pública orientada para o entendimento*”²⁴⁸. Essa base no reconhecimento recíproco dos indivíduos e do entendimento por meio do processo do diálogo é própria do ideal normativo republicano. No entanto, esse excesso de idealismo seria o ponto negativo desse modelo, já que torna o processo democrático “dependente das virtudes de cidadãos orientados para o bem comum”²⁴⁹.

Segundo Habermas, é possível superar essa instrumentalização do processo político introduzindo a prática dialógica e institucionalizando as formas de comunicação no processo de deliberação, assim, a “formação institucionalizada da opinião e da vontade políticas”²⁵⁰ ganhariam força legitimadora. A teoria da ação-comunicativa, que é o modelo proposto por Habermas, pretende tornar a política deliberativa independente da necessidade da ação coletiva dos cidadãos engajados no interesse comum, isso seria possível por meio da institucionalização dos procedimentos comunicativos. A ação comunicativa – institucionalizada no Estado de Direito e desenvolvida em diversos espaços públicos autônomos – tornaria possível ao poder gerado comunicativamente afirmar-se contra o poder do dinheiro e contra o poder administrativo.

2.3 A unidimensionalização da política: a democracia de massas no capitalismo.

Para que a ordem capitalista pudesse se estabilizar e se integrar, era necessário criar uma estabilidade política que apaziguasse os conflitos de interesse entre as potências imperialistas, possibilitando que surgisse uma base material concreta sob a qual suas forças se uniriam. O período pós-segunda guerra mundial será o momento no qual essa base concreta – que possibilitará a “nova organização política e econômica do

²⁴⁷ Idem, ibidem, p. 43.

²⁴⁸ Idem. (grifo do autor).

²⁴⁹ Idem, ibidem, p. 44.

²⁵⁰ Idem, ibidem, p. 45.

mundo ocidental”²⁵¹ – se efetivará. A partir desse período histórico “os interesses competitivos e conflitantes existentes entre as nações ocidentais foram gradualmente se integrando”²⁵². Outro fator fundamental – o crescimento do Comunismo Soviético – deslocou o conflito para os dois grandes blocos: de um lado os aliados dos EUA; do outro lado aliados da URSS. Vários acordos e tratados de cooperação são estabelecidos nesse período entre os países capitalistas, como o MCE (Mercado Comum Europeu) e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Esses acordos e tratados (econômicos, políticos e militares) internacionais tornavam a economia política “muito mais suscetível de ser regularmente planejada”²⁵³, de modo diverso do modelo do *laissez-faire* que dominava anteriormente.

O modelo democrático é, em termos políticos, o modelo de controle social que melhor possibilitou a eliminação total da oposição, aquele no qual as classes antagônicas melhor foram integradas. Ao eliminar a oposição, por meio da integração da classe subjugada – o proletariado – a burguesia estabeleceu um controle total e aqueles que permaneceram excluídos – indivíduos que não se constituem como classe trabalhadora, pois estão excluídos do processo de trabalho e não se constituem como classe proprietária, pois nada possuem – não formam força de oposição. Essa massa pauperizada (a subclasse, os *underdogs*) não possui força suficiente para se opor ao sistema, seja porque não possuem uma organização necessária a qualquer movimento político, seja porque não possuem uma consciência revolucionária, ainda que sua existência seja a mais intensa demonstração das contradições do sistema estabelecido e evidencie a necessidade de transformá-lo (sobre a possibilidade da massa de excluídos formarem a base de massa da oposição radical ver seção 3.5).

A democracia de massas é o sistema de governo que melhor oferece a possibilidade para introjetar no indivíduo o sistema de vida estabelecido, porque “permite às pessoas (até um certo ponto) escolherem seus próprios senhores e amos” e “participarem (até um certo ponto) no Governo que as governa”²⁵⁴. Essa eficiência da introjeção democrática “suprimiu o sujeito histórico, o agente da revolução”, e nenhuma filosofia ou teoria é capaz de “desfazer a introjeção democrática dos senhores em seus

²⁵¹ MARCUSE, 1969b, p. 40-41.

²⁵² Idem, ibidem, p. 41.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968a, p. 14.

súditos”²⁵⁵. Na medida em que a sociedade afluenta – alcançando um nível cada vez maior de produtividade – permite que as massas participem, em certo grau, de seus benefícios, a oposição a esse sistema pode ser “eficaz e democraticamente contida”²⁵⁶, e o conflito entre “senhores e escravos” desaparece. A servidão torna-se voluntária e os indivíduos submetidos colaboram – num grau cada vez maior quanto mais participam de suas benesses – para manutenção dessa sociedade estabelecida reproduzindo “uma sociedade que tornou a servidão cada vez mais compensadora e agradável”²⁵⁷. Essa introjeção e reprodução do sistema, por parte dos oprimidos, torna toda alternativa a esse sistema e todos os outros sistemas possíveis de vida, que poderiam extinguir servos e senhores, uma possibilidade inviável no atual estágio da sociedade afluenta.

Contudo, essa crescente afluência nos países desenvolvidos tem um preço alto, a irracionalidade é a uma característica inerente a essa sociedade tecnológica. A contraditória união entre: crescente produtividade e destrutividade ampliada; preservação da miséria diante de uma riqueza sem precedentes são sua grande marca. O Estado de Bem-Estar-Social, que garante uma vida confortável e limpa – configurada na sociedade de consumo – estabelecida nos países industrializados de um lado, é mantido à custa da crescente miséria, pobreza, labuta e exploração existentes no mundo subdesenvolvido de outro lado. Os corpos esqueléticos e os cadáveres produzidos pela fome, pela doença e pela guerra neocolonial na África subsaariana, na Ásia e em todas as periferias do mundo são o subproduto desse sistema. A sociedade capitalista avançada já mostrou que é “uma sociedade em guerra”, e se “seus cidadãos não o notaram, as suas vítimas já o perceberam”²⁵⁸ certamente. Enquanto essa forma de vida administrada seja confortável e agradável para esses indivíduos menos desprivilegiados que “se submetem e reprimem”²⁵⁹ e usufruem em algum grau das benesses, pouco parece importar para esses indivíduos integrados que “aqueles cuja vida é o inferno da Sociedade Afluente” sejam “mantidos na ordem por uma brutalidade que revive as práticas medievais”²⁶⁰, ao passo que esse inferno permaneça “concentrado em certos lugares distantes: Vietname, Congo, África do Sul, assim como nos guetos da

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 16.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 18.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 20.

²⁶⁰ MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1967, p. 59.

‘sociedade afluyente’²⁶¹. Nos indivíduos administrados que usufruem da afluência repressiva – incluso o proletariado dos países desenvolvidos – predomina o “interesse na preservação e no melhoramento do *status quo*”. Contudo, “o fato de que a ampla maioria da população aceite e seja levada a aceitar essa sociedade não a torna menos irracional e menos repreensível”²⁶². No indivíduo administrado, a culpa em face da irracionalidade e destrutividade do sistema estabelecido é bloqueada, de modo que é com “despreocupação que o terror é assimilado com normalidade, e a destrutividade com a construção”²⁶³.

Segundo a crítica do filósofo alemão, a direção do desenvolvimento tecnológico operado na sociedade industrial desenvolvida criou um universo totalitário²⁶⁴, uma vez que a razão tecnológica se tornou razão política. Sob a forma de administração e disfarçada em afluência e liberdade, a dominação construiu a sociedade e o homem unidimensionais. Para Marcuse as benesses oferecidas pela sociedade de consumo – como o aumento gradativo dos bens e serviços – são acompanhadas por um controle e dominação crescentes e sutilmente mais hábeis na forma de sua imposição. Os homens trocam sua real liberdade, igualdade social e dignidade por bens de consumo. A autonomia na sociedade industrial avançada é recusada em favor de uma forma repressiva de individualismo atomístico. Não há um corpo social coeso, mas sim sua massificação. Essa massificação no sentido da domesticação e adaptação à sociedade estabelecida parece ser a chave para compreender em Marcuse o controle e dominação realizados sobre os indivíduos em toda sua existência.

O ciclo dominação-rebelião-dominação²⁶⁵ gera um desenvolvimento das formas de controle social. Esse desenvolvimento culmina em um universo totalitário, uma coordenação técnico-econômica do indivíduo que passa a controlar todos os aspectos da vida do indivíduo, sua ação e seu pensamento. Nesse progressivo desenvolvimento da

²⁶¹ MARCUSE, 1968a, p. 14.

²⁶² MARCUSE, 1967, p. 34.

²⁶³ MARCUSE, 1968a, p. 100.

²⁶⁴ Essa forma de totalitarismo não corresponde ao totalitarismo baseado no terror, como do regime Nazista ou Stalinista. A sociedade industrial contemporânea é totalitária, segundo Marcuse, no sentido de uma coordenação técnico-econômica, que controla e manipula as necessidades que ela própria cria. Essa forma de totalitarismo pode ser compatível com uma estrutura de governo pluripartidária, com a existência de diferentes grupos midiáticos, etc.

²⁶⁵ Esse ciclo é um contínuo histórico. É um movimento cíclico de progresso em dominação, pois, após uma rebelião derrubar a forma de poder existente, a nova forma de dominação, instaurada em seu lugar, não é uma repetição da antiga forma de dominação, mas, uma forma aperfeiçoada de domínio. Para mais detalhes ver: *Eros And Civilization: A Philosophical Inquiry into Freud* (1955), principalmente parte I, capítulo IV *The Dialectic of Civilization*.

cadeia de controle, a dominação, ganha a forma racional da administração. Essa forma desenvolvida de dominação utiliza os recursos técnicos desenvolvidos pela sociedade tecnológica para o controle total dos indivíduos. Assim, pensamento e ação tendem a se tornar unidimensionais. Essa sociedade administrada produz no indivíduo uma forma específica de pensamento e comportamento que servem aos interesses político-econômicos da classe dirigente.

Em suas observações sobre a metapsicologia de Sigmund Freud, Marcuse (1968a) ressalta a ideia de que a história da civilização é a história do progresso em repressão. Segundo a teoria de Marcuse, o ciclo *dominação-rebelião-dominação* é um contínuo histórico. Contudo, a segunda dominação não é uma repetição da primeira: a dominação é progressiva, e retorna mais equipada, destrutiva e eficaz. Desde o controle do pai primordial de Freud até o sistema de instituições moderno, a autoridade exerce seu domínio de forma cada vez mais impessoal, objetiva e universal, e sua dominação também é resultado de cálculo lógico e científico, o que torna seu domínio mais eficaz e produtivo. Os homens permanecem subordinados através da divisão social do trabalho, e o *princípio de performance*²⁶⁶ gerencia a mente e o comportamento socialmente aceito. Por meio desse mesmo processo, a repressão é despersonalizada – a restrição do prazer agora passa a ser o resultado “natural” da divisão social do trabalho. As pulsões do indivíduo são controladas através de sua utilização social no trabalho; o indivíduo é convertido no sujeito-objeto de trabalho; agora ele é uma engrenagem da máquina social.

O fato de cada revolução ser sucedida de contrarrevoluções e de restaurações fornece material histórico que pode determinar os fatores que levaram todas as revoluções à fatalidade do fracasso. Mas, segundo Marcuse, os fatores que determinam a fatalidade em que **“todas as revoluções foram também revoluções traídas”**²⁶⁷ não podem ser explicados, somente, por categorias sociológicas como relações de trabalho e modos de produção, mas são necessários, também, termos psicológicos para explicá-los. Em todas as revoluções parece ter existido um momento histórico onde a luta contra a dominação poderia ter vencido. Entretanto, um fator que o filósofo concebe como *a*

²⁶⁶ Princípio de performance (desempenho) é o termo utilizado por Marcuse para descrever a forma histórica predominante do *Princípio de Realidade* de Freud. Para maiores esclarecimentos ver: Marcuse, *Eros e Civilização*, especialmente capítulo dois: *A origem do indivíduo reprimido (Ontogênese)*.

²⁶⁷ MARCUSE, 1968a, p. 92, (grifo nosso).

*racionalização do sentimento de culpa*²⁶⁸ busca explicar essa derrota dos movimentos revolucionários.

A racionalidade tecnológica foi organizada na sociedade industrial avançada de tal modo que tende a tornar-se totalitária. Totalitária no sentido de uma coordenação técnico-econômica, “que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos”²⁶⁹, pois no capitalismo avançado o homem passa a ter suas necessidades e satisfações administradas, e seu lazer é dirigido a atividades programadas. Segundo Isabel Loureiro, de acordo com o pensamento de Marcuse, a racionalidade tecnológica tem “no capitalismo, um vínculo indissolúvel com a dominação política ou, em outros termos, a ciência e a técnica estão inseridas num ‘projeto’ que serve aos interesses do capital, elas não são neutras”²⁷⁰. A tecnologia na sociedade administrada “serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social”²⁷¹. A sociedade tecnológica é, portanto, um sistema de dominação. A racionalidade tecnológica tornou-se instrumento político.

Em sua realidade tecnológica e ilusória, a administração cria o “inimigo externo” e o transforma em força mortífera dentro do sistema. A sociedade se torna sociedade de defesa, o inimigo é permanente e é integrado ao sistema como uma força de coesão. A ameaça externa é usada na contenção da transformação social e para perpetuação da servidão. A idealização dessa suposta ameaça externa torna as medidas de repressão válidas. E no interior da sociedade essas medidas de repressão são dirigidas contra os párias, os excluídos, contra os não-integrados, cuja “vida é o inferno da sociedade afluyente”²⁷², contra estes o sistema é implacável e eles são mantidos em ordem – em nome da preservação dos integrados – através de práticas de repressão brutais. Quando se discute medidas disciplinares, como por exemplo, a menoridade penal, estas são amplamente aceitas por uma camada da sociedade que se sente constantemente amedrontada pela imagem do jovem favelado, violento e agressivo, continuamente reproduzida pelos meios de comunicação de massa.

²⁶⁸ Para mais detalhes ver: Marcuse, *Eros And Civilization: A Philosophical Inquiry into Freud* (1955), principalmente parte I, capítulo IV *The Dialectic of Civilization* e Sigmund Freud, *Totem e tabu e outros trabalhos*.

²⁶⁹ MARCUSE, 1967, p. 25.

²⁷⁰ LOUREIRO, Isabel Maria Frederico Rodrigues. *Herbert Marcuse - Anticapitalismo e emancipação*. Trans/Form/Ação, Marília - São Paulo, v. 28, n. 2, p. 7-20, 2005, p. 14.

²⁷¹ MARCUSE, 1967, p. 18.

²⁷² MARCUSE, 1967, p. 42.

Os progressos²⁷³ científicos obtidos até agora apenas serviram para o enriquecimento das classes privilegiadas e para aumentar o poder dos Estados e da classe dominante em detrimento da liberdade das massas populares e dos trabalhadores. Na medida em que se processa, o avanço tecnológico na sociedade capitalista avançada subjuga material e intelectualmente o homem ao seu domínio, o que leva Marcuse a inferência de que o alcance da dominação da sociedade sobre o indivíduo é o maior já visto, sem precedentes na história. Com uma esmagadora eficiência o aparelho tecnológico da sociedade industrial avançada exerce de modo tão eficiente seu controle que este parece capaz de conter a transformação social, transformação esta que “estabeleceria instituições essencialmente diferentes, uma nova direção dos processos produtivos, novas formas de existência humana”²⁷⁴. Essa contenção da transformação social seria, segundo Marcuse, a mais prodigiosa realização da sociedade industrial desenvolvida.

As estruturas totalitárias do Estado atuam no controle total das massas humanas excluindo as práticas que possibilitam uma autodeterminação do ser social do homem, através de uma administração total. Essa total administração da sociedade extingue o pensamento autônomo e reforça a uniformidade e a unanimidade em uma sociedade de massa. Essa crítica ao Estado-Cientista²⁷⁵ visa compreender como essas práticas totalitárias inviabilizam a realização de uma autodeterminação do ser social do homem no campo político e econômico dentro do sistema democrático contemporâneo. Os pensadores da Escola de Frankfurt abrem caminho para um questionamento do Estado

²⁷³De acordo com Marcuse o conceito de progresso que caracteriza o período moderno pode ser compreendido de duas formas diferentes, “De acordo com um deles, o progresso é definido sobretudo quantitativamente [...] aumentaram os conhecimentos e as capacidades humanas em seu conjunto, e ao mesmo tempo foram utilizados visando a dominação cada vez mais universal do meio humano e natural. [...] esse conceito quantitativo de progresso podemos chamar de progresso *técnico*” (MARCUSE, 2001a, p. 99-100). A esse conceito podemos opor o conceito qualitativo de progresso, chamado de *humanitário*, que, “consiste na realização da liberdade humana [...] O resultado aqui consiste na humanização progressiva dos homens, no desaparecimento da escravidão, do arbítrio, da opressão e do sofrimento.” (Idem, 2001a, p. 100).

²⁷⁴MARCUSE, 1967, p. 16.

²⁷⁵A contestação do Estado-Cientista é encontrada entre os pensadores da teoria crítica, como Max Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979), Theodor Adorno (1903-1969) e Jürgen Habermas (1929-) — para citar alguns — que tomam como tema essencial de reflexão o totalitarismo das sociedades atuais, sob qualquer forma que se exerça. De acordo com Marcos Nobre “a Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente. [...] é a *orientação para a emancipação* da dominação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto” (NOBRE, In: HONNETH, 2003, p. 9).

enquanto estrutura total da sociedade²⁷⁶. O Estado-Cientista se apresenta em forma de uma estrutura totalizante, que engloba o político e o econômico num campo técnico autoritário. Segundo Adorno e Horkheimer, a técnica é a essência do saber, que se converte em poder e tem na “utilização do trabalho de outros, o capital”²⁷⁷ aquilo a que se dirige. Esse saber, que é poder, “não conhece barreira alguma” e serve a “todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha”²⁷⁸. E o campo onde essa técnica conquista seu poder sobre a sociedade é “o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação”²⁷⁹.

Conforme elucida Marcuse (1967), assistimos na sociedade unidimensional a unificação e convergência de opostos. A sociedade é um sistema de poderes que se contrabalançam. Porém, essas forças são canceladas e se unificam no interesse comum de preservar e ampliar a ordem dada, combatendo as alternativas históricas para a transformação social²⁸⁰. Assim o pluralismo é ideológico e ilusório. Do ponto de vista político, a o sistema democrático se torna o mais eficiente sistema de dominação, pois a racionalidade política se transforma em administração. Desse modo, segundo Melo:

Os interesses coletivos da comunidade política ficam restritos, assim, às condições de competição política pelo poder administrativo, de sorte que o objetivo de assegurar o ideal da soberania popular é desmentido pelo modo como o poder administrativo se transforma num fim em si mesmo.²⁸¹

No modo de produção escravista, os escravos eram forçados e coagidos fisicamente a trabalhar em benefício alheio, recebendo em troca apenas comida. Por sua vez os trabalhadores assalariados são privados dos meios de produção que lhes são necessários

²⁷⁶ Segundo François Châtelet “A Escola de Frankfurt aprofundou a crítica filosófica do totalitarismo. [...] a própria razão torna-se totalitária, degenera em razão de Estado ou em razão científica.” (CHÂTELET, 2009, p. 337).

²⁷⁷ ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 18.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Idem, ibidem, p. 100.

²⁸⁰ Max Horkheimer explica essa necessidade de preservar a ordem estabelecida no sentido de uma *mimese*. O indivíduo administrado interioriza a dominação como um todo, pois, o próprio homem “se torna ele mesmo um instrumento da mesma natureza que ele domina; o impulso mimético reprimido, como uma força destruidora explorada pelos sistemas mais radicais de dominação social.” (HORKHEIMER, 2002, p. 99). E como a vida toda do indivíduo, incluindo seus impulsos ocultos, fica submetida a essa racionalização “a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema. Ele não tem mais possibilidade de escapar do sistema.” (HORKHEIMER, 2002, p. 100).

²⁸¹ MELO, 2012, p. 313. IN: MELO, Rúrion; et al. *Manual de filosofia política: para os cursos de teoria do Estado, ciência política, filosofia e ciências sociais*. São Paulo: Saraiva, 2012.

para prover sua própria sobrevivência. Assim, também são forçados a trabalhar em benefício dos proprietários dos meios de produção, recebendo em troca apenas uma remuneração que é sempre inferior ao valor do trabalho realizado. Em contrapartida, os que possuem os meios de produção podem se acomodar ao luxo de empregar outros para que ganhem para si seu sustento. O trabalho assalariado, ou, em outro termo, a escravidão do salário, se assemelha a uma escravidão de aluguel, onde o trabalhador é impelido à escravidão pela pobreza ao invés de pelo chicote. Segundo Marcuse, uma “mobilização total” é exigida “para preservação dessa forma estabelecida de processo de trabalho [...] pela qual o indivíduo deve ser subordinado à disciplina do Estado autoritário em todos os planos de sua existência”²⁸².

O indivíduo administrado é controlado em seu trabalho e também no seu lazer, quando está na fábrica ou vai ao cinema, quando ele consome as mercadorias disponíveis no mercado ou quando liga seu aparelho de televisão, suas necessidades e satisfações são condicionadas, são criadas, essas falsas necessidades:

São aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares [...] A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades.²⁸³

De acordo com Imaculada Kangussu (2008), o consumo em massa possibilitado pela produção industrial foi integrando as camadas mais desfavorecidas que passam a ser seduzidas pela posse das mercadorias disponíveis no mercado, por esse meio “o capitalismo vem se mostrando capaz de anular as contradições, que, segundo Marx, deveriam destruí-lo”²⁸⁴. E essa racionalidade de dominação convertida em administração – que gerencia inclusive as necessidades humanas – “envolve a totalidade da existência social e parte crescente da individual”²⁸⁵, já que ela invade cada vez mais o espaço privado da vida do indivíduo. Ou seja, os anúncios e mercadorias invadem a vida dentro do lar. Esse domínio da gerência pública e privada reforça a harmonia entre os interesses do grande público e o das corporações.

²⁸² MARCUSE, Herbert. *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001a, p. 57.

²⁸³ MARCUSE, 1967, p. 26.

²⁸⁴ KANGUSSU, Imaculada Maria Guimarães. *Leis da Liberdade: A relação entre estética e política na obra de Herbert Marcuse*. São Paulo, Edições Loyola, 2008, p. 40-41.

²⁸⁵ KANGUSSU, 2008, p. 41.

Essa democracia totalitária não atua por meio do terror, como no totalitarismo fascista, mas com a interiorização de seus valores através de mecanismos de homogeneização. Os sofisticados mecanismos de arregimentação tornam o combate contra a democracia burguesa uma tarefa difícil para a oposição radical, que permanece isolada em meio a uma esquerda reformista e trabalhista. A esquerda social-democrata e o trabalhismo são conformistas e conservadores, na medida em que defendem a manutenção do existente em troca de pequenas concessões aos subalternos, pois a defesa do trabalho assalariado permanece como a defesa do direito à escravidão do salário. Segundo Marcuse, quando defendemos “as liberdades e direitos burgueses da democracia estamos efetivamente defendendo o direito do existente”²⁸⁶. E essa sociedade burguesa é muito bem capaz de oferecer certas concessões aos indivíduos integrados. Logo, o combate contra o domínio político integrado torna-se muito mais difícil, pois,

Não combatemos contra uma sociedade terrorista, não combatemos contra uma sociedade que tenha demonstrado que não pode funcionar, não combatemos contra uma sociedade que esteja em seu período de desagregação. Combatemos contra uma sociedade que funciona extraordinariamente bem e, o que é mais importante, contra uma sociedade que efetivamente conseguiu eliminar miséria e pobreza numa proporção inconcebível nos estágios precedentes do capitalismo.²⁸⁷

A democracia existente aparece facilmente como atraso na realização do objetivo de criar uma sociedade livre. O poder estabilizador e integrador do capitalismo monopolista força os tradicionais partidos marxista-leninistas a se integrarem dentro do processo da democracia burguesa, ou seja, a oposição radical é arrastada para o processo parlamentar. Esse poder estabilizador e integrador torna a democracia de massas capitalista capaz de se autoperpetuar como nenhuma outra forma de governo ou sociedade. Devido a esses fatores, a oposição passa a se concentrar em demandas econômicas (demandas trabalhistas, salariais, etc.), e essas demandas “inibem mais do que promovem o crescimento de uma consciência política radical”²⁸⁸. O processo democrático organizado pela estrutura parlamentar-liberal está contaminado em todas as suas partes, sua constituição, seu processo eleitoral, seu sistema jurídico, seu sistema

²⁸⁶ MARCUSE, 1986, p. 91. (tradução livre).

²⁸⁷ Idem, ibidem, p. 106. (tradução livre).

²⁸⁸ MARCUSE, 1969a, p. 54. (tradução livre).

normativo como um todo, etc., pois todo ele está voltado para defesa da estrutura existente, isso significa que “trabalhar para a melhoria da democracia existente parece facilmente atrasar indefinidamente a consecução do objetivo de criar uma sociedade livre”²⁸⁹. A democracia de massas criada pelo capitalismo monopolista pode se dar ao luxo de tolerar a dissidência radical, desde que essa dissidência cumpra as regras e normas por ele estabelecidas, pois “moldou os direitos e liberdades que ele concede à sua própria imagem e interesse”²⁹⁰. A oposição é absorvida pela própria estrutura a qual se opõe, na medida em que sua organização e desenvolvimento se dá sob controle dos mecanismos estabelecidos pela estrutura existente.

A democracia burguesa trabalha contra a necessidade da mudança radical, na medida em que produz e mantém uma base de massa cuja opinião é gerada pelos interesses dominantes. Essa base de massa conservadora passa a representar os interesses de seus senhores analogamente ao escravo da casa grande que, para defender suas pequenas posições de acomodação na ordem escravista, defendia os interesses de seu proprietário como se fossem os seus próprios interesses. Os escravos da casa grande buscavam imitar seus senhores, copiar seus maneirismos, usar suas roupas, sua linguagem, etc. Por isso, os escravos da Casa Grande se incomodavam com as revoltas vindas da Senzala, pois poderiam atrapalhar sua instável acomodação, sua sobrevivência subserviente. Se as democracias existentes são manipuladas e controladas e se as prerrogativas para construção de uma sociedade verdadeiramente livre estão contidas dentro da legalidade existente, isso significa que o ideal da democracia como autogoverno de pessoas livres e de justiça para todos só pode ser alcançado por meio da “abolição da pseudo-democracia existente”²⁹¹, e essa abolição só pode ser realizada por meio da ação extraparlamentar, fora do jogo estabelecido pela estrutura existente.

Historicamente, a lei e a ordem foram utilizadas dentro do sistema democrático estabelecido pelo capitalismo monopolista como uma força contrarrevolucionária, bloqueando e reprimindo todas as formas de protesto que ocorram fora do âmbito estabelecido. Dessa forma, a necessidade da desobediência desordeira e da ação direta contra a ordem estabelecida torna-se um imperativo para a oposição radical, o único meio através do qual os indivíduos rebelados podem, nas palavras de Marcuse,

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 63. (tradução livre).

²⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 64. (tradução livre).

²⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 65. (tradução livre).

promover a “transformação da democracia indireta do capitalismo corporativo em uma democracia direta na qual eleições e representação não servem mais como instituições de dominação”²⁹². Agir fora das normas e leis estabelecidas dentro da democracia burguesa torna-se um meio para promover a democratização da sociedade no interior do sistema estabelecido. Ou seja, a luta para promover uma verdadeira democratização seria “antidemocrática” dentro dos termos estabelecidos pela legalidade existente, e a contraviolência revolucionária seria uma arma necessária para se opor à violência institucionalizada.

De fato, para Marcuse, entre uma democracia-liberal e um regime ditatorial a democracia é sempre preferível. No entanto, a democracia existente não é uma “verdadeira” democracia, tendo em vista que “o governo é factualmente exercido por uma rede de grupos de pressão”, ou seja, o governo não representa a soberania popular, mas somente o “desejo compartilhado pelas minorias governantes”²⁹³. E se o governo é sempre um governo da elite, ainda que essa elite seja substituída por outra elite esta última não será menos hostil do que a anterior. Marcuse observa que essa “nova sociedade” de mobilização total desenvolve características que combinam aquelas do Estado de Bem-Estar-Social com aquelas do Estado Beligerante. A economia passa a concentrar-se nas necessidades das corporações, ocorrem diversas alianças militares, estabelecem-se convênios monetários, planos desenvolvimentistas, cooptação dos operários e das lideranças, etc. É processada uma unificação dos opostos que antes personificavam a oposição ao sistema. Os programas apresentados pelos diversos partidos tornam-se cada vez mais indiferenciáveis. Os partidos de tendência marxista rejeitam seus programas e se adaptam à estrutura do sistema estabelecido, suas bases são enfraquecidas, e seus objetivos são amplamente alterados – esses partidos são condenados a manterem uma posição não radical.

Para o filósofo berlinense a democracia burguesa torna-se o “mais poderoso obstáculo à mudança”²⁹⁴ (exceto da mudança para o pior), na medida em que converte a dinâmica social de liberal-progressista para conservadora-reacionária. Em suas metamorfoses, o sistema capitalista vai das exigências do *laissez-faire* até se concretizar em um capitalismo monopolista de Estado. Nessa fase mais atual, o capitalismo já

²⁹² Idem, ibidem, p. 69. (tradução livre).

²⁹³ Idem, ibidem, p. 70. (tradução livre).

²⁹⁴ MARCUSE, Herbert. The Historical Fate of Bourgeois Democracy. In: MARCUSE, 2001b, p.165. (tradução livre).

derrubou a distinção entre interesses públicos e privados, e o Estado capitalista torna-se o gerente dos interesses privados do capital. Depois de alcançado esse domínio totalitário, o sistema social controlado pela burguesia, começa a atacar as liberdades e direitos anteriormente propagados pela burguesia em ascensão (veja seção 3.4 para mais detalhes). A partir daí somente duas alternativas são possíveis no horizonte da vida política: o **“neofascismo em uma escala global ou a transição para o socialismo”**²⁹⁵, ou seja, após alcançar seu domínio totalitário o capital só tem como proteger e expandir ainda mais seu domínio por meio do recurso fascista, e a oposição anticapitalista só tem como derrotar o domínio burguês por meio da transição radical para o socialismo.

A democracia liberal-burguesa, longe de conduzir a sociedade para um estado qualitativamente melhor e mais livre, se converteu em um estado policial e de guerra permanente. A democracia burguesa não representa uma barreira contra o fascismo, pelo contrário, o fascismo pode ser definido como “a organização totalitária da sociedade para preservação e expansão do capitalismo em uma situação na qual seus objetivos não podem mais ser atingidos pelo desenvolvimento normal do mercado”²⁹⁶ (veja seção 3.4 para mais detalhes). Uma democracia autêntica – segundo a concepção original grega, na qual o governo está realmente sob o controle popular – é bloqueada pelo controle totalitário do capital que milita contra essa forma autêntica, pois

a ‘democracia direta’ da maioria ainda continua sendo uma forma de governo ou administração para construção do socialismo, é improvável que a ‘democracia burguesa’ forneça o ‘campo de operações’ propício a uma transição para o socialismo.²⁹⁷

Ou seja, a tendência totalitária do capitalismo monopolista não oferecerá campo de ação para a democracia direta, na medida em que uma democracia autêntica – em contraposição à sua pseudodemocracia – abriria caminho para a construção do socialismo, e um modelo realmente democrático que conduzirá à construção do socialismo nunca será aceito pela burguesia. E ainda que o sistema de representação fosse mantido, uma democracia direta asseguraria “seleção e eleição genuinamente livres dos candidatos, revogabilidade a critério dos eleitores e informação e educação

²⁹⁵ Idem. (grifo nosso, tradução livre).

²⁹⁶ Idem, ibidem, p. 185. (tradução livre).

²⁹⁷ MARCUSE, 1973a, p. 58.

sem censura”²⁹⁸. Na pseudodemocracia burguesa, a maioria integrada e conservadora da população é manipulada a escolher entre as alternativas dadas, enquanto as decisões políticas que “determinam sobre a vida e morte das pessoas”²⁹⁹ são tomadas por um grupo dominante que encontra-se alheio a essa base conservadora que eles manipulam. Esse grupo dominante permanece alheio à própria estrutura político-representativa (o congresso, os partidos, etc.), pois, o poder econômico desse grupo dominante controla essa estrutura de fora.

Em carta endereçada à Horkheimer (4 de março de 1943), Marcuse assinalou que as tendências autoritárias (fascistas) predominantes na democracia-liberal da sociedade norte-americana, que os estudos do Instituto de Pesquisa Social haviam diagnosticado, estavam “terrivelmente” corretos e a identidade entre a sociedade norte-americana e o sistema nazista era incrivelmente sólida, apesar de acreditar que o diagnóstico havia sido demasiadamente otimista no princípio. Essas tendências fascistas no interior da democracia norte-americana se tornarão objeto de estudo durante os próximos anos e serão amplamente comprovadas teórica e empiricamente em *The Authoritarian Personality*³⁰⁰ e outros estudos de pesquisadores da teoria crítica. Nesta mesma carta, Marcuse relata divergências políticas que teve trabalhando no *Office of War Information*, que insistiam que ele encontrasse tendências bolchevistas no sistema nazista.

O que leva essa maioria integrada e conservadora da população a apoiar um governo que suprime suas liberdades civis, seus direitos e garantias sociais, que os submete a um estado policial e uma política externa de agressão? Essa questão Marcuse procura explicar por meio de um mecanismo psíquico que compõe a estrutura da personalidade autoritária – o caráter sadomasoquista. Esse conceito sociopsicológico, que Marcuse identifica – principalmente através dos *Studien über Autorität und Familie* editado por Max Horkheimer, *Escape From Freedom* de Erick Fromm, *The Authoritarian Personality* de Adorno e outros e *Psicologia de Massas do Fascismo* de Wilhelm Reich – é o componente psíquico responsável pelo fato de as massas desorganizadas que formam a base da democracia liberal-burguesa poderem se tornar a base de massas para tendências conservadoras, reacionárias e até neofascistas. Essa

²⁹⁸ MARCUSE, 1969a, p. 69-70. (tradução livre).

²⁹⁹ Idem, ibidem, p. 59. (tradução livre).

³⁰⁰ ADORNO, Theodor; et al. *The Authoritarian Personality*. Nova York: Harper, 1950.

tendência autoritária da personalidade leva essa massa amorfa a apoiar um governo que preconiza uma política bélica, a destruição da seguridade social, do sistema público de saúde e dos direitos trabalhistas, dentre outras questões. As pessoas se identificam com os governantes autoritários que promovem um estado policial e de guerra. Essas pessoas que apoiam governos beligerantes, com tendências claramente fascistas, compõem uma maioria conservadora da população.

Essa síndrome sadomasoquista³⁰¹ leva grande parte dos indivíduos a apoiar e desejar governantes e medidas de governo abertamente destrutivos e fascistas. Essa síndrome psicológica de cunho individual converte-se em síndrome social, tornando-se uma categoria política na medida em que atinge o comportamento de ampla parcela da população, esse conformismo sadomasoquista torna-se a sustentação do *Establishment*. Nas palavras de Marcuse: “é sadomasoquista a tolerância das pessoas – o ‘povo livre’: tolerantes dos perversos e maníacos que os governam”³⁰². Em uma sociedade na qual as pessoas são dominadas pelo impulso destrutivo, a pulsão de morte venceu. De acordo com Freud, a pulsão de morte opera através de um desvio, ou seja, ela destrói os outros antes de destruir a si mesma. Uma política de governo baseada na destrutividade e agressividade está ancorada em uma forte raiz psicológica arraigada nos indivíduos. Para que *Eros* possa vencer *Thanatos*, ele deve se converter em ódio – contra a realidade opressiva e destrutiva existente – para depois retornar ao seu estado anterior quando a luta contra destrutividade for vencida, ou seja, a luta contra essa nódoa sadomasoquista da personalidade dos indivíduos arregimentados deve ser travada no nível pulsional, não suprimindo, mas, direcionando a agressividade de acordo com os objetivos de *Eros*. No entanto, as forças destrutivas são auxiliadas pelo enorme poder da ideologia. Como exemplo desse poder da ideologia, temos a falsa ideia da morte como recompensa (como requisito necessário para salvação), difundida pelas religiões dominantes. Essa ideologia encontra sua maior expressão na imagem do Deus

³⁰¹ Como paradigma dessa insanidade sadomasoquista que é característica da personalidade fascista, Marcuse cita o exemplo de uma mulher que foi entrevistada durante os protestos dos estudantes, que culminaram na morte de quatro estudantes pela polícia, na Universidade de Kent nos EUA em maio de 1970. A mulher afirmou ao entrevistador que todos os estudantes em protesto na cidade deveriam ser fuzilados pela polícia, ao ser questionada sobre o fato de três de seus filhos, que eram estudantes da universidade, estarem participando dos protestos a mulher afirmou que seus filhos deveriam ser fuzilados junto com todos os outros “cabeludos” que estavam protestando ali caso não obedecessem as ordens da polícia. Ver: MARCUSE, 1973a, p. 34-35.

³⁰² MARCUSE, Herbert. The Historical Fate of Bourgeois Democracy. In: MARCUSE, 2001b, p. 171. (tradução livre).

crucificado e permeia o imaginário popular – essa grande mentira tem ajudado a “disciplinar as pessoas em paciência, obediência e sofrimento”³⁰³. Esse poder da ideologia ajuda a evitar e prevenir rebeliões e revoltas.

Só na medida em que o apoio popular à democracia burguesa estabelecida reduzir, a oposição radical poderá mobilizar sua própria base de massa. Marcuse defende a ideia de que é errado afirmar que as pessoas não podem ser responsabilizadas, pois elas têm o poder de mudar as coisas caso queiram, nas palavras do autor: “é errado dizer que as pessoas não têm culpa, que não têm poder de mudar as coisas se eles quiserem [...] As pessoas podem fazer alguma coisa!”³⁰⁴. Por diversas vezes a maioria da população escolheu, por meio de eleições livres,

um governo beligerante, engajado por muitos anos em uma guerra [...] de crimes contra a humanidade sem precedentes [...] representante das grandes corporações [...] incapaz de parar a inflação e eliminar o desemprego, um governo que destrói o bem-estar e a educação, um governo permeado pela corrupção [...]³⁰⁵

As pessoas rejeitam candidatos, que mesmo sendo representantes do *Establishment*, oferecem uma chance razoável de terminar a guerra e mitigar algumas desigualdades e injustiças. As pessoas podem se recusar a tolerar uma administração beligerante; podem sair em massa nas ruas para protestar e demonstrar seu desejo de soberania; são livres para buscar meios de informação alternativos e não-manipulados. No entanto, parece que essas pessoas não desejam “ler ou ver ou ouvir nada que contradiga a verdade aceita e a mentira”³⁰⁶, pois, elas se identificam com seus governantes. Essa identificação pulsional é primariamente com a imagem pessoal do governante, e esse conformismo sadomasoquista das pessoas fornece a base de massa para classe governante. Para Marcuse, a transformação radical da democracia burguesa que precede a construção do socialismo – no interior do capitalismo monopolista de Estado – poderá reduzir essa base de massa majoritariamente conservadora e conformista. No entanto, o autor salienta que essa transformação não poderá ocorrer através de vias parlamentares (ver seção 3.5).

³⁰³ Idem, ibidem, p. 173. (tradução livre).

³⁰⁴ Idem, ibidem, p. 169. (tradução livre).

³⁰⁵ Idem, ibidem, p. 168. (tradução livre).

³⁰⁶ Idem, ibidem, p. 169. (tradução livre).

Sob estas condições de integração – econômica e política – o surgimento de uma nova consciência política (livre de toda manipulação e doutrinação) que almeje uma necessidade vital de mudança radical poderá surgir “entre os grupos sociais que, por motivos objetivos, são (relativamente) livres dos interesses e aspirações integradores e conservadores”³⁰⁷. Ou seja, se sob as circunstâncias de integração a classe trabalhadora – ainda que mantenha latente seu papel histórico como força básica de transformação – assume uma posição conservadora e estabilizadora – os grupos catalisadores da transformação (sob estas circunstâncias de integração) são aqueles que operam de fora, que por motivos objetivos não estão integrados ao sistema (ver secção 3.5).

³⁰⁷ MARCUSE, 1969a, p. 54. (tradução livre).

Capítulo 3 – A integração no campo econômico: quais os limites da economia capitalista integrada?

[...] por baixo da base conservadora popular está o substrato dos párias e estranhos, dos explorados e perseguidos de outras raças e de outras cores, os desempregados e os não-empregáveis. Eles existem fora do processo democrático; sua existência é a mais imediata e a mais real necessidade de por fim às condições e instituições intoleráveis. Assim, sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não o seja. [...] Quando eles se reúnem e saem às ruas, sem armas, sem proteção, para reivindicar os mais primitivos direitos civis, sabem que enfrentam cães, pedras e bombas, cadeia, campos de concentração e até morte. [...] O fato de eles começarem a recusar a jogar o jogo pode ser o fato que marca o fim de um período.

Herbert Marcuse

A base econômica – o modo de organização da produção social e as relações de produção subjacentes – constitui o eixo central sobre o qual se organiza todas as demais estruturas e instituições que regulam a vida social. Esse capítulo irá se debruçar sobre a análise e a crítica do modelo integrado do capital, bem como na crítica propositiva de um modelo alternativo à economia capitalista, conforme exposto na teoria crítica de Marcuse. A análise crítica do modelo integrado do capital presente a seguir irá investigar as contradições internas e os fatores externos que apontam para a desintegração do modelo integrado do capital, bem como os fatores capazes de estabilizar e dar um sobre fôlego ao capital integrado.

3.1 O modelo de produção capitalista: a assimilação da classe trabalhadora no processo de produção do capital.

A assimilação do proletariado parece sobrevir principalmente de sua situação real de trabalho. Para o trabalhador comum, pouco parece importar se o controle da fábrica é hierarquizado e centralizado, se seu empregador é uma empresa privada, uma estatal ou uma cooperativa de trabalhadores; o que interessa de forma imediata ao trabalhador é sua condição real de trabalho, os benefícios e comodidades oferecidas pelo empregador. Seja esta uma sociedade controlada por um governo comunista ou

capitalista, o trabalhador comum decidirá pelo que lhe oferece maior possibilidade de satisfação de suas necessidades imediatas. Dessa forma, a crescente produtividade desse sistema barra a transformação qualitativa, sendo que o trabalhador identifica-se com o sistema que o controla, e suas necessidades tornam-se as próprias necessidades do sistema. A crescente automatização da produção modifica o próprio conceito marxista de proletariado. A mecanização do trabalho reduz a energia física consumida e a redução do esforço físico é substituída pela tensão e esforço mental. Essa transformação opera no nível da consciência e da existência social. Apesar de encontrarmos em Marcuse a hipótese de que a automação, ao abrir espaço para o tempo livre, pudesse conduzir a uma transformação qualitativa da sociedade, são as características negativas da automatização que predominam até o momento: a aceleração do trabalho, o desemprego tecnológico, o revigoramento das posições de gerência, a impotência e resignação dos trabalhadores, etc.

Se a burocracia sindical e o operariado encontram-se integrados com o Estado e com o capital monopolista, a única arma dos trabalhadores contra o domínio totalitário do capital – a greve geral – fica suspensa. O aburguesamento da classe operária atingiu um nível que ultrapassou enormemente o de uma aristocracia operária do início do século XX. A identificação econômica e política dessa parcela integrada dos trabalhadores com a sociedade capitalista é acompanhada de uma identificação “cultural” não menos decisiva no processo de assimilação dos trabalhadores. Em carta datada de 25 de outubro de 1943 endereçada a Horkheimer, Marcuse mostrara preocupação com a crescente atitude colaboracionista dos operários e dos sindicatos com os interesses dos grandes conglomerados monopolistas. A maioria dos sindicatos tornaram-se “órgãos do *status quo*” norteados pela manutenção da direção “domesticadora dos trabalhadores organizados”³⁰⁸, e desempenham essa função tanto na sociedade capitalista quanto na soviética. Essa organização voluntária dos trabalhadores diante dos interesses capitalistas mostra, segundo o filósofo, como o fascismo pode avançar facilmente dentro de uma sociedade democrática.

³⁰⁸ MARCUSE, Herbert. Cartas a Horkheimer. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999, p. 303.

Para Marcuse, o fato de a primeira revolução socialista bem sucedida “não ter levado a uma sociedade mais livre e feliz”³⁰⁹ contribuiu imensamente para reconciliação dos trabalhadores com o capitalismo. Ao assumir o papel de direção do capital e o controle sobre a produção, o Estado soviético reproduz as mesmas condições existentes no sistema capitalista: ao imitar o desenvolvimento capitalista da produção, o socialismo soviético reproduz o sistema de dominação e os meios de produção permanecem existindo como meio de dominação dos seres humanos. A forma estabelecida da divisão social do trabalho e a submissão dos trabalhadores a um sistema hierarquizado permanecem como característica da produção sob a economia planejada controlada pelo Estado soviético. Essa coexistência competitiva com o ocidente capitalista gerava valores e aspirações que tornavam o padrão de vida norte-americano um modelo, e desviava o desenvolvimento do socialismo de seus objetivos originais.

Uma tendência crescente nas relações de produção a partir da segunda metade do século XX visava gerar uma dependência em seu quadro de funcionários que prendia o trabalhador à fábrica por toda sua vida. As corporações ofereciam benefícios que atavam os laços entre o trabalhador e a empresa: os planos de carreira, os seguros contra acidentes e mortes, e os auxílios aposentadoria, dentre outras coisas. A dominação converte-se em administração total na própria base da sociedade. A equipe de gerência e direção passa a desempenhar o papel de controle decisivo no processo. Os patrões e proprietários capitalistas perdem sua identidade sendo deslocados a atribuições burocráticas. Sob efeito desses fatores, até mesmo a “decepção e o ódio são privados de seu alvo específico, e o véu tecnológico esconde a reprodução da desigualdade e da escravização”³¹⁰. Contudo, todos os benefícios que possam ser oferecidos pelo sistema não compensam o fato de o indivíduo não ter controle algum sobre sua vida e morte, e pelas decisões que guiam sua existência. Os escravos da sociedade industrial avançada são escravos sublimados: sua escravidão é determinada não pela obediência e dureza do trabalho, mas pela condição de mero instrumento que passa a ocupar. O indivíduo na sociedade contemporânea torna-se uma “coisa”. Essa condição de “coisa” não é revogada “se a coisa é animada e escolhe seu alimento material e intelectual, se não se apercebe de que é uma coisa, se é uma coisa bonita, limpa e móvel”³¹¹. Ademais, das

³⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 296.

³¹⁰ MARCUSE, 1967, p. 49.

³¹¹ MARCUSE, 1967, p. 50.

três condições que fazem do proletariado o agente da revolução: 1º – parar a produção; 2º – constitui a maioria da população; 3º – sua existência é a negação do ser humano, só a primeira é aplicável aos trabalhadores dos países mais altamente desenvolvidos. A classe trabalhadora teria que romper com as necessidades conservadoras e estabilizadoras para ser o poder que realiza a transição, pois a classe trabalhadora “é o sujeito potencial da revolução não apenas por ser a classe explorada”³¹², mas porque as necessidades e aspirações dessa classe exigem a abolição do modo de produção capitalista. Ou seja, enquanto a classe trabalhadora estiver integrada e compartilhar das necessidades e aspirações criadas pelo capitalismo ela deixa de ser a negação desse modelo.

O deslocamento entre os poderes tornam os sujeitos da opressão cada vez mais invisíveis, por vezes desempenhando papéis na gerência e presidência de corporações ou migrando entre diversos cargos do cenário político. O certo é que os estabelecimentos dependem das instituições políticas e militares para sua autopreservação, e os gestores públicos e militares dependem dos estabelecimentos para obter seus materiais bélicos e seus contratos milionários. Um círculo vicioso se estabelece, na medida em que os interesses dos gestores públicos e das gerências corporativas permanecem preservados por essa circularidade, pela troca constante de papéis e por essa interdependência. Na falta da existência de instituições sociais nas quais os indivíduos possam trabalhar para si mesmos – onde tenham plena consciência do processo de gestão e poder de decisão – esses mesmos indivíduos sujeitam-se e garantem a existência de instituições que controlam suas vidas. Essas instituições tornam-se independentes e universais, mascarando os poderes particulares que manobram sua existência. Universais como o Estado, o Partido, a Constituição e a Igreja têm sua existência sobreposta à da organização particular de suas várias engrenagens. Contudo, a forma sobre a qual estão organizados os estabelecimentos, os equipamentos e os agentes humanos dispostos à sua administração tornam os universais entidades diferentes de suas partes componentes: estes se tornam um “todo” conciso capaz de tomar decisões sobre a vida de suas criaturas. As criaturas reproduzem as instituições estabelecidas, que ganham força e legitimidade na medida em que se tornam “Verdades Universais”. Entretanto, na atual ordem das coisas essas instituições

³¹² MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973a, p. 45.

representam interesses particulares, jogos de influência, submissão e sujeição total das criaturas.

A *identificação* é um fator chave para a compreensão dessa dinâmica – os indivíduos estão incorporados ao sistema hierárquico de trabalho e ao modelo econômico e político da sociedade. Quando o modelo econômico e político passam a exercer controle sobre o todo, a racionalização do poder e da repressão tornam o homem instrumento de trabalho. Estes passam também a reproduzir de forma inconsciente e consciente sua opressão e a culpa contra a rebelião é amplamente intensificada. A dependência – a do escravo pelo senhor, a do servo pelo senhor feudal, a do operário pelo dono da fábrica – é substituída pela dependência de uma ordem “objetiva e impessoal” das leis econômicas e do mercado financeiro. No entanto, essa objetivação da ordem das coisas é o resultado de uma forma nova e mais eficaz de controle e dominação. O poder sinistro que essa racionalidade alcançou através do controle cada vez maior dos recursos naturais e mentais torna o homem cada vez mais escravo de seu aparato produtivo, que eterniza a luta pela existência e destrói a vida dos indivíduos subjugados ao domínio de seu aparato. A modificação qualitativa do aparato técnico compreende uma transformação em sua estrutura tecnológica, do mesmo modo em que o aparato técnico estabelecido tornou-se meio de controle e coesão incorporando as classes trabalhadoras. A produtividade cada vez mais poderosa barra uma nova consciência transcendente. O domínio da gerência pública e privada reforça a harmonia entre os interesses do grande público e das corporações. De acordo com Marcuse, as necessidades da vida em uma sociedade livre e racional são diferentes das que são produzidas em uma sociedade não-livre e irracional, que cria “falsas necessidades”. Sua produtividade é repressiva, pois perpetua a competição entre os homens, produz suas mercadorias sob um obsoletismo planejado e cria bugigangas que se tornam apazíveis aos homens por isentarem-nos de usar o cérebro. O trabalho serve à destruição.

Quando são implantadas, as perspectivas do Estado do Bem-Estar Social contêm a transformação na base da sociedade, enquanto são capazes de elevar o padrão de vida administrada. O Estado do Bem-Estar Social é ausente de liberdade, sendo que sua administração total é restrição sistemática do tempo livre, da quantidade e qualidade das mercadorias e serviços, da inteligência – no nível consciente e inconsciente – capaz de compreender e perceber as possibilidades de autodeterminação. O nível de internalização da repressão parece tanto mais natural entre a população subjacente nessa sociedade. Essa sociedade cuida de suas criaturas, satisfazendo necessidades que fazem

com que a servidão seja aceitável, ou ainda, imperceptível. O combate contra essa sociedade da afluência torna-se, não obstante, até mesmo repreensível do ponto de vista dos integrados, pois, “Não é o combate de Eros contra Thanatos, porque também a sociedade estabelecida tem seu Eros: protege, perpetua e amplia a vida. E não é uma vida má para os que se submetem e reprimem”³¹³. Ainda assim, a violência em favor da vida parece ser menos nociva aos *impulsos de vida* do que a agressividade implacável do sistema contra um modelo de vida que tem em vista a *pacificação da existência*.

Até mesmo a *pulsão de morte* (impulso destrutivo) pode ser visualizada como um dos componentes da energia pulsional que alimentam a conquista técnica do homem e da natureza. Em sua obra, Marcuse afirma que “a crescente capacidade da sociedade para manipular o progresso técnico também aumenta a sua capacidade para manipular e controlar esse impulso [...] para satisfazê-lo ‘produtivamente’”³¹⁴. A oposição ao *status quo* é absorvida não só na política e na cultura superior, mas também na esfera pulsional, o que resulta no bloqueio da consciência negativa, impedindo-a de reconhecer as contradições e alternativas existentes. Dessa forma, a *Consciência Feliz* se torna predominante. Essa falsa consciência atuando nos indivíduos promove

a crença em que o real seja racional e em que o sistema estabelecido a despeito de tudo entrega as mercadorias. As pessoas são levadas a ver no aparato produtivo o agente eficaz de pensamento e ação ao qual se devem render seu pensamento e ação pessoais. E, nessa transferência, o aparato também assume o papel de agente moral. A consciência é absolvida por espoliação, pela **necessidade geral de coisas**.³¹⁵

Essa necessidade geral de coisas se torna um componente libidinal, a mercadoria se converte em um fator de satisfação na base pulsional, assim, a economia baseada no consumo cria uma segunda “natureza” humana, que liga as pessoas “libidinalmente e agressivamente à forma-mercadoria”³¹⁶. A necessidade de possuir mercadorias se impõe sobre as pessoas, se torna uma necessidade “biológica”. O indivíduo preenche sua existência com o consumo. Essa preponderância do fator consumista no comportamento atua contra qualquer mudança que poderia abolir a dependência do sujeito em face do mercado. Essas necessidades criadas se tornam o fator de estabilização dessa sociedade

³¹³ MARCUSE, 1968, p. 20.

³¹⁴ MARCUSE, 1967, p. 88.

³¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 88. (grifo nosso).

³¹⁶ MARCUSE, Herbert. *An Essay on Liberation*. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1969a, p. 11. (Tradução livre).

– a contenção da revolução se ancora na estrutura pulsional. Não que os objetos em seu uso sejam repressivos em si mesmos, mas o são pelo uso que se fazem deles. Quando convertidos na forma-mercadoria, os aparelhos eletrônicos, os automóveis, os televisores, etc., tornam-se fatores de repressão, que são utilizados pela classe dominante como requisitos para aumentar os seus lucros e para promover a alienação das massas – para manipulação. Os senhores criam a necessidade de mercadorias e os indivíduos sujeitados se tornam cada vez mais atrelados às mercadorias, na medida em que estas se tornam mecanismos para liberar sua frustração e agressividade. Essa capacidade de produzir contentamento e satisfação, de reproduzir a servidão voluntária, só é obtida por meio da capacidade da forma-mercadoria de gerir afetos, usar e manipular as pulsões primárias. A coordenação mental e pulsional da classe trabalhadora formal e organizada está ancorada na base material, a mercadoria, que os transforma em consumidores, logo, em favorecidos pelas “benesses” do sistema. Seu comportamento se torna conservador, os convertendo em agentes das necessidades estabilizadoras e contrarrevolucionárias da classe média (nos países mais desenvolvidos os trabalhadores formais organizados formam grande parte da classe média).

Essa base material da dominação – a mercadoria – tornou-se tão arraigada no íntimo do indivíduo, de modo que para esse indivíduo administrado uma ruptura com o sistema dominante seria um pesadelo insuportável. As necessidades repressivas criadas por essa sociedade alteraram o modo de produção, de forma que sem essas falsas necessidades o modo de produção não pode ser mantido. Se toda comunicação é controlada pela sociedade estabelecida, os valores transcendentais só podem se expressar por meio da ficção. Contudo, a fusão entre estética e realidade anula o caráter romântico da imaginação – e até essa livre faculdade da mente é reduzida. Libertar a imaginação pressupõe libertar-se do que perpetua o modo de existência estabelecido. Essa libertação tem de acontecer através da política, ou seja, pela prática dos indivíduos onde as instituições sociais básicas são modificadas. Sendo que, a autodeterminação seria alcançada “desde que as massas tenham sido dissolvidas em indivíduos libertos de toda propaganda, doutrinação, e manipulação, capazes de conhecer e compreender os fatos e avaliar as alternativas”³¹⁷.

³¹⁷ MARCUSE, 1967, p. 231.

O mal estar sentido pelo organismo – a *náusea* sufocante – aparece como uma reação contra o “sistema de vida” e a revolta se apresenta “como questão de higiene física e mental”³¹⁸. Caso a produção de necessidades superimpostas de bens inúteis e destrutivos fosse interrompida, “as mutilações somáticas e mentais infligidas ao homem por essa produção seriam eliminadas”³¹⁹. Na medida em que a repressão torna-se intolerável e agride a sensibilidade, a energia do corpo humano se revolta numa luta contra as máquinas da repressão, e as condições desumanizantes da afluência não são capazes de liberar a energia erótica de *Eros*. Assim, a “cura” dos distúrbios perpetrados no organismo depende da “cura” do todo que funciona de forma irracional. Os problemas psicológicos tornaram-se problemas políticos na medida em que a desordem social, a política destrutiva e a ordem político-econômica repressiva e mutiladora são as causas desses distúrbios psíquicos. Com o desenvolvimento da racionalidade tecnológica, tanto os impulsos sexuais (*Eros*) quanto os impulsos agressivos (*Thanatos*) são absorvidos para fins socialmente desejáveis. Então, a energia mental e física exigida para o trabalho é subtraída da sexualidade.

A partir das duas últimas décadas do século XX uma nova tendência tem se tornado predominante para compreender a nova morfologia do trabalho. Segundo o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, a idealização, que era defendida por vários estudiosos do mundo do trabalho, que previa que a era das novas tecnologias digitais e da automação promoveria uma mudança qualitativa no mundo do trabalho e até mesmo falavam do *fim do trabalho* nunca se efetivaram no mundo real, não passaram de fantasias. O que se tem observado nessa nova era do trabalho informatizado é o advento de uma nova “modalidade de trabalho: o *escravo digital*”³²⁰, o ideal que apregoava o fim do trabalho dentro do capitalismo não passou de um mito, o que se vê na prática é que a informatização do trabalho ampliou a exploração, aumentando a informalidade, a precarização e a flexibilização do trabalho. De acordo com os estudos elaborados por Antunes, na era digital o trabalho tem sido, predominantemente, “espaço de sujeição, sofrimento, desumanização e precarização”³²¹; tem se expandido aquilo que o sociólogo chama de “uberização” do trabalho, um tipo de trabalho sem contrato, no qual não há

³¹⁸ MARCUSE, 1968a, p. 17.

³¹⁹ Idem, ibidem, p. 18.

³²⁰ ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado se serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 23. (Grifo do autor).

³²¹ Idem.

uma carga horária determinada e nenhum direito assegurado, de forma semelhante ao “contrato de zero hora”, no qual os trabalhadores e trabalhadoras devem ficar conectados *on-line* aguardando a chamada do trabalho intermitente. No Reino Unido, essa modalidade de contrato de trabalho (*zero hour contract*) engloba tanto a mão de obra altamente especializada (médicos, advogados, eletricitistas, etc.) quanto mão de obra não especializada (entregadores, profissionais de serviço de limpeza, trabalhadores domésticos, etc.).

Essa nova fase de superexploração do trabalho, ainda que concentrada no sul global e em novas regiões industrializadas como a China, rompe com a era do contrato de trabalho no modelo fordista que havia predominado nos países industrializados do Norte. O padrão chinês de exploração do trabalho tem predominado como uma “tendência agressiva de exploração em escala ampliada”³²², no entanto o aumento da exploração tem sido acompanhada do aumento no número de greves e outras formas de resistência, por outro lado, tem ocorrido também um aumento elevado do número de suicídios no interior das fábricas chinesas. Antunes destaca, também, o aumento desse *infoproletariado* nas maiores economias capitalistas do mundo. No Japão o número de trabalhadores precarizados que realizam trabalhos intermitentes e informais vem aumentando, sem um contrato de trabalho fixo esses trabalhadores japoneses não conseguem alugar uma moradia e recorrem aos hotéis cápsulas ou se refugiam em cyber cafés que têm um custo menor que os primeiros. Os “cyber-refugiados” são pessoas que não têm moradia e vivem em *lan houses* que funcionam 24 horas, eles passam a noite na cadeira disponibilizada na *lan house*, dormem ou se acomodam como podem e no dia seguinte saem para trabalhar. Ao invés do fim do trabalho previsto por alguns autores, o processo de automação informacional-digital tem levado ao advento e expansão de um “novo proletariado da era digital”, um “crescimento exponencial do novo proletariado de serviços”³²³. Esse novo infoproletariado com trabalhos informais e intermitentes se expandiu junto com as novas tecnologias da informação e comunicação, que conectam, diretamente, os trabalhares prestadores de serviços às empresas e pessoas que demandam aquele serviço.

Na percepção de Antunes, nessa nova morfologia pela qual passa o trabalho, os novos proletários de serviços oscilarão entre duas possibilidades, uma trágica e a outra

³²² Idem, *ibidem*, p. 28.

³²³ Idem, *ibidem*, p. 30. (Grifo do autor).

triste: “oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*”³²⁴, ou seja, ou novos proletariados terão uma existência completamente degradada e sub-humana sem nenhuma renda, ou viverão uma vida degradada e sub-humana realizando trabalhos informais e precários com um mínimo de renda. A tendência crescente de terceirização, flexibilização e precarização vem reduzindo a massa dos assalariados bem remunerados com contratos regulares de trabalho e direitos ampliados a uma ínfima “aristocracia” do trabalho, enquanto a grande maioria dos trabalhadores – qualificados ou não – é empurrada para informalidade, precarização ou desemprego. A essa nova massa de trabalhadores precários se soma uma nova massa de trabalhadores autônomos, os *burgueses-de-si-mesmos* ou *proletários-de-si-mesmos*, como denomina Antunes. Esses “empreendedores” se espremem nas ruas e calçadas oferecendo diversos produtos e serviços, compondo parte expressiva da massa subalterna.

Há, no entanto, uma categoria de existência social ainda mais degradada que o precariado – a massa pauperizada da população. Essa massa compõe-se de indigentes, doentes, acidentados, incapacitados pela idade avançada e outros fatores como dependência química e os não-empregáveis nem mesmo para trabalhos precarizados. Essa deterioração das condições de existência é gerada pelo próprio processo de acumulação capitalista. Na busca pela acumulação e aumento das taxas de lucro, a composição orgânica do capital tende gradualmente ao aumento do capital constante e à diminuição do capital variável, esse processo gera, segundo Marx, “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente [...] excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”, ou seja, a variação na composição do capital – com ou sem o crescimento de sua grandeza absoluta – está vinculada com o “decréscimo absoluto de seu componente variável”³²⁵. O desenvolvimento tecnológico e a informatização da indústria e de outros setores da economia produzem dois fenômenos ambivalentes: de um lado retração repentina da absorção da força de trabalho e aumento do exército industrial de reserva, por outro, um aumento da demanda de trabalho em setores de serviços informais, precarizados e mal remunerados. Contudo, essa automação informacional-digital dos setores de serviços

³²⁴ Idem, *ibidem*, p. 34. (Grifo do autor).

³²⁵ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 705.

exclui uma enorme parcela da população subalterna sem qualificação ou recursos do mercado de trabalho mesmo para trabalhos informais e intermitentes. Por sua vez, essa expansão digitalizada de serviços só se torna possível pela disponibilidade de uma população excedente relativa – em relação à necessidade de valorização do capital – que compõe a mão de obra que está fora do mercado formal de trabalho e possui recursos e qualificação necessários. A ociosidade de grande parcela da população deriva da superexploração – exploração intensificada da parcela ocupada de trabalhadores – por um lado, e pela exigência de recursos (automóveis próprios, smartphones com acesso a rede de dados, instrumentos de trabalho, etc.) e qualificação adicional de outro lado. No entanto, o mecanismo da produção capitalista sempre atua para que o aumento absoluto do capital “não seja acompanhado de um aumento correspondente da demanda geral de trabalho”³²⁶, isso implica em que sempre que cresce a demanda e a remuneração em determinado setor, também aumenta o deslocamento do exército de reserva para aquele setor, conseqüentemente, a remuneração cai e a taxa de lucro do capital aumenta, ou seja, a demanda por mais trabalhadores não cresce junto com o aumento do capital e a oferta de trabalho não tem equivalência com a oferta de trabalhadores desocupados. A lei da acumulação capitalista produz uma superpopulação relativa que compõe o exército industrial de reserva, o que gera um decréscimo dos salários e eleva a miséria dos trabalhadores ativos e aumenta a massa que compõe o peso morto do pauperismo.

Segundo o jornal Valor Econômico³²⁷, o número de pessoas que sobrevivem através da coleta de matérias recicláveis encontrados no lixo subiu 48% entre dezembro de 2014 e dezembro de 2018 no Brasil; só em 2017 o aumento do número pessoas que recorrem ao lixo como fonte de renda foi de 21%. A renda média mensal desses catadores informais foi de R\$ 561,93 (quinhentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos) em 2017 segundo dados divulgados pelo IPEA³²⁸, a maioria (67%) é negra ou parda, 72% são homens e 74% têm apenas o ensino fundamental incompleto ou

³²⁶ Idem, ibidem, p. 715.

³²⁷ CARRANÇA, Thais. *Crise multiplica catadores, mas reduz lixo*. Valor Econômico. São Paulo, 10 de Maio de 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/05/10/crise-multiplica-catadores-mas-reduz-o-lixo.ghtml>> Acesso em: 10/09/19.

³²⁸ DAGNINOL, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. *Características demográficas e socioeconômicas dos catadores de material reciclável no Brasil segundo o Censo Demográfico 2010*. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise– nº 62, Abril 2017, p. 115-125. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62_10_econ_solidaria_catadores.pdf> Acesso em: 10/09/19.

nenhuma instrução. A renda das pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis diminuiu, como consequência do aumento do número de pessoas que recorrem a essa atividade. São 43,5 milhões de pessoas vivendo na pobreza no Brasil segundo relatório do Banco Mundial³²⁹. Segundo revelou a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³³⁰, os números são ainda maiores: em 2017 foram contabilizadas 54,8 milhões de pessoas em situação de pobreza no país (pela métrica do Banco Mundial são considerados pobres os que vivem com uma renda pessoal mensal inferior a R\$ 406 reais), o que representa cerca de um quarto da população do Brasil (26,5%). O estudo também mostrou que o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, com renda mensal equivalente a apenas R\$ 140 reais ou menor, também avançou 13% em um ano, saltando de 13,5 milhões em 2017 para 15,3 milhões em 2018.

Segundo os dados da PNAD contínua³³¹ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgados em outubro de 2019, a situação brasileira é ainda mais desastrosa. Esse estudo divulgou que os 50% mais pobres da população brasileira (104 milhões de pessoas) vivem com uma renda média per capita de R\$ 413 (quatrocentos e treze) reais mensais e os 5% mais pobres sobrevivem com uma renda per capita de apenas R\$ 51 (cinquenta e um) reais mensais. O contingente da força de trabalho que encontra-se desocupada saltou de 6,7 milhões em 2014 para 12,8 milhões em 2018. O número das pessoas capacitadas para o trabalho segue em crescente expansão – o aumento foi de 8,4% (oito vírgula quatro) entre 2012 e 2018 atingindo o patamar de 104,7 milhões de pessoas. Segundo o PNAD, o número de pessoas que possuíam alguma ocupação laboral em 2018, era de 91,9 milhões (correspondente a 54,1% da população com 14 anos ou mais). Entre essas pessoas com alguma ocupação: 32,9 milhões são trabalhadores do setor privado com contrato formal de trabalho (entre estes 6,2 milhões trabalhavam no serviço doméstico); 16,1 milhões eram trabalhadores do

³²⁹ ALMEIDA, Cássia. *Crise levou mais de 73 milhões de pessoas à pobreza no país*. O Globo. 4 de abril de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/crise-levou-mais-73-milhoes-de-pessoas-pobreza-no-pais-23573955>> Acesso em: 10/09/19.

³³⁰ MENDONÇA, Heloisa; ROCHA, Marina. *As vidas arrasadas pela nova miséria brasileira*. El País. São Paulo, 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/08/politica/1544225150_329691.html> Acesso em: 10/09/19.

³³¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2018*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>> Acesso em: 04/11/19.

funcionalismo público das três esferas (incluídos todos os trabalhadores da administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais). Conforme os últimos dados de 2018 do PNAD, somando os trabalhadores por conta autônomos e os subocupados (trabalho informal) tem-se um total de 38,6 milhões de pessoas (equivalente a 41,3% da população ocupada). Esse contingente de trabalhadores informais é composto por: pessoas empregadas no setor privado sem carteira assinada (11,65 milhões); trabalhadores domésticos sem carteira (4,52 milhões); trabalhadores por conta própria sem CNPJ (19,42 milhões); empregadores sem CNPJ (0,85 milhões) e trabalhadores empregados por familiares sem nenhum contrato formal (2,23 milhões).

3.1.2 A nova sensibilidade: rumo à outra forma de produção não repressiva.

A base para cooperação e solidariedade se estabeleceu no âmbito da cultura. No entanto, quando essa cultura se desenvolve para um sistema baseado no interesse próprio e na competitividade, as pulsões básicas do ser humano são alteradas em um movimento mimético, no qual o sujeito se adapta a esse ambiente competitivo. O modelo altamente competitivo e individualista da sociedade controlada pelo capital vai de encontro com o processo civilizatório, que só foi possível pela repressão das pulsões mais agressivas e egoístas e pela ação em cooperação com o grupo. Ainda que, a princípio, a ação baseada na solidariedade seja restrita a pequenos grupos (a família, a tribo, o clã, etc.), o impulso solidário vai se expandindo com o avanço do processo civilizatório (a casta, o partido, o povo, a nação, a classe, a humanidade, etc.). A história nunca se move em uma linha contínua que anda sempre para frente, pois movimentos reacionários e conservadores sempre forçam o processo histórico a andar para trás. O movimento progressista pode ser ativado quando as pulsões que direcionam os seres humanos para solidariedade e cooperação são reativadas. Como reativar o princípio solidário e reprimir os egoístas? Essa é a questão que vamos tratar nessa secção.

Segundo Hannah Arendt³³², o que possibilitou a preservação do sistema feudal e do regime monárquico por milhares de anos foi a solidariedade existente entre os senhores. Se a solidariedade é um elemento necessário de preservação, o sistema burguês iria ruir devido a essa contradição interna – isso era o que pensavam Lênin,

³³² ARENDT, 2001.

Stalin e outros teóricos do comunismo. No entanto, o avanço do capitalismo mostrou a capacidade de o capital em agir de forma integrada visando à preservação do sistema e a aposta de que essa contradição levaria ao colapso do capital não se concretizou. A ação coordenada do capital se dirige contra os indivíduos subjugados (trabalhadores, desempregados, não empregáveis, sem terra e sem teto, etc.), mas esse capital coordenado e integrado – capital financeiro internacional – também dirige seus ataques contra o capital não integrado (capital estatal, capital industrial, capital fundiário, capitais nacionais, etc.). Ou seja, o capital integrado mantém sua hegemonia e a preservação do todo por meio de sua ação “cooperada”³³³.

Marcuse é enfático em um ponto: uma nova forma de produção não repressiva não pode acontecer senão pela socialização da produção sob a administração dos produtores imediatos. Essa transformação no modo e nas relações de produção é condição necessária para o estabelecimento de uma sociedade não repressiva, socialista de fato. Ou seja, não o socialismo (sobre o controle centralizado do Estado) do mundo soviético, que mantém as formas de produção repressivas do capitalismo, e assim, a base da sociedade de classes – tendo em vista que o socialismo de Estado tornou-se antirrevolucionário na medida em que ao invés de se colocar como negação determinada do capitalismo assumiu uma forma de capitalismo intensificado sob o controle burocrático do Estado. O socialismo soviético manteve as bases do modo de produção capitalista: trabalho assalariado, intensa divisão do trabalho, controle do processo por uma burocracia administrativa e não pelos produtores imediatos, dominação e exploração do trabalho, etc. No comunismo soviético a transformação qualitativa e negação absoluta das relações de produção estabelecidas permanecem apenas no horizonte da teoria como meta futura, enquanto que na prática a condição para realização da teoria é a dominação da classe operária revolucionária e sua primeira meta é “submeter o aparato de produção ao proletariado: a república conselhistas”³³⁴. A segunda meta necessária para que a socialização dos meios de produção se converta em socialismo é a abolição das relações de exploração do trabalho, o que implica na abolição do trabalho assalariado e no estabelecimento da administração direta da

³³³ Para melhores detalhes sobre a ação integrada do capital financeiro internacional ver secção 3.2 deste trabalho.

³³⁴ MARCUSE, Herbert. 33 Teses. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999, p. 298.

produção pelos próprios produtores – esses produtores devem determinar “o quê, quanto, e por quanto tempo algo será produzido”³³⁵. O controle dos produtores imediatos acabaria com o controle planejado da burocracia estatal e estabeleceria uma “anarquia” na produção, que seria o único modo de quebrar a reprodução das relações de produção capitalista dentro da sociedade socialista – essa desintegração do processo de produção eliminaria o poder do aparato de produção sobre as pessoas. A economia nacional integrada seria dissolvida, pois cada grupo de trabalhadores iria determinar, de acordo com as especificidades locais quais são suas necessidades mais importantes.

O objetivo inicial da produção socialista não é o aumento do padrão de vida, mas o progresso na consecução da liberdade dos produtores, que pressupõe uma mudança qualitativa em suas necessidades, ou seja, na abolição das necessidades repressivas da sociedade capitalista. Por isso, a tarefa da teoria é investigar e combater o aburguesamento – integração econômica e política de ampla parcela da classe trabalhadora ao sistema do capital. Após a redefinição de suas necessidades os trabalhadores poderiam suspender o aparato de produção e distribuição estabelecido, limitar sua utilização e até destruí-lo parcialmente. O controle “anárquico” dos produtores imediatos aboliria o controle da burocracia especializada que perpetua a dominação e produção em massa que conduzem à padronização e à arregimentação da produção e dos trabalhadores. A educação integral socialista permitiria que as funções tecnológicas altamente especializadas realizadas pela burocracia estatal se tornassem intercambiáveis entre os indivíduos, abolindo o controle burocrático centralizado e hierarquizado. Nesse ponto a teoria marcuseana entra em um círculo vicioso, já que para redefinir as necessidades e satisfações é necessário abolir o sistema do capital que reproduz essas necessidades repressivas, e para abolir o modelo repressivo do capital é necessário transformar as necessidades e satisfações dos indivíduos subjugados, direcionando-as rumo à necessidade da libertação.

A Grande Recusa – emergência de diferentes objetivos, valores e aspirações na sensibilidade das pessoas em “resistir e negar ao massivo poder de exploração do capitalismo corporativo”³³⁶, ainda que em suas mais confortáveis realizações e liberalizações, aparece como uma condição para o desenvolvimento de uma forma de produção não repressiva. No entanto, o imenso poder do capital o torna capaz de conter

³³⁵ Idem, *ibidem*, p. 301.

³³⁶ MARCUSE, 1969a, p. VII. (Tradução livre).

essa organização não repressiva da vida social e bloquear a necessidade da libertação. Se a dependência do aparato repressivo perpetua a servidão dos indivíduos administrados, logo, o desenvolvimento de uma nova sensibilidade equilibraria a satisfação de suas necessidades com uma forma de organização não repressiva. O modo de vida estabelecido exige uma performance competitiva que reproduz a brutalidade, a agressividade e a desigualdade. A alteração na base pulsional do indivíduo – isto é, uma recusa do organismo em reproduzir a estrutura dada – poderia conduzir a uma organização social baseada na solidariedade. E a base concreta para o desenvolvimento dessa nova sensibilidade está no avanço tecnológico alcançado pela humanidade: a realidade social não mais precisa ser orientada pela “debilitante competição pela sobrevivência social”³³⁷ dado o nível de capacidade produtiva alcançada pela tecnologia. No entanto, o aumento crescente da capacidade tecnológica tem sido organizado com o objetivo de criar “falsas necessidades” que se convertem em necessidades vitais para os subjugados.

Segundo o filósofo de *Eros e Civilização*, o processo de automatização crescente da produção material revolucionaria toda sociedade ao abrir espaço ao homem para o tempo livre. Se essa revolução pudesse conduzir o homem para a autodeterminação na *base material da existência humana*, ou seja, na *dimensão do trabalho necessário*, seria a mais radical e completa revolução da história. Para tanto, essa autodeterminação pressupõe algumas condições: 1– a distribuição das necessidades da vida independente do desempenho no trabalho; 2– a redução do tempo de trabalho ao mínimo necessário; 3– a educação universal e total para a intercambialidade de funções. Nestas condições a tecnologia libertaria o homem do trabalho. O reino da necessidade poderia ser transcendido tornando o homem livre. A criação dessas condições significaria o fim da administração e a tomada do controle da produção pelos produtores imediatos iniciaria o desenvolvimento histórico do homem livre. Os homens planejariam e usariam seus instrumentos para realização de suas próprias necessidades e faculdades, o homem agiria livre e coletivamente contra a necessidade que limita sua liberdade e sua natureza. Todavia, inicialmente essa retomada de direção da produção exigiria uma redução da produtividade crescente, tendo em vista que quanto mais a

³³⁷ Idem, *ibidem*, p. 5. (Tradução livre).

classe dominante for capaz de oferecer bens de consumo, tanto mais fortemente a população estará atada ao controle da sociedade vigente.

No campo da moralidade a liberalização de certos tabus, como na esfera sexual, serve para reforçar a coesão do todo para manutenção do *establishment* – essa forma instrumentalizada de liberação pulsional é definida por Marcuse como “dessublimação repressiva”. Essa liberalização da sexualidade provê a base pulsional para o poder repressivo e agressivo da sociedade estabelecida, e o relaxamento dos tabus sexuais atenua o sentimento de culpa presente no indivíduo em face de toda destrutividade, irracionalidade e agressividade factualmente produzidos pela estrutura a qual ele está unido. Somente na medida em que essa liberalização ultrapassa a esfera sexual ela leva à recusa e revolta, pois, ao ultrapassar a esfera sexual o sentimento de culpa é reforçado, sendo direcionado contra o *establishment*, assim, essa revolta pulsional se converte em rebelião se transformando em um fator político. A prática política radical implica em uma subversão na cultura, ou seja, no estilo de vida propagado por essa cultura.

O elemento capaz de reverter o ímpeto de destruição e mover os seres humanos para uma moralidade baseada na solidariedade aparece em Marcuse em um princípio biológico primário: *Eros*. Essa dimensão erótica é a fundação pulsional, a fundação “orgânica da moralidade” capaz de conter o impulso para agressividade. Caso não encontrasse solidez na estrutura instintiva, a “solidariedade teria um fundamento muito escasso”, ou seja, a base para um sistema social orientado para solidariedade encontra-se na “subordinação da energia destrutiva e agressiva à emancipação social dos instintos de vida”³³⁸. Se o processo histórico demonstrou a mutabilidade da “natureza humana”, a tal ponto em que a “maleabilidade da ‘natureza humana’ atinge a profundidade da estrutura pulsional dos seres humanos”³³⁹, as mudanças no campo social, político e cultural são capazes de modificar as bases orgânicas do comportamento humano. A estrutural social estabelecida reproduz constantemente o padrão de comportamento, utilizando-se de estímulos a uma pulsão que reproduz aquele estado de coisas, impondo um padrão que seria a ordem “natural” ao comportamento das pessoas. Logo, a revolta contra a ordem social estabelecida não irá modificar esses impulsos ao menos que a

³³⁸ MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. Tradução de Maria Elisabete Costa. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 25.

³³⁹ MARCUSE, 1969a, p. 10. (Tradução livre).

revolta atinja a dimensão pulsional contrária à pulsão que mantém o padrão de comportamento estabelecido.

As pulsões primárias emergem de condições históricas específicas, ou seja, “não existe estrutura instintiva ‘fora’ da estrutura histórica”³⁴⁰. Dessa forma, no início da vida orgânica na terra o organismo sofreu uma “forte tensão” que buscou aliviar retornando ao estado inorgânico. A princípio esse caminho para morte era fácil e rápido, no entanto, a constante evolução da vida orgânica tornava esse retorno à condição inanimada cada vez mais difícil e prolongado e essa pulsão para morte se fixa no organismo devido a perpetuação do fator exógeno que a criou – tensão não aliviada. Logo, esse impulso destrutivo inato parece impossibilitar a existência de uma civilização não-repressiva, e uma rede de restrições e controles é desenvolvida no nível sociológico para reprimir esse ímpeto para o aniquilamento. Todavia, se esse impulso destrutivo inato tem uma causa externa – *Ananke* (necessidade), a escassez, dor e sofrimento do organismo – portanto, esse impulso é determinado por fatores exógenos que podem ser mitigados pelo desenvolvimento tecnológico da produção conjugado com a distribuição do produto social. Historicamente o organismo é confrontado com condições externas que o obrigam a reprimir o princípio de prazer que guia sua pulsão para vida, ou seja, em face da luta pela existência o princípio de realidade se sobrepõe ao princípio de prazer, tendo em vista que a satisfação do organismo só pode ser obtida por meio da labuta e outros meios não prazerosos. No entanto, o desenvolvimento tecnológico e científico da produção reduz a quantidade de trabalho socialmente necessário, e essa mudança quantitativa pode se transformar em mudança qualitativa na medida em que o trabalho alienado for gradualmente abolido e o processo de produção se transformar em processo de criação.

Contudo, no processo civilizatório, a repressão “natural” – repressão necessária das pulsões básicas diante da contingência da realidade externa – converte-se em *mais-repressão*, em face dos interesses de dominação, e o *princípio de performance* se converte na forma dominante do princípio de realidade. A institucionalização da repressão por mecanismos sociais e a posterior internalização dessa repressão organizada pelos interesses de dominação enfraquecem a pulsão de vida e promovem a agressividade e o sentimento de culpa. Ou seja, a sociedade não se organiza de forma

³⁴⁰ MARCUSE, 1968, p. 125.

repressiva devido à luta pela existência, mas devido à institucionalização da opressão e dominação, que perpetua a escassez mesmo diante da abundância e impõe controle repressivo das pulsões sexuais e agressivas de acordo com interesses socialmente úteis. No entanto, se em termos evolutivos a pulsão de vida subordinou o instinto de morte e tornou o organismo cada vez mais poderoso até conquistar “o globo como seu domínio”³⁴¹, o desenvolvimento qualitativamente diferente da sexualidade (desenvolvimento não-repressivo da libido) poderia subjugar os interesses destrutivos e agressivos rumo a uma sociedade livre dos requisitos repressivos da dominação socialmente instituída. E para Marcuse, as forças mentais que “conservam-se essencialmente livres do princípio de realidade”³⁴² repressivo – a fantasia e a imaginação – podem direcionar essa transformação qualitativa da libido. E a imaginação, por sua vez, encontra sua expressão na forma estética, na arte. A imaginação tornar-se-ia uma força transformadora se conseguisse unificar a sensibilidade e a razão, exercendo seu papel de mediação entre as faculdades racionais e as necessidades estéticas. Para tanto, as faculdades sensoriais teriam de ser emancipadas da racionalidade instrumental que as domina e controla.

A noção das necessidades estéticas como necessidades fundamentais do corpo Marcuse retira, fundamentalmente, a partir da definição de Marx. Segundo a concepção fundamental de Marx, não há emancipação do homem sem uma revolução na sensibilidade e em sua relação com a natureza externa, o que significa uma mudança em sua consciência, sua percepção, seu sentimento, seus sentidos. Uma sociedade livre pressupõe não somente novas instituições ou novas relações de produção, não somente a quebra com a racionalidade da dominação que estabelece essas instituições, mas com a experiência básica do mundo, a quebra com um senso íntimo que os indivíduos sujeitados têm de consentimento e mansidão, uma quebra das necessidades manipuladas e satisfação aos quais os indivíduos foram acostumados. Marx, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, desenvolve o conceito de emancipação, que podemos chamar de socialismo humanista, pois está balizado no aprimoramento das potencialidades humanas inatas e na libertação da sujeição do ser social, que lhe é imposta por uma estrutura econômico-política que se apresenta a ele de forma estranhada (alienada), como existente independentemente da vontade dos seres humanos. Nos *Manuscritos*,

³⁴¹ Idem, ibidem, p. 127.

³⁴² Idem, ibidem, p. 131.

Marx afirma que a emancipação dos sentidos é a base para uma nova racionalidade, aquilo que ele chamou de *sentido prático* – a esse respeito ele descobriu que a dimensão estética é uma dimensão política. No mundo estético característico do desenvolvimento da civilização burguesa, o termo estética tem sido relegado e restrito para as artes e para a literatura, no entanto o termo no sentido original que foi redescoberto por Marx pertence à sensibilidade do homem, à ciência da sensibilidade do homem e dos seus sentidos. A partir dessa concepção, a dimensão estética é uma dimensão política e isso implica no entendimento de que os sentidos são potencialmente revolucionários, especialmente em face das condições contemporâneas do capitalismo que dependem para o seu funcionamento da constante mobilização, estimulação e modificação da sensibilidade humana e da sensualidade humana.

As mercadorias compradas e vendidas não estimulam profundamente nem satisfazem esses sentidos. A sociedade do consumo está ancorada em um princípio fundamental da condição humana, sua permanente condição de carência. Na concepção marxiana, devido a essa condição, o capitalista especula o tempo todo como criar nos indivíduos subjugados uma nova carência “a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição*”³⁴³, a carência produzida converte os indivíduos em servos na medida em que lhes proporcionam uma fruição. A expansão da capacidade produtiva cria novas carências e exacerba as existentes, a indústria age como produtora de novas carências que tornam os seres humanos escravos de “desejos não humanos, requintados, não naturais e *pretensiosos*”³⁴⁴, ou seja, a produtividade capitalista converte “cada carência efetiva ou possível [em] uma fraqueza que apresentará a armadilha à mosca” e causa no sujeito “apetites patológicos”³⁴⁵, isto é, em termos freudianos, mutila a pulsão psíquica primordial para gratificação, renegando o princípio de prazer em direção à busca calculada e administrada de satisfação. Embotado pelo ar mefítico da racionalidade da dominação nenhum dos sentidos humanos existe mais, “nem sequer num modo animal”³⁴⁶. A existência calculada pelo capitalista implica para o trabalhador na mutilação de suas carências humanas inatas mais fundamentais à necessária e miserável

³⁴³ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010b, p. 139. (grifo do autor).

³⁴⁴ Idem. (grifo do autor).

³⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 140.

³⁴⁶ Idem.

subsistência da vida física, ou seja, o modo de existência sob o controle da produção capitalista “faz do trabalhador um ser insensível e sem carências”³⁴⁷. As necessidades estéticas basilares da condição humana – a busca pela beleza e perfeição, a necessidade de fruição por meio da sublimação artística e a livre expressão da imaginação – são bloqueadas da vida humana. E quanto menos o trabalhador comprar “livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires etc.”³⁴⁸ mais ele acumula de sua essência alienada, o capital. A própria arte, ao se converter em mercadoria, torna-se serva do capital e, livre de todos os elementos contestadores e negativos, se converte em instrumento de produção do consentimento. E da mesma forma que a indústria especula com o rebaixamento das carências para necessidades biológicas mais fundamentais, ou seja, a cruza com que o trabalho alienado transforma o ser humano em uma mercadoria e em um ser reificado e faz de suas funções animais sua única fruição, também a indústria especula com “o refinamento das carências”³⁴⁹, ou seja, com as necessidades estéticas.

Segundo Marcuse (1973a), a concepção marxiana implica mais que uma simples dessublimação das pulsões humanas, vai além de uma simples liberalização das pulsões e uma liberação individual da sensualidade, mas implica em uma nova socialização do homem e uma construção emergente de novas relações entre seres humanos, baseadas em uma nova experiência do mundo em que vivemos que daria crescimento a uma nova prática política. Esse sentido prático da transformação na sensibilidade dos indivíduos construiria novas relações entre as pessoas, entre estas com as coisas e com a natureza, e seria um novo recurso de uma racionalidade livre da racionalidade da aquisição, competição e exploração. Esse novo sentido geraria não somente homens como indivíduos, mas indivíduos em uma nova relação com outros indivíduos. Isso significa, negativamente, tratar o mundo objetivo e os outros não mais como experienciado no contexto da aquisição agressiva e defesa possessiva, o que significa a dissolução do ego burguês que foi essencialmente um ego gerado e baseado nas atrocidades defensivas e relações possessivas. Isso implica em que o objeto e o sujeito não mais confrontarão um ao outro como mero item para existência competitiva seguindo uma lógica do princípio de performance. A emancipação dos sentidos resultaria no que Marx chama de

³⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 141.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 144.

apropriação humana da natureza, o que significa uma transformação da natureza em ambiente de desenvolvimento do ser humano, das faculdades especificamente humanas, suas faculdades criativas e suas necessidades estéticas. Para Marcuse, se a realidade dada impede a liberdade do ser humano ao lhe imprimir “coações externas e internas, físicas e morais”, essa mesma realidade fica desmentida quando “as carências e necessidades podem ser satisfeitas sem trabalho alienado”³⁵⁰. Ou seja, uma sociedade não-repressiva se torna possível quando todas as necessidades básicas podem ser satisfeitas com o mínimo de labuta, portanto, o reino da liberdade só pode ser vislumbrado com a superação do domínio da necessidade.

Em Marx temos, segundo a interpretação marcuseana, a primeira concepção revolucionária de estética em contraste com a concepção burguesa, uma estética que não pertence e se limita unicamente às artes, mas que aparece como uma força produtiva capaz de reconstruir a sociedade em um radical redirecionamento do processo de produção. Se o trabalho produtivo se contrapuser ao alienado em um redirecionamento das relações de produção isso significaria trabalhar com coisas e pessoas e não contra as coisas e pessoas. Marx disse que o homem pode construir seu mundo de acordo com as “leis da beleza”³⁵¹, logo, o que está em jogo não é uma tradução materialista da estética para uma realidade socialista, mas em vez disso a falha em defender esse conceito dentro da crítica da economia política. Marx não desenvolveu dentro de sua teoria político-econômica madura essa noção estética radical, e as consequências radicais que essa concepção de estética poderia produzir foram negligenciadas. Na concepção de Marcuse (2007), a teoria marxista reduz a subjetividade a um órgão executivo da objetividade e o potencial revolucionário da subjetividade fica renegado em sua teoria. Tendo em vista que o pré-requisito fundamental da revolução está ancorado no fato de que “a necessidade de mudança radical se deve basear na estrutura psíquica dos indivíduos, na sua consciência e no seu inconsciente, nos objetivos dos seus instintos”³⁵², a teoria marxista acabou por sucumbir ao desconsiderar o valor político da subjetividade capaz de impedir a atomização gregária, agressiva e exploradora dos indivíduos.

³⁵⁰ MARCUSE, 1968, p. 167.

³⁵¹ MARX, 2010b, p. 85.

³⁵² MARCUSE, 2007, p. 15.

Marcuse concebe que na história do pensamento ocidental o conceito de uma estética revolucionária, que implica na emancipação radical dos sentidos e na reconstrução da sociedade, tem representação na longa tradição de pensamento das escolas materialistas e nas filosofias hedonistas e sensualistas que vão da antiguidade ao iluminismo³⁵³. No entanto, a concepção mais expressiva, segundo o filósofo de *Eros e Civilização*, parece ser a reformulação materialista marxiana do conceito hegeliano de natureza como espírito objetivo, como manifestação do espírito. Essa concepção implica na ideia de que existe na natureza em si mesma, nas coisas em si mesmas, algo que produziria a liberdade humana e a liberdade da natureza em si mesma. Ou seja, pressupõe a ideia de qualidades estéticas inerentes nas coisas, a ideia de que existem nas coisas em si mesmas qualidades diferentes daquelas que são dadas. Essa concepção de Marx está reverberada, segundo Marcuse (1973a), na antiga dialética platônica do conhecimento, que pressupõe a experiência de um mundo cindido e a imaginação de duas formas diferentes das coisas – esse seria o “núcleo materialista do idealismo”³⁵⁴, a concepção da ciência como síntese, como reunião dos fragmentos da natureza desvirtuada e da humanidade destorcida. No entanto, essa forma bidimensional e contraditória de pensamento foi sistematicamente distorcida e negada na realidade estabelecida. Por isso, o materialismo dialético possui um “núcleo idealista”, que retém a forma bidimensional de pensamento (ambivalência entre ideia e realidade), porque transcende as formas dadas.

Essa nova compreensão da estética joga a sensibilidade no centro da radical mudança social, pois promove uma dessublimação da ideia de liberdade sem abandonar o conteúdo transcendente da liberdade, a saber, o de que a liberdade não é ainda uma realidade em sentido político e histórico. E esta é uma dessublimação da ideia de liberdade, porque liberdade agora se enraizou na sensibilidade dos homens. Esses sentidos não experimentam o que lhes é dado, eles não podem somente acreditar nas bases epistemológicas da construção da realidade, mas servem como base para transformação e subversão da sensibilidade estabelecida e da organização irracional da sociedade. Ou seja, os sentidos não podem delegar essa transformação necessária do que é dado para outra faculdade, a mente, o entendimento, a razão – em vez disso, os

³⁵³ Essa noção seria compatível, também, com a estética kantiana, principalmente a apresentada em sua terceira crítica.

³⁵⁴ MARCUSE, 1973a, p. 72. (Grifo do autor).

sentidos são descobertos por si mesmos em sua prática, agora em novas e mais gratificantes possibilidades e capacidades, em novas formas e novas qualidades de coisas. Desse modo, os sentidos têm sua própria racionalidade, lutando por se tornar razão e emancipação dos sentidos, longe de colapsar em mera sensualidade, o que significa desenvolver uma nova sensibilidade que sirva de base racional para construção da nova sociedade. Esta emancipação dos sentidos, uma dessublimação da liberdade, faria a liberdade humana o que ela ainda não é, a saber, prioritariamente sensível, não somente um valor, não somente uma necessidade econômica, não somente um objetivo político, mas “uma necessidade sensória”³⁵⁵. Sem sua satisfação o indivíduo não pode viver e isso faria da liberdade uma necessidade da sensibilidade, um objetivo das pulsões de vida em si mesmo, um objetivo de *Eros*. Essa concepção marxiana de estética implica uma materialização da ideia de liberdade, transcende o idealismo ao revelar o terreno material para reconciliação entre a liberdade humana e as necessidades naturais.

Contudo, somente os sentidos emancipados trabalhando na construção da sociedade livre podem realizar esta radical função da sensibilidade, ou seja, aquilo que uma sensibilidade reprimida em uma sociedade repressiva não pode realizar. Em uma sociedade que é baseada no trabalho alienado e na racionalidade de dominação, a sensibilidade é bloqueada da percepção humana das coisas e dos outros seres humanos e instrumentalizada para formas e funções que lhes são dadas. O indivíduo administrado tem sua sensibilidade mutilada e direcionada para objetivos e funções que podem ser utilizados pela sociedade existente, assim, sua percepção fica restrita conforme definida e circunscrita pela sociedade existente e as possibilidades de transformação desaparecem do horizonte. A sociedade existente é reproduzida não somente na mente dos seres humanos, não somente na consciência dos homens, no seu comportamento, mas “também nos seus sentidos”, e “nenhuma persuasão, nenhuma teoria, nenhuma argumentação”³⁵⁶, ou seja, nenhum discurso (raciocínio) pode quebrar essa prisão que não está ancorada em uma dimensão lógica, a menos que a fixação da sensibilidade petrificada nos indivíduos seja dissolvida, isto é, for aberta para uma nova dimensão da história, uma nova dimensão da prática, ou, em outras palavras, até que a opressiva e submissa familiaridade com o objeto dado no mundo seja quebrada. Por conseguinte,

³⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 74.

³⁵⁶ Idem.

seguindo a intuição de Schiller, Marcuse pressupõe que uma “reconciliação estética” implicaria em um “fortalecimento da sensualidade, contra a tirania da razão”³⁵⁷, ou seja, se o conflito entre as faculdades sensuais e a razão resultou numa tirania desta última, a reconciliação entre essas duas faculdades acabaria com essa tirania e aboliria os “controles repressivos que a civilização impôs à sensualidade”³⁵⁸. Essa compreensão implica em que somente se a mudança radical na sensibilidade das pessoas ocorrer existe uma chance de uma sociedade qualitativamente diferente ser criada. Portanto, essa compreensão é uma concepção radical da emancipação dos sentidos.

Conforme observa Imaculada Kangussu, a defesa que Marcuse faz da permanência da forma estética como uma dimensão transcendente e separada da realidade imediata está orientada na ideia de que a alienação da arte em face da realidade “permite à obra de arte apresentar o vislumbre de um outro estado, de uma recusa à realidade”³⁵⁹ – essa “segunda alienação” seria uma alienação da realidade alienada, um distanciamento da realidade mutilada. Esse distanciamento em face da realidade torna a expressão artística receptáculo apropriado para a livre expressão do poder potencialmente revolucionário da imaginação. O domínio da arte é capaz de preservar a imagem da negação, a imagem de outra forma de vida diferente da realidade ossificada. A sublimação estética possibilita uma dessublimação na percepção, na sensibilidade dos indivíduos. A arte tem o poder de “cindir o monopólio da realidade estabelecida [...] para definir o que é o real”³⁶⁰, por isso mesmo ela é capaz de emancipar os sentidos, a imaginação e a razão da percepção alienada que os indivíduos têm diante de sua existência. A imaginação se tornaria produtiva e guiaria a reconstrução da sociedade se exercesse seu papel de mediadora “entre a sensibilidade de um lado e a razão teórica e prática do outro”³⁶¹, ou seja, nessa harmonia das faculdades – na qual, segundo Marcuse (1969a), Kant via o símbolo da liberdade – encontra-se o potencial emancipatório capaz de transformar a realidade estabelecida. No entanto, o universo estético negativo e potencialmente transformador, no qual a imaginação pode se expressar livremente, foi sublimado para o domínio das artes que permanece renegado ao reino do ilusório e irreal. Contudo, segundo Kangussu, Marcuse vislumbra

³⁵⁷ MARCUSE, 1968, p. 161.

³⁵⁸ MARCUSE, 1968, p. 169.

³⁵⁹ KANGUSSU, 2008, p. 190.

³⁶⁰ MARCUSE, 2007, p. 19.

³⁶¹ MARCUSE, 1969a, p. 37. (Tradução livre).

a possibilidade de que “a arte possa livrar-se de seu confinamento à ilusão”³⁶², fundindo-se com a realidade e transformando-se em um fator político. A arte tem o potencial de libertar a sensualidade do domínio da razão, desafiando o princípio de razão predominante, pois a arte está vinculada “ao princípio de prazer” e essa é a raiz erótica da arte, ou seja, a forma estética está “constituída pela *ordem de sensualidade*”³⁶³. A reconciliação entre a sensualidade e a razão só pode ocorrer mediante esse *impulso lúdico* da imaginação, que se encontra representado na forma estética autêntica. Não que a arte em si mesma possa “mudar o mundo”, no entanto, ela “pode contribuir para mudanças da consciência e impulsos dos homens e mulheres, que poderiam mudar o mundo”³⁶⁴, ou seja, a forma artística autêntica contribui para mudança qualitativa na medida em que transforma a percepção, sensibilidade e a consciência das pessoas. A sublimação não-repressiva representada pela forma artística autêntica é uma negação do princípio de performance, do consentimento ao imediatamente dado.

Se a *redefinição das necessidades* estaria em jogo como um requisito subjetivo primordial que levaria à mudança qualitativa, um estado verdadeiramente socialista deveria ater-se na preservação da intimidade particular. Uma sociedade onde o indivíduo tem sua vida invadida no âmbito mais íntimo, no seu próprio lar, elimina um requisito fundamental para a liberdade e a independência. A invasão da intimidade coíbe o desenvolvimento da percepção e da consciência. A preservação da interioridade e subjetividade é, segundo Marcuse (2007), capaz de subverter a experiência dada, e a recusa dessa noção “burguesa” de indivíduo é o presságio para o fascismo. Uma sociedade baseada nos princípios de solidariedade e de comunidade não significa a absorção dessa dimensão fundamental da subjetividade; antes pressupõe a união dessas subjetividades individuais, o que é o oposto das massas atomizadas encontradas nas sociedades fascistas. No entanto, para que se desenvolva essa dimensão seriam necessários a

ausência de toda propaganda e de todos os meios doutrinários de informação e diversão [o que] lançaria o indivíduo num vazio traumático no qual ele teria a oportunidade de cogitar e pensar, de conhecer a si mesmo (ou antes, o negativo de si mesmo) e sua sociedade. Privado de seus falsos pais, líderes,

³⁶² KANGUSSU, 2008, p. 209.

³⁶³ MARCUSE, 1968, p. 165. (Grifo do autor).

³⁶⁴ MARCUSE, 2007, p. 36.

amigos e representantes, teria novamente que aprender o ABC. [...] O não-funcionamento da televisão e dos meios estranhos de informação pode, assim, começar a conseguir o que as contradições inerentes do capitalismo não conseguiram – a desintegração do sistema.³⁶⁵

Esse novo Sujeito histórico, com uma nova sensibilidade, seria o agente da transformação social qualitativa. Os fatos que validam a teoria crítica na consecução dessa alternativa histórica encontram-se na irracionalidade do todo: a constante ameaça de guerra, a exploração, a desumanização, o desperdício e a produtividade contida, a necessidade de expansão agressiva, etc. A alternativa histórica seria capaz de concretizar “a utilização planejada dos recursos para satisfação das necessidades vitais com o mínimo de labuta, a transformação das horas de lazer em tempo livre, a pacificação da luta pela existência”³⁶⁶. A teoria crítica-dialética define as possibilidades históricas e suas necessidades, mas sua realização depende do sujeito histórico que ligue a prática à sua teoria (a respeito da emergência desse sujeito histórico ver secção 3.5). Para Marcuse a necessidade não seria causa suficiente para determinar a repressão pulsional da civilização. Em uma racionalidade “pós-tecnológica”, a técnica seria instrumento de pacificação e promoveria a “arte da vida” – Razão e Arte convergir-se-iam. O trabalho – que é a busca pelas necessidades vitais – seria transformado em um arquétipo para gratificação pulsional. Essa alteração na base pulsional transformaria também a relação do homem com a natureza, que não mais estaria baseada na dominação contínua e destrutiva, mas no cultivo comum e na preservação dos recursos. A arte não mais funcionaria como “serva do aparato estabelecido, embelezando os seus negócios e a sua miséria, a arte se tornaria uma técnica para destruir esses negócios e essa miséria”³⁶⁷. Os homens e suas necessidades seriam modificados, conquanto uma organização qualitativamente diferente do reino da necessidade modificasse o modo de produção social.

Nessa estrutura social transformada, o tempo de vida é um livre jogo das atividades do homem, é atividade lúdica, inclusive no tempo de trabalho. A relação entre o *reino da necessidade* e o *reino da liberdade* é alterada e possibilita uma nova relação entre *Logos* e *Eros*. Na medida em que organiza as necessidades para promoção e proteção das pulsões de vida, a Razão torna-se erótica: a Razão atuaria segundo a

³⁶⁵ MARCUSE, 1967, p. 226.

³⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 232.

³⁶⁷ MARCUSE, 1967, p. 221.

finalidade definida por *Eros*. Nessa organização não-repressiva, a luta pela existência tornar-se-ia “cooperação para o livre desenvolvimento e satisfação das necessidades individuais, a razão repressiva dá margem a uma nova *racionalidade da gratificação*, em que a razão e a felicidade convergem”³⁶⁸. E o local onde a luta pela supremacia de *Eros* deve ser busca é bem definido por Marcuse, “**Hoje, a luta pela vida, a luta por *Eros*, é a luta política**”³⁶⁹.

3.2 A devastação neoliberal: a destruição da seguridade social e o retorno ao estado de guerra de todos contra todos.

Ao abstrair sobre o hipotético estado anterior à civilização no qual não haviam leis positivas nem uma ordem política que regulasse as relações e conflitos entre os homens, Thomas Hobbes imaginou um cenário violento de guerra contínua e universal, onde os homens impulsionados apenas por seus afetos mais egoístas e agressivos se digladiavam buscando impor a sua vontade, a luta pela sobrevivência era a única lei existente e na competição por impor cada qual sua vontade os interesses egoístas de cada indivíduo eram vistos como obstáculos uns aos outros. O medo da morte violenta e do aprisionamento marcavam a existência dos homens. E, para Hobbes, existe a possibilidade histórico-concreta de retorno ao estado natural, tendo em vista que os impulsos primitivos agressivos e egoístas latentes nos homens podem aflorar caso a ordem social que reprime esses impulsos seja dissolvida.

Logo, a racionalidade e a governamentabilidade apregoadas pelo neoliberalismo – que buscam ampliar a lógica do capital – parecem conduzir ao retorno desse estado de guerra de todos contra todos, pois cria um sistema social que priva a maioria da população de qualquer proteção social no qual “a felicidade de alguns deve coexistir com o sofrimento dos outros” e transforma a vida social em uma “civilizada *bellum omnium contra omnes*”³⁷⁰. Se a ordem social e política implantada pelo neoliberalismo dissolve o papel mediador da ordem social estabelecida, os elementos que garantem a coesão social ficam restritos à repressão direta por meio da força. E os métodos

³⁶⁸ MARCUSE, 1968, p. 194.

³⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 23. (grifo nosso).

³⁷⁰ MARCUSE, 1969a, p. 14. (Tradução livre).

violentos já se mostraram ultrapassados e incapazes de manter a integração social do indivíduo ao todo. O retorno ao barbarismo por meio da violência de Estado contra os desintegrados, que é uma massa cada vez maior, levaria ao agravamento da luta pela existência e da disputa egoísta entre os indivíduos numa ordem social altamente competitiva, isso tornaria a ordem social implantada pelo neoliberalismo insustentável, o que poderia conduzir a uma desintegração social que pode conduzir à falência dessa forma de governabilidade.

Os acordos internacionais estabelecidos ainda durante a segunda guerra mundial, tratado de Bretton Woods, iniciaram um período de regulamentação e controle político sobre a economia. O governo dos EUA exercia o papel de gerenciamento econômico internacional – os EUA como potência dominante exerce o papel de dirigir o sistema. No entanto, em 1971 os EUA encerram a convertibilidade do dólar em ouro (a partir daí o sistema monetário internacional será constituído de moeda fiduciária) levando ao colapso da ordem monetária internacional totalmente ajustada, do controle político sobre a economia, ao fim das taxas de câmbio fixas e ao fim da estabilidade do dólar e da indexação das moedas nacionais ao dólar estabelecidas por esses acordos. A partir de então, o controle dos EUA sobre a economia global vem gradualmente decaindo. No entanto, como a quebra desses acordos econômicos poderia levar ao colapso da aliança do ocidente, o governo dos EUA interveio para estabelecer um novo acordo, smithsoniano, que em menos de um ano se mostrou ineficaz em estabilizar o sistema monetário internacional. Por sua vez, o sistema de moedas fiduciárias flutuantes entre si abria espaço para a especulação, o que levava os governos a intervirem para estabilizar o preço de sua moeda. Contudo, a intervenção dos bancos centrais se torna muito dispendiosa frente à crescente especulação do capital privado e os bancos centrais deixam variar sua moeda. Assim, a regulação estatal cede diante da especulação do capital privado, grandes empresas multinacionais, bancos e investidores privados passavam a especular e obter lucro comprando e vendendo moeda conforme inquietações do “mercado”. De acordo com Michael Moffitt³⁷¹, esse conjunto de eventos determinará o controle privado do sistema financeiro internacional com uma participação apenas marginal de governos.

³⁷¹ MOFFITT, Michael. *O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Tradução de Lucas de Azevedo Assunção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Na concepção clássica de Karl Marx³⁷², o Estado constitui parte da superestrutura. Ou seja, para Marx as formas do Estado não podem ser explicadas por si mesmas, mas somente em relação com a estrutura sobre a qual se edifica essa superestrutura. Essa base, sobre a qual se ergue o Estado, é formada pela totalidade das relações de produção, que são relações determinadas e necessárias que compreendem o desenvolvimento das forças produtivas e os modos de produção da vida material através dos quais os homens reproduzem sua existência material. Essa base material concreta determina a forma das superestruturas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas, etc. No esquema marxista clássico, segundo Marcuse, a superestrutura é “modelada pelas necessidades do aparelho produtivo”³⁷³.

A estrutura do Estado é determinada pela base econômica. Entretanto, o Estado pode constituir força semi-independente. Para que a sociedade não irrompa em conflitos de classe que implodam a ordem de dominação estabelecida o Estado, “sendo e permanecendo um Estado das classes dirigentes, apoia a lei e a ordem universais, de forma a garantir um mínimo de igualdade e segurança para toda a sociedade”³⁷⁴. Ou seja, o Estado adquire uma função moderadora que tem como finalidade estabilizar a luta de classes para preservar as relações de produção vigentes. Essa semi-independência da superestrutura política a torna capaz de afetar “ativamente a base de várias maneiras”³⁷⁵, reagindo ao processo econômico básico de forma a se opor ou acelerar o desenvolvimento econômico. No entanto, as leis econômicas permanecem como “forças objetivas” que determinam a superestrutura, não podendo ser criadas ou modificadas pela ordem política. Entretanto, são suscetíveis de serem usadas e aplicadas de forma consciente. Esse uso controlado e consciente da base econômica é a fundamental diferença entre a superestrutura política socialista e capitalista. Ambas as superestruturas são determinadas pela base econômica, porém, no capitalismo esse determinismo é incontrolado e desordenado, ou seja, no capitalismo “é o Estado que é controlado pela economia capitalista”³⁷⁶.

O Estado não constitui um poder que se impõe à sociedade de fora dela: ele é antes um produto da própria sociedade. Segundo Engels, quando a sociedade atinge um

³⁷² MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

³⁷³ MARCUSE, 1969b, p. 116.

³⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 113.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 114.

grau de desenvolvimento, no qual as contradições internas ocasionadas pelo conflito de interesses de classe alcança um nível de “antagonismos irreconciliáveis”, para que essas “classes com interesses econômicos colidentes não se devorem”, torna-se necessário o estabelecimento de um poder “aparentemente” acima da sociedade, encarregado a refrear esse antagonismo e “mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’”³⁷⁷. O Estado irá se caracterizar, primeiramente, pela organização dos súditos de acordo com o território; e, em segundo lugar, pela instituição de uma força pública – um exército profissional e uma força policial, além dos cárceres e todas as instituições coercitivas para manter a ordem entre os cidadãos. Ou seja, o Estado surge para conter os conflitos de classe, porém, no meio de uma sociedade cindida entre uma classe dominante e outra dominada, por regra, o Estado irá servir aos interesses da “classe mais poderosa, da classe economicamente dominante”³⁷⁸, que por intermédio do Estado se tornará também a classe politicamente dominante. Assim, o Estado se converterá em um meio “para a repressão e exploração da classe oprimida”³⁷⁹. O Estado antigo e feudal visava manter os escravos e servos subjugados e, em sua forma moderna, tornar-se-á um “instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado”³⁸⁰. No entanto, tanto Engels quanto Marx admitiam a possibilidade de que em certas circunstâncias o Estado possa agir como mediador, atuando com certa independência em face das classes – seja em períodos nos quais a luta de classes se equilibra ou, ainda, porque a classe dominante está dividida em “estamentos” e não alcançou um nível de desenvolvimento e unidade de classe necessária para dominar as outras classes.

Para Marx, tanto nas antigas sociedades (Grécia e Roma) quanto na Idade Média a forma de propriedade era a “propriedade primitiva”, obtida por meio da guerra ou pela pecuária e agricultura, que aparecia como propriedade do Estado, sendo que os indivíduos poderiam ser simples portadores desses bens. Tendo em vista que, nessas antigas sociedades, o Estado detinha o controle sobre a propriedade das terras, espólios de guerra, rebanhos, escravos, etc. – a propriedade mantinha certo caráter comunitário. No entanto, em seu desenvolvimento histórico até chegar ao capital moderno, a propriedade será despida de “toda aparência de comunidade” e irá suprimir “toda

³⁷⁷ ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 213.

³⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 215.

³⁷⁹ Idem, *ibidem*, p.

216.

³⁸⁰ Idem.

influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade”, ou seja, tornar-se-á uma “propriedade privada pura”³⁸¹. Assim, o Estado moderno corresponde a essa forma nova de propriedade privada, e essa forma moderna de Estado “comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos” irá cair “plenamente sob o domínio destes pelo sistema de dívida pública”, ou seja, o Estado torna-se “totalmente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, burgueses”³⁸². O Estado moderno é a forma de organização que serve de instrumento da burguesia para “garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses”, ou seja, o “Estado existe apenas em função da propriedade privada”³⁸³.

Segundo dados divulgados pelo FMI em 2018, a dívida pública mundial passava dos 184 trilhões de dólares (cerca de 715 trilhões de reais) em 2017, quantia equivalente a 225% do PIB mundial no período³⁸⁴, sendo que, a maior parte desse valor é retida por grandes investidores privados. No caso do Brasil, os maiores credores da dívida pública estão concentrados em fundos de investimento privados³⁸⁵, investidores estrangeiros e instituições financeiras como podemos observar no gráfico a seguir:

Figura 1 — Evolução de detentores da dívida pública mobiliária federal interna (% da DPMFi).

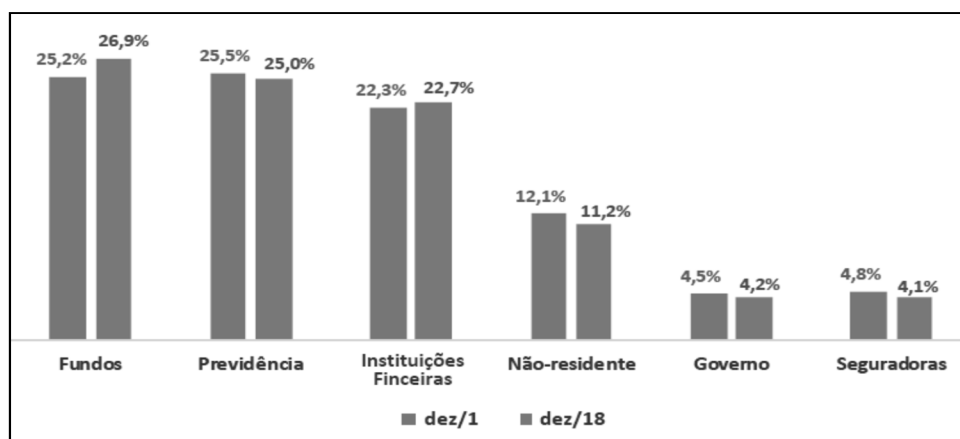
³⁸¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007, p. 75.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ BASILE, Juliano; TAUHATA, Sérgio. *FMI: Dívida global atinge recorde de US\$ 184 trilhões em 2017*. Valor Econômico. Brasília, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/6025081/fmi-divida-global-atinge-recorde-de-us-184-trilhoes-em-2017>> Acesso em: 24/06/2019.

³⁸⁵ Sendo que, do ranking dos 20 fundos por volume de recursos em carteira dirigidos às operações compromissadas no ano de 2016, 3 administravam R\$ 565,7 bilhões, equivalentes a 67,5% do saldo, de R\$ 838,3 bilhões: BB DTVM, Bradesco Asset Management (BRAM) e Itaú Unibanco. In: BITTENCOURT, Ângela. *Os credores do governo*. Valor Econômico. 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/4848966/os-credores-do-governo>> Acesso em: 24/06/2019.



Fonte: Ministério da Economia; Secretaria Especial de Fazenda; Secretaria do Tesouro Nacional. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal*. Número 16. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2019.

De acordo com o *World Inequality Report* publicado em 2018³⁸⁶, a transferência da riqueza pública para o capital privado ocorreu em quase todos os países no período analisado pelo relatório (que vai de 1970 até 2016). Em todos os países analisados pelo grupo de pesquisadores que elaboraram o *World Inequality Report* a riqueza pública líquida diminuiu, tornando-se negativa ou quase zero na maioria dos países observados, enquanto a riqueza privada cresceu substancialmente. A riqueza privada da parcela equivalente a 1% dos indivíduos mais ricos do mundo movia-se em queda constante de 1913 até o início da década de 1980, quando, devido ao avanço de políticas neoliberais: como mudanças na forma de tributação e a transferência do capital público para o capital privado, a riqueza privada passa a crescer em um movimento ascendente. Houve um crescimento geral do capital privado na renda nacional líquida em nível global, que foi ainda mais elevado na China e Rússia após a mudança na orientação de suas economias, enquanto houve um declínio generalizado na participação da riqueza pública na renda nacional em nível global desde 1980³⁸⁷.

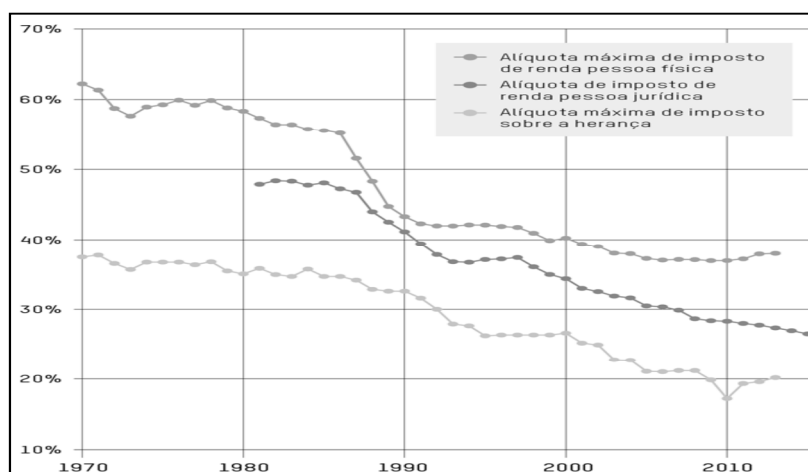
Com a ampliação da implementação das políticas neoliberais ao redor do mundo, principalmente a partir da década de 1970, a forma de arrecadação dos Estados vem se invertendo gradualmente no mundo todo. A incidência de impostos sobre riqueza – que tem impacto maior sobre os cidadãos mais ricos e sobre as empresas

³⁸⁶ CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; ALVAREDO, Facundo; et al. *World Inequality Report*. Paris: Word Inequality Lab, 2018.

³⁸⁷ Para mais detalhes ver: *World Inequality Report*, figuras: E3, E4, E5, E6, E7 e E8. In: CHANCEL; et al. 2018, p. 12-16.

(pessoa jurídica) – vem decaindo desde a década de 1970, enquanto a incidência de impostos sobre a folha de pagamento e sobre consumo de bens e serviços, que têm impacto maior sobre os assalariados e os cidadãos mais pobres, vem aumentando exponencialmente. Conforme podemos observar nas figuras 2 e 3:

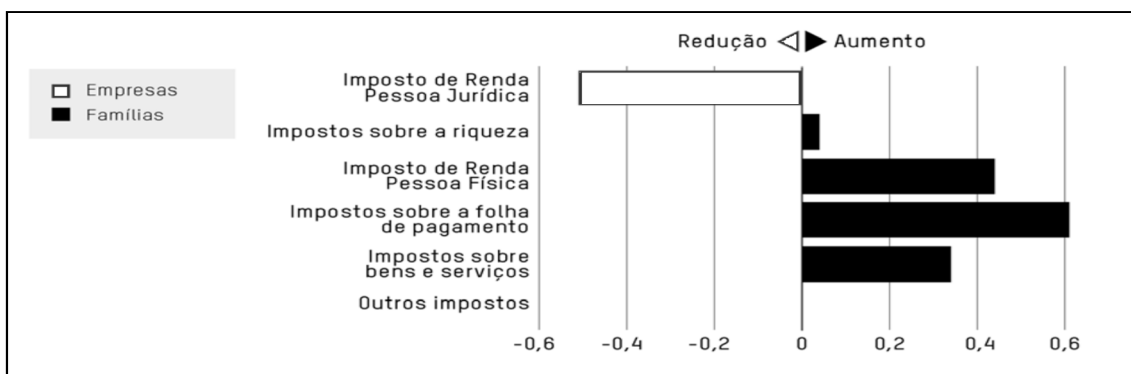
Figura 2 — Declínio da carga tributária paga por indivíduos e empresas ricas.



Fonte: OXFAM, Relatório. *Bem público ou riqueza privada?*. Oxford, UK: Oxfam, 2019, p. 66. [Observação: amostra de 20 países ricos].

Como mostra a Figura 2, no longo prazo, os governos dos países desenvolvidos vêm reduzindo as alíquotas máximas de imposto de renda, tanto das pessoas físicas quanto das empresas. Segundo relatório da Oxfam, a alíquota máxima paga por pessoas físicas nos Estados Unidos que era de 94% em 1945, em 1980 já estava em 70% e no ano de 2016 estava em 37%. Nos países em desenvolvimento, essa alíquota máxima é ainda menor, 28% em média, e a do imposto de pessoas jurídicas é de 25%. A mesma tendência pode ser observada na figura a seguir:

Figura 3 — Mudanças na receita tributária 2007-2015 (% PIB).



Fonte: OXFAM, Relatório. *Bem público ou riqueza privada?*. Oxford, UK: Oxfam, 2019, p. 67. [Observação: cálculos da Oxfam com base nos dados da OCDE disponíveis para 35 países-membros e 43 países não membros (médias não ponderadas). Os números nos eixos representam pp – pontos percentuais do PIB. Os impostos que incidem sobre folha de pagamento incluem contribuições para a previdência social e outros impostos sobre remuneração. Os impostos sobre bens e serviços incluem impostos sobre vendas e IVA].

Segundo a análise realizada pelo relatório da Oxfam, a Figura 3 mostra que,

desde a crise financeira de 2007-08, o ônus tributário passou das empresas para as famílias, e que os impostos sobre folha de pagamento e consumo, como o IVA, respondem por todo o aumento líquido da receita tributária. Esses impostos costumam ser regressivos porque os pobres pagam uma parcela maior de sua renda; conseqüentemente, os impostos sobre o consumo aumentam a desigualdade. Isso contribuiu para o fato de, em alguns países em desenvolvimento, o sistema que o governo usa para tributar e gastar aumenta a pobreza em vez de reduzi-la.³⁸⁸

O bilionário Warren Buffett gerou muita polêmica na opinião pública dos EUA ao defender publicamente uma maior taxaço para os mais ricos. O então presidente Barack Obama propôs um reajuste tributário que criaria uma nova alíquota no imposto federal para os indivíduos que tivessem rendimentos tributáveis acima de \$1 milhão de dólares por ano, o que atingiria cerca de 450 mil pessoas na época (2011). A proposta ficou conhecida como “Lei Buffett”. A proposta, que colide com as expectativas dos conservadores e dos ultraliberais, foi prontamente rejeitada pelo congresso. A grande mídia prontamente se mobilizou para atacar a proposta, buscando convencer os pobres e a classe média de que é ruim para eles taxar os milionários, e acusaram Obama de promover a luta de classes. Ao ser perguntado acerca da polêmica em torno do tema, Warren Buffett afirmou: “tem havido uma luta de classes nos últimos 20 anos e minha classe venceu. Nós somos os que obtiveram nossas taxas de impostos reduzidas drasticamente. [...] Então, se há luta de classes, a classe rica venceu”³⁸⁹. Além de Buffett, outros dezenove bilionários norte-americanos assinaram uma carta aberta defendendo a criação do novo imposto para os mais ricos. A aprovação do novo imposto entre os milionários também recebe alta adesão nos EUA, sessenta por cento (60%) deles se mostraram favoráveis à medida e quatrocentos (400) desses milionários encaminharam pedido para que o congresso não aprovasse a redução de impostos

³⁸⁸ OXFAM, Relatório. *Bem público ou riqueza privada?*. Oxford, UK: Oxfam, 2019, p. 66.

³⁸⁹ BUFFETT, Warren. *The rich have won the class war: billionaire Warren Buffett says it has been 20 years of class warfare and that the rich have come out on top*. CNN Money. New York, Oct 24, 2011. Disponível em: <https://money.cnn.com/video/news/2011/09/30/n_buffett_class_warfare.cnnmoney/>. Acessado em: 24/06/2019. (Tradução livre).

enviada por Donald Trump no primeiro ano de seu mandato³⁹⁰. Essa orientação de diversos bilionários e milionários favoráveis ao aumento de impostos para os ricos reflete uma intuição que Marx havia anunciado de que os impostos “servem precisamente para dar aos burgueses os meios para se conservarem como classe dominante”³⁹¹. Ao deslocar a arrecadação da receita do Estado para as classes médias e baixas, a política neoliberal quebra o vínculo que ligava a classe economicamente dominante ao Estado, sendo que o financiamento direto, por meio de propina e corrupção, torna-se o mecanismo principal que liga a classe política aos grupos empresariais. E na medida em que as leis e o controle sobre as atividades ilícitas de financiamento privado tornam-se mais rigorosas, os grupos e indivíduos economicamente dominantes tendem a eliminar o intermédio dos dirigentes políticos e assumirem diretamente a direção do Estado.

Por sua vez, o neoliberalismo totalitário não busca o fim do Estado, mas o fim de toda independência do Estado em relação ao domínio do capital financeiro, ou seja, a submissão total da estrutura do Estado em relação aos interesses desse capital. O aparato administrativo, jurídico e policial do Estado deve servir somente aos interesses de preservação, domínio e expansão do capital privado. Qualquer política pública promovida pelo Estado para atender demandas sociais, humanitárias, trabalhistas, etc., deve desaparecer. Ou seja, o papel mediador do Estado deve desaparecer, a forma neoliberal de Estado não admite a independência do Estado em face das classes, sua ação reguladora entre os interesses conflitantes das classes. O Estado na concepção neoliberal não deve se ausentar do papel de supressão dos conflitos, o Estado continua agindo na resolução dos conflitos, porém, não como mediador imparcial entre as partes, mas como um instrumento de dominação da classe dominante. Nessa medida, o Estado torna-se puramente um Estado repressor, fascista, um instrumento para repressão da classe subjugada. A força pública e suas instituições de repressão aumentam gradualmente na medida em que se acentuam as contradições sociais – segundo Engels, o aparato repressivo tende a se expandir de forma tão crescente que “ameaça engolir a

³⁹⁰ POZZI, Sandro. *Soros, a herdeira de Disney e o cofundador do Facebook pedem para pagar mais impostos*. El País. Nova York, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/24/economia/1561412311_480567.html>. Acesso em: 30/06/2019.

³⁹¹ MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 169.

sociedade inteira e o próprio Estado”³⁹². O sistema de vigilância por inteligência artificial desenvolvido pelos chineses para o controverso sistema de crédito social, já é utilizado pelo governo chinês para perseguir dissidentes e está sendo exportado para diversos países³⁹³. E o sistema de vigilância desenvolvido pela Agência de Segurança Nacional dos EUA – ambos utilizam *big data* para monitoramento de ampla variedade de informações sobre cada cidadão – é usado pelo governo americano para espionagem doméstica e internacional. Esse modelo orwelliano de sociedade totalitária encontra-se cada vez mais próximo do horizonte político futuro.

Os teóricos neoliberais são, em sua grande maioria, unânimes em defender a manutenção do aparato repressivo do Estado, sendo aceitáveis apenas os impostos destinados a financiar essa estrutura repressora do Estado. Sobre isso, Milton Friedman afirma o seguinte: “Se existe alguma função do governo que todos, exceto os libertários anarquistas mais radicais, concordem ser apropriado é proteger os indivíduos na sociedade de serem coagidos por outros indivíduos”³⁹⁴. No mesmo texto, Friedman afirma que a ineficácia do governo em garantir a segurança pública se deve a existência de demasiadas leis e proibições, que elevam em excesso os custos com prevenção e combate e tornam impossível ao Estado combater todas as infrações. Por sua vez, o monopólio do uso da força deve permanecer como uma característica do Estado, tendo em vista que a abertura do uso privado da força abriria espaço para que facções armadas antagonistas colidissem e ameaçassem o domínio da classe dirigente. Ou seja, a manutenção do monopólio da força é uma condição necessária para a garantia de que a guerra de todos contra todos não seja uma luta armada violenta das classes oprimidas contra seus opressores.

Essa concepção do Estado, como mero garantidor da ordem, é defendida pelo filósofo ultraliberal Robert Nozick, afirmando que sua “conclusão sobre o Estado é que um Estado mínimo, limitado às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos [...] justifica-se”³⁹⁵. Para Nozick, o Estado surge a partir das associações privadas de proteção, ou seja, os indivíduos em

³⁹² ENGELS, 2012, p. 215.

³⁹³ EL PAÍS. *A China já pode identificar seus cidadãos só pela forma de andar*. Madri, 10 de novembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/10/politica/1541853964_264737.html> Acesso em: 17/06/19.

³⁹⁴ FRIEDMAN, Milton. *Why government is the problem*. Essays in public policy; no. 39. USA: Hoover Institution Press Publication, 1993, p.6. (Tradução livre).

³⁹⁵ NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 9.

determinado território criam associações para proteção mútua, quando uma dessas associações se torna dominante está constituído o “Estado ultramínimo” (pela introdução do elemento monopolista), que, por sua vez, se converte em “Estado mínimo”, na medida em que são acrescentados os elementos “redistributivos” (introdução de elementos compensatórios), que ofereçam indenizações e/ou serviço de segurança adicional para os independentes (não clientes da agência de proteção dominante). Na ausência de um Estado que centralizasse os serviços de proteção os indivíduos estariam expostos a todo tipo de violência que nenhum “sistema de proteção privado” bastaria para evitar, tendo em vista que a existência de “muitos independentes”, fazendo justiça privada, “podendo todos eles punir erroneamente”, levaria a um estado em que “as probabilidades se somariam e criariam uma situação perigosa para todos”³⁹⁶. Assim, levando em consideração os perigos dos sistemas privados de proteção, “um independente poderia ser proibido de fazer privadamente justiça porque se sabe que seu procedimento seria arriscado e perigoso demais”³⁹⁷. No entanto, a agência de proteção dominante (Estado) não funcionaria de forma ilimitada, sendo que, sua ação estaria sujeita às mesmas regras exigidas das empresas privadas. Dessa forma, todos os indivíduos que se relacionam com a empresa, sejam “(clientes, credores, trabalhadores e outros) farão isso mediante contratos que limitam explicitamente a responsabilidade da firma”³⁹⁸, ou seja, o Estado deve ser responsabilizado como qualquer outra empresa pelas ações e serviços prestados aos seus “clientes”.

O Estado mínimo, na concepção neoliberal, torna-se um “Estado privado”, na medida em que funciona na mesma “lógica” de uma empresa privada. Essa concepção do Estado, como “empresa”, aparece em Max Weber já no início do século XX. Em um texto publicado postumamente (1922), Weber afirma que o “Estado moderno do ponto de vista sociológico, é uma ‘empresa’, do mesmo modo que uma fábrica”³⁹⁹ – exatamente esta é sua qualidade historicamente específica. Segundo Christian Laval e Pierre Dardot, o neoliberalismo não busca somente ampliar a esfera de domínio do capital sobre a oferta de produtos e serviços (privatização), mas também transformar o

³⁹⁶ Idem, ibidem, p. 106-107.

³⁹⁷ Idem, ibidem, p. 106.

³⁹⁸ Idem, ibidem, p. 153.

³⁹⁹ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 530.

Estado em uma entidade privada que deve oferecer seus serviços aos seus clientes (cidadãos) com a máxima eficácia em com os menores custos. Na palavra dos autores:

esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a ‘retirada’ do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a *transformação da ação pública*, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas.⁴⁰⁰

Sendo assim, se os serviços prestados pelo Estado não atendem às regras de eficácia e qualidade exigidas devem ser substituídos por serviços privados mais eficazes.

Segundo Marcuse, a crítica do liberalismo e do conservadorismo “(com ou sem o prefixo ‘neo’)” ao Estado de Bem-Estar Social repousa de forma “sinistra” em uma “luta contra a legislação social e a adequação dos gastos governamentais para serviços que não sejam os de defesa militar”⁴⁰¹. O Estado de Bem-Estar – ainda que seja para o indivíduo uma vida administrada – funciona como uma forma de administração pluralista, ou seja, há o domínio da lei. Nesse Estado de Bem-Estar o indivíduo pode recorrer a diversas instituições que resguardam essa legalidade, e mesmo que essa legalidade seja restrita em relação a determinados grupos e classes, é “infinitamente mais seguro que o domínio acima da lei ou sem ele” e o indivíduo ainda conta com algumas “possibilidades de fuga e de reparação”⁴⁰². Para destruir o Estado de Providência, a racionalidade neoliberal ataca um aspecto central dessa forma de organização política – a legislação que garante a proteção social dos indivíduos contra invalidez, doença, senilidade, fome, desemprego, miséria, etc.

Segundo Christian Laval e Pierre Dardot, apesar de a conferência de Mont-Pèlerin ser considerada como o momento do nascimento do neoliberalismo, sua fundação é anterior e ocorreu no Colóquio Walter Lippmann no ano de 1938 em Paris. Segundo os autores franceses citados, a crise do liberalismo clássico – *laissez-faire* – gerou como sintoma um reformismo social, que visava abrandar as intensas contradições sociais geradas por esse modelo, assim o neoliberalismo surge como resposta a esse reformismo social, ou seja, como “uma tentativa de entrar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e

⁴⁰⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, p. 272.

⁴⁰¹ MARCUSE, 2015, p. 79.

⁴⁰² MARCUSE, 2015, p. 80.

protecionistas”⁴⁰³. Esse reformismo social era visto pelos reformadores do liberalismo – os “novos liberais” – como uma ameaça que conduziria ao coletivismo e ao intervencionismo de Estado. O Colóquio de 1938 foi a primeira tentativa de criar uma organização internacional neoliberal, a difusão da ideologia neoliberal irá se efetivar posteriormente com o intenso financiamento de meios acadêmicos de prestígio, como o Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, o London School of Economics e a Universidade de Chicago, em seguida a doutrina neoliberal será difundida por todo o globo através de centenas de *think tanks*⁴⁰⁴. O Colóquio reunia diferentes correntes do liberalismo, os austríacos Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek representavam a ala conservadora e ortodoxa e os alemães ordoliberais Röpke, Rüstow e o francês Rougier a ala progressista. Esses pensadores, apesar de suas diferenças, compartilhavam da rejeição ao coletivismo e “às reformas de esquerda que visam à redistribuição de renda e à proteção social”⁴⁰⁵. A Sociedade Mont Pèlerin conseguiu reunir as diferentes correntes do neoliberalismo, segundo Dardot e Laval, “essa junção dos neoliberais ocultou um dos aspectos principais da virada que se deu na história do liberalismo moderno: a teorização de um intervencionismo propriamente liberal”⁴⁰⁶. A nova corrente do liberalismo não apregoava simplesmente como o velho liberalismo a não intervenção, mas buscava redefinir e delimitar os limites da atuação do poder público na esfera social, ou seja, o liberalismo deve ser refundado sobre as bases de um “intervencionismo liberal”.

Alguns teóricos liberais mais conservadores, especialmente Mises e Hayek, defendiam que a intervenção política é a causa de todas as crises do modelo liberal. Segundo a visão ortodoxa desses autores, o sistema liberal tem a capacidade de se

⁴⁰³ DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71.

⁴⁰⁴ Somente a organização Atlas Economic Research Foundation, fundada por Antony Fisher (por sugestão de Hayek) e sediada nos EUA, mais conhecida como Atlas Network, possui uma rede de mais de 450 *think tanks* em todo o mundo, são treze *think tanks* ligadas à organização somente no Brasil (sendo Instituto Liberal, Instituto Millenium, Estudantes pela Liberdade e MBL as mais conhecidas). A organização é financiada por grandes corporações e poderosos bilionários conservadores. Para mais detalhes ver: FANG, Lee. *Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana*. Reportagem publicada pelo The Intercept, agosto de 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estaoreinventando-a-politica-latino-americana/>> Acesso em: 28/06/19. Sobre a atuação das *think tanks* ultraliberais no Brasil ver: ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALLEGO, Esther Solano (org); et al. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. E: *O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil*. In: Revista Digital de Ciências Sociais / Vol. IV / N° 7 / 2017. ISSN: 2362-616x. (pp. 95-120), da mesma autora.

⁴⁰⁵ DARDOT; LAVAL, 2016, p. 76.

⁴⁰⁶ Idem, ibidem, p. 73.

autorregular, logo, quando funciona livremente é capaz de resolver todas as contradições sociais. Assim, o desemprego, a miséria e todas as contradições sociais são consequência da ingerência do poder político. Até mesmo o domínio de cartéis e monopólios é visto pelos ortodoxos como o resultado da intervenção estatal na economia: “Não foi o livre jogo das forças econômicas, mas a política antiliberal dos governos que criou as condições necessárias ao estabelecimento dos monopólios. Foi a legislação, foi a política que criou a tendência ao monopólio”⁴⁰⁷.

No entanto, os argumentos ortodoxos em que persistiam os teóricos conservadores serão desmontados pelos argumentos dos diversos teóricos da linha progressista que serão responsáveis pela redefinição das novas bases do liberalismo. Essa nova corrente do liberalismo irá enfatizar a importância da regulação jurídica e da sustentação social do mercado. Para Lippmann e Rougier, a crença mística em uma natureza imutável que rege o sistema econômico própria do liberalismo clássico é a causa das crises do próprio liberalismo. Os erros do pensamento clássico estão em “confundir as regras de funcionamento de um sistema social com leis naturais intangíveis” – esse erro leva à ilusão de que a economia seria um domínio à parte, que não seria regido pelo direito, ou seja, essa ideia da preponderância do econômico sobre o político gera a crença de que todas as questões sociais, morais e políticas estão subordinadas ao domínio econômico, desse modo, a crença na independência da economia em face às instituições sociais e políticas é o erro básico da mística liberal, pois, conduz ao erro do “não reconhecimento do caráter construído do funcionamento do mercado”⁴⁰⁸. O que esses novos teóricos do liberalismo perceberam, em contraposição aos ortodoxos, foi que pensar a ordem do mercado como uma ordem construída favoreceria o estabelecimento de um programa político que seria capaz de conservar a ordem econômica do liberalismo de forma permanente. Segundo Dardot e Laval, a crítica de Lippmann resgata o sentido de governamentalidade desenvolvida por Jeremy Bentham ao compreender que “os direitos legais são proclamados e aplicados pelo Estado [...] a propriedade, os contratos, as sociedades, assim como governos, parlamentos e tribunais, são criaturas da lei”⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ VON MISES apud DARDOT; LAVAL, *ibidem*, p. 79.

⁴⁰⁸ DARDOT; LAVAL, *ibidem*, p. 81.

⁴⁰⁹ LIPPMANN apud DARDOT; LAVAL, *ibidem*, p. 83.

3.3 A construção do indivíduo neoliberal: uma psicopatologia da sujeição do indivíduo incapaz de sua autodeterminação.

Para poder se consolidar como a forma hegemônica de governabilidade o neoliberalismo irá se utilizar de um método muito familiar utilizado frequentemente pelos liberais clássicos – o autoritarismo, o recurso à violência e à força das armas. Desse modo, políticas econômicas neoliberais puderam ser implantadas com facilidade por meio de violentos golpes militares, muitas vezes orquestrados pela política externa dos Estados Unidos, como no Chile, Bolívia, Argentina, Brasil, etc.⁴¹⁰. Esses regimes autoritários, apoiados pela elite econômica interna e externa, formaram uma aliança político-militar entre si com apoio estratégico do serviço de inteligência dos Estados Unidos – Operação Condor – que foi seguida pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais que ameaçavam seu poder. No entanto, esse método tradicional utilizado pelos liberais desde o bonapartismo não poderia ser consumado em países com uma tradição democrática já consolidada, como Estados Unidos e Reino Unido, onde a política econômica neoliberal deveria ser instaurada através de meios “democráticos”. Como argumenta David Harvey⁴¹¹, as mudanças de grande amplitude nas políticas econômicas e sociais exigidas pela lógica neoliberal nos países democráticos do norte exigiam que se construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que fossem concretizadas. Para construir esse consentimento e garantir seu domínio totalitário na implantação da política neoliberal – assegurando que o Estado capitalista agisse para atender seu interesse político basilar, a saber, que a classe subordinada estivesse politicamente desorganizada, portanto, incapaz de superar seu isolamento econômico e ameaçar os interesses da classe dominante – a classe economicamente dominante teria que garantir que o Estado parecesse uma unidade política mediadora em uma sociedade de interesses econômicos divergentes, articulada não como interesses de classe, mas como interesses de particulares. Ou seja, o Estado deveria aparecer como uma instância neutra para conseguir o apoio de ampla parcela da população.

⁴¹⁰ Para detalhes sobre a influência da política externa dos EUA na implementação de políticas econômicas neoliberais por meio do suporte a golpes militares realizados por regimes autoritários de extrema-direita na América Latina e outras partes do mundo ver: BLAKELEY, Ruth. *State Terrorism and Neoliberalism: The North in the South*. New York and London: Routledge, 2009.

⁴¹¹ HARVEY, David. *Neoliberalismo: História e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

As doutrinas neoliberais – livre mercado, redução de impostos sobre os mais ricos, enxugamento do setor público, privatizações e enfraquecimento dos sindicatos – sempre tiveram uma dificuldade de se disseminar entre as camadas mais pobres e a classe trabalhadora. Os ideólogos e militantes dessa corrente de pensamento perceberam que o eleitorado costuma ver essas ideias como uma maneira de favorecer as camadas mais ricas, e transfigurar a ideologia neoliberal como uma ideologia de interesse público exige complexas estratégias de persuasão em massa. Para refrear o crescimento do Estado de Bem-Estar Social – políticas públicas de interesse coletivo – seriam necessárias ações mais sofisticadas no sentido de influenciar o debate público sobre o destino da sociedade e a função do poder público. No entanto, para obter sucesso na disseminação de sua ideologia na opinião pública seria necessário encobrir a ligação de tal estratégia com os interesses do capital. A subserviência à lógica neoliberal começará com a classe média e depois irá atingir grande parte da parcela mais pobre da população.

Tendo em vista que um projeto declarado de restauração do poder econômico e político de uma pequena elite dificilmente iria angariar apoio popular, foi necessário para influenciar a opinião pública utilizar-se de meios mais sutis. Seriam utilizados variados mecanismos culturais e ideológicos para criar o consentimento, assim, foi criada uma rede global para difundir a ideologia neoliberal, a mais conhecida dessas redes é a Atlas Network, que vem se espalhando de forma rápida nos países em desenvolvimento. Segundo Lee Fang, “Em nenhum outro lugar a estratégia da Atlas foi tão bem sintetizada quanto na recém-formada rede brasileira de *think tanks* de defesa do livre mercado [...] para fomentar o descontentamento com as políticas socialistas”⁴¹². Os novos institutos ligados à rede da Atlas Network trabalham juntos para fomentar o descontentamento com as políticas sociais, criam centros acadêmicos, treinam ativistas e travam uma guerra constante contra as ideias de esquerda na mídia. No Brasil entre 2013 e 2016, a rede treinada para difundir as ideias neoliberais se empenhou para direcionar a raiva da população contra o governo de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores, liderando um movimento de massa contra todos os movimentos sociais, partidos e indivíduos ligados à esquerda e à defesa de políticas sociais. Em entrevista ao

⁴¹² FANG, Lee. *Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana*. Reportagem publicada pelo The Intercept, agosto de 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estaoreinventando-a-politica-latino-americana/>> Acesso em: 28/06/19.

jornalista investigativo Lee Fang, Fernando Schüler (ativista neoliberal associado ao Instituto Millennium, um dos *think tank* da Atlas no Brasil) afirma que “a única forma de reformar radicalmente a sociedade e reverter o apoio popular ao Estado de bem-estar social é travar uma guerra cultural permanente”⁴¹³ capaz de confrontar os intelectuais e a mídia de esquerda.

O *Institute of Economic Affairs* (*think tank* dedicada à difusão da ideologia neoliberal fundado por Antony Fisher em 1955) e outros institutos como o *Heritage Foundation* e *Cato Institute* foram decisivos em estabelecer as bases intelectuais que possibilitaram que as medidas neoliberais fossem postas em prática no Reino Unido durante o governo de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos por Ronald Reagan. A importância desses institutos para criar o consentimento na população fora reconhecida pelo economista Milton Friedman e pela própria Margaret Thatcher em carta endereçada a Fisher depois de vencer as eleições em 1979, em que afirmou que o IEA – que fornecia materiais de campanha, artigos, escrevia discursos e combatia as críticas contra Thatcher na mídia – havia criado na opinião pública o ambiente apropriado para sua vitória⁴¹⁴. Com a ajuda de Thatcher, Friedman e Hayek, o fundador do *Institute of Economic Affairs* levantou os fundos junto aos milionários colaboradores e empresas para difundir seu modelo de *think tank* neoliberal por todo o globo. Empresas como a Pfizer, Procter & Gamble e Shell, além de financiadores privados como os irmãos Koch, ajudaram a financiar os institutos que difundiam a ideologia neoliberal. No entanto, Fisher argumentava que seria necessário que o financiamento fosse secreto para que fosse capaz de influenciar a opinião pública, caso os interesses corporativos e o caráter doutrinário não fossem ocultos a empreitada teria dificuldade na difusão de sua ideologia na opinião pública, logo, para isso o instituto deveria aparecer frente ao público com um caráter puramente acadêmico e imparcial. O financiamento público das pesquisas desenvolvidas pelos institutos afetaria sua credibilidade. Segundo Alejandro Chafuen, argentino que assumiu a direção da Atlas Network depois da morte de Fisher, seu instituto teve grande receptividade pelos governos militares da América Latina, onde as políticas econômicas neoliberais se enraizaram primeiro. Chafuen, afirma que seu instituto está realizando um trabalho duro e contínuo para derrubar governos de

⁴¹³ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁴ Idem.

esquerda e já conseguiu emplacar pessoas ligadas ao Atlas nos cargos mais altos de vários governos ao redor do mundo⁴¹⁵.

Segundo Noam Chomsky⁴¹⁶, quando se detém o controle da mídia de massa, sobre o sistema educacional e os intelectuais são conformistas, a aplicação de qualquer tipo de política destrutiva torna-se aceitável. Um dos métodos utilizados para manter a massa subordinada da população distraída e controlada é a criação de um inimigo comum que ameaça a nação, a democracia, a civilização. Esse inimigo deve ser apresentado como um monstro cruel, ao longo da guerra fria o comunismo internacional foi apresentado como esse inimigo pelos aliados do ocidente, mas, com a deterioração da União Soviética a política externa dos EUA criou a imagem de novos monstros (os narcotraficantes, o terrorismo internacional, a comunidade islâmica, etc.). Um êxito espetacular da propaganda, segundo o filósofo norte americano, é convencer o público da necessidade da intervenção militar em países estrangeiros, geralmente utiliza-se o argumento de que a invasão ocorre para impedir a violação dos direitos humanos ou outras violações de liberdades “democráticas”. Walter Lippmann apresentou a fabricação do consenso como uma revolução na arte da democracia. De acordo com Chomsky, Lippmann idealizou novos métodos por meio dos quais o “rebanho desorientado” deveria ser domesticado. Um desses métodos é fragmentar o ensino, a cultura e os meios de comunicação conforme a disposição de classes, ou seja, as massas empobrecidas não devem ter acesso aos mesmos meios de conhecimento e informação das elites privilegiadas “destinadas” a governar, e os indivíduos das classes “inferiores” só entrarão nessa classe especializada se servirem aos interesses da elite governante. O regime democrático seria, portanto, um sistema no qual uma classe especializada governa a serviço da elite, enquanto o resto da população é privada de qualquer forma de organização. Outro importante fator para produção do consentimento é impedir que essa massa desorientada se organize – os indivíduos devem estar segregados, atomizados e sozinhos para que continuem espectadores passivos. As relações públicas são uma ferramenta crucial para dismantelar as organizações trabalhistas, como afirma Chomsky, os grevistas eram apresentados nas mídias de massa como destrutivos e prejudiciais para toda sociedade e contrários aos interesses comuns. Chomsky afirma

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁶ CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. New York: Seven Stories Press, 1997.

que a política externa dos EUA vem promovendo os interesses dos grandes especuladores dos Estados Unidos na América do Sul desde 1945, o objetivo principal era eliminar todas as formas de nacionalismo econômico, o desenvolvimento industrial excessivo e as políticas assistencialistas que favoreçam os mais pobres na América Latina. A “americanização do Brasil” foi considerada um grande sucesso de acordo com os planejadores da política externa dos EUA em promover – “durante meio século de influência e tutela dos Estados Unidos” – o “lucro da minoria, enquanto a maioria do povo é deixada na miséria”⁴¹⁷.

Se a *transformação física* do mundo causa a *transformação mental* dos indivíduos, suas idéias, imagens e símbolos são modificados. Da mesma maneira a transformação mental dos indivíduos causa a transformação física do mundo, das relações entre os homens e do seu modo de produção. A transição do modo de produção feudal para o capitalista não significou somente uma mudança na organização do modo de produção. A transferência de poder dos senhores feudais e da aristocracia para a nova classe que detinha o capital, a burguesia, foi acompanhada por uma mudança nos campos político, cultural, social e ecológico. Essa tomada de poder pela força do capital foi se estendendo gradativamente até englobar todas as relações humanas dentro do globo terrestre – o poder capitalista ampliou seu domínio que agora se estende ao conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta. Na concepção basilar de Marx, aqueles que controlam o meio material de reprodução da vida (meios de produção) também controlam as ideias que circulam, ou seja, a ideologia dominante em qualquer época sempre será a ideologia da classe dominante. Por meio de seu poder econômico a burguesia conseguiu impor sua ideologia, ou seja, sua visão de mundo, sua ética e seus valores às classes subjugadas. A distinção mais peculiar do poder do capitalismo é sua capacidade de produzir subjetividade. Hoje a sociedade capitalista fabrica em série para dispor a seu serviço três tipos principais de subjetividade: uma da personalidade consumista, outra da classe operária ou assalariado e a última que corresponde à sua equipe de gerência. A subjetividade capitalista infiltrou-se na vida cotidiana individual, conjugal, doméstica e até mesmo da ética pessoal. O controle da mídia e dos equipamentos coletivos permite a construção de subjetividade em escala industrial. A experiência ordinária do cotidiano na qual é submetido o indivíduo torna-o incapaz de

⁴¹⁷ CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 14.

sustentar uma autorreferência e autodeterminação. A agressividade e a violência são subprodutos de agenciamentos subjetivos do inconsciente que foram materializados no real.

A manipulação e a doutrinação chegaram numa etapa na qual a análise está metodologicamente orientada em rejeitar conceitos transitivos, na qual a opinião predominante se compromete com uma falsa consciência, e o estado de coisas real não é reconhecido como aquilo que realmente é de fato. O âmbito de julgamento permanece limitado a um contexto de fatos dados e exclui o julgamento no qual os fatos foram criados – criados por homens em um determinado contexto sob um determinado fim específico. Uma citação que Marcuse faz de Ernst Bloch resume bem este estado de falsificação do real: “... **aquilo que é não pode ser verdadeiro**”⁴¹⁸. O processo de organização racional da maquinaria material e mental instalou seu poder mistificador sobre a sociedade. Assim, do mesmo modo que a ideologia encontra-se corporificada na realidade, nessa sociedade o racional – e não o irracional – torna-se receptáculo assaz apropriado para mistificação. Os elementos mistificadores encontram-se agora empregados na publicidade e nas relações de produção. A mistificação promove comportamentos e pensamentos que são nitidamente irracionais e destrutivos. Contudo, como a mistificação transforma o racional em irracional, comportamentos destrutivos como a matança indiscriminada e a comercialização de produtos cancerígenos são tornados hábitos comuns na vida contemporânea. O controle da dimensão discursiva é fundamental no processo de domesticação das massas,

Pois o universo estabelecido da locução se faz sentir em toda a extensão dos modos específicos de dominação, organização e manipulação aos quais estão sujeitos os membros de uma sociedade. As criaturas dependem, para ganhar a vida, de patrões, de políticos, de empregos e de vizinhos que fazem que elas falem e se portem como o fazem; são compelidas, pela necessidade social, a identificar a “coisa” (incluindo sua própria pessoa, sua mente, seus sentimentos) com as suas funções. Como sabemos disso? Vendo televisão, ouvindo rádio, lendo jornais e revistas, falando com os demais. [...] Ao falar sua própria linguagem, as criaturas falam também a linguagem de seus senhores, de seus benfeitores, de seus anunciantes. [...] Ao descreverem “por si mesmas” a situação política [...] descrevem o que o “seu” meio de comunicação em massa lhes diz.⁴¹⁹

Um dos recursos mais utilizados para imposição da lógica neoliberal é o recurso às vias da legalidade, construída e imposta com a finalidade de promover a integração

⁴¹⁸ MARCUSE, 1967, p. 121. (grifo nosso)

⁴¹⁹ MARCUSE, 1967, p. 182-183.

política e manter a dominação econômica, de modo que cada vez mais o marco no qual todos os atores devem se mover se torne irreversível – uma legalidade que evidentemente é sempre modificada de acordo com o que é mais favorável aos interesses das classes ricas que aos da população subjugada. Assim, a lógica neoliberal elimina toda legislação que atenda a interesses das classes subjugadas. Essa suposta “legalidade”, estabelecida no interior do “Estado de direito”, segundo a qual todo cidadão-cliente pode exigir e cobrar pela eficácia dos serviços prestados pelo Estado, torna-se mera ideologia, uma fachada para a exploração do trabalho e quando a sociedade capitalista se implode em crises profundas é o capitalismo quem primeiro abandona as fantasias jurídicas, enquanto os movimentos e organizações de interesses sociais clamam pela manutenção dos direitos constitucionais instituídos.

A justificativa para existência de uma estrutura de poder que se encontre acima dos indivíduos aparece desde os teóricos contratualistas. Segundo Marcuse (1969a), os pensadores mais “realistas” imaginavam como finalidade do governo a proteção da propriedade, dos negócios e do comércio. Os teóricos mais “idealistas” viam essa finalidade como a consecução da liberdade, igualdade, justiça, etc. Para Marcuse, essa noção de “finalidade” do governo retrocedeu na contemporaneidade, na medida em que o “funcionamento” da sociedade – compreendido negativamente como a simples ausência de guerra civil, desordem generalizada e/ou colapso econômico – torna-se justificativa suficiente. Se essas garantias negativas são atendidas, tudo mais é válido e até defendido pela população subjugada, como “ditadura militar, plutocracia e governos exercidos através de gangues e extorsão”, nem mesmo “os genocídios, os crimes de guerra e crimes contra humanidade”⁴²⁰ praticados contra outras nações tornam-se justificativas para o direito de resistência contra a estrutura governamental estabelecida. Por isso, não existem medidas que possam ser exercidas dentro dos limites da legalidade contra um governo constitucionalmente instituído que age dentro da “legalidade” estabelecida (sobre a posição de Marcuse a respeito da ação da oposição radical em face da legalidade estabelecida ver seção 3.5).

Para alcançar seus objetivos, o poder integrado do capital emprega todos os meios que lhe são necessários, como manipulação e doutrinação através da propaganda dos meios de comunicação, a legitimação de sua lógica pela ciência econômica, a

⁴²⁰ MARCUSE, 1969a, p. 67. (Tradução livre).

chantagem e a mentira, a traição de suas promessas (como as de ascensão econômica e melhoria da qualidade de vida), a corrupção sistêmica das elites econômicas e políticas, etc. Segundo Dardot e Laval, a burguesia aprendeu que na maioria dos casos não é necessário recorrer aos golpes de Estado militares para colocar em prática as normas apregoadas pela ideologia neoliberal se é possível colocar um “cadeado no sistema político”, como no caso do Brasil, “mediante um golpe parlamentar e judicial”⁴²¹, que permitiu congelar durante 20 anos os gastos sociais (sobretudo em detrimento da saúde pública e da universidade pública). No entanto, o caso brasileiro não é um caso isolado, “por mais que lá os recursos da manobra sejam mais visíveis que em outras partes, sobretudo após a vitória de Bolsonaro”⁴²². Esse fenômeno de imposição da lógica neoliberal é geral e ocorre dentro da legalidade do sistema político representativo que estabelece dispositivos antidemocráticos, de uma temível eficácia destrutiva, dentro do marco da democracia liberal estabelecida. Se o sistema de leis torna as medidas de guerra econômica e policial legalizadas, o poder devastador do neoliberalismo não encontra limites. Ou seja, a lei torna-se um instrumento privilegiado da luta do neoliberalismo contra direitos sociais e políticos antes alcançados. Para os autores franceses: “O Estado de direito não está sendo abolido de fora, mas destruído por dentro para fazer dele uma arma de guerra contra a população e a serviço dos dominantes”⁴²³, ou seja, o Estado de direito (Estado sujeito às mesmas normas legais aplicáveis a todas as pessoas) perde toda a sua imparcialidade, na medida em que normatiza as medidas neoliberais que destroem as garantias constitucionais anteriormente conquistadas. O Estado de direito está submetido à lei e a lei está submetida aos interesses do capital.

Podemos visualizar com clareza a perversidade da ideologia neoliberal através das ideias do economista austríaco Ludwig Von Mises. Para ele, a condição de miséria é causada pela preguiça e ociosidade dos miseráveis: “Quem puder e quiser trabalhar não será um miserável”⁴²⁴. Em relação aos indivíduos incapacitados para o trabalho, o economista acredita que seja natural que fossem exterminados: “O homem selvagem não se apiedava dos inválidos; muitas tribos praticavam métodos brutais de extermínio,

⁴²¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Anatomía del nuevo neoliberalismo*. Madrid: Revista Viento Sur, Número 164, Junio 2019, p. 11. (Tradução livre).

⁴²² Idem.

⁴²³ Idem, ibidem p. 15.

⁴²⁴ MISES, Ludwig Von. *Ação humana*. Traduzido por Donald Stewart Jr. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1990, p. 1141.

aos quais os nazistas recorreram no nosso tempo”⁴²⁵. Para Mises as relações de dominação senhor/servo, capitalista/proletário, são uma relação de generosidade, e os dominados devem ser gratos aos seus senhores. De acordo com sua ideologia:

A sociedade feudal se assentava em atos de generosidade e na gratidão dos favorecidos. [...] Foi somente com o advento de uma sociedade baseada inteiramente em vínculos contratuais que surgiu a ideia de que o indigente teria um direito legal, um direito de ser mantido pela sociedade.⁴²⁶

De acordo com essa ideologia neoliberal, a resposta ao problema da miséria é colocada de forma categórica na inversão da realidade, como tal, representada na perspectiva da tradição liberal, onde:

A miséria envolve o “demérito individual”, a “falta de sorte” e “o acaso”, “a ordem natural” e “até providencial das coisas”. As relações econômico-sociais não são nunca colocadas em questão, mas, pelo contrário, são rechaçadas as “teorias econômicas e políticas” que afirmam ser a miséria humana produto da história da humanidade.⁴²⁷

Dentro deste ponto de vista, o Estado se estabelece em sua base fundamental para a proteção da propriedade privada, o que está em jogo aqui, não são os direitos do indivíduo como pessoa, mas do indivíduo enquanto proprietário. A defesa da propriedade privada – elevada à esfera máxima da garantia da liberdade – é feita em detrimento até mesmo da vida daquele que a ameaça. Fato que sobrevém, segundo Maria Sylvia Carvalho Franco citada por Valle (2002), dentro de uma inversão, pois a propriedade torna-se o fundamento de tudo inclusive da liberdade e não vice-versa, assim a igualdade é levada a uma nova dimensão conceitual, na qual uma “desigualdade justificada” aparece à medida que apenas aos proprietários é permitida a participação na “comunidade de humanos”. Dessa forma, legitima-se a exploração, o domínio e o extermínio dos “criminosos” que ameaçam a propriedade e dos miseráveis que vivem à margem do sistema.

O neoliberalismo extremo de Robert Nozick⁴²⁸ também é contrário a qualquer contribuição que vise à assistência social. Em sua visão, atender às necessidades dos

⁴²⁵ Idem, ibidem p. 1142.

⁴²⁶ Idem, ibidem p. 1145.

⁴²⁷ VALLE, Maria Ribeiro do. *O debate teórico sobre a violência revolucionária nos anos 60: “Raízes e polarizações”*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 19.

⁴²⁸ NOZICK, 1991.

necessitados é contrário ao direito individual de escolher ou não contribuir para o sistema social. A contribuição compulsória para manter o funcionamento de todos os serviços de assistência social (como saúde, educação, etc.) enfraquece, segundo o filósofo americano, o sentimento de solidariedade, e os indivíduos só desenvolveriam espírito de solidariedade se os inválidos fossem largados na luta pela existência. Dessa forma, os indivíduos abastados sem nenhuma obrigação legal de contribuir desenvolveriam sentimentos fraternos. Apesar de mais tarde (1989), Nozick reconhecer que sua posição ultraliberal fosse seriamente inadequada em certos pontos – em parte devido ao fato de que “não combinava totalmente as considerações humanas e as atividades conjuntas de cooperação”⁴²⁹ – o filósofo americano continuará defendendo a mesma posição de que as pessoas têm o direito individual de não compartilhar de nenhum vínculo solidário e que nenhuma ordem social deve induzir as pessoas a desenvolverem laços sociais impondo uma legislação de caráter assistencial. Obviamente, essa concepção despreza o fato de sermos seres sociais e o fato histórico de que a civilização humana não existiria sem a solidariedade entre a espécie. A concepção de Nozick está fundada em um valor único – o direito de propriedade absoluto. Para ele, ninguém tem o direito de interferir na pessoa ou posse do indivíduo a não ser com o seu consentimento ou, no caso extremo, em que os direitos do indivíduo tenham sido confiscados por esse ter violado os direitos de outrem. Em última instância, o direito à liberdade do indivíduo é simplesmente uma consequência do direito à posse. Essa noção implica que todas as disputas propriamente da esfera política recaíam sobre o direito de propriedade.

Como veremos adiante (secção 3.4), o neoliberalismo irá incorporar vários elementos presentes na teoria totalitária que se tornarão parte integrante da ética neoliberal, como – por exemplo – a noção totalitária que compreende a existência humana a partir das categorias de serviço e trabalho. De acordo com Marcuse, a resiliência e disciplina em face da pobreza e do sacrifício serão convertidas em heroísmo, “um ascetismo puro do mundo interior”⁴³⁰. Sob a lógica dessa concepção de organização social, a eliminação da pobreza não entra em consideração – pelo contrário,

⁴²⁹ NOZICK, Robert. *The Examined life*, New York: A Touchstone Book, 1990, p. 287.

⁴³⁰ MARCUSE, Herbert. *The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State*. In: MARCUSE, Herbert. *Negations: Essays in Critical Theory*. Translations from the German by Jeremy J. Shapiro. London: Myflybooks, 2009, p. 18. (Tradução livre).

o crescimento da pobreza é considerado “como pressuposto inevitável”⁴³¹ e sua causa é o demérito pessoal dos indivíduos menos aptos, preguiçosos, indisciplinados. O indivíduo é o único responsável por sua miséria, por sua desgraça. A ordem social é justa e recompensa somente os mais aptos ao esforço contínuo, ao trabalho disciplinado, ou seja, só os indivíduos que melhor se adaptarem à “ordem natural” das coisas serão agraciados com todo o conforto material que esse modelo pode proporcionar. Essa “ética da pobreza” – exigência de comportamento servil, resignação e sacrifício em face da miséria – justifica a pobreza como causa do demérito pessoal e procura evitar que os indivíduos se rebellem contra a queda em seu padrão material de existência. Os indivíduos devem se devotar, incondicionalmente, ao servilismo da ordem social que perpetua sua própria miséria e infelicidade. As políticas de governo que destroem todas as políticas públicas baseadas no regime de solidariedade são aplicadas para produzir o indivíduo neoliberal. Essas medidas fazem parte da governabilidade neoliberal e geram um entendimento no indivíduo de que cada um é o responsável por sua própria desgraça. Essa ideologia afirma que o sistema é bom para todos que se adaptam e ajustam seu comportamento ao modelo que premia aqueles que se esforçam.

3.4 Neoliberalismo e Fascismo: uma história de amor.

Em 1981, o líder e um dos fundadores da Sociedade Mont Pèlerin⁴³², Friedrich Von Hayek afirmou:

No momento é necessário a um país ter, durante algum tempo, uma forma ou outra de poder ditatorial. Como você irá entender, é possível um ditador governar de um modo liberal. E também é possível uma democracia governar com uma total falta de liberalismo. Pessoalmente, eu prefiro uma ditadura liberal a um governo democrático sem liberalismo.⁴³³

⁴³¹ Idem, *ibidem*, p. 20. (Tradução livre).

⁴³² Organização internacional fundada em 1947, composta por filósofos, economistas e políticos de diversos países, reunidos em torno da promoção do liberalismo e de seus valores e princípios. A sociedade foi fundada após uma conferência internacional organizada por Friedrich Hayek, na localidade de Mont-Pèlerin, próxima às cidades de Vevey e Montreux, na Suíça, e recebeu o nome do local desse seu primeiro encontro, mas não tem sede. Seus membros provêm dos vários continentes e pertencem a diversas correntes do pensamento liberal.

⁴³³ HAYEK, Friedrich. *Extracts from an Interview with Friedrich von Hayek*. El Mercurio: Santiago, Chile, 12 April 1981. (Tradução livre). Disponível em: <<https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/>> Acesso em: 28/06/19.

Essa afirmação de Hayek expressa de forma muito clara a ligação entre a ideologia neoliberal e o autoritarismo. No entanto, essa ligação entre liberalismo e fascismo é uma relação bem mais antiga (ver secção 1.4 deste trabalho sobre a ligação entre nazismo e liberalismo). Uma das principais características do liberalismo reformado (o novo liberalismo) que surge na década de 1930 é a incorporação dos elementos autoritários desenvolvidos pelos regimes fascistas a partir do início da década de 1920.

Para Marcuse, a mudança do liberalismo para o estado totalmente autoritário ocorre dentro da estrutura de uma única ordem social, assentada a partir de uma base econômica universalizada. Em face dessa base econômica unificada, “podemos dizer que é o liberalismo que ‘produz’ o estado autoritário total a partir de si mesmo”, ou seja, o Estado totalitário se desenvolve como consumação do estado liberal burguês “em um estágio mais avançado de desenvolvimento”⁴³⁴. O Estado totalitário traz consigo a organização e a teoria da sociedade que correspondem “ao estágio monopolista do capitalismo”⁴³⁵. O desenvolvimento da sociedade capitalista que passa do mercantilismo ao capitalismo industrial até chegar ao capitalismo de monopólios leva, conseqüentemente, à introdução dos elementos totalitários. As grandes unidades monopolistas, como “os cartéis e os trustes” exigem “um Estado forte que mobilize todos os meios de poder”⁴³⁶. Dessa forma, a teoria econômica nos explica com clareza o porquê de a teoria liberal ter se convertido em teoria totalitária e ter introduzido na política os elementos autoritários que produziram Estados imperialistas e totalitários para serem colocados a serviço dos interesses capitalistas, já que “as ideias liberais de livre competição entre empresas econômicas individuais mostraram-se inadequadas para o capitalismo”⁴³⁷.

Apesar de a teoria do liberalismo poder variar entre suas diversas correntes e entre períodos históricos diferentes, sua base invariável permanece: “livre propriedade do sujeito econômico individual, controle da propriedade privada e a segurança política e legalmente garantida desses direitos” – assentado sobre essa base fundadora, “todas as exigências econômicas e sociais específicas do liberalismo podem ser modificadas”⁴³⁸. Nesse sentido, uma modificação interna, uma autotransformação realizada dentro da

⁴³⁴ MARCUSE, Herbert. *The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State*. In: MARCUSE, 2009, p. 13. (Tradução livre).

⁴³⁵ Idem. (Tradução livre).

⁴³⁶ Idem, *ibidem*, p. 12. (Tradução livre).

⁴³⁷ SOMBART apud MARCUSE, *ibidem*, p. 12. (Tradução livre).

⁴³⁸ Idem, *ibidem*, p. 5. (Tradução livre).

própria teoria é totalmente aceitável, desde que sua base permaneça intacta. Assim, durante o domínio do liberalismo (a partir do século XIX) uma poderosa “intervenção na vida econômica pela autoridade estatal” ocorria de forma frequente, sempre que “a ameaça de liberdade e segurança da propriedade privada exigia, especialmente se a ameaça vinha do proletariado”⁴³⁹. Por conseguinte, a ideia de uma “direção ditatorial e autoritária do Estado [...] não é em absoluto estranha ao liberalismo”, e com frequência, guerras são travadas “devido a uma demanda política básica do liberalismo, derivada de sua visão econômica”⁴⁴⁰. As demandas políticas clássicas do liberalismo, como “liberdade de expressão e de imprensa, publicidade completa da vida política, o sistema parlamentar representativo, a separação ou balanço dos poderes”⁴⁴¹ nunca foram de fato realizadas – dependendo da situação social e econômica estas demandas originárias foram sempre contidas ou derrubadas. Sendo que, ao incidir em um conservadorismo cada vez mais estreito o liberalismo irá se separar do movimento progressista e tornar-se-á objeto de forte contestação dos movimentos progressistas, principalmente pelas teorias socialistas.

Segundo Marcuse, para se superar a imagem idealizada, distorcida e camuflada do sistema econômico e social do liberalismo basta recorrer à definição do liberalismo dada por Ludwig Von Mises: “O programa do liberalismo..., resumido em uma única palavra, deveria ler ‘Propriedade’, isto é, propriedade privada nos meios de produção. Todas as outras demandas do liberalismo derivam dessa demanda básica”⁴⁴². Assim, para assegurar essa exigência basilar do liberalismo todos os recursos necessários são válidos. O totalitarismo fascista e outros regimes ditatoriais e autoritários de direita são defendidos pelos liberais como um recurso para preservação da ordem econômica e social do liberalismo, conforme expresso por Mises,

Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes que visam o estabelecimento de ditaduras estão cheios das melhores intenções e que a sua intervenção, por ora, salvou a civilização europeia. O mérito que o fascismo conquistou por si viverá eternamente na história. Mas, embora sua política tenha trazido a salvação no momento, não é do tipo que poderia prometer

⁴³⁹ Idem. (Tradução livre).

⁴⁴⁰ Idem. (Tradução livre).

⁴⁴¹ Idem. (Tradução livre).

⁴⁴² MISES apud MARCUSE, idem, p. 6.

sucesso contínuo. O fascismo era uma emergência improvisada. Visualizá-lo como algo mais seria um erro fatal.⁴⁴³

Essa afirmação de Mises mostra a estreita ligação dos regimes fascistas com a ordem liberal, defendido como um estado de exceção, um último recurso em prol da defesa da doutrina fundamental do liberalismo – a propriedade privada dos meios de produção. E mesmo que Mises admita que o recurso à violência e à brutalidade fascista deva ser uma exceção e que o socialismo deva ser combatido principalmente no campo das ideias, ele louva os méritos dos regimes fascistas e autoritários de direita em combater a ameaça “comunista” e “bolchevique” contra a ordem liberal. O autor austríaco defendia que o terror fascista era somente uma reação emocional necessária contra a brutalidade e violência comunista que veio à tona devido ao avanço da socialdemocracia marxista e do bolchevismo na Europa, sendo que, para Mises, os métodos repressivos e violentos dos fascistas e “a política por eles adotada toma um curso mais moderado e, provavelmente, será ainda mais moderado com o passar do tempo”⁴⁴⁴.

Segundo Marcuse, o Estado totalitário fascista está plenamente de acordo com a estrutura básica do liberalismo, a saber, “a organização da sociedade através da iniciativa privada com base no reconhecimento da propriedade privada e da iniciativa privada do empreendedor”⁴⁴⁵. Um trecho da *carta del lavoro*, citada por Marcuse, demonstra essa íntima ligação entre fascismo e liberalismo,

Na iniciativa privada, na área de produção, o Estado corporativo enxerga o instrumento mais valioso e eficaz para proteger os interesses da nação. O Estado intervém na economia apenas quando a iniciativa privada é escassa ou insuficiente⁴⁴⁶.

O totalitarismo fascista deixou intocado o princípio de organização das relações de produção professado pelo liberalismo. O antiliberalismo da teoria totalitária do Estado era apenas ilusório. Uma carta de Giovanni Gentile – um liberal convicto – a Mussolini ilustra a profunda ligação entre liberais e fascistas, “o liberalismo como eu o entendo,

⁴⁴³ MISES, Ludwig Von. *Liberalism In The Classical Tradition*. Preface to the Third Edition by Bettina Bien Greaves; Foreword by Louis M. Spadaro; Translated by Ralph Raico. San Francisco, California: Cobden Press, 2002, p. 51. (Tradução livre). Esse trecho é citado por Marcuse com uma parte omitida, por isso optamos pela citação original.

⁴⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 49. (Tradução livre).

⁴⁴⁵ MARCUSE, Herbert. *The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State*. In: MARCUSE, 2009, p. 6. (Tradução livre).

⁴⁴⁶ MARCUSE, Herbert. *The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State*. Nota de número 13. In: MARCUSE, 2009, p. 205. (Tradução livre).

[...] é representado [...] por você mesmo [...] um liberal genuíno, quem despreza o equívoco e quer manter seu posto, deve se inscrever nas legiões de seus seguidores”⁴⁴⁷. O Estado totalitário de direita nunca atacou o processo capitalista de produção e a burguesia permaneceu como “o sujeito da economia capitalista”⁴⁴⁸. A ordem social defendida pelo liberalismo permanece intacta, sendo melhorada sob o regime totalitário. No entanto, o elemento totalitário introduz novas doutrinas sociais e políticas ao liberalismo, sendo as duas mais importantes “a interpretação naturalista da sociedade e o racionalismo liberal, que termina em irracionalismo”⁴⁴⁹. Todavia, essa interpretação naturalista dos fenômenos sociais não se identifica com a concepção matemática e racional surgida no século XVI, mas com a concepção ancestral da natureza como *physis*, ou seja, como destino, como determinação da qual não se pode escapar, pois, tudo que existe está submetido pelo princípio natural a um processo de realização incessante, ordinário.

A adesão da teoria liberal a essas doutrinas demonstra como “depois de um curto período revolucionário, suas funções sociais dentro do pensamento burguês se tornaram atrasadas e reacionárias”⁴⁵⁰. O liberalismo acredita que através da adaptação dessas “leis naturais” possa superar, dentro da abrangente harmonia do todo, “os conflitos entre diferentes desejos, os conflitos entre o interesse geral e os interesses privados, bem como as desigualdades sociais”⁴⁵¹. Dessa forma é dada a justificação social (ideológica) das contradições sociais, da sobreposição do indivíduo sobre a sociedade, dos interesses egoístas e burgueses sobre o interesse comum. A ordem social supostamente antiliberal defendida pelos regimes autoritários – nacional-socialismo, fascismo e suas outras formas – identicamente às formas mais grosseiras do liberalismo acreditava “na lei natural eterna da vida social”⁴⁵². Essa naturalização da vida social aparece nos escritos de um dos principais ideólogos e inspiradores do nacional-socialismo alemão, Arthur Moeller van den Bruck, conforme citado por Marcuse: “Há algo eterno em nossa natureza que se reproduz continuamente e ao qual todo desenvolvimento deve retornar”⁴⁵³.

⁴⁴⁷ GENTILE apud MARCUSE, ibidem, p. 6-7. (Tradução livre).

⁴⁴⁸ MARCUSE, ibidem, p. 7. (Tradução livre).

⁴⁴⁹ Idem. (Tradução livre).

⁴⁵⁰ Idem, ibidem, p. 8. (Tradução livre).

⁴⁵¹ Idem. (Tradução livre).

⁴⁵² Idem. (Tradução livre).

⁴⁵³ MOLLER van den BRUCK apud MARCUSE, Idem. (Tradução livre).

No entanto, a concepção naturalista, primitiva e vulgar, da teoria política totalitária é separada por uma diferença abismal em relação aos teóricos clássicos do liberalismo. No conceito de “natureza” dos economistas clássicos do liberalismo, segundo o economista sueco Gunnar Myrdal, indicado como referência por Marcuse sobre essa questão, a expressão “natural” utilizada não passava de um “clichê”, frequentemente utilizada também como argumento político. Myrdal introduz essa discussão a partir da questão de se o *laissez-faire* conforme apresentado pelos teóricos do liberalismo clássico – Adam Smith e David Ricardo – seria aplicado somente à produção ou também à distribuição da renda (a remuneração dos trabalhadores, o salário). Segundo Myrdal, mesmo que haja evidências de que os teóricos clássicos pretendiam aplicar o argumento do *laissez-faire* à distribuição da renda dos trabalhadores, estes nunca deixaram expresso de modo explícito essa intenção. E a utilização do argumento natural por esses autores clássicos, segundo o economista sueco, “trata-se de uma frase-padrão introduzida em Economia pelos fisiocratas e por Adam Smith, e que desde então tem sido empregada sempre que, em qualquer questão política, alguém tenta sustentar alguma coisa sem prova”⁴⁵⁴, ou seja, o argumento naturalista nos liberais clássicos se apresenta mais como um artifício retórico do que como uma questão ontológica. O argumento naturalista como determinação da vida social se tornará uma fundamentação ontológica na teoria política totalitária e irá aparecer de forma recorrente, segundo Myrdal, nas obras de Ludwig Von Mises, que retomará os argumentos primitivos oriundos da lei natural apresentando o liberalismo como um sistema de forças naturais. Essa variante superficial do liberalismo, representado pela escola austríaca, se torna popular “porque é simples e suas premissas metafísicas exercem grande atração”⁴⁵⁵. Seus dogmas incorporam ultrapassadas ideias do século XIX, como o darwinismo social, e seus argumentos defendem que “cada qual ganha a renda que merece” e “os salários se fixam no nível natural”, ou ainda que “a ‘evolução’ como tal sempre premia o que tem valor, ou que na luta pela sobrevivência

⁴⁵⁴ MYRDAL, Gunnar. *Aspectos Políticos da Teoria Econômica*. (Os economistas): Apêndice de Paul Streeten; Tradução de José Auto Revisão e notas de Cassio Fonseca; Tradução do Prefácio à Edição Sueca 1972 de Aldo Bochini Neto. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997, p. 138. Para citação de Marcuse ver: nota número 18, MARCUSE, 2009, p. 206.

⁴⁵⁵ MYRDAL, 1997, p. 145.

‘os mais aptos’ sempre vencem”⁴⁵⁶. Até mesmo os neoliberais não ortodoxos já reconhecem a precariedade do argumento naturalista (ver secção 3.2 deste trabalho).

O irracionalismo é outra característica comum entre o liberalismo e a teoria política totalitária. O liberalismo em sua forma clássica – representada pelos grandes pensadores iluministas Locke, Rousseau e Kant – expressava uma teoria racionalista da sociedade na qual a razão autônoma do ser humano era faculdade livre capaz de compreender e estabelecer relações entre as coisas e os fatos de acordo com os limites de compreensão dessa própria razão. A teoria liberal racionalista deste período era “consciente dos limites do conhecimento humano e da ação social racional”⁴⁵⁷, evitando fixar esses limites de forma apressada. Em suas formas posteriores a teoria liberal irá assumir um caráter puramente irracionalista, a razão será funcionalizada e instrumentalizada, e mesmo que o racionalismo liberal já contivesse pré-formadas essas tendências, somente mais tarde “com a mudança para o capitalismo monopolista industrial, assumirão um caráter irracionalista”⁴⁵⁸. A razão torna-se um mero instrumento que deve servir aos princípios míticos totalmente irracionais da doutrina liberal, princípios mitológicos tornam-se a base da teoria irracionalista da sociedade, que nega a razão crítica capaz de confrontar com seus princípios irracionais. Assim, princípios irracionais e míticos como raça, nação, povo, vontade divina, “‘natureza’, ‘sangue’ e ‘solo’, ‘folclore’, ‘fatos existenciais’, ‘totalidade’ e assim por diante”, são postos acima da autonomia da razão – como seu limite – princípios aos quais “a razão é e permanece causalmente, funcionalmente ou organicamente dependente”⁴⁵⁹. Essa funcionalização da razão aniquila sua força e efetividade na raiz, pois “leva a uma reinterpretação dos pré-dados irracionais como normativos, que colocam a razão sob a heteronomia do irracional”⁴⁶⁰. Sob a interpretação desse “naturalismo irracionalista” o processo social e histórico é transfigurado em processo orgânico natural, como uma esfera eterna e imutável da natureza, contrapondo-se à realidade histórica e às causas e forças (econômicas, sociais, políticas, etc.) que determinam a vida social. Essa “desistorização do tempo” é um símbolo do irracionalismo organicista, que “eleva o

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁷ MARCUSE, Herbert. *The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State*. In: MARCUSE, 2009, p. 10. (Tradução livre).

⁴⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 9. (Tradução livre).

⁴⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 10. (Tradução livre).

⁴⁶⁰ Idem. (Tradução livre).

espaço acima do tempo”, o “estático acima do dinâmico e o conservador acima do revolucionário”⁴⁶¹, de forma que toda dialética é rejeitada.

O racionalismo liberal está fundamentado na crença metafísica da harmonia do todo. Os interesses conflitantes existentes na sociedade seriam superados pelo progresso econômico promovido pela livre competição entre sujeitos econômicos privados, ou seja, pela unidade dos opostos e pela unificação do desigual. No entanto, quando emergem crises econômicas e as contradições e conflitos sociais aumentam, a razoabilidade da racionalidade liberal é fragilizada, por conseguinte a ordem do todo é abandonada à justificação por forças irracionais. Ao se defrontar com as evidentes contradições que produz na vida social, a teoria liberal agarra-se aos mais primitivos e irracionais argumentos e a crítica racional é abdicada – “tudo é preparado prontamente para reconhecer privilégios e favores ‘naturais’” e por trás da ideia do visionário executivo, do gestor e líder econômico “natural”, já encontra-se latente “A ideia do líder carismático autoritário”⁴⁶². O líder autoritário é o agente que vai reestabelecer a harmonia do todo e unificar os diferentes interesses conflitantes numa ordem universal, e as crises econômicas serão explicadas como uma vingança da “natureza” contra a intervenção humana sobre as “leis naturais” que dirigem a ordem econômica.

A forte tendência ao universalismo é uma das mais importantes características da fase monopolista do capitalismo e surge como uma exigência do desenvolvimento econômico. Depois de promover essa “unificação” dentro da sociedade para atender às suas demandas, a economia capitalista passa a exercer um domínio totalitário sobre o existente e se torna a “única” forma de gestão da vida humana. O domínio totalitário do capital cria um “sistema de dependências dos mais diversos tipos”⁴⁶³, no qual as pequenas e médias empresas tornam-se dependentes dos trustes e cartéis e a propriedade fundiária e a grande indústria tornam-se dependentes do capital financeiro. A estrutura econômica do capitalismo é a base concreta para o estabelecimento da universalidade.

No campo teórico a integração do todo como uma categoria universal é representada pela teoria liberal e pela teoria política autoritária. Em de ambas as teorias o “todo unificado” não é apresentado como o produto da dominação de uma classe dentro da estrutura da sociedade de classes, mas pela “unidade que combina todas as

⁴⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 16. (Tradução livre).

⁴⁶² Idem, *ibidem*, p. 12. (Tradução livre).

⁴⁶³ SOMBART apud MARCUSE, *ibidem*, p. 14. (Tradução livre).

classes, que supostamente supera a realidade da luta de classes, e, portanto, das próprias classes”⁴⁶⁴, ou seja, como a superação dos interesses e conflitos entre diferentes grupos e classes. O objetivo é apresentar a estrutura social defendida por essas teorias como uma suposta “sociedade sem classes” no interior da sociedade de classes existente. De fato, a realização da unidade totalitária é principalmente uma tarefa econômica, tendo em vista que uma real totalidade é impossibilitada pelas contradições existentes. Assim, o foco da teoria será a preservação da base fundadora dessa sociedade – a ordem econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção. Em contraposição à teoria liberal-autoritária, o método dialético-materialista defende que o processo da vida social só se livra desse véu místico e nebuloso quando “como produto de homens livremente socializados, encontra-se sobre seu controle consciente e planejado”⁴⁶⁵.

Segundo Dardot e Laval, o caráter plástico e plural do neoliberalismo implica não somente em sua perpetuação como sistema de poder, mas em sua intensificação enquanto sistema mundial de poder. Se em sua fase “clássica” o neoliberalismo se associava com “a abertura, o progresso, as liberdades individuais, com o Estado de direito”⁴⁶⁶, em sua fase atual a imagem liberal e democrática se tornou um obstáculo para sua lógica de dominação. A ascensão de Donald Trump marca, segundo os autores franceses, uma virada na história do neoliberalismo que passa a se conjugar com medidas simplesmente autoritárias, como o fechamento de fronteiras, o culto à nação e soberania do Estado, o ataque aos direitos humanos, a instrumentalização do ressentimento de amplo setor da população, etc. Essa mutação do neoliberalismo propaga-se por diversos governos de extrema direita no mundo que passam a manifestar “tendências nacionalistas, autoritárias e xenófobas até o ponto de assumir a referência ao fascismo, como no caso de Matteo Salvini, ou à ditadura militar, como Bolsonaro”⁴⁶⁷. Essa transformação do neoliberalismo não pode se confundir com um conservadorismo, pois não busca somente a manutenção da estrutura de poder estabelecida, mas procura ampliar a forma de dominação ao ponto de a lógica do capital se converter na “forma das subjetividades e na norma das existências”⁴⁶⁸. As medidas adotadas por estes governos neoliberais hiperautoritários, como a redução de impostos

⁴⁶⁴ MARCUSE, *ibidem*, p. 14. (Tradução livre).

⁴⁶⁵ MARX apud MARCUSE, *ibidem*, p. 18. (Tradução livre).

⁴⁶⁶ DARDOT; LAVAL, 2019, p. 6. (Tradução livre).

⁴⁶⁷ DARDOT; LAVAL, 2019, p. 7. (Tradução livre).

⁴⁶⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 5. (Tradução livre).

para os mais ricos e empresas, o corte nos gastos com assistência social, a desregulamentação de toda legislação que visa a proteção dos direitos sociais, ambientais e políticos, etc., tem como objetivo destruir todos os resquícios da democracia liberal que ainda restam.

Mesmo que o trumpismo e principalmente o bolsonarismo contenham várias características do fascismo clássico como:

ortodoxia econômica, militarismo, desprezo pelas instituições e as leis, supremacismo branco, machismo, ódio aos intelectuais e amoralismo.[...] amor ao chefe, hipernacionalismo, fantasmas racistas, desprezo ao débil, inferior, estrangeiro, desconsideração pelos direitos e a dignidade das pessoas, violência para com os adversários, etc.⁴⁶⁹

Não se trata de uma repetição, mas de uma forma política totalmente nova que combina autoritarismo antidemocrático com uma racionalidade capitalista ampliada. Ao atacar e destruir as bases e princípios da democracia liberal (proteção social, universalidade da lei, proteção das liberdades individuais, liberdade de expressão e de imprensa, sistema parlamentar representativo, separação dos poderes, etc.) e “converter a sociedade em uma ordem da concorrência que só conheceria homens econômicos ou capitais humanos em luta uns contra outros”⁴⁷⁰, a racionalidade neoliberal – que se alimenta da crise que ela mesma gera – provoca uma reação antidemocrática e *antiestablishment* na massa de indivíduos que saíram como perdedores dentro da ordem altamente competitiva do neoliberalismo. Como consequência, assistimos ao crescimento dos candidatos *outsiders* e antidemocráticos e a ascensão de governos autoritários e partidos de extrema direita. A racionalidade neoliberal gerencia e mobiliza os afetos das massas e direcionam seu ressentimento e cólera contra as instituições democráticas e contra os indivíduos historicamente oprimidos (imigrantes, minorias étnicas e religiosas, etc.) que alcançaram algum tipo de justiça social e direito no Estado moderno. Ou seja, depois de destruir as instituições, as leis e as organizações coletivas de proteção social e trabalhista durante quatro décadas seguidas, e causar um estado de precarização social, o neoliberalismo direciona o ódio das massas anteriormente favorecidas – principalmente o das classes médias brancas – contra o próprio sistema democrático e contra os indivíduos excluídos. Ainda que a grande burguesia e o capital financeiro

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 8. (Tradução livre).

⁴⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 9. (Tradução livre).

internacional sejam os financiadores e cooptem os movimentos fascistas para consecução dos seus interesses, é a classe média conservadora a principal força social por trás ascensão dos regimes neoliberais fascistas, ou seja, a classe social que serve como base de apoio do movimento neofascista não é a classe que dirige esse movimento.

Essa nova versão fascista do neoliberalismo mais agressivo, militarizado e violento – da qual Trump é caricatura – adota o modelo declarado de guerra contra a população, que se apoia na canalização da cólera da própria população. A característica populista dos governos neoliberais fascistas atuais busca “reforçar e radicalizar o domínio do capital sobre a sociedade”⁴⁷¹. O líder carismático populista encarna a representação do nacionalismo econômico, da liberalização econômica e financeira e da política pró-empresarial. No entanto, o neofascismo possui grandes diferenças em face do fascismo clássico: não há imposição de partido único, não há proibição manifesta da oposição e de grupos dissidentes, não se dispõe de organizações hierárquicas obrigatórias para os cidadãos, não se estabelece controle corporativista sobre as relações de trabalho, não se propaga o ideal do Estado total, etc.

Segundo o cientista político Armando Boito⁴⁷², o capital internacional não foi capaz de converter o movimento neofascista num instrumento passivo ao ponto de dissipar o conflito entre a base de apoio do governo e a classe dirigente, ou seja, o movimento neofascista mantém-se como um instrumento ativo, com certas particularidades que não se restringem aos interesses imediatos do capital internacional, tendo em vista que ele deve também atender interesses da burguesia interna que constitui sua base de apoio local. Ainda que a classe média neofascista não obtenha uma esperada melhoria da qualidade de vida sob os governos autoritários ela permanece como seu núcleo duro, conquanto, o governo permaneça como força antagônica que combata seus “inimigos”, sendo que na maioria das vezes a classe média nomeia como seus inimigos grupos socialmente muito mais vulneráveis. Assim, da mesma forma que no fascismo clássico Hitler conseguiu o apoio da pequena burguesia e da burguesia industrial – de acordo com Marcuse, amedrontando-os com a afirmação de “que 50% da

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 10. (Tradução livre).

⁴⁷² BOITO, Armando Jr. *Entrevista TV TUTAMÈIA*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=6&v=SEqlbPzw8G0>. Acesso em: 05/08/2019.

população alemã se tornou bolchevista”⁴⁷³ – o neofascismo angaria apoio das classes médias conservadoras com a promessa de combater movimentos, grupos e indivíduos ligados a qualquer pensamento progressista e de esquerda.

Marcuse afirmara em 1972⁴⁷⁴, que a contrarrevolução – cujo fascismo é a manifestação mais extrema – é predominantemente preventiva no oriente e no sul global e totalmente preventiva no ocidente, já que não existe nenhuma revolução para dismantelar e nenhuma em gestação. Para Bernard Harcourt⁴⁷⁵, o novo modelo de governabilidade, que ele chama de *Counterinsurgency Warfare Paradigm of Governing*, é uma forma nova de contrarrevolução totalmente preventiva, tendo em vista que é aplicada em um contexto social em que não há nenhuma revolução ou grupo insurgente a ser combatido. Esse modelo de guerra de contra insurgência aplicado na política interna foi importado da política externa utilizada contra as lutas anticoloniais durante o século XX. Internamente essa tática foi importada para o próprio país e utilizada contra seus próprios cidadãos. Esse novo modelo de governabilidade inventa um suposto grupo insurgente, retratando parcelas específicas da população (que pode ser qualquer grupo minoritário ou movimento com pautas progressista) que são colocados como uma ameaça manifesta, sendo que a população subjacente valida essa política da guerra contra insurgente ao eleger governos que a promovem – estes por sua vez prometem ordem e proteção às massas que apoiem seu projeto neoliberal autoritário. Para Dardot e Laval, a exacerbação ao extremo da lógica neoliberal de competição implacável acaba progressivamente com todas as formas de resistência, como consequência, uma solução “puramente” fascista pode suceder a essa nova forma de neoliberalismo autoritário, especialmente “caso seja produzida uma nova crise da amplitude da de 2008”⁴⁷⁶. Essa reação puramente fascista poderá atingir tanto os países com as maiores economias do mundo quanto os subdesenvolvidos, o que conduziria ao fim de toda institucionalidade e legalidade estabelecida no interior do Estado democrático de direito, ou seja, a destruição de todos os princípios da democracia social-liberal.

⁴⁷³ MARCUSE, Herbert. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: MARCUSE, 1999, p. 114.

⁴⁷⁴ MARCUSE, 1973a.

⁴⁷⁵ HARCOURT, Bernard. *The counterrevolution: how our government went to war against its own citizens*. New York : Basic Books, 2018.

⁴⁷⁶ DARDOT; LAVAL. 2019, p. 14. (Tradução livre).

Em manuscrito escrito em 1947 intitulado *33 Teses*⁴⁷⁷, Marcuse afirmara que com a derrota militar de Hitler na Europa o mundo estava se dividindo em dois blocos, e os resquícios da democracia-liberal seriam esmagados ou absorvidos por esses dois blocos. Os Estados nos quais as classes economicamente dominantes tivessem sobrevivido à guerra se tornariam “fascistizados num futuro previsível”⁴⁷⁸, e os outros seriam incorporados ao bloco soviético. Mesmo que naquele momento Marcuse acreditasse que a guerra entre os dois blocos fosse inevitável (sua posição sobre isso irá mudar mais tarde, ver seção 1.5) ele salientava que por seu caráter autoritário, voltado para dominação, ambas as formas de organização governamental eram antirrevolucionárias, mesmo que naquele instante o Estado soviético e seu papel nuclear na organização dos partidos comunistas ao redor do mundo parecesse a única alternativa capaz da consecução da revolução socialista. Para o filósofo, ainda que a liberdade burguesa da democracia seja preferível ao Estado fascista, a teoria crítica deve se empenhar tanto na denúncia do neofascismo quanto da socialdemocracia.

Outra característica essencial na teoria política totalitária é o “existencialismo” – o conceito, no entanto, não se refere à concepção filosófica do termo, mas a seu significado político que, segundo Marcuse, é dado por Carl Schmitt: um estado de coisas que é justificada por sua mera existência, ou seja, aquilo que não pode ser justificado de uma maneira racional e lógica recebe um status existencial e ontológico. No entanto, não há nenhum critério que determine quais fatos são considerados existentes por si mesmos, que estão acima de qualquer normatização e não necessitam de nenhuma justificação além de sua própria existência. O existencialismo totalitário enxerga no “sangue” e no “solo” as forças reais da história, cujo Estado total deve acelerar a precipitação. A relação “amigo-inimigo” torna-se a relação política básica que só pode ser solucionada através da guerra, quando o inimigo for fisicamente aniquilado. O papel do líder autoritário é central num estado totalitário, e sua autoridade não é conferida pelo povo – este apenas reconhece sua autoridade que lhe é conferida por fatores transcendentais (natureza, Deus, razão, etc.).

Em *Counter-Revolution and Revolt*, Marcuse apresentou sua intuição de que o totalitarismo fascista plenamente desenvolvido poderia ressurgir como consequência

⁴⁷⁷ MARCUSE, Herbert. 33 Teses. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999.

⁴⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 291.

reativa de novas crises do capitalismo. O fascismo é a “organização terrorista das contradições do capitalismo”, e, apesar de ser “evidente que o fascismo não salvará o capitalismo”⁴⁷⁹, quando este é implantado é capaz de destruir por meio de seu aparato e métodos terroristas qualquer potencial revolucionário presente na sociedade por um longo e indeterminado período. E a única força capaz de combater a “tendência fascista” é a esquerda radical organizada, que deve assumir a tarefa de educação política. Essa tendência fascista, potencial fascista ou “síndrome protofascista” como denomina Marcuse, constitui-se pelos elementos autoritários presentes na personalidade dos indivíduos, um complexo de agressão configurado a partir de condições políticas e psicológicas⁴⁸⁰.

Na próxima seção analisaremos as possibilidades de o desenvolvimento das condições objetivas se unirem com as condições subjetivas na consecução de um “salto qualitativo” rumo ao socialismo e quais devem ser, segundo Marcuse, as estratégias da esquerda radical organizada para evitar que as tendências fascistas prevaleçam e a sociedade se lance em um novo período de barbarismo totalitário.

3.5 A revolta dos não-integrados: a união entre a mais avançada consciência da humanidade e sua força mais explorada será a condição subjetiva que conduzirá à sociedade livre?

Nessa seção iremos abordar o calcanhar de Aquiles da teoria crítica, seu ponto de maior fraqueza segundo Marcuse, “sua incapacidade para demonstrar as tendências libertadoras dentro da sociedade estabelecida”⁴⁸¹, ou seja, a incapacidade em encontrar um sujeito (força material) capaz de unir teoria e prática e mover os objetos em nova direção. Se na teoria a dialética negativa dos frankfurtianos foi capaz de demonstrar os fatos e as alternativas para libertação, na prática ela se defronta com “um mundo de objetos mudos sem um sujeito”⁴⁸². Ao longo de sua vida, o filósofo de *One-Dimensional Man* fez muitas “apostas”, sempre de forma crítica e realista, baseado na

⁴⁷⁹ MARCUSE, 1973a, p. 36.

⁴⁸⁰ Dois importantes estudos desenvolvidos pelos pensadores do Instituto para Pesquisa Social são indicados por Marcuse a respeito dessa tendência: *Prophets of Deceit: A Study of the Techniques of the American Agitator* de Leo Lowenthal e Norbert Guterman e *The Authoritarian Personality* de Adorno, Else Frenkel-Brunswike, e outros.

⁴⁸¹ MARCUSE, 1967, p. 233.

⁴⁸² Idem, ibidem, p. 232.

análise empírica dos fatos, nunca de modo ingênuo. Suas “apostas” vão desde as vanguardas revolucionárias dos partidos comunistas, o movimento estudantil, o movimento por direitos civis, o movimento negro, o movimento feminista e até o “substrato dos párias e estranhos, os explorados e perseguidos de outras raças e outras cores, os desempregados e os não-empregáveis”⁴⁸³. Esses sujeitos não-integrados formam uma oposição “revolucionária ainda que sua consciência não o seja”⁴⁸⁴, e ainda que exista a possibilidade de o sistema estabelecido bloquear a revolta dos párias antes que saia do seu controle – recorrendo ao seu recurso fascista (aprisionamento, assassinatos, campos de concentração, perseguição e repressão sistemáticas, etc.) – há uma possibilidade concreta de que ocorra um *segundo período de barbarismo*. Existe uma possibilidade de esses “novos bárbaros” – que ameaçam o império estabelecido – se unirem com a vanguarda intelectual e formarem a base de massa para revolução, ou seja, a conjugação da “**mais avançada consciência da humanidade e sua força mais explorada**”⁴⁸⁵ poderia conduzir à sociedade livre.

Um sistema social que divide a humanidade em interesses antagonistas, nacionais e de classe, é incapaz de ativar a solidariedade entre a espécie humana. A Primeira Internacional Comunista, de acordo com Marcuse (1969a), foi a última tentativa de efetivar essa solidariedade da espécie fundamentando-a na classe em que os interesses objetivos e subjetivos coincidem, a classe operária. E ainda que a guerra civil espanhola tenha sido capaz de despertar esse impulso solidário entre a classe trabalhadora, os revolucionários não tinham chance contra a esmagadora força combinada do fascismo e do capitalismo liberal. No entanto, as brigadas internacionais revolucionárias que lutaram naquela guerra foram capazes de realizar o objetivo atual da oposição radical, “a união de jovens intelectuais e de trabalhadores”⁴⁸⁶. Se a realização desse objetivo foi frustrada pela integração da classe trabalhadora dentro da opulência do sistema estabelecido, as últimas décadas têm mostrado que o aumento cada vez maior do número de desempregados e a destruição do sistema de proteção social – inclusive nos países mais altamente desenvolvidos – podem reverter essa integração.

É devido à insuficiência da teoria crítica da sociedade em encontrar um sujeito histórico capaz de desencadear a transformação radical que sua teoria parece utópica,

⁴⁸³ Idem, *ibidem*, p. 235.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Idem. (grifo nosso).

⁴⁸⁶ MARCUSE, 1969a, p. 11. (Tradução livre).

pois, a teoria crítica não oferece promessa alguma, não ostenta êxito algum, e exatamente por isso ela permanece negativa. No entanto, sua única esperança, a única força que a move só pode existir sob um único fator, que é representado aqui pela citação de Walter Benjamin feita por Marcuse: “*Somente em nome dos desesperançados nos é dada esperança*”⁴⁸⁷. Serão os condenados da terra, os desafortunados e despossuídos amontoados em seus barracos, vivendo de migalhas e restos, o fator subjetivo que vai determinar o ponto de inflexão dessa estrutura totalitária em direção à pacificação da existência ao se tornarem a base de massa da rebelião? Se uma das possibilidades de conter a rebelião por meio da permissão de “ajustes e concessões aos subcães”⁴⁸⁸ se demonstrou inviável devido ao modelo de governabilidade neoliberal observado nas últimas quatro décadas, resta ao *establishment* somente o recurso à alternativa fascista: só um extermínio sistemático em um novo holocausto poderia conter o amotinamento dos desgraçados. Se as forças reais objetivas e subjetivas foram a base empírica sobre as quais se edificou a teoria crítica, sem a demonstração de um novo sujeito histórico que deverá guiar a nova teoria, a crítica da sociedade seria incapaz de “traduzir sua racionalidade em prática histórica”⁴⁸⁹.

Uma das precondições para que surjam as condições subjetivas para transformação qualitativa é que o sujeito dessa transformação não participe das benesses do sistema, assim, cresce em todo mundo essa nova condição, com o aumento da classe dos subalternos, de uma subclasse de indivíduos que se encontram fora do sistema. O crescimento populacional dispara o número desses não-integrados pelo mundo e as políticas de austeridade neoliberais acentuam as contradições acabando com toda seguridade social, lançando uma massa cada vez maior em direção à precarização das condições de existência.

Segundo Marcuse (1969a), a teoria marxista já havia reconhecido que o empobrecimento não necessariamente ofereceria as bases para revolução e que um alto desenvolvimento da consciência e da imaginação poderia gerar uma necessidade vital para uma mudança radical mesmo em condições materiais de afluência material. Por isso, a estratégia de organização da esquerda deve se pautar não somente às questões econômicas da classe trabalhadora por reivindicações salariais e de melhorias nas

⁴⁸⁷ MARCUSE, 1967, p. 235. (grifo nosso).

⁴⁸⁸ *Idem.*

⁴⁸⁹ MARCUSE, 2015, p. 239.

condições de vida, mas se estender para reivindicações no campo político e organizacional do poder, isso conduziria a luta de classes ao ponto em que “o sistema em si mesmo estaria em cheque”⁴⁹⁰, assim os interesses da classe capitalista seriam o alvo da luta. Ativar a imaginação política ofuscada nos indivíduos sujeitados seria um poderoso gatilho para o início da transformação qualitativa, pois a “**consciência é radicalizada não com base no empobrecimento, mas na percepção das potencialidades óbvias de uma vida melhor**”⁴⁹¹. E uma vida melhor é livre das necessidades estabilizadoras da sociedade capitalista, livre da arregimentação e da repressão acumulada.

Os fluxos migratórios da periferia para o centro capitalista aumentam e provocam como reação o populismo de extrema-direita que intensifica o combate e o ódio contra os imigrantes e indivíduos em estado de fragilidade social. Em contraponto, os capitais e mercadorias circulam livremente, a indústria se desloca do centro para periferia, principalmente para países asiáticos onde o trabalho é precarizado e os custos de produção são reduzidos. O deslocamento dos complexos industriais para a periferia produz o aumento do desemprego nos países desenvolvidos e empurra a classe média destes países para a pobreza, aumentando o número de miseráveis no centro capitalista. As contradições sociais que desde a segunda metade do século XX afetavam – quase exclusivamente – os países subdesenvolvidos, agora atingem os países mais ricos do globo, que são assolados pela miséria, fome, desemprego, desabrigo, etc., ou seja, é a disseminação da miséria em escala global. Segundo Mike Davis, a tendência à desindustrialização atinge todos os grandes centros industriais inclusive os do hemisfério sul, como “Bombaim, Joanesburgo, Buenos Aires, Belo Horizonte e São Paulo”, que sofrem com o fechamento maciço de fábricas – em contrapartida, a China desloca grandes complexos industriais para áreas rurais, e como consequência, torna-se “comum que o tamanho da economia de uma cidade tenha [...] pouca relação com o tamanho da sua população e vice-versa”⁴⁹². Por outro lado, os detentores do capital e dos meios de produção aumentam exponencialmente sua riqueza beneficiados pela liberdade de circulação do capital.

⁴⁹⁰ MARCUSE, 1969a, p. 15. (Grifo nosso, tradução livre).

⁴⁹¹ MARCUSE, Herbert. Herbert Marcuse Lead by Bill Ritter. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014, p. 426. (Tradução livre).

⁴⁹² DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 23.

Tradicionais bairros dos centros urbanos estão sendo transformados nas novas favelas, onde os despossuídos vivem aglomerados em estruturas improvisadas de papelão e madeira. Segundo Mike Davis, pesquisas da Organização Mundial do Trabalho apontam que nos países subdesenvolvidos apenas 20% das residências encontram-se no mercado habitacional regular, por necessidade as pessoas recorrem a barracos em loteamentos clandestinos ou às calçadas. Para Davis, a superurbanização através da produção em massa de favelas é “impulsionada pela reprodução da pobreza, não pela oferta de empregos [nas áreas urbanas]”⁴⁹³, e isso ocorre, segundo o geógrafo americano, devido ao modelo implementado pela ordem mundial neoliberal que promove políticas de desregulamentação agrícola e de disciplina financeira impostas pelo FMI e Banco Mundial, que continuam a gerar êxodo da mão de obra rural excedente para as favelas das áreas urbanas. Os produtores agrícolas foram forçados pelas instituições financeiras internacionais a migrar para o mercado global de *commodities*, no qual os camponeses pobres e pequenos agricultores não conseguem competir, como consequência estes camponeses migram para os centros urbanos.

O crescimento populacional nas áreas urbanas se concentra nos guetos e favelas. No sul da Ásia 90% do crescimento urbano ocorreu nas favelas. Na Índia o crescimento das favelas chega a ser 250% maior que de outras áreas urbanas⁴⁹⁴ – paralelamente, esse crescimento está acompanhado da crescente diminuição de empregos. Hoje, “Oitenta por cento do proletariado industrial de Marx vive [...] na China ou em algum lugar fora da Europa ocidental e dos Estados Unidos”⁴⁹⁵. A Cidade do México e a Cidade de São Paulo saltaram de 2,9 milhões de habitantes em 1950 para 22,1 e 19,9 milhões em 2004, respectivamente⁴⁹⁶. Várias regiões urbanas subdesenvolvidas da Ásia e da África, como Jacarta, Daca, Karachi, Lagos, Benim, etc., se tornaram insustentáveis em termos biológicos e ecológicos, devido a concentrações de pobreza tão gigantescas. Até que ponto será possível a reprodução da vida em um meio tão miserável e insalubre? Para Davis, o preço dessa nova ordem de intensa urbanização será o aumento cada vez maior das desigualdades. O relatório de 2003 da ONU Habitat⁴⁹⁷ estima que ¾ (três quartos) do crescimento populacional futuro irá se concentrar em áreas suburbanas e áreas

⁴⁹³ Idem, ibidem, p. 26.

⁴⁹⁴ Idem, ibidem, p. 28.

⁴⁹⁵ Idem, ibidem, p. 22-23.

⁴⁹⁶ Idem, ibidem, p. 15.

⁴⁹⁷ UN-Habitat. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*. London: Earthscan, 2003.

urbanas menores que não têm nenhum planejamento para acomodar e prestar serviços básicos para essas pessoas. As condições na África subsaariana são ainda piores: em Bangladesh 84,7% da população urbana vive em favelas – esse percentual sobe para 85,7% no Sudão e chega a 99,4% na Etiópia⁴⁹⁸. A conclusão do relatório *The Challenge of Slums*, que reuniu dados de renda e bem-estar de mais de 90% da população mundial, prevê uma catástrofe mundial da pobreza urbana. Ao menos 50% da população urbana mundial vive na pobreza e ao menos ¼ (um quarto) dessas pessoas vivem em pobreza absoluta, sobrevivendo com “um dólar ou menos por dia”⁴⁹⁹.

No entanto, o crescimento da miséria e extrema pobreza não se reduz às áreas subdesenvolvidas do sul global. Segundo Relatório da Desigualdade Global de 2018⁵⁰⁰, desde 1980 a taxa de desigualdade vem crescendo em todo o globo, ainda que em níveis diferentes para cada região. O maior aumento na distribuição desigual da renda ocorreu na Rússia após a queda da União Soviética, no entanto, os níveis de desigualdade subiram também na Europa e na América do Norte. Enquanto isso, a desigualdade de renda permaneceu relativamente estável no Brasil, no Oriente Médio e na África subsaariana (regiões mais desiguais do mundo segundo o relatório). Segundo o relatório, os níveis de desigualdade no Brasil são menores somente dos constatados no Oriente Médio. Ainda que a renda da parcela mais pobre da população mundial tenha progredido devido ao crescimento de economias emergentes, como a China e a Índia, a renda da parcela que compreende o 1% mais rico da população do mundo cresceu duas vezes mais do que a renda dos 50% mais pobres do mundo desde 1980. Enquanto a metade mais pobre da população mundial abarcou 12% do aumento da riqueza o 1% mais rico ficou com 27% da riqueza mundial acrescida entre 1980 e 2016. Nos Estados Unidos a participação da parcela do 1% mais rico da população na riqueza nacional líquida cresceu mais de 10% (esses indivíduos mais ricos já concentram mais de 40% de toda riqueza nos EUA), enquanto a participação dos 50% mais pobres caiu de 20% para 13% no mesmo período citado anteriormente, sendo que a maior parte desse aumento na desigualdade foi devido ao crescimento da riqueza do 0,1% (zero vírgula um por cento) dos indivíduos mais ricos da população. Enquanto isso a parcela da população mundial

⁴⁹⁸ DAVIS, 2006, p. 34.

⁴⁹⁹ Idem, ibidem, p. 36.

⁵⁰⁰ CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; et al, 2018.

com renda média entre os 50% mais pobres e o 1% mais rico – 49% da população mundial – teve crescimento inexpressivo ou abaixo de zero no mesmo período⁵⁰¹.

Analisando os dados da Europa, Estados Unidos e China, os gráficos apresentados no *World Inequality Report* mostram como é inversamente proporcional a queda e aumento da riqueza da classe média (considerada pelo relatório os 40% da população entre a metade mais pobre e a parcela 10% mais rica) e da metade mais pobre em relação aos indivíduos mais ricos. Consecutivamente, o aumento na riqueza dos 10% mais ricos vem acompanhado da queda dos rendimentos da classe média e dos 50% mais pobres, e vice-versa. Esses dados quebram o mito de que o aumento na riqueza dos mais ricos beneficia os que estão em baixo. Segundo previsão do relatório, se todos os países seguirem o padrão de crescente desigualdade verificado nos EUA entre 1980 e 2016 em 2050, a participação dos indivíduos que compõem o 1% mais rico da população mundial na riqueza global irá aumentar em 28%, enquanto a participação dos 50% mais pobres irá cair quase pela metade.

O empobrecimento da classe média coincidiu no Reino Unido desde 2010, com cortes de mais de 30 bilhões de libras (R\$ 140 bilhões) em benefícios sociais. A procura pelos *Food Banks* (bancos de alimento) entre os britânicos dobrou a partir de 2013. A França segue tendências parecidas, os níveis de aumento da pobreza na França vêm rompendo uma histórica tendência de queda. Na França, nos últimos dez anos, cerca de 630 mil pessoas – muitas vindas da classe média – passaram a viver na pobreza, e são considerados agora pobres 5 (cinco) milhões de pessoas, ou 8% da população. Na última década, o total de pessoas atendidas por programas de alimentação quase dobrou no país. Segundo o Relatório da Desigualdade Global, após o final da segunda guerra mundial até o início dos anos 1980, a renda média de 99% da população francesa aumentou em 200% e a do 1% mais rico do país em 109%. O maior aumento na participação nos rendimentos dos franceses da classe média e da metade mais pobre (90% da população) ocorreu a partir de 1968 – com a eclosão das revoltas populares de maio que uniram as classes trabalhadoras com os movimentos intelectuais de juventude e de vanguarda e forçaram reformas sociais. No início dos anos de 1980 na França, a parcela dos 10% mais ricos da população atingiu sua menor participação na riqueza nacional durante no século XX (que ficou abaixo de 30% pela primeira vez no século),

⁵⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 11.

enquanto a classe média e os 50% mais pobres alcançaram sua maior taxa de participação na riqueza nacional, 48% e 23% respectivamente. No entanto, houve uma reversão desde 1983, quando o ajuste do salário deixou de ser indexado à inflação e a diminuição de impostos para os mais ricos aumentou. No período entre 1983 e 2014 o crescimento acumulado dos rendimentos que foram para a metade mais pobre foi de 31%, dos 10% mais ricos aumentou 49%, chegou a um aumento de 98% para o 0,1% do topo e ultrapassou 144% no 0,001% dos indivíduos mais ricos. De modo geral, na Europa, América Latina, América do Norte ou Ásia, vemos a renda do 1% mais rico subindo absurdamente, com taxas de crescimento acima de 100% ou de 200%, e em alguns países ultrapassando os 1000%. E a capacidade para conter esse aumento da pobreza e da desigualdade parece escassa num contexto mundial no qual as empresas são globais e o capital é livre para circular, enquanto as pessoas são impedidas de migrar.

Marcuse argumentava que somente sob determinadas condições a radicalização política se torna possível, uma dessas condições é o caso de uma severa crise do sistema capitalista internacional, nesse contexto a esquerda deve preparar a radicalização política sem ignorar que a “radicalização política ocorre à direita e à esquerda”, e o “perigo agudo do fascismo e neofascismo [...] não foi superado de modo algum”⁵⁰². Ou seja, o advento do fascismo como a forma moderna da “ditadura de classe do capital”⁵⁰³ alterou completamente as condições para estratégia revolucionária, o capital criou dentro e fora dos Estados fascistas um aparato terrorista onipresente, que tornou as estratégias de organização e luta revolucionária impotentes. O crescimento do neofascismo nos países do centro capitalista, principalmente na segunda década do século XXI, tem sido capaz de direcionar a frustração de grande parcela da população contra os indivíduos mais socialmente debilitados. O sucesso eleitoral da extrema-direita na Europa e América do Norte tem sido ancorado no discurso de ódio contra os imigrantes, os neofascistas capitulam esses indivíduos mais fragilizados como a causa do desemprego estrutural e do aumento da criminalidade. Assim, os fluxos migratórios que partem da periferia em direção ao centro capitalista – ainda atraídos pela esperança de melhores condições de vida – vêm sendo com cada vez maior intensidade repelidos por discursos de ódio e de xenofobia, atos de violência e barreiras físicas. Notadamente,

⁵⁰² MARCUSE, 1986, p. 60. (Tradução livre).

⁵⁰³ MARCUSE, Herbert. 33 Teses. In: MARCUSE, 1999, p. 292.

o principal fator para o crescimento da extrema-direita seria o empobrecimento da classe média – que resulta de vários fatores como a transferência de complexos industriais para periferia capitalista, avanços tecnológicos, melhor educação concentrada no topo e financeirização do capital em detrimento da produção física que gera empregos, etc. Todavia, os movimentos neofascistas têm sido capazes de ocultar as verdadeiras causas desse empobrecimento das classes médias, que cada vez mais distante dos ricos acima e pressionada por serviços públicos piores e gastos maiores, sobretudo com moradia sem que os salários acompanhem, apelam para partidos e candidatos nacionalistas, anti-imigração e de extrema-direita.

Segundo o sociólogo Ruy Braga, a crise do capital do início do século XXI levou as classes dominantes do norte global a recorrerem ao intervencionismo estatal para estabilizar o sistema. Os planos de austeridade se voltaram contra as classes subalternas e o padrão de vida se tornou cada dia pior. Segundo Braga, essa “onda de espoliação neoliberal tende a semear revoltas e multiplicar conflitos de difícil solução nos marcos democráticos tradicionais”⁵⁰⁴. Seguindo o pensamento de Karl Polanyi, Braga considera que o processo de mercantilização do trabalho, da terra e da moeda operados pelo liberalismo conduziu a esse estado de degradação social, ou seja, “deixar o destino do solo e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que os aniquilar”⁵⁰⁵. De acordo com Braga, esse acirramento da lógica neoliberal em conjunto com a crescente precarização do trabalho conduziram a uma intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do globo a partir de meados dos anos 2000.

Paralelamente, um fato importante a ser observado é que desde a década de 1980 o número de organizações sindicais de trabalhadores caiu abruptamente em todo o globo⁵⁰⁶. Como explicar que a queda da organização sindical e o aumento do número de trabalhadores precarizados e desorganizados venha acompanhada do aumento das revoltas populares ligadas ao mundo do trabalho? A base de dados levantada pelo Instituto de Estudos Avançados do Trabalho de Amsterdã e outros estudos sobre a mudança global do trabalho apontam – como destaca Braga – para uma explicação desse fenômeno. Com a crescente precarização e aumento do desemprego, a capacidade de negociação dos sindicatos com as empresas se enfraqueceu, como consequência, a

⁵⁰⁴ BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 23.

⁵⁰⁵ POLANYI apud BRAGA, Idem, p. 24.

⁵⁰⁶ Vide Tabela 1; In: BRAGA, 2017, p. 27.

organização sindicalista burocrática e corporativista do trabalho se esfacelou alterando a dinâmica da ação coletiva do trabalho, que agora se organiza a partir da base, de forma descentralizada e não burocrática. A onda de protestos encampada pela massa de trabalhadores, desempregados, precarizados e outros setores sociais, que se intensificou ainda mais a partir do início da segunda década do século XXI, foi reorientada contra os governos, contra a mercantilização e as medidas neoliberais promovidas pelos governos, a saber,

eliminação de subsídios sobre alimentos e combustíveis, cortes salariais, aumentos de impostos sobre a circulação de bens e serviços básicos, ataques à previdência social, reformas regressivas do sistema de aposentadoria e de saúde e precarização do trabalho.⁵⁰⁷

Os contramovimentos espontâneos que emergiram com o aumento da flexibilização e da informalidade do trabalho tendem a aproximar os interesses dos trabalhadores em nível global, o que possibilitaria “uma retomada do processo de internacionalização das práticas solidárias”⁵⁰⁸ a partir desse novo sindicalismo militante e popular. Ou seja, o agravamento das contradições do desenvolvimento capitalista tem conduzido ao crescente aumento das revoltas e protestos em prol de demandas sociais básicas – ainda que a internacionalização da agenda trabalhista esteja no início e sofra com as boicotes orquestrados pelo capital financeiro internacional em conjunto com governos neoliberais e neofascistas subservientes a esse. Um movimento de unificação dos subalternos (subempregados, desempregados e não empregáveis) será um grande desafio que a administração política terá que enfrentar diante do agravamento das contradições promovido pela tendência imperialista de acumulação econômica promovida pelo capital financeiro monopolista. Se a espoliação promovida pelo capital monopolista tem aumentado o número de trabalhadores precarizados em todo o mundo e, como consequência, levado ao aumento significativo de protestos e revoltas que impulsionam a resistência contra a agenda neoliberal imposta por governos e capitalistas, paralelamente, a mobilização dos subalternos tem sido acompanhada, também, do aumento da violência e repressão de Estado. No entanto, a repressão não tem sido capaz de conter um padrão que se iniciou a partir da última grande crise

⁵⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁵⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 29.

internacional do capital (2008), a saber, “*aonde vai a crise da globalização, a rebeldia do precariado vai atrás*”⁵⁰⁹.

Em entrevista a Bill Ritter em 1977, Marcuse foi questionado sobre a capacidade de organizar a massa de indivíduos precarizados e desempregados, em sua resposta o pensador alemão afirmou que embora historicamente seja duvidosa a capacidade de organização desse crescente seguimento da sociedade na Alemanha poucos anos antes da ascensão de Hitler ao poder essa massa de desocupados trocou o apoio aos comunistas para apoiar os nazistas e formaram a base de massa daquele regime. Ainda que, nos países desenvolvidos a capacidade de organizar a massa subalterna possa ser mitigada pela existência de algumas políticas de proteção social, como o seguro desemprego, Marcuse considera que a reversão temporária da rebelião não irá reverter o tendencial crescimento das revoltas e protestos entre as classes subalternas. E ainda que a classe dos subalternos não seja a força que conduzirá à revolução, os condenados da terra são a mais completa manifestação dos limites de contenção da sociedade estabelecida, e a capacidade de auto-organização do precariado a partir da periferia não pode ser subestimada.

Quando os limites de contenção forem ultrapassados a única alternativa para o *Establishment* será “iniciar uma nova ordem de supressão totalitária”⁵¹⁰, sendo que, essa contenção não pode ser realizada dentro das regras e regulações da pseudodemocracia. A mudança radical depende de uma base de massas, mas enquanto a maioria da população estiver integrada e agir conforme os interesses de preservação e conservação do capital monopolista, toda luta em direção a uma mudança radical “isola a oposição das massas e provoca repressão intensificada: mobilização da violência organizada contra a oposição”⁵¹¹ diminuindo as perspectivas de uma mudança radical.

Se até o momento a oposição carece de uma base de massa, a “população dos guetos pode muito bem se tornar a primeira base da revolta”⁵¹², mesmo que não seja a base para revolução. A localização geográfica dessa população superexplorada nos guetos e periferias próxima aos grandes centros financeiros urbanos torna-se estratégica. Nas palavras de Marcuse, “os guetos formam centros geográficos naturais dos quais a

⁵⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 38. (grifo do autor).

⁵¹⁰ MARCUSE, 1969a, p. VIII. (Tradução livre).

⁵¹¹ Idem, *ibidem*, p. 68. (Tradução livre).

⁵¹² Idem. (Tradução livre).

luta pode ser montada contra alvos econômicos e políticos de vital importância”⁵¹³. Sua localização estratégica facilita a propagação das agitações e rebeliões populares. Sob o domínio do capitalismo monopolista a “população explorada” já é “muito maior do que o proletariado”, no entanto essa parcela precarizada do “povo” só poderá se tornar aliada “contra o barbarismo”⁵¹⁴ caso seja rompido a integração com o sistema de necessidades criadas e manipuladas para integrar e subjugar o povo. A parcela dos subalternos que consegue escapar da repressão policial, do encarceramento, da repressão orquestrada pelos representantes políticos e pela repressão do próprio povo, encontra expressão nas rebeliões da juventude, dos indivíduos intelectualizados e na luta diária das minorias perseguidas. A luta de classes armada é travada por esses indivíduos que estão fora do sistema, pelos “miseráveis da terra que lutam contra o monstro afluyente”⁵¹⁵. Em uma série de seminários realizados em 1967 na Universidade Livre de Berlin, publicados em um texto intitulado *O Fim da Utopia*, Marcuse afirmou que aqueles que estão livres das benesses do sistema são os mesmos que desenvolvem a necessidade de criar uma sociedade livre. Ou seja, o crescimento da massa de indigentes – desempregados e não-empregáveis, os marginalizados, indivíduos que estão fora de qualquer classe – poderá ser o fator subjetivo que irá desenvolver a necessidade da transformação. Devido ao contexto social em que cada dia mais pessoas são lançadas na luta pela existência, aumentando a enorme massa de despossuídos, em meio da opulência de poucos, aliado com uma política neoliberal que retira toda proteção social, a oposição se concentra cada vez mais “**nos marginais localizados na estrutura do existente**”⁵¹⁶.

Essa privação “cruel e indiferente” até mesmo das necessidades vitais mais básicas, defronta-se “com [uma] crescente resistência”⁵¹⁷, ainda que a falta de organização política da população das periferias facilite sua dispersão e supressão. O fato de grande parte dessa massa da população ser “descartável” segundo os interesses do capital, torna as medidas de repressão mais extremas. Paralelamente, o sistema estabelecido se favorece com os conflitos raciais ainda existentes que obstaculam a realização dos interesses humanos anticapitalistas e dos interesses gerais da classe

⁵¹³ Idem, ibidem, p. 57. (Tradução livre).

⁵¹⁴ MARCUSE, 2007, p. 38. Importante salientar que por “povo” Marcuse define a grande massa da população dependente, subjugada, não a parcela militante e rebelada.

⁵¹⁵ MARCUSE, 1986, p. 7. (Tradução livre).

⁵¹⁶ Idem, ibidem, p. 55. (Tradução livre, grifo nosso).

⁵¹⁷ MARCUSE, 1969a, p. 57. (Tradução livre).

trabalhadora e excluída. Portanto, a conjunção da população precarizada dos guetos com os demais setores da classe trabalhadora só pode ocorrer junto com a luta antirracista. Os desprevidados já constituem a base de massa nas lutas de libertação contra o neocolonialismo dos países sub-desenvolvidos. Ainda que nos países do centro capitalista os marginalizados ainda não constituam a base de massa que poderá gerar uma mobilização pela transformação, eles constituem, segundo afirmação de Marcuse de 1967: **“o maior perigo para o sistema mundial do capitalismo ocidental”**⁵¹⁸. Entretanto, o desenvolvimento de uma consciência política radical em torno das massas só é concebível “se e quando a estabilidade econômica e a coesão social do sistema começar a enfraquecer”⁵¹⁹. O papel da intelectualidade radical é fundamental para o desenvolvimento da consciência política e socialista das massas exploradas. E para isso os intelectuais devem aderir às rebeliões e lutas das classes trabalhadoras e excluídas.

No entanto, é de fundamental importância diferenciar essa parcela superexplorada da população – capaz de se rebelar e formar a base de massa das revoluções populares – daquela camada da população que constitui a parcela mais reacionária, o lixo de todas as classes. Essa camada social, que Marx chama de lumpemproletariado, é constituída pelos “vagabundos, delinquentes, prostitutas”⁵²⁰, são os

[...] rebentos arruinados e aventurecos da burguesia [...], soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, *lazzaroni* [lazarones], batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, *maquereaux* [cafetões], donos de bordel, carregadores, [...], trapeiros [...], mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada [...] ⁵²¹

Para Marcuse, não faz sentido imaginar que a maioria conservadora e reacionária que compõem a classe média possa “substituir o proletariado como a classe revolucionária” ou que o lumpemproletariado possa se tornar “uma força política radical”⁵²². Essa escória, esse dejetos de todas as classes representa os setores mais reacionários que frequentemente se aliam com a burguesia e formam o núcleo duro de governos

⁵¹⁸ MARCUSE, 1986, p. 56. (Tradução livre, grifo nosso).

⁵¹⁹ MARCUSE, 1969a, p. 54. (Tradução livre).

⁵²⁰ MARX, 2013, p. 719.

⁵²¹ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 91.

⁵²² MARCUSE, 1969a, p. 51. (Tradução livre).

autoritários, o único setor da sociedade em que os regimes fascistas podem se apoiar incondicionalmente⁵²³.

Se Marx enxergou no proletariado a classe revolucionária, isso se deve ao fato do proletariado se constituir como negação absoluta e, naquele momento, estar livre das necessidades repressivas da sociedade capitalista. Logo, poderiam desenvolver novas necessidades de libertação – o que no contexto atual aplica-se melhor à massa precarizada. Aliado a isso, encontram-se vários fatores capazes de agravar as clássicas contradições internas do capitalismo, a saber: 1– a parcela da classe trabalhadora altamente qualificada, os técnicos, engenheiros, cientistas, especialistas, etc., poderão constituir o núcleo duro da força de transformação se aliando com a base de massa constituída pelos precarizados. Ainda que, no final da década de 1960, Marcuse considerasse essa parcela qualificada do proletariado “a criança mimada do sistema existente”⁵²⁴ que do ponto de vista da consciência ainda estava submetida ao sistema; 2– a necessidade de exploração do trabalho alienado está gradualmente perdendo seu fundamento, ou seja, se a exploração da força física do trabalho deixa de ser necessária é minada a base do poder dos capitalistas sobre o trabalhador, sua condição de instrumento (de mercadoria); 3– o capitalismo poderá entrar em colapso devido ao esgotamento de recursos. Ainda que esse terceiro fator pareça “terrivelmente reformista”⁵²⁵, tendo em vista o caráter passivo que o enseja, a análise empírica demonstra que o esgotamento de recursos tão necessários ao capital internacional como petróleo e carvão é um perigo real para o capital, tendo em vista que as fontes energéticas alternativas (eólica, solar, etc.) não podem ser controladas monopolisticamente; 4– a redução gradual da classe média, que engrossa as fileiras dos indivíduos precarizados; 5– o crescimento do emprego em setores não produtivos, que são mais suscetíveis de colapsar devido a crises financeiras, pois não estão assentados

⁵²³ Hannah Arendt chama essa escória de ralé, a qual, segundo a filósofa alemã, não pode ser confundida com o povo que também é composto por elementos de todas as classes. Essa ralé idolatra e converte seus líderes autoritários em heróis. A burguesia com suas aspirações imperialistas por vezes busca o auxílio dessa escória para governar e consegue destruir a democracia-liberal representativa que obsta seu ímpeto imperialista. Porém, por vezes, o tiro saiu pela culatra, e essa aposta da burguesia na ralé se mostrou equivocada, como na Alemanha, onde “a ralé mostrou-se perfeitamente capaz de cuidar da política por si mesma e liquidou a burguesia juntamente com todas as outras classes e instituições” (ARENDRT, 2012, p. 190).

⁵²⁴ Idem, ibidem, p. 57. (Tradução livre).

⁵²⁵ MARCUSE, Herbert. An Interview with Herbert Marcuse by Gianguido Piani, April 1978. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014, p. 363. (Tradução livre).

em uma riqueza material; 6– tendencial declínio da taxa de lucro. Essa tendência é uma intuição fundamental apresentada por Marx no livro III de *O Capital*, apesar de algumas contratendências obterem êxito em estabilizar a queda da taxa de lucro (monopolização, imperialismo, estatizações de setores menos lucrativos e privatização de setores e serviços com potencial lucrativo, etc.) e de que a taxa de lucro possa ser elevada por meio da exploração ampliada (superexploração) a ampliação da taxa de lucro encontra-se no limiar, enquanto, por outro lado a previsível escassez de algumas *commodities* e a incapacidade em aumentar a produção de outras acarretará no encarecimento dos custos de produção, logo, na queda da taxa de lucro. Tendo em vista que na composição orgânica do capital as taxas de lucro diminuem na medida em que se eleva a proporção do capital constante, mesmo que haja queda no capital variável, ou seja, ainda que a porcentagem dos gastos com mão de obra diminua constantemente os gastos com o desenvolvimento tecnológico e com matéria-prima aumentam, também, constantemente; 7– tributação progressiva e redistributiva. Ainda que uma “redistribuição radical da riqueza social pressuponha uma revolução”⁵²⁶, que está distante no horizonte da atual conjuntura, a pressão social por reformas que alterem a forma de tributação tem ganhado mais força nos últimos anos. Uma sobretaxação sobre capital, principalmente do capital financeiro, acompanhada de uma política redistributiva seria capaz de desacelerar a crescente concentração de renda no topo, invertendo a atual tendência de aumento do capital monopolista na participação total da riqueza social; 8– o movimento do capital para a periferia capitalista visando a diminuição dos custos de produção também intensifica as lutas sociais e a organização dos trabalhadores nestes países. Ao buscar uma força de trabalho barata e disciplinada o capital fortalece a organização operária em países com pouca tradição sindical como China e Índia; 9– a crescente capacidade de organização dos trabalhadores precarizados. Os trabalhadores precarizados já demonstraram sua capacidade de mobilização em diversas rebeliões que estouraram ao redor do mundo. O movimento dos coletes amarelos na França, o movimento *San Precario* que atua em Milão e o *Clash City Workers* que atua em Nápoles, Roma, Florença, Pádua, Milão e Bérgamo, são exemplos de organizações não burocráticas e descentralizadas dos trabalhadores precarizados.

⁵²⁶ Idem. (Tradução livre).

O papel dos movimentos de emancipação do comum no processo de transformação social tornou-se fundamental sob as novas condições do capitalismo estatal-monopolístico. A emancipação não parece possível por meio dos movimentos vanguardistas e de estruturas partidárias centralizadas. A ação dos partidos comunistas, sob um controle centralizado de uma vanguarda, perdeu sua centralidade e capacidade como operador da mudança radical, para o movimento de emancipação. Nesse sentido, o “altamente centralizado e hierarquicamente estruturado partido revolucionário de massa”⁵²⁷ mostra-se como um anacronismo histórico, como uma petrificação da teoria marxista, que viola um princípio básico que a nova esquerda proclama: *a unidade entre teoria e prática*. Ou seja, uma teoria que não tenha acompanhado a evolução da prática do capital não pode guiar a prática que visa à abolição desse modo de organização. Como a unidade entre teoria e prática nunca é imediata, a realidade social exige uma adaptação da teoria às condições objetivas, que são o terreno onde a teoria se desenvolve. Caso contrário, a teoria irá decair em um nível de abstração que a separa da realidade concreta.

No final da década de 1960, Marcuse salientava a tendência crescente de a oposição migrar para formas de atuação fora do modelo político tradicional (partidário, sindical, parlamentar). A oposição radical ao sistema estabelecido tende, segundo o filósofo, a se tornar extraparlamentar, a agir contra toda “rede de partidos, comitês e grupos de pressão em todos os níveis; contra trabalhar dentro desta rede e com seus métodos” a tornar-se “anarquista e até mesmo não político”⁵²⁸. Em face da política institucionalizada novos métodos de ação são necessários, a “sátira, ironia e a provocação pelo riso”⁵²⁹ tornam-se novos métodos da oposição política. Se dentro da dinâmica do capitalismo monopolista o sistema político pseudodemocrático é dominado pela elite econômica, então a luta pela democracia tende a “assumir formas antidemocráticas”⁵³⁰, e a oposição radical deve se tornar extraparlamentar. Ou seja, a oposição não pode jogar dentro das regras estabelecidas, ela tem que extrapolar os limites impostos pelo sistema pseudodemocrático estabelecido pelo capitalismo monopolista. Ainda mais porque “a minoria de esquerda não possui os vastos recursos requeridos para igual acesso à mídia de massa que fala dia e noite para os interesses

⁵²⁷ MARCUSE, 1973a, p. 48.

⁵²⁸ MARCUSE, 1969a, p. 63. (Tradução livre).

⁵²⁹ Idem, ibidem, p. 64. (Tradução livre).

⁵³⁰ Idem, ibidem, p. 65. (Tradução livre).

dominantes”⁵³¹. Se a elite política e economicamente dominante conseguiu produzir o consentimento na grande maioria das pessoas, ao manipular seu pensamento, sentimento, comportamento, etc., e o fizera consentir com o modelo de democracia burguesa, principalmente devido ao controle dos meios de comunicação em massa e dos meios de produção (ver seções 2.4 e 3.3), então a oposição falha em obter uma base de massas. O fato de o sistema estabelecido permitir uma forma de oposição “legalizada” não deve servir de base para a oposição radical, pois a legalidade consentida é determinada por dentro do sistema. Marcuse lembra que na França, depois dos violentos protestos com milhares de barricadas e carros incendiados em maio de 1968, a maioria dos votos do novo parlamento foram para o partido gaullista (centro-direita). No entanto, segundo o filósofo, se não fossem as ações extraparlamentares e “ilegais” da oposição, o governo até então instituído estaria salvo e mais forte, e a “oposição absorvida e restrita ao jogo parlamentar”⁵³². Ou seja, se “o parlamento se converteu num veículo da contrarrevolução”⁵³³ a única oposição radical possível é aquela cuja estratégia de ação é extraparlamentar – a oposição que se restringe ao jogo parlamentar estabelecido é reduzida a uma posição conformista e reformista, absorvida dentro da estrutura de dominação estabelecida. A conclusão é que mesmo que a oposição corra o risco de ser derrotada e reprimida pelo aparato repressivo controlado pelo *establishment*, ela deve permanecer com sua ação extraparlamentar expondo o caráter reacionário da obediência civil.

A tomada de poder, no sentido de um assalto direto aos centros de controle político (Estado), executado através da ação de massa sob a liderança centralizada de partidos de massa, “não está – e não pode estar – na agenda, no que diz respeito aos países capitalistas avançados”⁵³⁴, por dois motivos principais: 1– concentração de esmagador poder militar e policial em um governo que funciona eficazmente; 2– o predomínio de uma consciência reformista na classe trabalhadora. No entanto, a respeito deste último fator, ainda que a participação da classe trabalhadora nas necessidades estabilizadoras há tenha tornado uma classe conservadora e até mesmo antirrevolucionária, a capacidade de o sistema estabilizar-se por meio das necessidades que ele cria tem seus limites. O flagrante contraste entre a classe privilegiada e a

⁵³¹ Idem. (Tradução livre).

⁵³² Idem, *ibidem*, p. 68. (Tradução livre).

⁵³³ MARCUSE, 1973a, p. 48.

⁵³⁴ MARCUSE, 1973a, p. 49.

explorada leva, conforme afirma Marcuse: “a uma radicalização dos mais desfavorecidos”, e isto ocorre tanto no caso da “população dos guetos e dos desempregados nos EUA”⁵³⁵, quanto entre a classe trabalhadora precarizada dos países capitalistas mais atrasados. Contudo, as condições objetivas para uma revolução não dependem somente de fatores políticos – na revolução burguesa o poder econômico precedeu a tomada do poder político. Fatores econômicos são decisivos, segundo Marcuse (1973a), para uma revolução, notadamente: 1– uma crise estrutural do sistema capitalista; 2– a tomada de controle dos meios de produção pelos trabalhadores. No entanto, a respeito deste último fator, ainda não há nenhum indício de que a classe trabalhadora possa alcançar o poder econômico sem antes realizar uma revolução. Todavia, a respeito daquele primeiro fator, uma crise estrutural do capital seria capaz de precipitar revoltas que poderiam culminar na tomada de controle da produção pelos produtores imediatos.

As contradições internas do capitalismo monopolista podem gerar as condições objetivas para a revolução. No entanto, deve ser rejeitada e combatida “a desastrosa noção de que esse processo acelera o advento do socialismo”⁵³⁶ – essa concepção ortodoxa que orientou a ação da esquerda socialista se mostrou historicamente equivocada. O processo histórico demonstrou que os vastos recursos à disposição do controle capitalista foram capazes de evitar a desintegração do sistema estabelecido mesmo nos momentos nos quais as contradições internas estavam mais agravadas. O recurso que o domínio burguês utilizou para evitar sua desintegração nos períodos de grave crise foi o totalitarismo fascista (ver seção 3.4). Ou seja, a oposição radical de esquerda nunca pode desprezar o fato de que um colapso desencadeado pelas contradições internas do capitalismo poderá suscitar o pleno desenvolvimento do fascismo. Por isso, as tendências objetivas só são propícias ao socialismo à medida que as forças subjetivas as conduzirem para o socialismo. Conforme argumenta Marcuse, se a esquerda organizada não for capaz de realizar a tarefa de educação política das massas, desfazendo sua consciência falsa e mutilada, os radicais revolucionários se tornarão alvos da “violenta hostilidade por parte do povo”, tornando-se “alvos fáceis de perseguição e denúncia”, pois ainda que existam as condições objetivas para a revolução a possibilidade de a sociedade se reorganizar através das “alternativas

⁵³⁵ MARCUSE, 1969a, p. 16. (Tradução livre).

⁵³⁶ MARCUSE, 1973a, p. 61.

(fascismo ou socialismo) dependem da inteligência e da vontade, da consciência e da sensibilidade, dos seres humanos”⁵³⁷. Sem essa transformação essencial da consciência e sensibilidade do povo a “base potencial de massa para a mudança social pode muito bem tornar-se a base de massa para o fascismo”⁵³⁸.

A vanguarda intelectual tem uma função essencial nessa tarefa de educar as massas. Marcuse é categórico ao evidenciar o que a insurgência da vanguarda intelectual, que ele chama de grupos catalisadores, iria causar:

Hoje, a recusa organizada dos cientistas, matemáticos, técnicos, psicólogos industriais e pesquisadores de opinião pública poderá muito bem consumir o que uma greve, mesmo uma greve em grande escala, já não pode conseguir, mas conseguiria noutros tempos, isto é, o começo da reversão, a preparação do terreno para a ação política.⁵³⁹

No entanto, o desenvolvimento dessa nova consciência e dessa rebelião pulsional – que impulsionam os indivíduos que formam essa vanguarda intelectual a recusar os valores estabelecidos – “isola essa oposição das massas”⁵⁴⁰ e da maioria integrada que compõe a classe trabalhadora formalizada – que ainda estão aprisionados a uma consciência conformista e conservadora. Isso concentra a radicalização política nessas minorias militantes, em grande parte formada pela juventude intelectual da classe média e em outra parte pela parcela militante da população periférica. Com esse isolamento em face das massas a oposição perde a força de ação e torna-se incapaz de transcender a estrutura estabelecida, pois fica reduzida a “grupos organizados (às vezes desorganizados) relativamente pequenos e sem força”, porém, por seu nível avançado de consciência e sensibilidade “funcionam como potenciais catalisadores da rebelião”⁵⁴¹, ainda que por sua origem de classe não constituam uma maioria.

Nesse sentido, a *intelligentsia* militante realmente se descolou da classe média (que em sua maioria constitui a base mais conservadora e reacionária da população) e a população precarizada dos guetos se descolou da classe trabalhadora organizada. No entanto, esse deslocamento da oposição – da classe trabalhadora organizada para uma minoria consciente e militante da classe média e da população subalterna das periferias

⁵³⁷ MARCUSE, 1973a, p. 37.

⁵³⁸ Idem, ibidem, p. 33.

⁵³⁹ MARCUSE, 1968, p. 23.

⁵⁴⁰ MARCUSE, 1969a, p. 51. (Tradução livre).

⁵⁴¹ Idem.

– ao invés de ser um sinal da fraqueza da oposição contra o poder integrador do capitalismo avançado, pode, nas palavras de Marcuse: “muito bem ser a lenta formação de uma nova base”⁵⁴², a formação de um novo sujeito histórico que irá conduzir à destruição da realidade repressiva e à transformação qualitativa da sociedade. A parcela integrada do proletariado industrial, ainda constitui, pelo papel que desempenha no processo de produção, fator subjetivo essencial para transformação social. Contudo, a radicalização dessa parcela integrada da classe trabalhadora depende dos grupos catalisadores (grupos de pessoas que tiveram acesso à educação e cultura e desenvolveram níveis de consciência maior do que outros grupos que não tiveram o mesmo acesso, como cientistas, matemáticos, técnicos, pesquisadores, etc.) que estão fora de suas fileiras. A função desse grupo de catalisadores, como afirma Marcuse, não é substituir o proletariado como agente da revolução, mas sua principal tarefa é o desenvolvimento de uma nova forma de consciência, negativa e não conformista, nos indivíduos arregimentados. Desse modo, seria possível neutralizar o gerenciamento e controle da consciência pela estrutura do poder estabelecido. E se toda “educação autêntica é educação política”, numa sociedade de classes a educação política “é impensável sem liderança, educada e testada na teoria e prática da oposição radical”⁵⁴³. A doutrinação maciça do povo exige uma intensiva contraeducação e organização para que o povo seja liberto da servidão. Nenhuma mudança social é possível sem a transformação qualitativa nos agentes individuais que promoverão a mudança, sem o surgimento de uma nova racionalidade e sensibilidade nos próprios indivíduos. No entanto, a dinâmica sócio-histórica mostra que também não há libertação individual sem a libertação da sociedade – libertação que só um processo revolucionário pode gerar. Ou seja, essa transformação na racionalidade e sensibilidade dos indivíduos depende da concretização das tendências sociais objetivas – como a liberação do tempo livre por meio do progresso técnico, uma organização do trabalho que oferece mais autonomia e controle dos processos ao trabalhador, uma recusa ao modelo de vida administrado por parte de grupos catalisadores, etc. – que só podem ser geradas através da transformação social radical.

A oposição radical de esquerda deve preparar o terreno para quando as condições objetivas forem propícias. E, pelo fato de que em uma crise geral os

⁵⁴² Idem, *ibidem*, p. 52. (Tradução livre).

⁵⁴³ MARCUSE, 1973a, p. 53.

economicamente poderosos tenham “muito mais oportunidades de resistência e de evitar consequências terríveis do que a maioria economicamente mais fraca”⁵⁴⁴. A esquerda radical deve considerar que “de um modo ou outro será necessário oprimir os opressores”, tendo em vista que esses, “infelizmente, não reprimem a si mesmos”⁵⁴⁵. No entanto, a esquerda socialista ao combater os opressores não deve tomar o lugar destes, o que repetiria o ciclo de dominação, por isso, também deve combater o autoritarismo da esquerda, deve combater o socialismo de tipo stalinista e autoritário, ou seja, a nova sociedade socialista deve ser oposição ao modelo burocrático-autoritário soviético.

Em *An Essay on Liberation*, Marcuse defende e milita em prol da organização socialista da sociedade, no entanto, protesta “contra a o regime repressivo-autoritário do Estado e da burocracia do partido”⁵⁴⁶, a nova oposição de esquerda radical deve militar contra essa organização comunista burocrática e centralizada, bem como contra a organização liberal pseudodemocrática. Na concepção marcuseana, existe uma grande diferença entre a violência, que é a arma das instituições estabelecidas para preservar sua dominação, e a força revolucionária que é a ação de massas ou classes subjugadas capaz de subverter o sistema estabelecido a fim de construir o socialismo. O *Establishment* “luta por impor o princípio de não-violência à oposição, ao mesmo tempo que aperfeiçoa sua própria violência ‘legítima’”⁵⁴⁷, por isso, Marcuse defende as ações por parte de grupos ou indivíduos que sejam direcionadas contra a estrutura do poder estabelecido (perturbação de audiências em tribunais, ocupação de prédios que servem ao controle político e militar, a interrupção com vaias a oradores que apoiem uma política de guerra e opressão, etc.). Como exemplo de ação da força revolucionária podemos destacar a greve geral, a ocupação de fábricas, a ocupação de edifícios governamentais e de centros de comunicação e transporte. No entanto, em *Counterrevolution and Revolt*, Marcuse condena a ação contra alvos vagos, que só causam danos ao povo e não à classe dominante.

A revolução socialista deve realizar o *Salto Qualitativo* – transformação radical das necessidades e aspirações tanto materiais, quanto culturais, da consciência e da sensibilidade – pois, o socialismo é também um universo moral e estético. A repressão

⁵⁴⁴ MARCUSE, Herbert. *The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State*. In: MARCUSE, 2009, p. 17.

⁵⁴⁵ MARCUSE, 1986, p. 43. (Tradução livre).

⁵⁴⁶ MARCUSE, 1969a, p. 59. (Tradução livre).

⁵⁴⁷ MARCUSE, 1973a, p. 57.

das necessidades estéticas e morais é um veículo de dominação. Logo, as faculdades morais, psicológicas, estéticas e intelectuais ao se tornarem fatores da produção material, poderão guiar a teoria e prática da esquerda radical. O socialismo deve aumentar a quantidade de bens e serviços através do uso adequado do aprimoramento tecnológico, mas, ao mesmo tempo deve mudar as necessidades e satisfações. Para Marcuse (1973a), a falta de acesso às redes de informação e doutrinação é responsável pelo isolamento da esquerda radical. Por isso, a oposição deve utilizar-se de diferentes estratégias, a exemplo, a “*longa marcha através das instituições*”⁵⁴⁸, que implica em trabalhar contra as instituições enquanto se trabalha dentro delas com o objetivo de montar as “*contrainstituições*”. A organização dessas contrainstituições deve se opor à fragmentação e alienação do trabalho, ao princípio de performance, à mercantilização do trabalho, da terra e da vida, ao padrão aquisitivo burguês, etc.

A degradação das condições de vida forçam imigrantes legais e ilegais a se deslocarem para as áreas mais desenvolvidas do mundo: os países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Esses países do centro capitalista recebem milhares de imigrantes todos os anos – são os milhares de deserdados da terra, são as vítimas da sociedade afluyente, cujas riquezas da terra não conseguiram abarcar. O arrombo nas economias mundiais e os crescentes cortes de verbas para os programas sociais destinados às políticas de integração agravam a situação dos desintegrados, dos imigrantes, dos pertencentes a outras raças, dos negros e grupos étnicos diversos, sobretudo a crescente comunidade mulçumana nos países do centro capitalista. Esses fatores, juntamente com a crescente discriminação da polícia e da sociedade, aliados ao desemprego crescente têm desencadeado centenas de protestos violentos: os protestos realizados em Paris por jovens nas periferias em 2005 e por milhares de trabalhadores precarizados em 2019; os protestos realizados por milhares de jovens nas ruas de Londres em Agosto de 2011; a rebelião contra a cúpula do G20 em Hamburgo (2017); etc. São os excluídos da terra reivindicando seus direitos mais básicos. No atual estado de coisas, nem mesmo o Estado Beligerante de Israel parece capaz de conter a invasão árabe/palestina em seu território. Seriam esses fatos indícios cada vez mais evidentes da ocorrência histórica de um segundo período de invasão bárbara nos países desenvolvidos, como foi assinalado por Marcuse em *One-Dimensional Man*? A onda de protestos crescente – as que

⁵⁴⁸ MARCUSE, 1973a, p. 60. (Grifo do autor).

ocorreram no mundo árabe e as manifestações anticapitalistas, tipo *Ocupem Wall Street*, iniciadas em Nova Iorque, que ocuparam os principais centros financeiros do mundo: Tóquio, Frankfurt, Londres, Madri, Roma, etc., além das mais recentes rebeliões populares contra políticas neoliberais que estouraram na América Latina e Central em 2019 (Equador, Chile, Argentina, Haiti, etc.) – aponta para a fina camada que separa a conformidade gregária dos indivíduos da desagregação e do cataclismo social.

Conclusão

Utilizamos abordagem da teoria crítica, iniciada em Marx e desenvolvido pelo grupo de pensadores que integraram o Instituto para Pesquisa Social vinculado à Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt, para comprovar as hipóteses apresentadas nesta pesquisa. Empregando a abordagem interdisciplinar desenvolvida pelos pensadores da teoria crítica (que conjuga filosofia, psicanálise, ciências sociais, teoria estética, etc.) analisamos o problema em torno do modelo político e econômico integrado – a saber, capacidade de preservação do sistema integrado e as possibilidades de desintegração desse sistema – a partir das hipóteses levantadas pelo filósofo alemão Herbert Marcuse. Demonstramos que Marcuse combatia a ideologia que busca fundamentar o modelo político-econômico integrado construído pelo capital como o modo de organização social universal – aquele que se estenderá *ad aeternum*.

Evidenciamos, por meio da abordagem interdisciplinar da teoria crítica que – apesar de a mais prodigiosa realização da ordem social integrada estabelecida pelo capital seja sua capacidade de conter a transformação social – os limites para manutenção do sistema integrado do capital podem ser observados através de diversos dados empíricos. Além disso, mostramos, através da interpretação psicanalítica de Marcuse, a incapacidade de a ordem social estabelecida satisfazer algumas das carências pulsionais mais profundas do organismo humano.

A conclusão fundamental dessa pesquisa, retirada de uma das hipóteses de Marcuse, é a de que diante de uma iminente desintegração da estrutura estabelecida somente duas alternativas podem ser vislumbradas: 1º– a transição para o socialismo; 2º– o neofascismo em uma escala global. Essa tese fundamental foi examinada a partir da exposição de diversos fatos históricos, da análise de tendências econômicas e políticas atuais e da análise crítica de elementos psicológicos que a fundamentam.

No primeiro capítulo dessa pesquisa analisamos os fatos e eventos que antecederam ao estabelecimento do modelo político-econômico integrado do capital. A partir do momento em que a burguesia começa a se consolidar como classe dominante e a instituir seu controle social, a oposição é fadada a abandonar suas antigas estratégias de resistência por meio de barricadas – que sempre terminavam em banhos de sangue para o proletariado – e renegada ao jogo político-parlamentar da burguesia. A análise marcuseana do marxismo ortodoxo e revisionista mostrou as falhas dessas duas concepções para construção do socialismo. Mostramos como o desenvolvimento dos Estados-Nação constituiu fator fundamental para o estabelecimento do sistema integrado do capital. Como vimos na última seção desse capítulo, a hipótese de Marcuse já apontava a incapacidade de o bloco soviético resistir à competição com o ocidente capitalista e de os mercados comunistas – China e URSS – abrirem-se ao capital internacional e, ainda que a indústria e a política econômica chinesa sejam a maior barreira à hegemonia dos Estados Unidos, um conflito militar direto entre essas duas potências imperialistas é muito improvável. A análise do fascismo alemão presente na seção 1.4 deste capítulo demonstrou a aliança entre os fascistas e os liberais através da análise crítica de Marcuse.

No segundo capítulo desta pesquisa nos centramos em analisar a integração do campo político instituída por meio da imposição capitalista do modelo de democracia liberal parlamentar ao redor do mundo. A análise inicial mostrou que a democracia estabelecida pela burguesia nada tem a ver com a concepção clássica (original) de democracia. Seguindo algumas hipóteses levantadas por Marcuse, demonstramos – com auxílio de alguns importantes autores que analisaram o tema estudado – que o modelo ideal (normativo) de democracia nada tem a ver com o modelo real (democracia liberal-parlamentar) estabelecido. A ordem política democrática criada pela burguesia possibilitou a integração das classes subordinadas e a estabilização política do sistema com uma eficácia assombrosa. Mostramos que as formas tradicionais de protesto e o sindicalismo não são oposições efetivas ao sistema, na medida em que a maioria das organizações trabalhistas foram integradas pelo poder do capital e a maioria integrada da população é formada por uma base conservadora, reformista e reacionária.

Na terceira parte desta pesquisa procuramos investigar as tendências mais atuais do modelo econômico integrado. A análise do mundo do trabalho demonstrou que este passa por uma nova morfologia que rompeu com o modelo fordista estabelecido no início do século XX. A flexibilização e a precarização dos contratos de trabalho, aliada

com a implementação de medidas neoliberais que destroem toda seguridade social, aumenta a cada dia a massa da população lançada no pauperismo. Evidente que a precarização nas condições de existência por si só não é capaz de mover as massas pauperizadas contra o sistema estabelecido, no entanto, como procuramos demonstrar a partir das hipóteses levantadas por Marcuse, essa degradação da existência pode se conjugar com outros fatores – como a aliança solidária entre a mais avançada consciência da humanidade (intelectuais) e sua força mais explorada (população precarizada e pauperizada dos guetos) – elevando o número de revoltas e rebeliões. Contudo, evidenciamos a possibilidade concreta de que a solução fascista, promovendo o recrudescimento da repressão, elimine toda forma de resistência. E, ainda que nenhuma sociedade possa ser mantida somente pelo terror, o elevado grau de afluência desse sistema e seu uso para satisfação das necessidades impostas pode ser utilizado em conjunto com o terror, resguardando o apoio dos indivíduos integrados contra a massa rebelada.

Por fim, tomamos como base o princípio fundador da teoria crítica – o fato de que a teoria não deve se limitar à interpretação do imediatamente dado. Tendo em vista este princípio fundador da teoria crítica procuramos não nos limitarmos à mera interpretação da realidade estabelecida, mas apresentar, a partir do pensamento de Marcuse, algumas alternativas para ordenamento social que se confrontam com a ordem estabelecida. Uma alternativa à organização social estabelecida que tenha em vista a construção de uma sociedade mais livre, socialista, passa, necessariamente, pela transformação no modo de produção. Em uma sociedade autenticamente socialista os homens e mulheres poderiam viver suas vidas sem medo, sem serem compelidos a gastar toda sua vida adulta na necessidade alienada de performance. Os produtores imediatos teriam o controle sobre o que é produzido, quando é produzido e como é produzido. A eliminação dos controles monopolísticos dos meios de informação é fator fundamental para construção desse sujeito autônomo, capaz de sua autodeterminação; o controle das mídias – que protagonizam o processo de alienação – deve ser dissolvido, dando lugar à autogestão da informação. Por isso, procuramos destacar que a resignificação do mundo só pode ocorrer por meio da práxis coletiva de singularidades autodeterminantes. Fora isso, os movimentos reacionários que disputam por privilégios e regalias sociais continuarão prevalecendo, oprimindo os marginalizados e reprimindo qualquer tipo de transformação. Certamente, essa nova forma de ordem social não seria uma sociedade sem conflitos – isso seria uma ideia demasiadamente utópica – no

entanto, os conflitos (políticos, religioso, econômicos, etc.) podem ser resolvidos sem opressão. Como defende Marcuse, a superação da repressão excedente – aquela socialmente produzida – não significa a ausência de qualquer forma de autoridade, há uma enorme diferença entre a autoridade racional e a autoridade irracional (dominação que é voltada para opressão e exploração).

Referências Bibliográficas

Obras e textos de Herbert Marcuse

MARCUSE, Herbert. 33 Teses. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999.

_____. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.

_____. *A dimensão estética*. Tradução de Maria Elisabete Costa. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. *An Essay on Liberation*. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1969a.

_____. An Interview with Herbert Marcuse by Gianguido Piani, April 1978. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014.

_____. Cartas a Horkheimer. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999.

_____. *Contra-revolução e revolta*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973a.

_____. *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

_____. *Cultura e Sociedade*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *El final de la utopía*. Barcelona: Planeta De Agostini, 1986.

_____. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999.

_____. Estudo sobre a autoridade e a família. In: MARCUSE, Herbert. *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968a.

_____. *Five Lectures Psychoanalysis, Politics, and Utopia*. Translations by Jeremy J. Shapiro and Shierry M. Weber. London: Allen Lane The Penguin Press, 1970.

_____; LOUREIRO, Isabel (org.). *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Herbert Marcuse Lead by Bill Ritter. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014.

_____. Humanism and Humanity. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014.

_____. *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Marxismo soviético: uma análise crítica*. Rio de Janeiro: SAGA, 1969b.

_____. *Materialismo histórico e existência*. Introdução, tradução e notas de Vamireh Chacon. 2. ed. revista com notas ampliadas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968b.

_____; MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Edited by Douglas Kellner and Clayton Pierce. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Six. Routledge, London and New York, 2014.

_____. *Negations: Essays in Critical Theory*. Translations from the German by Jeremy J. Shapiro. London: Myflybooks, 2009.

_____. *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.

_____. *O Fim da Utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969c.

_____; KELLNER, Douglas. *Philosophy, Psychoanalysis and Emancipation*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Five. Routledge, London and New York, 2011.

_____. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. 5. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Studies in Critical Philosophy*. Translated by Joris de Bres. Boston: Beacon Press, 1973b.

_____; KELLNER, Douglas. *Technology, war, and fascism*. Collected Papers of Herbert Marcuse. Volume One. New York: Routledge, 1998.

_____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo Editora: UNESP, 1999.

_____. The Historical Fate of Bourgeois Democracy. In: MARCUSE, Herbert. *Towards a critical theory of society*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Two. Edited by Douglas Kellner. Routledge, London and New York, 2001b.

_____. The Movement in a New Era of Repression: An Assessment. In: MARCUSE, Herbert; KELLNER, Douglas. *The New Left and the 1960s*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Three. Routledge, London and New York, 2005.

_____; KELLNER, Douglas. *The New Left and the 1960s*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Three. Routledge, London and New York, 2005.

_____. The Struggle Against Liberalism in the Totalitarian View of the State. In: MARCUSE, Herbert. *Negations: Essays in Critical Theory*. Translations from the German by Jeremy J. Shapiro. London: Myflybooks, 2009.

_____. *Towards a critical theory of society*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Two. Edited by Douglas Kellner. Routledge, London and New York, 2001b.

_____. USA: Questions of Organization and the Revolutionary Subject: A Conversation with Hans Magnus Enzensberger. In: MARCUSE, Herbert; KELLNER, Douglas. *The New Left and the 1960s*. Collected Papers Of Herbert Marcuse. Volume Three. Routledge, London and New York, 2005.

Obras e textos de outros autores

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução: Alfredo Bosi. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALMEIDA, Cássia. *Crise levou mais de 73 milhões de pessoas à pobreza no país*. O Globo. 4 de abril de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/crise-levou-mais-73-milhoes-de-pessoas-pobreza-no-pais-23573955>> Acesso em: 10/09/19.

ALVES JÚNIOR, Douglas Garcia. *O peso normativo do factual: O Homem Unidimensional no século XXI*. Artefilosofia (UFOP), v. 1, p. 86-94, 2015.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

_____. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. *O continente do labor*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado se serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2.ed. 10.reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP : Boitempo, 2009.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

_____. *O que é política?* [editoria, Ursula Ludz]. Tradução: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: 3ª Ed. Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

_____. *Homens em tempos sombrios*. Tradução: Denise Bottmann., São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008.

_____. *Sobre a violência*. Tradução: Andre Duarte. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.

ATKINSON, Anthony B. *Desigualdade: o que pode ser feito?*. Tradução de Elisa Câmara. São Paulo: LeYa, 2015.

BASILE, Juliano; TAUHATA, Sérgio. *FMI: Dívida global atinge recorde de US\$ 184 trilhões em 2017*. Valor Econômico. Brasília, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/6025081/fmi-divida-global-atinge-recorde-de-us-184-trilhoes-em-2017>> Acesso em: 24/06/2019.

BITTENCOURT, Ângela. *Os credores do governo*. Valor Econômico. 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/4848966/os-credores-do-governo>> Acesso em: 24/06/2019.

BLAKELEY, Ruth. *State Terrorism and Neoliberalism: The North in the South*. New York and London: Routledge, 2009.

BOITO, Armando Jr. *Entrevista TV Tutaméia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=6&v=SEqlbPzw8G0>. Acesso em: 05/08/2019.

BRANDÃO, José Luís. Da Monarquia à República. In: Brandão, José Luís (coord.); Oliveira, Francisco de (coord.). *História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César*. Coimbra. Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BUFFETT, Warren. *The rich have won the class war: billionaire Warren Buffett says it has been 20 years of class warfare and that the rich have come out on top*. CNN Money. New York, Oct 24, 2011. Disponível em: <https://money.cnn.com/video/news/2011/09/30/n_buffett_class_warfare.cnnmoney/>. Acessado em: 24/06/2019. (Tradução livre).

BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. *A economia mundial e o imperialismo*. (Os economistas): tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CARRANÇA, Thais. *Crise multiplica catadores, mas reduz lixo*. Valor Econômico. São Paulo, 10 de Maio de 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/05/10/crise-multiplica-catadores-mas-reduz-o-lixo.ghtml>> Acesso em: 10/09/19.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; ALVAREDO, Facundo; et al. *World Inequality Report*. Paris: Word Inequality Lab, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; KOUCHNER, Évelyne Pisier-. *História das ideias políticas*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. New York: Seven Stories Prees, 1997.

_____. *O lucro os as pessoas?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DAGNINOL, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. *Características demográficas e socioeconômicas dos catadores de material reciclável no Brasil segundo o Censo Demográfico 2010*. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise– nº 62, Abril 2017, p. 115-125. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62_10_econ_solidaria_catadores.pdf> Acesso em: 10/09/19.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

_____. *Anatomía del nuevo neoliberalismo*. Madrid: Revista Viento Sur, Número 164, Junio 2019.

DAVIS, Mike. *Apologia dos bárbaros: ensaio contra o império*. Tradução de Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Planeta Favela*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUMÉNIL, Gérard; DOMINIQUE, Lévy. *A crise do neoliberalismo*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. Trad. de Julieta Campos, Enrique Gonzalez Pedrero. México: FCE, 1957.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EL PAÍS. *A China já pode identificar seus cidadãos só pela forma de andar*. Madri, 10 de novembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/10/politica/1541853964_264737.html> Acesso em: 17/06/19.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; MARX, Karl. *Introdução: A luta de classes na França*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

_____. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FANG, Lee. *Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana*. Reportagem publicada pelo The Intercept, agosto de 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estaoreinventando-a-politica-latino-americana/>> Acesso em: 28/06/19.

FLORENZANO, Maria Beatriz. *O mundo antigo: economia e sociedade*. Brasília. Ed. Brasiliense, 1982.

FRIEDMAN, Milton. *Why government is the problem*. Essays in public policy; no. 39. USA: Hoover Institution Press Publication, 1993.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Três modelos normativos de democracia*. São Paulo: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, N°36, 1995.

_____. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *Teoria e práxis: estudos de filosofia social*. Tradução e apresentação Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HARCOURT, Bernard. *The counterrevolution: how our government went to war against its own citizens*. New York : Basic Books, 2018.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: História e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. *Extracts from an Interview with Friedrich von Hayek*. El Mercurio: Santiago, Chile, 12 April 1981. (Tradução livre). Disponível em: <<https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/>> Acesso em: 28/06/19.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. Versão Digital, 1925. Disponível em: <<https://teiahistorica.com/2017/09/03/mein-kampf-ou-minha-luta-o-livro-escrito-por-adolf-hitler-pdf/>>. Acesso em: 20/06/19.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. 17° Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era do capital (1848-1875)*. 3. ed. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Qurino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. *Da Revolução inglesa ao imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen; revisão técnica de Francisco Rego Chaves Fernandes. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

HORKHEIMER, Max. Autoridade e Família. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica: uma documentação (Tomo I)*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. *Teoria Crítica: uma documentação (Tomo I)*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2018*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>> Acesso em: 04/11/19.

KANGUSSU, Imaculada Maria Guimarães. *Leis da Liberdade: A relação entre estética e política na obra de Herbert Marcuse*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

_____. “Comentário sobre a esperança em O homem unidimensional, de Herbert Marcuse”. In: Viso: Cadernos de estética aplicada, v. VIII, n. 15, pp. 287-296, (jan/dez) 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Como iludir o povo com slogans de liberdade e igualdade*. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

_____. *Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. Obras Escolhidas de V.I.Lénine Edição em Português. Portugal: Editorial Avante, 1977.

_____. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão popular, 2012.

_____. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. *O que fazer?*. Apresentação de Florestan Fernandes. São Paulo: Hucitec, 1978.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Tradução Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOSURDO, Domenico. *Guerra e Revolução. O mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOUREIRO, Isabel Maria Frederico Rodrigues. *A Revolução Alemã, 1918-1923*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. *Herbert Marcuse - Anticapitalismo e emancipação*. Trans/Form/Ação, Marília - São Paulo, v. 28, n. 2, p. 7-20, 2005.

_____. Mudar o sentido do progresso ou parar o progresso? Herbert Marcuse e a crítica à tecnociência. In: M.N. Strey, S. Cabeda e D. Prehn (orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 261-280, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

_____. *A crise da social-democracia*. Tradução de Maria Julibta Nogueira. Portugal: Editorial Presença, 1977.

MACPHERSON, Crawford. *Democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MANIERI, Dagmar. *Herbert Marcuse: Teoria Crítica e sociedade tecnológica*. Revista eletrônica de ciências sociais, ano I, Edição 01, Fev. 2007.

MARX, Karl. *A luta de classes na França*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*. Ed. Ridendo Castigari Mores, 2000.

_____. *Lutas de classe na Alemanha*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010a.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010b.

_____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital*. Edição de Friedrich Engels. Tradução e seleção de textos Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. Edição de Friedrich Engels. Tradução de Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MELO, Rúrion. et al. *Manual de filosofia política: para os cursos de teoria do Estado, ciência política, filosofia e ciências sociais*. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDONÇA, Heloisa; ROCHA, Marina. *As vidas arrasadas pela nova miséria brasileira*. El País. São Paulo, 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/08/politica/1544225150_329691.html> Acesso em: 10/09/19.

MÉSZAROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo... [et al]. 2.de. ver. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

MISES, Ludwig Von. *Ação humana*. Traduzido por Donald Stewart Jr. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1990.

_____. *Liberalism In The Classical Tradition*. Preface to the Third Edition by Bettina Bien Greaves; Foreword by Louis M. Spadaro; Translated by Ralph Raico. San Francisco, California: Cobden Press, 2002.

MOFFITT, Michael. *O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Tradução de Lucas de Azevedo Assunção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. Translation by Hannah D. Kahn. New York and London: McGraw-Hill Book Company, Inc, 1989.

MYRDAL, Gunnar. *Aspectos Políticos da Teoria Econômica*. (Os economistas): Apêndice de Paul Streeten; Tradução de José Auto Revisão e notas de Cassio Fonseca; Tradução do Prefácio à Edição Sueca 1972 de Aldo Bochini Neto. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

_____. *The Examined life*, New York: A Touchstone Book, 1990.

OLIVEIRA, Robespierre de. *Crítica cultural e sociedade unidimensional*. ARTEFILOSOFIA, Ouro Preto, n. 11, dezembro de 2011.

OXFAM, Relatório. *Bem público ou riqueza privada?*. Oxford, UK: Oxfam, 2019.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POZZI, Sandro. *Soros, a herdeira de Disney e o cofundador do Facebook pedem para pagar mais impostos*. El País. Nova York, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/24/economia/1561412311_480567.html>. Acesso em: 30/06/2019.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the limits of Self-Government*. New York: Cambridge University Press, 2010.

_____. *Capitalism and social democracy*. Paris: Maison de Sciences de l'homme and Cambridge University Press, 1985.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALLEGO, Esther Solano (org); et al. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil*. In: Revista Digital de Ciências Sociais / Vol. IV / N° 7 / 2017. ISSN: 2362-616x. (pp. 95-120).

RODRIGUES, Nuno Simões. Dos “conflitos de ordem” ao estado patricio-plebeu. In: Brandão, José Luís (coord.); Oliveira, Francisco de (coord.). *História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César*. Coimbra. Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

ROSENGERG, Alfred. *The Myth of the 20th Century: An Evaluation of the Spiritual-Intellectual Confrontations of Our Age*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2016.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisada: Vol. I O debate contemporâneo*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

STODDARD, Theodore Lothrop. *The Revolt Against Civilization: The Menace of the Under-man*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1922.

_____. *The Rising Tide of Color Against White World-Supremacy*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1920.

UN-Habitat. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*. London: Earthscan, 2003.

VALLE, Maria Ribeiro do. *O debate teórico sobre a violência revolucionária nos anos 60: “Raízes e polarizações”*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2002.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

